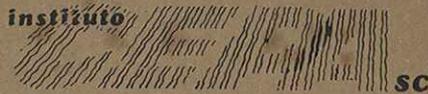


instituto  SC

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-SNPA/MA

VOLUME 1

SANTA CATARINA ANUAL

**DA AGRICULTURA
DE SANTA CATARINA**

1990—91



SECRETARIA DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA IRRIGAÇÃO

INSTITUTO CEPA/SC - BIBLIOTECA

INSTITUTO CEPA-SC

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRICOLA DE SANTA CATARINA
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DO PLANEJAMENTO AGRICOLA - SNPA/MA

VOLUME 1.

SÍNTESE

ANUAL

DA AGRICULTURA

DE SANTA CATARINA 1990-91

FLORIANÓPOLIS
1991

SECRETARIA DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA IRRIGAÇÃO

ELABORAÇÃO:

Econ. Luiz Marcelino Vieira - Gerente do Projeto	- Mel de Abelha
Engo Agro Cesar Augusto F. Silva	- Produção Florestal
Econ. Francisco Assis de Brito	- Política Agrícola/Tomate
Engo Agro Geraldo Budo	- Mandioca
Engo Agro Guido Boeing	- Batata/Cebola/Maçã
Engo Agro José Carlos Madruga da Silva	- Uva
Méd. Vet. Olices Osmar Santini	- Aves/Bovinos de Corte/Suínos
Econ. Márcia Janice Freitas da Cunha	- Pescado
Méd. Vet. José Eládio Della Giustina	- Aves - Segmento Postura
Engo Agro Admir Tadeo de Souza	- Alho/Arroz/Banana
Engo Agro Simão Brugnago Neto	- Feijão/Milho/Soja
Engo Agro Tabajara Marcondes	- Bovinos de Leite/Fumo/Trigo

PARTICIPAÇÃO: (Bolsistas - Convênio Instituto CEPA/SC-UFSC)

Antônio Carlos Melo Vieira
Marize Lúcia Clemente (Desenho)
Rosilene Sílvia Vieira
Simone de Oliveira

COLABORAÇÃO:

EMATER-SC/ACARESC	OCESC
ACARFESC	FAESC
EMPASC	CEASA/SC
FETAESC	CIDASC
MA-DFA/SC	IASC
Banco do Brasil	CFP/SC
Banco Central do Brasil	IBGE/GCEA-SC
SEPLAN-SC	IBAMA/SC

UNIDADE DE APOIO TÉCNICO:

Luiz Marcelino Vieira - Coordenador
Joares A. Segalin - Copidesque
Zélia Alves Silvestini - Resp. Editorial
Jocenir Miriam C. de Sousa - Editoração
Edila Gonçalves Botelho - Digitação
Neusa Maria dos Santos - Digitação
Sidaura Lessa Graciosa - Datilografia
Aldo Cesar Machado Cruz - Reprodução

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina.
v.1- 1976- Florianópolis, Instituto
CEPA/SC, 1976-

Anual em dois volumes.

Título anterior: Síntese Informativa sobre a
Agricultura Catarinense, 1976-1981.

A partir de 1983-84 passou a ser publicada
em dois volumes.

1. Agropecuária-Santa Catarina-Periódico. I.
Instituto de Planejamento e Economia Agrícola
de Santa Catarina.

CDU 631/636(816.4)(05)

! Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 1990-91 ! Florianópolis ! v. 1 ! 1991 !

REPRODUÇÃO PERMITIDA DESDE QUE CITADA A FONTE

APRESENTAÇÃO

Cumprindo um dos objetivos do programa " Abastecimento e Informação Agrícola", que está " inserido no Plano Agropecuário Catarinense (PLANAC), a Secretaria da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação tem a satisfação de colocar à disposição da sociedade a décima quinta edição da "Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina", elaborada pelo Instituto CEPA/SC.

Esta publicação divulga informações sobre o comportamento das principais atividades agrícolas do estado e das políticas a elas relacionadas, com análises retrospectivas e perspectivas da evolução dos mercados.

Esperando que as informações aqui contidas sejam úteis aos segmentos que têm interesses junto ao setor primário, agradecemos a todos os que colaboraram para tornar possível mais esta edição.

SUMÁRIO

	PG
1. POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1990	7
2. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL	41
2.1. Alho	41
2.2. Arroz	52
2.3. Banana	64
2.4. Batata	77
2.5. Cebola	90
2.6. Feijão	104
2.7. Fumo	117
2.8. Maçã	129
2.9. Mandioca	141
2.10. Milho	154
2.11. Soja	167
2.12. Tomate	178
2.13. Trigo	188
2.14. Uva	199
2.15. Produção Florestal	215
3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL	225
3.1. Aves	227
3.2. Aves - Segmento Postura	240
3.3. Bovinos de Corte	258
3.4. Bovinos de Leite	270
3.5. Mel de Abelha	282
3.6. Pescado	299
3.7. Suínos	318
4. LISTA DE GRÁFICOS	329
5. LISTA DE MAPAS	333
6. LISTA DE QUADROS	334
7. LISTA DE TABELAS	335
8. BIBLIOGRAFIA	351

1. POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1990

1.1. INTRODUÇÃO

Após sucessivos recordes de produção, a partir de 1989 a área agrícola passou a experimentar uma nova etapa nas relações intersetoriais da economia brasileira.

O setor agrícola passou aturdido o ano anterior com o Plano Verão, com a falta de determinação do Congresso Nacional (que não aprovou a Lei Agrícola); com a diferença entre a correção monetária plena e expurgada de 14,83% e com a política monetária e financeira de juros reais maiores que 25%.

As dificuldades iniciaram quando, em fevereiro, foram divulgadas as normas de comercialização da safra 89/90, ou seja, foram definidas a forma como o governo interviria no mercado de produtos agrícolas e as normas operacionais de EGF (que limitavam o valor dos contratos entre 120.000 e 165.000 BTN, variando conforme o produto e a classificação do produtor). Estes fatos confirmaram as previsões do ano anterior, quando foram previstas dificuldades de financiamento também na comercialização.

No entanto, o Plano Brasil Novo veio a ser o ponto mais marcante da política agrícola no ano de 1990. As principais alterações administrativas foram determinadas pela Medida Provisória nº 150 e pelo Decreto nº 99.180, que provocaram alterações no desenho organizacional do poder público federal, extinguindo órgãos, fundindo-os e determinando um centralismo de decisões no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Apesar disso, as Medidas Provisórias nº 167 e 168 e suas alterações é que afetaram significativamente o setor agrícola. A primeira, transformada na Lei 8.023, em 12/04/1990, altera o Imposto de Renda sobre a atividade

agrícola e cria mecanismos de autofinanciamento para a atividade. Tendo sido regulamentada apenas em 17.12.90, por determinação da Circular Bacen nº 1.862, de 14.12.90, criou dificuldades para o financiamento da safra. Foi a Medida Provisória nº 168, contudo, que atingiu o setor mais profundamente no momento inicial do Plano.

Através dela foram bloqueados os recursos das operações de crédito já contratadas, destinados à colheita e comercialização da safra 89/90, que começava na Região Centro-Sul. Deve-se lembrar que as normas de financiamento da safra previam fevereiro como o mês de início da liberação da última parcela de custeio.

Concorrendo com o aperto geral de liquidez na economia, tal Medida comprimiu os preços agrícolas do começo até o final de março, quando da publicação das Circulares nº 1.626, 1.632 e 1.634, do Banco Central (BACEN), as quais estabeleceram normas de conversão da moeda.

A Circular nº 1.634 abriu a possibilidade de conversão para o pagamento de trabalhadores rurais; a 1.632 estabeleceu que até 16/09/1990 seria possível liquidar débitos em cruzados novos. Além disto, determinou que as parcelas contratadas e pendentes de liberação fossem desembolsadas em cruzeiros, ao tempo em que proibia sua quitação em cruzados novos.

Em 25/04/90, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução nº 1.702, instituindo o Depósito Interfinanceiro Vinculado ao Crédito Rural (DIR) e alterando os créditos de apuração da exigibilidade bancária.

Baseado nesta resolução, na mesma data, o BACEN determinou, através da Circular nº 1.696, que os bancos aplicassem 25% do saldo médio diário dos depósitos a vista.

As abruptas alterações no volume desses depósitos, contudo, levaram a autoridade monetária (Circulares nº 1.735 e 1.745) a alterar os prazos das apurações e aplicações dos referidos recursos, implicitamente reconhecendo que errou na

dosagem, estabelecendo, através da Circular nº 1.755, de 07/06/1990, fosse retida parte dos recursos que naquele momento estariam à disposição da agricultura, visando, dentre outros objetivos, formar reservas para um período de maior demanda.

Como prognosticado pelo Instituto GEPA/SC no Informe Conjuntural nº 307, tudo isto levou, no primeiro momento, a uma queda brusca nos preços agrícolas.

Com a "abertura das torneiras" para o setor, os preços reagiram nos meses de abril e maio. A partir de junho, a redução da liquidez na atividade agrícola (Circular nº 1.755) e o esgotamento do nível de demanda (motivado pela redução da massa salarial) fizeram com que os preços se estabilizassem.

Da estabilidade dos preços no segundo trimestre à queda no terceiro, o setor agrícola recebeu com entusiasmo, em agosto, o "Pacote Agrícola" (Item 1.3.).

O governo federal, ao publicar as "Diretrizes de política econômica para a agricultura", definiu um conjunto de objetivos a atingir a médio prazo e orçou os recursos que seriam colocados à disposição do setor.

Até o início de dezembro, porém, ainda se desconheciam as normas de comercialização para a safra 90/91 e nada havia sido definido sobre estoques estratégicos ou reguladores.

Foram constantes as alterações sofridas tanto nas fontes de financiamento quanto em sua base de cálculo. Dez por cento do total de recursos previstos, ou seja, Cr\$ 30 bilhões a preços de 01/08/90, tinham como fonte o fundo de captação estabelecido na Lei 8.023, de 12/04/90, ainda não regulamentada (Anexo).

Por outro lado, houve uma redução significativa no montante de depósitos a vista desde que foi baixada a Resolução nº 1.702, do Conselho Monetário Nacional, em 25 de abril de 1990.

Tal instrumento alterou a base da exigibilidade bancária e o respectivo percentual(1).

Se entre março e maio a evolução nos depósitos a vista era de 35% ao mês, no período de maio até final de agosto último (dado disponível até agora) foi de apenas 2,8% ao mês.

Ora, uma alteração tão significativa provocaria alterações igualmente profundas no financiamento da safra de verão da Região Centro-Sul; não por outro motivo foram baixados tantos instrumentos alterando a execução da política agrícola.

Primeiramente, foi ampliada a base do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório, com a introdução dos recursos em trânsito, regularizada pelas Circulares nº 1.805 e 1.806 do Banco Central do Brasil, de 20 e 27 de agosto de 1990, respectivamente. Em 24 de setembro, a base de exigibilidade do crédito rural também foi ampliada, passando a constituir novamente a base de recolhimento de que trata a Circular nº 1.696, de 25/06/90, com a redação da Circular nº 1.822, de 24/09/90.

Em seguida, o Conselho Monetário Nacional admitiu as Sociedades de Crédito Imobiliário como integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural. Através da Resolução nº 1.745, de 30/08/90, somente quinze dias após a divulgação do pacote agrícola, estava criada uma nova fonte de recursos para o crédito rural, a Caderneta de Poupança Imobiliária. Por fim, a Resolução nº 1.753, de 24/09/90, do Conselho Monetário Nacional, em seu artigo 2º, resolvia "vedar, até 31/12/90, a realização de operações de crédito de custeio pecuário, de investimento e de comercialização com os recursos de exigibilidade de que tratam o artigo anterior (artigo 1º) e a Resolução nº 1.745, de 30/08/90", sem que tais medidas pudessem responder ao reclamo por mais recursos.

(1) BRITO, F.A. de. Crédito Rural - mudanças substanciais. Informe Conjuntural (do Instituto CEPA/SC), v.8, n.312, 26 abr - 4 maio 1990.

Ao anunciar as diretrizes para a agricultura, o governo federal delimitou sua atuação na área, conclamando os produtores para a "redenção do campo".

Do "pacote", alguns aspectos, como o aumento real nos preços mínimos e no valor básico de custeio, foram destacados como decisivos para o salto que a agricultura daria.

O que se observou, entretanto, é que a próxima safra está muito longe de representar qualquer avanço para a agricultura brasileira, pelo menos em termos de volume de produção.

No tocante ao crédito, elemento motor do aumento de 40% da produção no período compreendido entre 1984 e 1989, o Instituto CEPA/SC alertava em agosto que eram precipitadas as avaliações feitas em cima do crédito, pois os recursos orçados historicamente sempre foram superiores às dotações correspondentes. Apesar de todos os esforços, os recursos chegados aos produtores certamente não foram de 9% a.a., nem tampouco em volume suficiente, mesmo porque é incompatível uma política monetária restritiva (que implica falta de dinheiro no mercado e taxas de juros elevados) com recursos em quantidade e custos adequados à demanda.

Outro aspecto, apontado como significativo para o incremento da safra, foi o propalado aumento real de preços. Sem dúvida, o setor tem capacidade de responder positivamente a qualquer reação nos preços. Entretanto, os preços mínimos ficaram pelo menos 11% inferiores à variação de preços do setor urbano.

Se os produtores não aumentarem a área plantada, aumento de produção, se houver, se deverá exclusivamente às condições climáticas e à substituição da cultura da soja pela de milho, pois a última apresenta melhor produtividade. Mesmo assim, considerando a falta ou a redução de estoque de passagem de grãos, certamente será necessário importar milho e arroz, além de trigo.

Esta realidade contrasta em muito com a "festa" do anúncio do pacote agrícola, que definia os instrumentos da política oficial para a safra 1990/91, já se podendo prever maior colheita de problemas que de grãos, pois a escassez impactará negativamente no controle inflacionário, nas reservas cambiais e na renda agrícola.

Os impactos dessa política agrícola se refletirão não somente na agricultura, mas na economia como um todo. Seu alcance, apesar de global, será diferenciado entre regiões e estados, tendo em vista as condicionantes naturais e as explorações predominantes.

Em Santa Catarina, como em toda Região Sul, haverá queda de área e de produção na exploração de grãos. Como se pode ver na tabela seguinte, espera-se que haja queda mais acentuada na área que na produção, considerando que ocorrerá aumento de produtividade em relação à safra 89/90, fortemente castigada por problemas de ordem climática.

Se as perspectivas de produção não animam, as de capitalização do setor são ainda mais remotas. Tal assertiva decorre da certeza da dificuldade de acesso a recursos para EGF, implicando necessariamente a venda do produto imediatamente após a colheita, principalmente para aqueles que contraíram empréstimos bancários. Isto induzirá a uma concentração da comercialização e, por conseguinte, à queda nos preços ao produtor no primeiro semestre. Tal fato significa que a redenção do campo certamente não ocorrerá com a colheita da próxima safra, principalmente porque o nível de renda do setor novamente será afetado.

1.2. O PLANO BRASIL NOVO

A falta de isenção está muito presente nos ditos "formadores de opinião", os quais, na sua grande maioria, tiveram seu patrimônio atingido (pela tributação ou pela indisponibilidade).

Tentar-se-á levantar questões e traçar horizontes das prováveis dificuldades e possibilidades a serem encontradas daqui por diante pelo setor agrícola, em especial pelo produtor do estado de Santa Catarina.

A pequena propriedade, o pequeno produtor, a produção familiar, dentre outras expressões, estão presentes em quase todos os trabalhos escritos sobre a agricultura catarinense. Contudo, num momento como este, evita-se separar o "joio do trigo" pela dificuldade que isso traria para nossa análise. Entidades representativas, que têm acesso à grande imprensa, já o fizeram.

Um exemplo claro de tal afirmativa é o caso das alterações introduzidas no Imposto de Renda da atividade agrícola: aumento da alíquota de 8% para 25% para pessoas jurídicas, num conjunto de outras alterações (que serão citadas abaixo), contra o qual esbravejam interessados e representantes dos "pequenos".

Além da necessidade de novas posturas diante do quadro atual de dificuldades, há que se considerar a atual estrutura do Executivo Federal e o real esvaziamento da pasta do Ministério da Agricultura, cuja função, por não gerenciar os recursos financeiros exigidos pela atividade, estava muito mais para lobista das lideranças rurais(2) do que para agente executor de uma política agrícola. É o caráter executor que justifica o status de ministério.

Esta ligação direta do setor agrícola com o Ministério da Agricultura foi reduzida, até porque a reforma administrativa, tendo por instrumentos a Medida Provisória nº 150 e o Decreto nº 99.180, ambos de 15.03.90, indicam claramente uma tendência de centralização das decisões.

(2) CRÉDITO rural tem distorção. Informativo CFP, v.10, n.9, 5-9 mar. 1990.

Contudo, o que ficou em "xeque-mate" com tais reformas foi a corrente neoliberalizante que, com a extinção de órgãos e a fusão de outros, ficou perdida diante de algo há muito reclamado - redução da intervenção do Estado.

Por tudo isso, e considerando a hipótese de que o "dorso" do Plano seja preservado, passa-se à análise dos itens que foram julgados importantes.

1. Liquidez

Era indispensável, sob o ponto de vista técnico, o ajustamento na liquidez. A saída da crise que assolava o Brasil teria que passar, inevitavelmente, por um aperto na liquidez.

Portanto, contrariando a "choradeira" corriqueira e até mesmo para evitar mais um pedido de "liberação de recursos", é preciso que o setor agrícola tenha maturidade e frieza para negociar suas reais necessidades, dentro de parâmetros tecnicamente defensáveis e politicamente factíveis.

Exemplo de legítima reivindicação pode ser o valor da última parcela do VBC, liberada em fevereiro, e cujos recursos estão atualmente bloqueados. Além disso, pela significativa redução de recursos para EGF, a comercialização da safra de verão ficou ainda mais complicada.

2. Financiamento

Apesar de uma aparente escassez total de recursos para a agricultura, a Medida Provisória nº 167 estabelece em seu art. 20 que "na programação especial relativa a operações oficiais de crédito na atividade de política de preços agrícolas e custeio agropecuário serão previstos recursos equivalentes à estimativa de arrecadação do imposto de renda sobre os resultados decorrentes da atividade rural de que trata esta Medida Provisória".

Por outro lado, pode-se abater até 10% da base de cálculo relativa ao saldo médio de depósitos vinculados ao financiamento da atividade (hoje, poupança verde). Um detalhe a mais: caso o valor exceda os 10%, será utilizado no ano subsequente, conforme estabelece o art. 9º da mesma medida provisória.

O setor agrícola sempre solicitou a possibilidade de autofinanciar-se. O momento chegou. É oportuno lembrar que agora ficou prejudicada a alternativa da transferência de renda de pessoas jurídicas para atividades de exploração agrícola subsidiada. A alíquota passou de 6% para 25%.

O aumento de base do financiamento (depósitos e impostos) da atividade é inquestionável; contudo, os resultados de tais medidas só serão colhidos na próxima safra.

Num momento de ajuste de liquidez como o atual, é imprescindível para o produtor saber negociar, assim como o é descobrir o volume de recursos oficiais disponíveis para a comercialização da safra que está sendo colhida. Só conhecendo este volume de recursos é que ele poderá estabelecer a posição mais favorável no processo de comercialização.

Vale salientar que os recursos das operações oficiais de crédito são repassados ao custo de 12% a.a. Com o aumento desta fonte de financiamento, os encargos financeiros passam a influir menos na estrutura de custo da atividade.

3. Imposto de Renda

As alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 167 no imposto de renda da atividade rural impuseram um maior controle financeiro, exigindo observância das regras contábeis por parte do produtor rural.

Dia 30 de abril, caso não seja prorrogado, expira o prazo para a entrega do imposto de renda. Como o produtor estava acostumado com a "cédula G" e a sistemática de apuração

do imposto devido foi modificada, sugere-se prestar atenção às medidas complementares a serem baixadas pela Receita Federal.

Entretanto, é possível adiantar a necessidade de documentos contábeis e da ajuda de um contador, já que o prazo está se esgotando e o número de produtores que necessitará destes profissionais deverá aumentar.

A medida começa por estabelecer três níveis diferentes de obtenção dos resultados da exploração da atividade, conforme os incisos do art. 3º da mesma:

I) - simplificada, mediante prova documental, dispensada escrituração, quando a receita bruta total auferida no ano-base não ultrapassar setenta mil BTN;

II - escritural, mediante escrituração rudimentar, quando a receita bruta total do ano-base for superior a setenta mil BTN e igual ou inferior a setecentos mil BTN;

III - contábil, mediante escrituração regular, em livros devidamente registrados, até o encerramento do ano-base, em órgãos da Secretaria da Receita Federal, quando a receita bruta total no ano-base for superior a setecentos mil BTN.

Parágrafo Único - Os livros ou fichas de escrituração e os documentos que servirem de base à declaração deverão ser conservados pelo contribuinte à disposição da autoridade fiscal, enquanto não ocorrer a prescrição quinquenal".

O resultado é a diferença entre as receitas e as despesas no ano-base, podendo o contribuinte optar por um percentual de 20% da receita bruta. A falta de escrituração prevista nos incisos II e III acima implicará, possivelmente, o arbitramento do resultado neste percentual.

O resultado tem como abatimentos, além daqueles constantes da atual cédula "G", a redução dos valores investidos no ano-base até o total do resultado, podendo, se for superior, passar para abatimento no ano seguinte.

Por fim, conforme mencionado no item "2", o aumento do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) de 6% para 25% e a possibilidade de abatimento de até 10% do resultado, fruto de depósitos, devem implicar um maior volume de crédito para toda a agricultura (em especial para o pequeno produtor, cujos contatos com o sistema financeiro eram raros e até difíceis pela escassez de recursos), e a taxas mais acessíveis.

Sobre limite de receita, alíquotas e parcelas a deduzir, sugere-se a leitura do Anexo.

4. Comércio Exterior

O desalinhamento dos preços internos e externos provocou uma onda de pedidos para que o governo fizesse uma maxidesvalorização no cruzado novo. A medida que aumentava a paridade entre as moedas, aumentavam as pressões para que o governo ou fizesse o ajuste reclamado no câmbio ou deixasse sua taxa por conta do mercado.

Os produtores de soja adiaram as vendas o quanto puderam, aguardando a proposta maxidesvalorização e as definições da política econômica do novo governo. Contudo, as alterações na política cambial (que estabelecem taxas flutuantes e, portanto, restringem o mercado), aliadas a uma política monetária apertadíssima, determinam, a priori, um alongamento no período de comercialização, cujo processo está praticamente paralisado com a queda efetiva na taxa de câmbio.

Quanto aos produtores de frango, o que o Plano trouxe de mais positivo é a possibilidade de uma ampliação, a médio prazo, do mercado interno, principalmente de "cortes de frango".

Esse aumento do mercado interno, contudo, é função dos acertos que porventura ocorram na política externa, já que a política fiscal e monetária está ajustada às dificuldades da economia brasileira. Da política exterior depende o sucesso do Plano.

Ainda continua opaca a operacionalização da balança comercial (importação e exportação), cujas regras foram extremamente conturbadas pela reforma administrativa (fechamento do IAA, IBC e PORTOBRÁS, além das alterações na CACEX), pela reforma fiscal (aumento de 18% para 30% do imposto de renda de empresas exportadoras e alteração nas alíquotas do imposto sobre a importação) e pela reforma cambial (alteração nas taxas de câmbio e controle sobre importações).

Por fim, as negociações com credores internacionais estão tão claras quanto à época em que o plano era elaborado durante a campanha eleitoral. Fica aí, portanto, o calcanhar de aquiles.

5. Preços e renda agrícolas

Os preços dos produtos agrícolas sofrerão alterações profundas no processo de ajustamento da economia. Essas alterações decorrem do desalinhamento geral dos preços e da melhora nas relações de troca que ocorrerão posteriormente, em consequência ao processo natural de ajustamento.

Por facilidade, este item estará dividido em três partes, visando analisá-lo antes do Plano, no momento imediatamente após o Plano e num momento futuro, com uma economia realinhada, pois, em outra hipótese, volta à situação anterior.

a. Antes do Plano

As relações de troca entre a agricultura e os demais setores são historicamente decrescentes. Como a atividade não é formadora de preços, toda vez que ocorrem alterações no nível de produção a renda agrícola fica comprometida. Esse comprometimento decorre da impossibilidade de a atividade reter a produção quando ela é maior, ou de vendê-la a preços que recuperem a queda na quantidade quando ocorrem as frustrações.

Por outro lado, o mercado de fatores (exceto mão-de-obra) é extremamente organizado, o que tem implicado um aumento de preços maior que o dos produtos agrícolas. Representado por oligopólios, apesar de níveis de organização e elasticidade-preço diferenciados, consegue angariar todo e qualquer aumento de renda para si.

Para exemplificar, lembramos o que ocorreu com este mercado quando a agricultura detinha o nível de subsídios da década de setenta. Por último, analisem-se o aumento de renda ocorrido na safra 88/89 e o subsequente aumento de preços desses fatores.

A análise de tais fatos tem por objetivo único lembrar que, num processo inflacionário das proporções daquele sofrido pelo Brasil, sempre ocorre uma enorme transferência de renda. E, sem a menor dúvida, com este processo mais perde quem tem menor poder de barganha.

b. Preços logo após o Plano

Como não poderia deixar de ser, na primeira quinzena após o plano, ou os preços recuavam ou os negócios, de um modo geral, paralisavam. Contudo, enquanto o nível de preços dos mercados oligopolizados (na produção ou na comercialização) estava com margens que lhes permitiam recuo, os preços agrícolas estavam em queda livre (em termos reais) desde julho último. Com o aperto da liquidez coincidindo com o início da safra, estes certamente sofrerão mais uma queda de 25% entre fevereiro e abril.

Tal assertiva decorre de duas constatações. Primeiro, as informações disponíveis dão conta de que o VBC e os preços do trigo estão com correção pela BTN para a safra que vai iniciar, o que, a priori, deve acontecer com os demais produtos.

Segundo, mantidas as regras atuais, o BTN de abril, em relação ao de março de 91, deverá ter uma variação inferior a 44% e o IPC, até agora responsável por sua correção

monetária, certamente não será inferior a 80%.

Como os preços no mercado vinham mais ou menos acompanhando a variação diária do BTN (BTN fiscal), os preços estacionaram desde o dia 19 de março passado.

c. Preços no Futuro

A recuperação dos preços depende fatalmente dos resultados do Plano. Contudo, seu nível a curto prazo (nos próximos 90 a 180 dias) poderá não somente determinar o nível de renda da atividade e da massa salarial, mas, e principalmente, indicar se o "conta-gotas" da liquidez foi utilizado adequadamente para um crescimento sustentado.

Indubitavelmente, o aperto de liquidez gerará desemprego temporário e setorial. Contudo, a vigilância no controle da liquidez é que determinará se as "gotas" não serão excessivas ou se não chegarão tarde demais, com riscos não somente de natureza econômica, mas, e principalmente, de natureza política.

Objetivamente, o nível real de preços agrícolas deve crescer já a partir da época de colheita. Entretanto, uma folga na liquidez poderá representar uma elevação nos preços agrícolas em níveis que possam comprometer o Plano, desconsiderando o que a política cambial vier a determinar.

Portanto, a sorte está jogada, ou mesmo, como disse o Presidente da República que só tinha uma bala... Foi dado o disparo. Certamente não retornaremos para uma economia igual àquela em que o Brasil se encontrava. A âncora foi levantada e o barco está dependendo basicamente do controle interno no timão e do combustível externo.

Se ele sair da tormenta nos próximos três anos, a renovação da direita brasileira estará assegurada, com a possível chegada do "capitalismo"; caso contrário, as consequências dos desacertos de seus elementos motores e direcionais (combustível e timão) serão imprevisíveis.

1.3. DEFINIÇÕES PARA A SAFRA 1990/91

O anúncio do Pacote Agrícola, baixando um conjunto de medidas para a safra 90/91, não diferiu dos anos anteriores, pelo menos quanto à época do anúncio e à importância dada ao crédito agrícola, cujos valores não passam de orçamento (não há garantia de sua disponibilidade, muito menos de sua oportunidade). Ressalte-se que na safra passada as regras para o feijão e a mandioca, cuja primeira parcela de recursos deve ser liberada em julho e junho, respectivamente, só foram conhecidas em 16.08.90.

Este ano, entretanto, as diretrizes da política agrícola estão norteadas por uma política macroeconômica nitidamente voltada para a internacionalização da economia brasileira.

Procura-se, a seguir, detalhar as decisões relativas ao crédito, aos Valores Básicos de Custeio (VBC), aos preços mínimos e à interação dessas medidas com a política macroeconômica do governo.

1. Recursos orçados para aplicação em 1990

a. Custeio:

- Cr\$ 135,2 bilhões com taxas de juros de 9% ao ano
- Cr\$ 35,0 bilhões do Tesouro Nacional, Cr\$ 65,5 bilhões da exigibilidade bancária, Cr\$ 30,0 bilhões oriundos do imposto de renda da agricultura (Lei 8023), Cr\$ 4,7 bilhões do Fundo Constitucional
- Cr\$ 37,9 da Poupança Rural a juros de 12% ao ano

- Cr\$ 136,5 bilhões com taxas livres, Cr\$ 74,3 da caderneta de poupança verde, Cr\$ 62,2 dos recursos livres das instituições financeiras

- Total para custeio: Cr\$ 309,6 bilhões

b. Investimento:

- Cr\$ 27,5 bilhões do programa de financiamento à irrigação (PROFIR) - Cr\$ 12,0 bilhões do BNDES (FINAME) - Cr\$ 14,5 bilhões do Fundo Constitucional - Cr\$ 20,0 bilhões do imposto de renda da agricultura (Lei 8023) - Cr\$ 0,5 bilhões de poupança e exigibilidade

- Total para investimento: Cr\$ 74,5 bilhões

c. Comercialização:

- Cr\$ 2,3 bilhões do Fundo Constitucional - Cr\$ 60,1 bilhões do Tesouro Nacional

- Total para comercialização (inclusive do trigo): Cr\$ 62,4 bilhões

d. Do total de crédito para custeio, Cr\$ 203,7 bilhões devem sair do Banco do Brasil e Cr\$ 105,9 das demais instituições financeiras. Note-se que se forem corrigidos os valores previstos para a safra passada, a parcela prevista para o Banco do Brasil sozinha atingiria Cr\$ 237,6 bilhões; superior, portanto, ao orçamento da atual safra.

e. Ficou estabelecido em 15 de agosto que 55% dos recursos para o feijão (1ª parcela) deveriam ter sido liberados a partir de julho; contudo, não estiveram disponíveis antes da segunda quinzena de setembro.

f. Apesar de alguns mais afobados admitirem que o crédito não será problema nessa próxima safra, o presidente do Banco do Brasil descarta a possibilidade de cumprir a meta de financiamento da safra se não receber os Cr\$ 120 bilhões da

safrã passada, que os produtores tãem de dãbito para com esse agente financeiro.

2. Quanto aos Valores Bãasicos de Custeio (VBC):

- a. Houve duplicaãõ da renda bruta dos produtores rurais em suas categorias, para efeito de enquadramento na Polãtica de Garantia de Preãos Mãnimos (PGPM), conforme tabela 1.
- b. Foram alterados os limites de financiamento em relaãõ a algumas culturas, conforme tabela 2.
- c. Foi mantido o adicional sobre os VBC para a produãõ da semente de amendoim (7%), arroz-de-sequeiro e irrigado (9%), milho hãbrido (37%), milho variedade (21,%), soja (17%) e feijãõ (15%).
- d. Foram excluãdos da PGPM as exploraãões de bicho-da-seda e rami, estando excluãdas, portanto, da garantia de crãdito com recursos oficiais.
- e. Foram regionalizados os limites do VBC do algodãõ e da soja.
- f. Os reajustes dos VBCs foram diferenciados. O arroz-de-sequeiro teve 50%, enquanto o irrigado variou 52%, com a criaãõ de uma nova faixa. O feijãõ, que teve duas novas faixas de produtividade, variou de 6% e 14% junto àquela que insistiu nas duas safras. Enquanto isto, a batata-semente teve uma reduãõ; isto mesmo, reduãõ no nãmero de BTNs em relaãõ à safra anterior (tabela 3).
- g. A criaãõ do limite mãnimo de produtividade para o acesso ao crãdito oficial é talvez a maior novidade. Ele foi criado para a batata-semente, o sorgo, as uvas (vinãferas ou comuns), o amendoim e o arroz irrigado.
- h. O percentual de liberaãõ de cada parcela e a ãpoca de sua efetivaãõ foram mantidos idãnticos aos da safra anterior.

TABELA 1
ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS
CONFORME A RENDA DO PRODUTOR - 16.08.90

(MVR)

CLASSE DE PRODUTOR	RENDA BRUTA					
	Agricultura		Suinocultura		Demais Atividades	
	e Olericultura					
Miniprod.	até	1.600	até	2.000	até	800
Peq. Prod.	1.600 -	4.800	2.000 -	6.000	800 -	2.400
Médio Prod.	4.800 -	24.000	6.000 -	30.000	2.400 -	12.000
Grande Prod.	acima de	24.000	acima de	30.000	acima de	12.000

FONTE: Resolução nº 1.737 do Banco Central do Brasil, de
16/08/90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2
LIMITES DE FINANCIAMENTO CONFORME AS CULTURAS E A CLASSE DE
PRODUTOR - 21.08.90

(%)

LAVOURAS	MINI E PEQUENO PRODUTOR		MÉDIO PRODUTOR		GRANDE PRODUTOR	
	S a f r a					
	89/90	90/91	89/90	90/91	89/90	90/91
Amendoim	80	80	50	50	30	30
Arroz Sequeiro	80	100	60	80	40	60
Arroz Irrigado	100	100	60	80	40	60
Batata-semente	100	100	60	60	40	40
Feijão	100	100	100	100	100	100
Mandioca	100	100	100	100	100	100
Milho	80	100	70	80	50	60
Soja (Região Sul)	70	70	40	30	30	20
Sorgo	80	100	70	80	50	60
Uva	80	80	60	60	40	40

FONTE: Resolução nº 1.739 do Banco Central do Brasil, de
21/08/90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3
VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) E CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES VIGENTES EM SANTA CATARINA PARA A SAFRA DAS ÁGUAS 1990/91
E VBC DA SAFRA ANTERIOR

PRODUTO E ÁREA DE ABRANGÊNCIA	FAIXAS DE PRODUTIVIDADE		VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) 1990/91 (BTN/ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES				VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) 1989/90 (BTN/ha)
	De	Até		1a. PARCELA	2a. PARCELA	3a. PARCELA	4a. PARCELA	
				% A PARTIR DE	% A PARTIR DE	% A PARTIR DE	% A PARTIR DE	
FEIJÃO								
Todo Território nacional	-	400	115,77	55	25	20		108,81
	401	600	239,93	JUL/90	AGO/90	OUT/90		208,70
	601	800	282,51					247,56
	801	1.100	394,56					320,99
	1.101	1.600	479,78					378,04
	Acima de 1.600		599,62					(1)
MANDIOCA-1 CICLO								
Região Norte e Demais Estados das Regiões	-	10.000	218,98	25	25	30	20	173,68
Centro-Oeste, Sul e Sudeste	10.001	15.000	297,38	JUL/90	NOV/90	ABR/91	JUL/91	236,09
	15.001	20.000	557,95					395,20
	20.001	25.000	661,47					470,62
	Acima de 25.000		767,09					534,25
MANDIOCA-2 CICLOS								
Região Norte e Demais Estados das Regiões	-	12.000	284,81	20	20	40	20	224,36
Centro-Oeste, Sul e Sudeste	12.001	18.000	381,72	JUL/90	NOV/90	ABR/91	JUL/91	313,70
	18.001	24.000	655,58					470,39
	24.001	30.000	764,09					549,93
	Acima de 30.000		903,82					635,98
AMENDOIM								
Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Bahia - Zona 1	1.000	1.400	232,23	65	15	20		156,96
	1.400	2.300	451,03	AGO/90	SET/90	NOV/90		300,38
	Acima de 2.300		574,98					378,56
ARROZ IRRIGADO								
IRRIGAÇÃO MECÂNICA - SISTEMA DIESEL	2.600	3.000	503,21	45	45	10		312,60
Região Sul e Sudeste	3.001	3.600	599,55	AGO/90	OUT/90	FEV/91		368,15
	3.601	4.200	678,00					426,22
	4.201	5.000	770,25					481,32
	5.001	6.000	850,06					537,17
	Acima de 6.000		1.004,62					(1)
IRRIGAÇÃO MECÂNICA - SISTEMA ELÉTRICO	2.600	3.000	446,82	45	45	10		296,15
Região Sul e Sudeste	3.001	3.600	523,21	AGO/90	OUT/90	FEV/91		345,88
	3.601	4.200	588,24					400,05
	4.201	5.000	661,43					449,58
	5.001	6.000	741,24					505,42
	Acima de 6.000							(1)
IRRIGAÇÃO NATURAL								
Região Sul e Sudeste	2.600	3.000	434,71	45	45	10		280,23
	3.001	3.600	501,61	AGO/90	AGO/90	FEV/91		320,30
	3.601	4.200	567,17					373,31
	4.201	5.000	640,39					420,63
	5.001	6.000	720,20					476,48
	Acima de 6.000		851,14					(1)

(continua)

(conclusão)

PRODUTO E ÁREA DE ABRANGÊNCIA	FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)		VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) 1990/91 (BTN/ha)	CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES				VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) 1989/90 (BTN/ha)
	De	Até		1a. PARCELA % A PARTIR DE	2a. PARCELA % A PARTIR DE	3a. PARCELA % A PARTIR DE	4a. PARCELA % A PARTIR DE	
ARROZ SEQUEIRO								
Região Sul e Sudeste	-	1.000	173,34	70	20	10		110,32
	1.001	1.300	220,52	AGO/90	OUT/90	FEV/91		144,44
	1.301	1.600	274,75					182,42
	Acima de	1.600	317,99					212,35
BATATA-SEMENTE								
Todo Território Nacional	10.000	12.000	2.859,98	75	15	10		3.192,71
	12.001	15.000	3.358,39	AGO/90	SET/90	NOV/90		3.762,38
	15.001	18.000	3.753,90					4.247,93
	Acima de	18.000	3.843,74					4.316,68
MILHO								
Região Sul e Sudeste	-	900	83,41	55	30	15		64,76
	901	1.300	122,96	AGO/90	OUT/90	FEV/91		88,79
	1.301	1.700	170,39					114,65
	1.701	2.100	207,64					139,98
	2.101	2.500	236,13					160,94
	2.501	3.000	275,84					191,28
	3.001	3.500	299,51					208,58
	3.501	4.000	357,76					237,24
	4.001	5.000	406,77					269,66
	5.001	6.000	464,10					309,15
	6.001	7.000	548,48					365,36
	Acima de	7.000	632,86					421,57
SOJA								
Região Sul e Sudeste	-	1.250	225,70	75	15	10		
	1.251	1.500	242,80	AGO/90	OUT/90	FEV/91		
	1.501	1.750	287,83					
	1.751	2.000	306,12					
	2.001	2.400	358,57					
	Acima de	2.400	373,01					
UVA COMUM								
Todo Território Nacional	10.000	14.000	565,00	85	15			457,51
	14.001	20.000	1.063,15	AGO/90	DEZ/90			839,05
	Acima de	20.000	1.365,00					1.090,78
UVA VINÍFERA								
Todo Território Nacional	7.000	11.000	1.025,32	85	15			661,71
	11.001	15.000	1.475,57	AGO/90	DEZ/90			979,18
	Acima de	15.000	1.801,95					1.245,14

FONTE: CFP.

(1) Faixa de produtividade inexistente na safra 89/90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. Preços mínimos para a safra 90/91:

- a. Depois de uma década de preços uniformes, foi reintroduzida a regionalização dos preços mínimos (tabela 4) visando à redução do frete, aos centros consumidores ou portos, para o arroz-de-sequeiro, o milho e a soja.
- b. Apesar do considerável reajuste que os preços mínimos sofreram em BTN, os ditos "aumentos" não são reais. O que ocorreu, de fato, foi mais uma transferência disfarçada de renda do setor agrícola para o setor urbano-industrial.

Como ocorre isso? Enquanto o IGP+DI (Índice Geral de Preço - Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, entre julho de 90 e julho de 89 variou 4,469%, a variação ocorrida no BTN (expurgado) entre agosto de 90 e daquele ano foi de apenas 2,462%. (NB. Se for usado o IGP, a amplitude encontrada será maior).

Para que os preços mínimos sejam mantidos nos níveis de agosto de 1989, será necessário um reajuste de 78%, considerando que os preços agrícolas deveriam ser reajustados pela variação do nível geral de preços. Em não ocorrendo, o setor passa a ter uma correção de preços inferior ao nível de preços do setor urbano (produtos industriais e serviços), onde a agricultura busca insumos necessários ao processo de produção.

Como todos os "aumentos" em BTN foram inferiores a 78%, não atingindo 60%, pode-se seguramente afirmar que o setor agrícola perdeu "de novo", conforme tabela 4.

4. Outros instrumentos de intervenção

Ao ser comunicado o Pacote, o governo não deu conhecimento das normas de comercialização para a safra na Região Sul-Sudeste. Também não ficou conhecido o orçamento para a comercialização da safra a ser aplicado no ano fiscal de 1991 e, tampouco, qualquer indício da política de estoque estratégico (montante de recursos, volume de produto, etc).

TABELA 4

PREÇOS MÍNIMOS DE GARANTIA PARA OS PRODUTOS AGRÍCOLAS DA SAFRA DE VERÃO DE 1990/91

(Base: ago/90)

PRODUTOS	UNID.	A VIGOR A PARTIR DE	CORREÇÃO A PARTIR DO	PREÇO-BASE PROPOSTO		
				Em Cr\$/unid. (2)	Em BTN/kg	
			(1)	Safra/90/91	Safra/89/90	
Algodão em caroço	15 kg	fev/91	jul/91	461,00	0,575454	0,363281
Arroz agulhinha em casca(4)	50 kg	fev/91	jul/91	828,00	0,310071	0,204029
Arroz-de-sequeiro em casca						
- Sul, Sudeste e Nordeste(exceto MA)	60 kg	fev/91	jul/91	765,00	0,238732	0,155804
- MS, GO e DF	60 kg	fev/91	jul/91	697,00	0,217512	0,155804
- Sul do MT, TO e MA	60 kg	fev/91	jul/91	628,00	0,195979	0,155804
- Norte do MT, RO, AC, AM, PA, RR e AP(6)	60 kg	fev/91	jul/91	508,20	0,158507	0,155804
Cera-de-carnaúba	15 kg	set/90	(5)	960,00	1,198343	1,119534
Feijão	60 kg	nov/90	mar/91	2.400,00	0,748964	0,527780
Juta e Malva embonecadas	1 kg	fev/91	set/91	22,00	0,411930	0,383840
Mandioca	t	jan/91	dez/91	2.720,00	0,050930	0,036948
Milho						
- Sul, Sudeste e BA-Sul	60 kg	fev/91	jul/91	550,00	0,171638	0,111967
- MS, GO e DF	60 kg	fev/91	jul/91	470,00	0,146672	0,111967
- Sul do MT e TO	60 kg	fev/91	jul/91	377,00	0,117650	0,111967
- Norte do MT e GO	60 kg	fev/91	jul/91	358,00	0,111967	0,111967
Sisal Bruto	1 kg	set/90	(5)	17,70	0,331417	0,263890
Soja						
- Sul, Sudeste, BA-Norte SE, AL, PE, PB, RN, CE e PI	60 kg	fev/91	jul/91	655,00	0,204405	0,134380
- MS, GO, DF, MA e BA-Sul	60 kg	fev/91	jul/91	630,00	0,196603	0,134380
- Sul do MT e TO	60 kg	fev/91	jul/91	540,00	0,168517	0,134380

FONTE: Diário Oficial da União - 16/08/90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

- (1) A partir do último mês de correção pela variação do BTN o valor dos preços mínimos ficará constante em cruzeiros.
- (2) Quando em vigor, o valor do preço mínimo, em cruzeiros, é obtido pela multiplicação do valor do BTN do mês em questão pelo preço mínimo em BTN/kg, abandonando-se as frações do centavo.
- (3) Para o alho comum e semimobre o último mês de correção pela variação do BTN será dezembro/90.
- (4) Preço mínimo válido também para a produção das áreas irrigadas das Regiões Nordeste e Centro-Oeste, com início de operações a partir de 01.09.90.
- (5) Correção mensal pela variação do BTN durante todo o ano-safra.
- (6) Vigência a partir de 1/09/90 para Roraima.

5. Aspectos macroeconômicos do pacote

Um dos aspectos mais importantes para a agricultura e a economia catarinenses certamente está relacionado ao aspecto de regionalização. Não só para os VBCs e os preços mínimos, mas, e principalmente, para a política financeira do governo federal.

Ela está inserida e explícita nos mecanismos e instrumentos das "DIRETRIZES DE POLÍTICA ECONOMICA PARA A AGRICULTURA", publicadas no Diário Oficial da União de 16/08/90.

Os mecanismos a serem utilizados com vistas ao alcance dos objetivos propostos são o Programa de Competitividade Agrícola (PCA) e o Programa de Regionalização da Produção Agrícola (PRPA). O PRPA será desenvolvido mediante ações públicas que estimularão o investimento de unidades e complexos agroindustriais, onde há vantagem comparativa na produção primária, mas cujo custo de transporte compromete tal vantagem. Ainda dentro do PRPA, serão estimulados projetos que visem dotar tais áreas de infra-estrutura econômica e social.

O governo informa que para tanto utilizará a "desequalização" dos preços mínimos e dos combustíveis, redefinirá alíquotas de importação e exportação e, na política de financiamento, reorientará os investimentos visando à verticalização da produção (agrotransformação ou agroindustrialização).

Todo este direcionamento aponta para uma aceleração do processo de transferência de capital do Estado para as "áreas de fronteira".

Nas duas décadas anteriores, o estado de Santa Catarina experimentou um crescimento econômico excepcional. Tal crescimento decorreu dos aspectos da política econômica nacional, do formidável crescimento dos complexos agroindustriais instalados no estado e de seus efeitos "para frente e para trás".

Se se fala, até com certo ufanismo, em modelo catarinense, fique-se atento, pois estão comprometidos a produção de subsistência (base de pequena propriedade) e o crescimento agroindustrial. Contudo, como não é com um passe de mágica que se obtém "eficiência", não se é "competitivo" por falta de vontade. Este processo também é lento, mas, dentro da atual realidade, inevitável.

ANEXO

LEI Nº 8.023 DE 12 DE ABRIL DE 1990

Altera a legislação do imposto de renda sobre o resultado da atividade rural e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os resultados provenientes da atividade rural estarão sujeitos ao imposto de renda de conformidade com o disposto nesta Lei.

Art. 2º - Considera-se atividade rural:

I - a agricultura;

II - a pecuária;

III - a extração e a exploração vegetal e animal;

IV - a exploração da apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura e outras culturas animais;

V - a transformação de produtos agrícolas ou pecuários, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto "in natura" e não configure procedimento industrial feito pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada.

Art. 3º - O resultado da exploração da atividade rural será obtido por uma das formas seguintes:

I - simplificada, mediante prova documental, dispensada escrituração, quando a receita bruta total auferida no ano-base não ultrapassar setenta mil BTN;

II - escritural, mediante escrituração rudimentar, quando a receita bruta total do ano-base for superior a setenta mil BTN e igual ou inferior a setecentos mil BTN;

III - contábil, mediante escrituração regular, em livros devidamente registrados, até o encerramento do ano-base, em órgãos da Secretaria da Receita Federal, quando a receita bruta total no ano-base for superior a setecentos mil BTN.

Parágrafo Único - Os livros ou fichas de escrituração e os documentos que servirem de base à declaração deverão ser conservados pelo contribuinte à disposição da autoridade fiscal, enquanto não ocorrer a prescrição quinquenal.

Art. 4º - Considera-se resultado da atividade rural a diferença entre os valores das receitas recebidas e das despesas pagas no ano-base.

§ 1º - É indedutível o valor da correção monetária dos empréstimos contraídos para financiamento da atividade rural.

§ 2º - Os investimentos são considerados despesa no mês do efetivo pagamento.

§ 3º - Na alienação de bens utilizados na produção, o valor da terra nua não constitui receita da atividade agrícola e será tributado de acordo com o disposto no art. 3º, combinado com os arts. 18 a 22 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

Art. 5º - A opção do contribuinte, pessoa física, na composição da base de cálculo, o resultado da atividade rural, quando positivo, limitar-se-á a vinte por cento da receita bruta no ano-base.

Parágrafo único - A falta de escrituração prevista nos incisos II e III do art. 3º implicará o arbitramento do resultado à razão de vinte por cento da receita bruta no ano-base.

Art. 6º - Considera-se investimento na atividade rural, para os propósitos do art. 4º, a aplicação de recursos financeiros, exceto a parcela que corresponder ao valor da terra nua, com vistas ao desenvolvimento da atividade para expansão da produção ou melhoria da produtividade agrícola.

Art. 7º - A base de cálculo do imposto da pessoa física será constituída pelo resultado da atividade rural apurada no ano-base, com os seguintes ajustes:

I - acréscimo do valor de que trata o § 1º do art. 9º;

II - dedução do valor a que se refere o caput do art. 9º;

III - dedução, relativamente aos pagamentos feitos pela pessoa física, durante o ano-base, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e hospitais, do valor que exceder a vinte por cento do resultado da atividade rural;

IV - dedução de quantia correspondente a quatrocentos e oitenta BTN por dependente, até o limite de cinco dependentes.

§ 1º - As deduções de que tratam os incisos III e IV não poderão ser aproveitadas pelo contribuinte que as tiver utilizado para determinar a base de cálculo do imposto de renda incidente sobre rendimentos decorrentes de outras atividades que não a agrícola.

§ 2º - As normas constantes do art. 14, §§ 1º a 5º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, são aplicáveis, no que couber, ao disposto nos incisos III e IV.

Art. 8º - O resultado da atividade rural e da base de cálculo do imposto terão seus valores expressos em quantidades de BTN.

Parágrafo único - As receitas, despesas e demais valores que integram o resultado e a base de cálculo, serão convertidos em BTN pelo valor deste no mês do efetivo recebimento ou pagamento.

Art. 9º - O contribuinte que, no decurso do ano-base, mantiver depósitos vinculados ao financiamento da atividade rural, nos termos definidos pelo Poder Executivo, poderá utilizar o saldo médio ajustado dos depósitos para reduzir, em até cem por cento, o valor da base de cálculo do imposto.

§ 1º - A parcela de redução que exceder a dez por cento do valor da base de cálculo do imposto será adicionada ao resultado da atividade para compor a base de cálculo do ano-base subsequente àquela em que o benefício foi utilizado.

§ 2º - Considera-se saldo médio anual ajustado dos depósitos referidos no caput, a parcela equivalente a um doze avos da soma dos saldos médios mensais, expressos em quantidade de BTN.

§ 3º - O Banco Central do Brasil expedirá normas que regulamentarão a modalidade, forma, remuneração e aplicação dos depósitos referidos.

Art. 10 - O imposto da pessoa física será apurado sobre a base de cálculo definida no art. 7º, se positiva, expressa em quantidade de BTN, observando-se:

I - se a base de cálculo for até vinte e dois mil e oitocentos BTN, será deduzida uma parcela correspondente a seis mil, oitocentos e quarenta BTN e sobre o saldo remanescente incidirá a alíquota de dez por cento;

II - se a base de cálculo for superior a vinte e dois mil e oitocentos BTN, será deduzida uma parcela de dezesseis mil,

quatrocentos e dezesseis BTN e sobre o saldo remanescente incidirá a alíquota de vinte e cinco por cento.

§ 1º - Quando o contribuinte estiver sujeito à tributação por rendimento de outra natureza, será deduzida dos limites de isenção prevista nos incisos I e II deste artigo a soma dos limites de isenção utilizados no cálculo do imposto mensal.

§ 2º - O imposto, apurado na forma deste artigo, será convertido em cruzados novos pelo valor do BTN no mês de dezembro e em BTN-Fiscal pelo valor deste no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano subsequente.

Art 11 - O imposto apurado na forma do art. 10, expresso em quantidade de BTN-Fiscal, poderá ser pago em até seis quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte:

I - nenhuma quota será inferior a trinta e cinco BTN-Fiscal e o imposto de valor inferior a setenta BTN-Fiscal será pago de uma só vez;

II - a primeira quota ou quota única será paga no mês de abril do ano subsequente ao ano a que se referem os resultados apurados;

III - as quotas vencerão no último dia útil de cada mês;

IV - fica facultado ao contribuinte antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas.

Parágrafo único - A quantidade de BTN-Fiscal de que trata este artigo será reconvertida em cruzados novos pelo valor do BTN-Fiscal no dia do pagamento do imposto ou da quota.

Art. 12 - A pessoa jurídica que explorar atividade rural pagará o imposto à alíquota de vinte e cinco por cento sobre o lucro da exploração (art. 19 do Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 e alterações posteriores), facultada a redução da base de cálculo nos termos previstos no art. 9º, não

fazendo jus a qualquer outra redução do imposto a título de incentivo fiscal.

§ 1º - Na redução da base de cálculo, o saldo médio anual dos depósitos de que trata o art. 9º será expresso em cruzados novos e corresponderá a um doze avos da soma dos saldos médios mensais dos depósitos.

§ 2º - Os bens do ativo imobilizado, exceto a terra nua, quando destinados à produção, poderão ser depreciados integralmente, no próprio ano da aquisição.

§ 3º - O imposto de que trata este artigo será pago de conformidade com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

Art. 13 - Os arrendatários, os condôminos e os parceiros na exploração da atividade rural, comprovada a situação documentalente, pagarão o imposto de conformidade com o disposto nesta Lei, separadamente, na proporção dos rendimentos que couber a cada um.

Art. 14 - O prejuízo apurado pela pessoa física e pela pessoa jurídica poderá ser compensado com o resultado positivo obtido nos anos-base posteriores.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, ao saldo de prejuízos anteriores, constante da declaração de rendimentos relativa ao ano-base de 1989.

Art. 15 - O excesso por investimentos constante da declaração relativa ao ano-base de 1989 poderá ser compensado com o resultado de até três anos-base seguintes.

Art. 16 - Os valores das compensações a serem efetuadas pela pessoa física, nos termos dos arts. 14 e 15, deverão ser expressos:

I - em se tratando de prejuízo ocorrido a partir do ano-base de 1990, em quantidade de BTN resultante da apuração

da base de cálculo do imposto;

11 - em se tratando de prejuízos anteriores ao ano-base de 1990 ou excesso de redução por investimentos, constantes da declaração de rendimentos relativa ao ano-base de 1989, em quantidade de BTN equivalente ao quociente resultante da divisão dos respectivos valores, em cruzados novos, por NCz\$ 7,1324.

Parágrafo único - A pessoa física que, na apuração da base de cálculo do imposto, optar pela aplicação do disposto no art. 5º, perderá o direito à compensação do total dos prejuízos ou excessos de redução por investimento correspondentes a anos-base anteriores ao da opção.

Art. 17 - Os valores dos estoques finais dos rebanhos, constantes da declaração relativa ao ano-base de 1989, serão expressos em quantidade de BTN, equivalente ao quociente obtido dividindo-se o respectivo montante, em cruzados novos, por NCz\$ 2,4042.

Art. 18 - A inclusão, na apuração do resultado da atividade rural, de rendimentos auferidos em outras atividades que não as previstas no art. 2º, com o objetivo de desfrutar de tributação mais favorecida, constitui fraude e sujeita o infrator à multa de cento e cinquenta por cento do valor da diferença do imposto devido, sem prejuízo de outras cominações legais.

Art. 19 - O disposto nos art. 35 a 39 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, aplica-se ao lucro líquido do período-base apurado pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 12.

Art. 20 - Na programação especial relativa às operações oficiais de crédito na atividade de política de preços agrícolas e de custeio agropecuário serão previstos além de outros, recursos equivalentes à estimativa de arrecadação do imposto de renda sobre os resultados decorrentes da atividade rural de que trata esta Lei.

Art. 21 - O Poder Executivo expedirá os atos que se fizerem necessários à execução do disposto nesta Lei.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 - Revogam-se os Decretos-leis nº 902, de 30 de setembro de 1989, 1.074, de janeiro de 1970, os arts. 1º, 4º e 5º do Decreto-lei nº 1.382, de 26 de dezembro de 1974, e demais disposições em contrário.

Brasília, em 12 de abril de 1990, 169ª da Independência e 102ª da República.

FERNANDO COLLOR

Zélia Cardoso de Mello

DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

2. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

2.1. ALHO

1. INTRODUÇÃO

Até o início da década de 80, o Brasil convivia com importações de alho que giravam em torno de 30.000 toneladas anuais. Somente a partir da adoção do primeiro Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho, a produção brasileira foi se intensificando, passando a atender cada vez mais à demanda interna.

No estado de Santa Catarina, a lavoura começou a expandir-se a partir de 1973. Hoje, aproximadamente 2.000 famílias estão envolvidas diretamente com a atividade no estado, que se destaca como primeiro produtor nacional.

O plantio está concentrado na microrregião de Curitibanos, que respondeu por 49,4% da área cultivada e por 60,6% da produção estadual na safra 1989/90.

2. PRODUÇÃO

2.1. Mundial

A produção mundial nos últimos 8 anos, segundo a Organização de Alimentação e Agricultura da ONU (FAO), mantém-se na faixa de 2 a 3 milhões de toneladas (tabela 1). Os países maiores produtores são a China, a Coréia, a Espanha, a Índia, a Tailândia, o Egito e a Turquia.

O Brasil ocupa a 10ª colocação, produzindo 2,5% do total mundial.

TABELA 1

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL DE ALHO - 1980-89

ANO	ÁREA 1.000 ha	PRODUÇÃO 1.000 t	RENDIMENTO kg/ha
1980	386	2.412	6.252
1981	379	2.174	5.734
1982	489	2.633	5.383
1983	541	2.860	5.289
1984	427	2.633	6.171
1985	396	2.403	6.073
1986	412	2.537	6.156
1987	480	2.887	6.014
1988	477	2.874	6.029
1989	490	3.012	6.143

FONTE: FAO. Anuário FAO de Producción, v. 36, 1982; v. 39, 1985; v. 42, 1988; v. 43, 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

2.2. Nacional

A produção brasileira começou a apresentar resultados significativos a partir de 1980. Alcançou o pico máximo em 1987, depois de excelentes preços recebidos pelos produtores em 1986. Novamente estimulados pela ótima comercialização do ano anterior, os produtores aumentaram suas áreas em 1990 e deverão se aproximar bastante do recorde produzido em 1987. O aumento de área chegou ao redor de 18% e a produção esperada é 16% superior à de 1989 (tabela 2 e 3).

TABELA 2
ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE ALHO NO BRASIL - 1980-90

ANO	ÁREA (COLHIDA (ha))	ÍNDICE	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	ÍNDICE
1980	12.352	100	40.303	100	3.262	100
1981	12.651	102	48.134	119	3.805	117
1982	18.356	149	63.941	159	3.483	107
1983	15.646	127	58.438	145	3.735	115
1984	11.931	96	43.699	108	3.394	113
1985	11.433	93	45.896	114	4.014	123
1986	14.633	118	61.939	154	4.233	130
1987	17.922	145	76.186	189	4.251	130
1988	14.374	116	56.824	141	3.953	121
1989	14.025	113	61.511	153	4.386	134
1990(*)	16.483	133	71.265	177	4.323	132

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1980-88.

Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, set. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Dados preliminares sujeitos a retificação..

TABELA 3
QUANTIDADE PRODUZIDA DE ALHO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E TOTAL BRASILEIRA - 1980-90

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE PRODUZIDA										
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990(*)
Santa Catarina	6.720	7.905	8.654	9.724	8.988	13.421	18.681	24.386	13.520	16.747	22.891
Minas Gerais	16.519	15.777	22.122	19.319	11.975	10.803	12.970	17.076	13.145	13.390	13.436
Rio Grande do Sul	5.165	5.592	5.797	5.889	5.689	5.768	6.283	8.044	6.892	6.812	9.088
Goiás	4.293	7.283	7.319	7.511	4.429	4.210	6.360	5.977	6.130	6.820	6.960
Espírito Santo	500	895	3.475	5.176	4.135	3.515	4.089	4.943	4.179	3.836	3.960
São Paulo	1.034	1.197	2.256	1.800	1.190	1.945	4.504	6.732	4.124	4.582	6.320
Paraná	1.519	3.075	4.619	2.581	2.008	1.905	3.473	2.288	3.059	2.613	2.771
Bahia	2.686	2.730	4.180	3.580	2.258	2.490	2.905	4.160	3.480	4.232	3.408
Piauí	333	558	739	299	701	343	808	625	830	815	1.007
Ceará	280	320	524	529	743	560	597	582	475	663	529
Outros	1.254	2.802	4.256	2.030	1.583	936	1.269	1.373	990	1.001	945
BRASIL	40.303	48.134	63.941	58.438	43.699	45.896	61.939	76.186	56.824	61.511	71.265

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 41-49, 1980-89.

Fundação IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, set. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Dados preliminares sujeitos a retificação.

2.3. Estadual

A produção de alho em Santa Catarina é composta por 95% de alhos nobres e 5% de alhos comuns. Para a produção da safra 1990/91 de alhos comuns, o clima transcorreu normal, com exceção de chuvas localizadas durante o período de colheita, porém sem ocasionar grandes prejuízos às lavouras. Para os alhos nobres, no entanto, a intensa chuva dos meses de outubro e novembro provocou grandes prejuízos para os produtores, principalmente na microrregião de Curitibanos. A umidade decorrente e a falta de luminosidade propiciaram o aparecimento de doenças que se tornaram incontroláveis, seja pela inviabilidade da aplicação (mau tempo), seja pela ineficiência dos produtos aplicados, prevendo-se, com isto, queda na produtividade de algumas lavouras, tal queda, sem dúvida, compromete a previsão inicial (tabela 4).

TABELA 4
ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE ALHO EM SANTA CATARINA - 1980-90

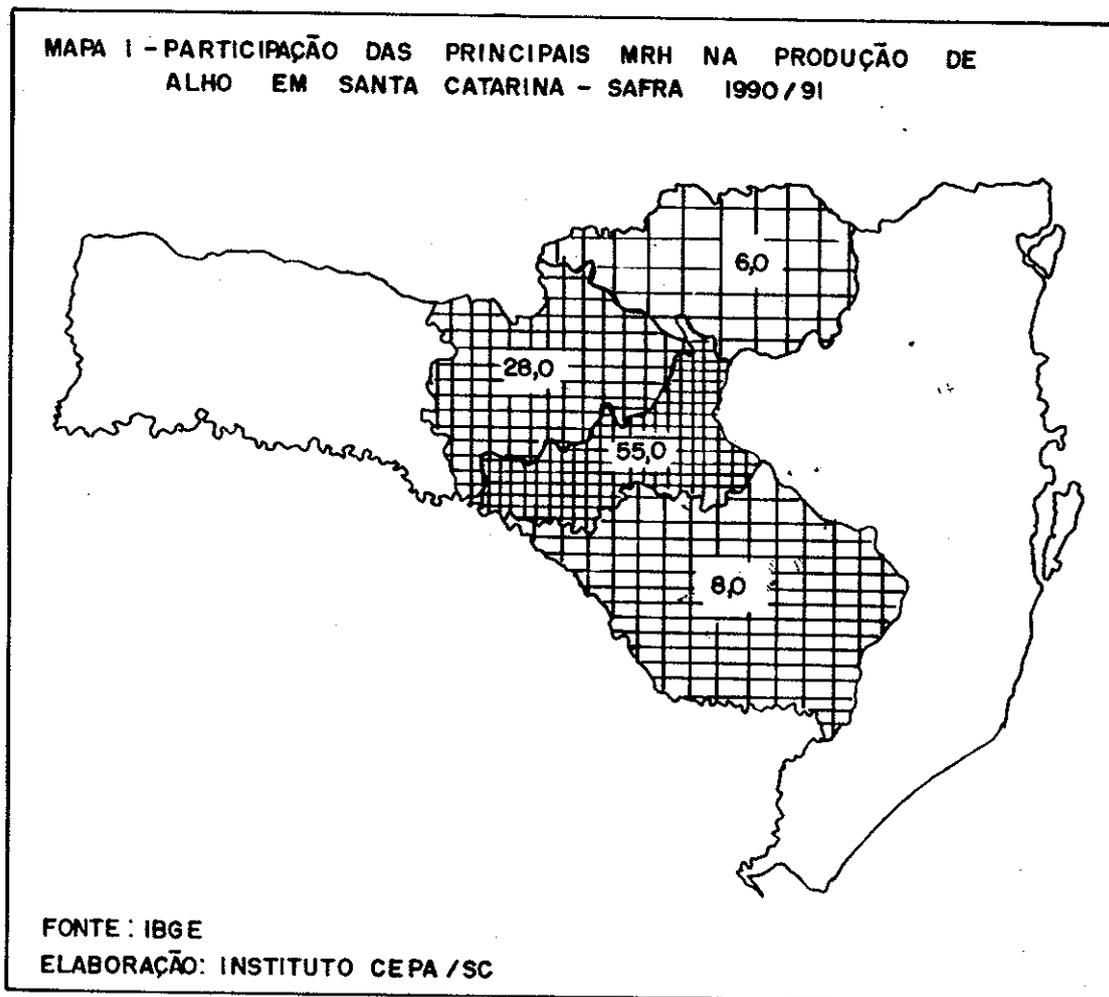
ANO	ÁREA (COLHIDA (ha))	ÍNDICE	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÍNDICE	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	ÍNDICE
1980	3.544	100	6.720	100	1.896	100
1981	2.492	70	7.905	118	3.172	167
1982	2.608	74	8.654	129	3.318	175
1983	2.568	72	9.724	145	3.787	200
1984	2.144	61	8.988	134	4.192	221
1985	2.636	74	13.421	200	5.091	269
1986	3.534	100	18.681	278	5.286	279
1987	4.402	124	24.386	363	5.540	292
1988	3.043	86	13.520	201	4.443	234
1989	3.030	85	16.747	249	5.227	276
1990(*)	4.100	116	23.139	344	5.809	306

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1980-88.

Fundação IBGE/GCEA -SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1990.

(*) Dados Preliminares sujeitos a retificação.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.



3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

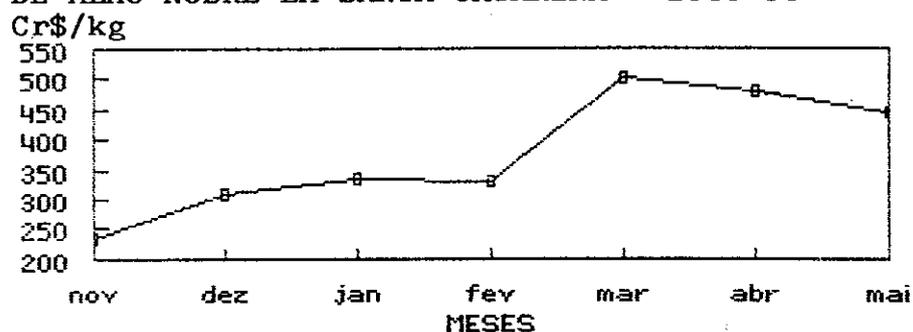
A comercialização dos alhos nobres de Santa Catarina (safra 89/90) foi intensa durante os meses de janeiro e fevereiro. Mais de 70% da produção foi escoada nestes dois meses, processando-se de forma bastante diluída entre pequenos compradores, como aconteceu no ano anterior.

A maior parte das vendas iniciais foi de alhos tipos 4 e acima.

Alguns fatores contribuíram para que a comercialização da safra fosse tranquila e bastante favorável aos produtores. Entre eles a atuação, principalmente em Curitiba, da Associação Catarinense de Produtores de Alho (ACAPA), promovendo assembleias de produtores todas as semanas, com o objetivo de estabelecer as normas de comercialização (preço, prazo, etc) para o período. Outra boa oportunidade foi a possibilidade que o produtor teve de fazer a sua lavoura sem financiamento, o que o deixou completamente desatrelado de compromissos e efetuando vendas sem a tradicional pressão do mercado no momento de saldar suas dívidas.

O frequente aumento real dos preços do produto no mercado atacadista refletiu-se em aumento real ao produtor, chegando a 63% no intervalo de dezembro de 1989 a março de 1990. Depois da implantação do Plano de Estabilização Econômica do governo federal, registrou-se queda no preço real do produto (gráfico 1).

GRÁFICO 1
PREÇOS REAIS (1) MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES
DE ALHO NOBRE EM SANTA CATARINA - 1989-90

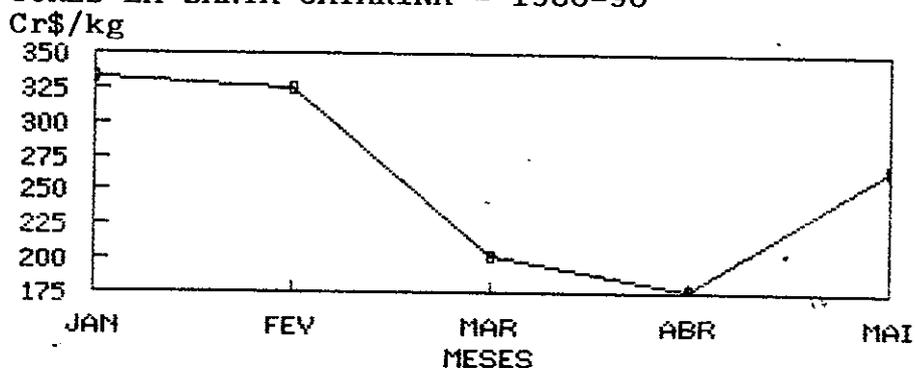


FONTE: Instituto CEPA/SC. Informe Conjuntural 1989-90.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

Em relação aos anos anteriores, os preços obtidos nesta safra foram bastante favoráveis aos alhicultores do estado, uma vez que tiveram crescimento constante, beneficiando a maioria dos produtores, contrariamente aos picos de preços de certos anos que beneficiaram somente alguns (gráfico 2).

GRÁFICO 2
PREÇOS REAIS (1) DE ALHO RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM SANTA CATARINA - 1980-90



FONTE: Instituto CEPA/SC. Informe Conjuntural 1980-1990.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O abastecimento do mercado nacional de alho normalmente é feito com a produção das seguintes origens:

- . Janeiro a março - Região Sul
- . Março a agosto - Alho importado
- . Setembro a dezembro - Região Sudeste e Centro-Oeste

Em 1990 (safra 89/90), a produção nacional atingiu 61.511 toneladas.

O consumo aparente de alhos no país, segundo a Secretaria Nacional de Abastecimento (SNAB/MA), é estimado em 3.250 t/mês de produto "in natura", ou 40.000 toneladas/ano.

Com base na produção e no consumo aparente, foi o seguinte o balanço de oferta e demanda:

a. Oferta	61.511 t
b. Demanda	73.526 t
. Consumo humano	40.000 t
. Reserva p/semente	16.920 t
. Indústria	7.380 t
. Perdas	9.226 t

Teoricamente, a necessidade de importação estaria ao redor de 12.000 toneladas para o ano de 1990, mas, pelas estimativas da Coordenadoria de Intercâmbio Comercial/AGESA, as importações foram bem superiores, tendo sido de 21.111 toneladas (tabela 5), haja vista a decisão do governo federal em liberar as importações fora dos acordos pré-estabelecidos.

TABELA 5
PERSPECTIVAS DE IMPORTAÇÃO DE ALHO-1990

PAÍSES (*)	(em toneladas)	
	COTAS DEFINIDAS EM ACORDO	COTAS DEFINIDAS EXTRA ACORDO
Argentina	8.000	2.482
Bolívia	320	-
Chile	620	142
México	1.624	80
Peru	390	-
Uruguai	162,5	-
Espanha	-	7.290,5
TOTAL	11.416,5	9.994,5

FONTES: Coordenadoria de Intercâmbio Comercial/AGESA.
(*) Excetuando-se a Espanha, os demais países são membros da ALADI.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

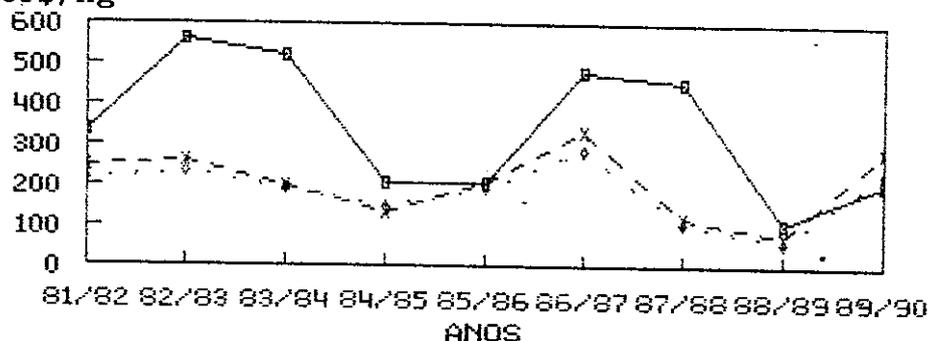
A importação em quantidades bem superiores à necessidade prejudicou grandemente os produtores nacionais da Região Sudeste e Centro-Oeste, pois a oferta dos importados se deu de março a dezembro, concorrendo diretamente com as produções daquelas regiões.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

Os preços reais recebidos pelos produtores apresentaram variações significativas no período 1981-89. Mesmo assim, a cultura tem-se mostrado rentável quando se comparam os preços recebidos com os custos de produção calculados pelo Instituto CEPA/SC.

Em 1990, os preços reais recebidos estiveram em níveis superiores ao custo de produção, a exemplo do ano anterior (gráfico 3).

GRÁFICO 3
CUSTOS DE PRODUÇÃO X PREÇOS RECEBIDOS PELOS
PRODUTORES DE ALHO NOBRE EM SANTA CATARINA -
SAFRA 1981/82 A 1989/90
 Cr\$/kg



—■— Preço rec. ..◆..Custo var. -x- Custo tot.

FONTE: Instituto CEPA/SC. Custo de Produção
 1981-90.

Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação
 Getúlio Vargas.

As primeiras vendas da safra, que se realizaram no mês de novembro, tiveram preços médios de Cr\$ 273,02/quilo, enquanto o custo acusava Cr\$ 163,78/quilo.

6. SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 1990/91 EM SANTA CATARINA

As estimativas do IBGE/GCEA de novembro de 1990 indicam uma área plantada de 4,100 hectares e produção esperada de 22,191 toneladas (tabela 6).

O significativo aumento de 35% na área plantada deveu-se ao fato de os produtores terem tido boa lucratividade com a lavoura no ano anterior. A produção esperada, que seria 38% maior que a do ano anterior, poderá não chegar a este patamar, devido a problemas climáticos, ocorridos justamente no final do ciclo da cultura.

TABELA 6
 ÁREA E PRODUÇÃO DE ALHO SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE
 SANTA CATARINA - 1990-91

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	1990-91 (*)	
	Área (ha)	Produção (t)
Xanxerê	9	33
Joaçaba	1.276	6.508
Concórdia	36	129
Canoinhas	247	1.426
Curitibanos	2.010	12.660
Campos de Lages	298	1.758
Rio do Sul	23	90
Blumenau	6	18
Ituporanga	80	188
Tijucas	30	75
Florianópolis	15	40
Tabuleiro	59	170
Tubarão	11	37
TOTAL DA UF	4.100	23.139

FONTES: Fundação IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, nov. 1990.

(*) Dados preliminares sujeitos a retificação.

Pelos dados da Fundação IBGE a estimativa do balanço de oferta e demanda no estado é a seguinte:

a. Produção de alhos curados (oferta)	22.191 t
b. Demanda	10.990 t
. Consumo humano ("in natura")	900 t
. Reserva para semente	4.100 t
. Indústria	2.662 t
. Perdas	3.328 t
c. Produção Excedente (1-2)	11.201 t

A colheita de alhos nobres iniciou-se em novembro com bastante intensidade, pois os produtores estavam preocupados com o aparecimento de doenças incontroláveis.

Com isto, a formação dos bulbos ficou prejudicada e espera-se menor quantidade dos tipos 4 e acima.

As primeiras produções comercializadas ainda em rama tiveram preços entre Cr\$ 250,00 e Cr\$ 300,00/quilo, indicando que a comercialização da safra seguirá o caminho traçado pela safra anterior, com escoamento tranquilo e preços compensadores.

Os instrumentos de política agrícola para o produto pouca influência tiveram para estimular ou não o produtor.

O VBC não cobriu sequer o custo da semente e o preço mínimo de garantia esteve sempre abaixo do preço de mercado, haja vista a decisão do governo federal em extingui-lo.

2.2. ARROZ

1. INTRODUÇÃO

A cultura do arroz ocupa o quinto lugar em valor bruto da produção dentre as lavouras que compõem a agricultura catarinense, caracterizando-lhe a grande importância para a economia primária do estado.

É uma atividade socialmente importante, pois 90% dos produtores são pequenos agricultores; destes, 25% têm área menor que 10 hectares, 32% entre 10 e 20 e 33% entre 20 e 50 hectares.

Outro fato que evidencia esta atividade em Santa Catarina é a participação na produção total de grãos. Na safra 89/90 (ano civil 90), foram produzidos aproximadamente 4,2 milhões de toneladas de grãos no estado; deste total, o arroz foi responsável por 13,5% (567,7 mil toneladas), situando-se em segundo lugar, superado apenas pelo milho.

A área plantada (152,8 mil hectares) foi 3,8% menor que a anterior (156,8 mil hectares). No entanto, a melhor produtividade média, obtida em função do aumento da área de arroz irrigado em detrimento da área de sequeiro, proporcionou aumento de 2,3% na produção, elevando-se de 555,1 para 567,7 mil toneladas.

A distribuição geográfica do cultivo foi proporcional à das safras anteriores. Com a mudança, pela Fundação IBGE, das microrregiões homogêneas e dos municípios que as compõem, o cultivo de arroz irrigado concentrou-se nas microrregiões de Araranguá (31,3%), Joinville (21%), Tubarão (15,3%), Criciúma (8,7%), Blumenau (7,3%), Rio do Sul (6,8%), Itajaí (5,8%); o de sequeiro, na microrregião de Canoinhas (15,8%), São Miguel d'Oeste (13,4%), Chapecó (13,2%), Xanxerê (10,6%) e Joaçaba (8,9%) (tabela 1).

TABELA 1
 ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E QUANTIDADE PRODUZIDA DE ARROZ IRRIGADO E DE SEQUEIRO EM SANTA CATARINA, NAS
 MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS - 1990

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA COLHIDA (ha)(2)			RENDIMENTO (kg/ha)			QUANTIDADE PRODUZIDA (t)		
	Irrigado	Sequeiro	Total	Irrigado	Sequeiro	Médio	Irrigado	Sequeiro	Total
	São Miguel d'Oeste	-	6.630	6.630	-	2.142	2.142	-	14.205
Chapecó	-	6.650	6.650	-	1.737	1.738	-	11.557	11.557
Xanxerê	-	5.550	5.550	-	1.739	1.739	-	9.653	9.653
Joaçaba	-	4.455	4.455	-	1.736	1.736	-	7.730	7.730
Concórdia	-	3.340	3.340	-	1.639	1.639	-	5.475	5.475
Dancoinhas	30	6.210	6.240	5.000	1.482	1.430	150	8.773	8.923
São Bento do Sul	15	155	170	3.000	2.019	2.106	45	319	358
Joinville	21.370	290	21.660	5.310	2.848	5.253	112.957	826	113.783
Curitibanos	-	2.225	2.225	-	1.695	1.695	-	3.773	3.773
Campos de Lages	-	4.112	4.112	-	1.489	1.489	-	6.123	6.123
Rio do Sul	7.087	1.653	8.740	6.010	1.451	5.150	42.595	2.416	45.011
Blumenau	7.776	308	8.084	5.200	1.457	5.057	40.437	449	40.886
Itajaí	6.365	330	6.695	4.660	1.748	4.516	29.661	577	30.238
Ituporanga	220	810	1.030	5.863	1.869	2.722	1.290	1.514	2.804
Tijucas	1.000	305	1.305	4.168	1.967	3.654	4.168	600	4.768
Florianópolis	2.322	59	2.381	3.575	2.811	3.558	8.303	170	8.473
Tabuleiro	14	680	694	4.500	1.902	1.955	63	1.294	1.357
Tubarão	14.605	1.040	15.645	3.611	1.971	3.497	52.665	2.050	54.715
Criciúma	9.710	2.180	11.890	3.804	1.401	3.332	36.564	3.055	39.619
Araranguá	34.500	830	35.330	4.533	2.192	4.479	156.417	1.820	158.237
TOTAL	106.460	47.812	154.272	4.631	1.737	3.680	485.305	82.381	567.686

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA (nov. 1990).
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de arroz em casca tem evoluído ano após ano. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em seu boletim de setembro de 1990, a safra 89/90 foi 3,5% maior que a anterior e as previsões para 1990/91 são de aumento de 0,5% (tabela 2).

O Brasil continua sendo o 9º produtor mundial, embora tenha reduzido sua participação de 2,3% para 1,6%.

TABELA 2
 ÁREA, RENDIMENTO E PRODUÇÃO DE ARROZ, EM CASCA E BENEFICIADO, NO MUNDO E NOS PRINCIPAIS PAISES EXPORTADORES E IMPORTADORES - SAFRAS 1988/89, 1989/90 E 1990/91(1)

PAÍS	ÁREA (milhões de ha)			RENDIMENTO (t/ha)			PRODUÇÃO (milhões de t)					
							Em Casca			Beneficiado		
	1988/89	1989/90	1990/91(1)	1988/89	1989/90	1990/91	1988/89	1989/90	1990/91	1988/89	1989/90	1990/91
TOTAL	145,4	146,3	146,1	3,4	3,5	3,5	487,7	504,7	506,9	330,2	341,0	342,2
Princ. Exportadores	16,5	17,0	17,0	2,3	2,3	2,4	38,4	39,1	40,3	24,6	25,0	25,8
Birmânia	4,5	4,7	4,9	2,8	2,9	2,9	12,5	13,5	14,0	7,5	8,1	8,4
Paquistão	2,0	2,1	2,1	2,4	2,3	2,5	4,8	4,8	5,3	3,2	3,2	3,5
Tailândia	9,9	10,2	10,0	2,1	2,0	2,1	21,1	20,8	21,0	13,9	13,7	13,9
Princ. Importadores	13,0	13,7	13,2	4,3	4,3	4,4	55,8	58,3	57,6	36,9	38,5	38,1
C.E.E	0,3	0,3	0,4	5,6	5,9	6,0	2,0	2,0	2,2	1,3	1,3	1,5
Indonésia	9,8	10,4	10,0	4,3	4,3	4,5	42,3	44,8	44,3	27,5	29,1	28,8
Nigéria	0,6	0,6	0,7	1,3	1,4	1,5	0,8	0,9	1,0	0,6	0,6	0,6
Coréia do Sul	1,3	1,3	1,2	6,6	6,5	6,4	8,4	8,2	7,6	6,1	5,9	5,5
Outros(2)	1,0	1,0	1,1	2,3	2,4	2,3	2,3	2,5	2,5	1,5	1,6	1,6
Outros Países	116,0	115,6	115,9	3,4	3,5	3,5	593,5	407,3	409,0	268,6	277,4	278,3
Austrália	0,1	0,1	0,1	7,9	8,2	8,0	0,8	0,9	0,8	0,6	0,7	0,6
Bangladesh	10,2	10,7	10,6	2,3	2,5	2,5	23,3	27,0	26,3	15,6	18,0	17,5
Brasil	5,3	4,3	4,8	2,1	1,9	2,0	11,0	8,2	9,8	7,5	5,6	6,7
China	31,9	32,7	32,3	5,3	5,5	5,6	169,1	180,1	180,0	118,4	126,1	126,0
Índia	41,9	41,5	41,8	2,5	2,5	2,5	106,0	105,8	105,8	70,7	70,0	70,5
Japão	2,1	2,1	2,1	5,8	6,2	6,2	12,4	12,9	12,9	9,0	9,4	9,4
Filipinas	3,5	3,4	3,5	2,6	2,6	2,7	9,2	8,9	9,6	6,0	5,8	6,2
URSS	0,7	0,7	0,7	4,3	3,9	4,0	2,9	2,6	2,6	1,9	1,7	1,7
Vietnã	5,8	5,9	5,9	2,9	3,1	3,0	16,8	18,0	17,5	10,9	11,7	11,4
E.E.U.U.	1,2	1,1	1,1	6,2	6,4	6,3	7,3	7,0	7,2	5,2	5,1	5,0
Outros	13,3	13,1	13,0	2,6	2,8	2,8	34,6	36,7	36,5	22,9	23,4	23,3

FONTE: USDA. World Agricultural Production. Set. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa preliminar.

(2) Inclui Hong Kong, Irã, Iraque, Costa do Marfim e Arábia Saudita.

A produção nacional, que mantinha crescimento gradativo, em 1990 apresentou a pior performance dos últimos anos, sofrendo redução de 32% na produção em relação ao ano anterior (tabela 3), causada pela diminuição de 20% na área plantada, reflexo da prolongada estiagem no extremo sul e do excesso de chuvas na época do preparo do solo.

Também contribuiu para a involução da área plantada, principalmente na Região Norte, a proibição pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - da abertura de novas áreas (tabela 4).

TABELA 3
 ÁREA PLANTADA, RENDIMENTO MÉDIO E QUANTIDADE PRODUZIDA DE ARROZ
 NO BRASIL - 1981-1990

ANO	ÁREA COLHIDA (t)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1981	6.101.772	8.228.326	1.349
1982	6.024.657	9.734.553	1.616
1983	5.108.250	7.741.753	1.516
1984	5.351.473	9.027.363	1.687
1985	4.754.692	9.024.555	1.898
1986	5.584.979	10.374.030	1.857
1987	5.979.792	10.419.029	1.742
1988	5.960.984	11.806.451	1.980
1989	5.368.880	11.029.804	2.054
1990(1)	4.288.165	7.433.885	1.734

FONTE: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, v. 41-49, 1980-89.

Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, out. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

TABELA 4

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE ARROZ EM CASCA NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1989-1990

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1989			1990		
	Área (ha)	Produção (t)	Participação (%)	Área (ha)	Produção (t)	Participação (%)
Rio Grande do Sul	823.080	3.968.877	36,0	835.665	3.194.390	43,0
Minas Gerais	492.740	756.756	6,9	441.078	587.059	7,9
Santa Catarina	156.862	555.141	5,0	152.826	567.686	7,6
Maranhão	933.554	1.091.566	9,9	690.710	466.181	6,3
Mato Grosso	639.454	890.238	8,1	374.899	419.355	5,6
São Paulo	256.785	486.319	4,4	221.505	313.018	4,2
Goiás	455.720	646.690	5,9	351.010	297.170	4,0
Tocantins	383.380	646.990	5,9	209.560	261.850	3,5
Paraná	163.633	295.698	2,7	150.000	260.000	3,5
Mato Grosso do Sul	167.323	266.695	2,4	138.701	182.728	2,4
Pará	168.725	208.899	1,9	130.152	145.808	2,0
Piauí	258.267	340.559	3,1	240.225	143.113	1,9
Rondônia	149.643	249.266	2,1	86.531	138.997	1,9
Ceará	73.249	146.228	1,2	74.690	124.959	1,7
Espírito Santo	35.761	107.030	1,0	33.417	93.350	1,2
Acre	31.919	42.840	0,4	30.210	43.610	0,6
Rio de Janeiro	29.872	101.940	0,9	23.278	42.976	0,6
Bahia	80.038	84.414	0,7	43.412	33.317	0,4
Pernambuco	9.212	34.239	0,3	8.249	28.115	0,4
Alagoas	8.533	26.531	0,2	8.090	28.031	0,3
Sergipe	12.886	23.080	0,2	9.960	25.442	0,3
Paraíba	14.317	25.754	0,2	15.164	15.233	0,2
Roraima	6.630	16.082	0,1	6.368	11.717	0,1
Distrito Federal	5.929	4.951	0,1	4.500	3.766	0,1
Rio Grande do Norte	5.186	7.177	0,1	4.339	2.786	0,1
Amazonas	4.879	4.975	0,1	2.806	2.745	0,1
Amapá	1.303	869	0,1	800	480	0,1
TOTAL	5.368.880	11.029.804	100,0	3.938.291	7.433.885	100,0

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, out. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A produção catarinense na safra 89/90 apresentou crescimento de 2,2% em relação à anterior, apesar de a área plantada ter sido menor que a da safra passada.

O estado de Santa Catarina foi responsável por 7,6% da produção nacional, situando-se como 3º produtor, superado apenas pelo Rio Grande do Sul e Minas Gerais (tabela 4).

O desempenho do estado cresce ano a ano, em função dos maiores rendimentos alcançados pelo cultivo do arroz irrigado. A participação deste na safra 89/90 foi de 69% na área plantada e de 84% na produção (tabela 5), elevando a produtividade média do estado de 3.589 para 3.789 quilos/hectare.

O arroz-de-sequeiro no estado é mantido apenas como produção para autoconsumo.

TABELA 5

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DE ARROZ EM SANTA CATARINA, SEGUNDO O TIPO DE CULTIVO - 1984-1991

ANO	TIPO DE CULTIVO	ÁREA (2) (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1984	irrigado	88.746	358.034	4.035
	sequeiro	51.969	92.533	1.780
1985	irrigado	92.633	378.766	4.088
	sequeiro	52.000	67.600	1.300
1986	irrigado	96.233	394.751	4.102
	sequeiro	52.508	56.148	1.069
1987	irrigado	103.711	433.148	4.176
	sequeiro	58.555	71.608	1.223
1988	irrigado	103.580	464.730	4.487
	sequeiro	55.000	89.000	1.607
1989	irrigado	104.893	468.615	4.511
	sequeiro	49.762	86.526	1.739
1990	irrigado	104.789	485.305	4.631
	sequeiro	47.402	82.381	1.737
1991(1)	irrigado	104.704	501.661	4.791
	sequeiro	43.336	92.702	2.139

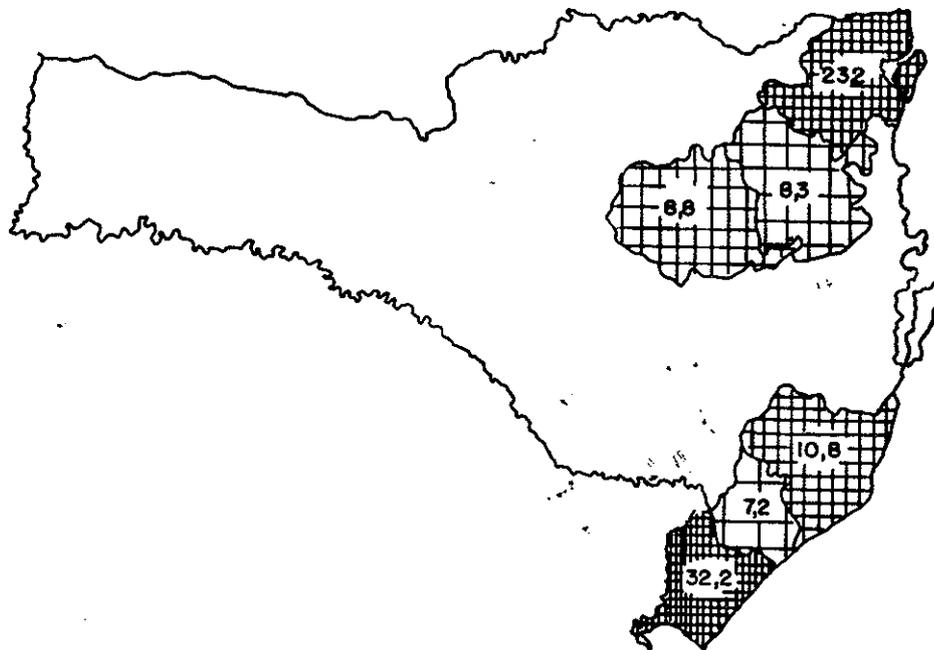
FONTE: Fundação IBGE/GCEA, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1985 - nov. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares.

(2) Refere-se à área colhida. A Fundação IBGE não divulga área plantada.

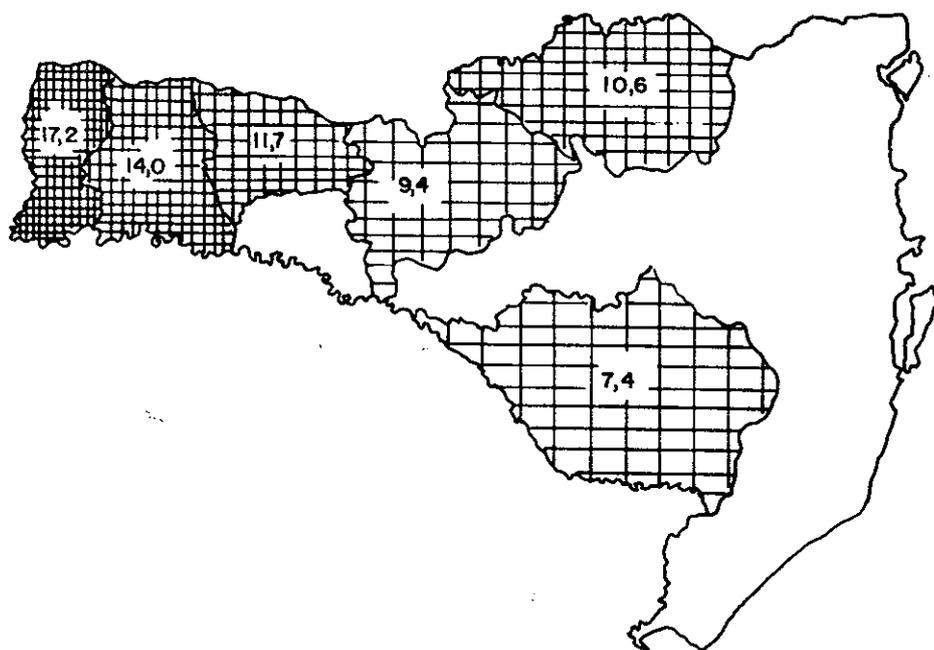
MAPA I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

MAPA II - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

3. CONSUMO E ABASTECIMENTO

O consumo de arroz em casca, em todo o território nacional, deverá apresentar queda de aproximadamente 3% em relação ao ano comercial 1989/90 (tabela 6).

TABELA 6
QUANTIDADE PRODUZIDA E CONSUMO HUMANO ESTIMADO DE ARROZ EM CASCA NO BRASIL - 1980-90

ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÍNDICE	POPULAÇÃO ESTIMADA (hab.)	ÍNDICE	CONS. HUMANO ESTIMADO (t)	ÍNDICE
1980	9.775.720	100	119.070.865(1)	100	8.096.819	100
1981	8.228.326	84	124.067.747	104	8.436.607	104
1982	9.734.553	100	126.898.429	107	8.629.093	107
1983	7.741.753	79	129.766.082	109	8.824.094	109
1984	9.027.363	92	132.658.730	111	9.020.794	111
1985	9.024.555	92	135.564.395	114	9.218.379	114
1986	10.374.030	106	138.492.887	116	9.417.516	116
1987	10.419.029	107	141.452.187	119	9.618.749	119
1988	11.806.451	121	144.427.586	121	9.821.076	121
1989	11.088.289	113	147.404.375	124	10.023.498	124
1990	7.433.885	76	150.367.841	126	10.225.013	126
1991	9.500.000(2)	97	153.321.580	129	10.425.925	129

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil v. 41-49, 1980-89.
Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, out. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados do Censo Demográfico do Brasil, 1980.

(2) Estimativas.

A estimativa de menor consumo está sendo atribuída à redução da renda da grande massa de assalariados do país, que, segundo algumas instituições, ultrapassa 20%. Considerando-se que o arroz é um produto de primeira necessidade e que participa da mesa da maioria da população, é certa a redução do seu consumo, muito embora não proporcional à queda da renda per capita.

Os dados definitivos referentes à safra 1989/90, levantados pela CFP, apontam uma produção de 7,967 mil toneladas, representando queda de 28% em relação ao volume alcançado na safra anterior, motivada pela redução de 22% na área plantada e rendimento médio das lavouras 8% menor.

Com isto, o quadro de oferta e demanda no ano comercial 1990/91, que compreende o período de março/90 a março/91, é o seguinte:

ANO COMERCIAL	89/90	90/91 (1)
01. Estoque inicial	4.537	5.019
02. Produção	11.092	7.967
03. Importação	200	470
04. Suprimento	15.829	13.456
05. Consumo	10.800	10.500
06. Excedente	5.029	2.956
07. Exportação	10	10
08. Estoque final	5.019	2.946

FONTE: CFP/DAEP/SUPRA, set/90.
(1) Estimativa.

Apesar do relativamente confortável estoque final da produção (estimativas set/90), houve necessidade de aumento das importações, haja vista que o excedente, na grande maioria, é composto por arroz-de-sequeiro de qualidade inferior àquela exigida pelos consumidores dos grandes centros.

Em Santa Catarina, a produção atende tranquilamente às necessidades do consumo. No entanto, para poder manter abastecido o parque industrial existente, é necessário que se recorra à importação, o que, tradicionalmente, é feito com maior intensidade do estado do Rio Grande do Sul. Estima-se que em 1990 a importação dos outros estados tenha estado ao redor de 160.000 toneladas.

4. COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização da safra 1989/90 iniciou-se de maneira bastante truncada, em função da não-liberação por parte do governo dos recursos para EGF.

Com a posse do novo governo e com a implantação do Plano de Estabilização Econômica no país, os preços mantiveram-se

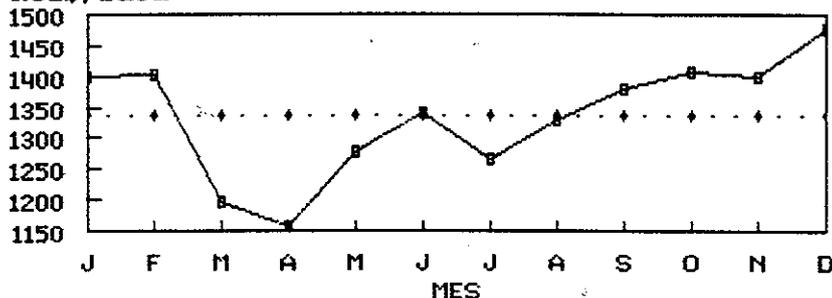
tabelados para o consumidor, fazendo com que produtores, atacadistas e varejistas dividissem a mesma margem de lucro, pois os preços recebidos pelos produtores eram equivalentes ao preço mínimo vigente.

Como a oferta era menor que a demanda, surgiu a pressão dos segmentos do mercado no sentido de liberar os preços de venda ao consumidor. Com isto, o governo iniciou os leilões de seus estoques, na tentativa de estabilizar os preços e manter o mercado abastecido.

A oferta diminuiu mais ainda quando os produtores gaúchos resolveram reter sua produção, objetivando melhor remuneração, pois se consideraram lesados quando o governo federal autorizou o aumento de 41,28% para os preços mínimos em 30 de abril, enquanto a correção da dívida dos produtores obedecia ao IPC do mês de março (84,32%).

Com a retenção, os produtores conseguiram que os preços do arroz no mercado consumidor fosse liberado, assim provocando gradativos aumentos de preço até setembro e mais significativos a partir daí, fazendo com que novamente o governo interviesse, promovendo leilões extras e autorizando as importações, que foram internalizados no mês de novembro. Esta intervenção serviu mais para abastecer o mercado do que para conter os preços, haja vista que a oferta na oportunidade era reduzidíssima.

GRÁFICO 1
PREÇOS MÉDIOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS RECEBIDOS PELO
PRODUTOR DE ARROZ DE SANTA CATARINA-1985-90
 NCz\$/saca

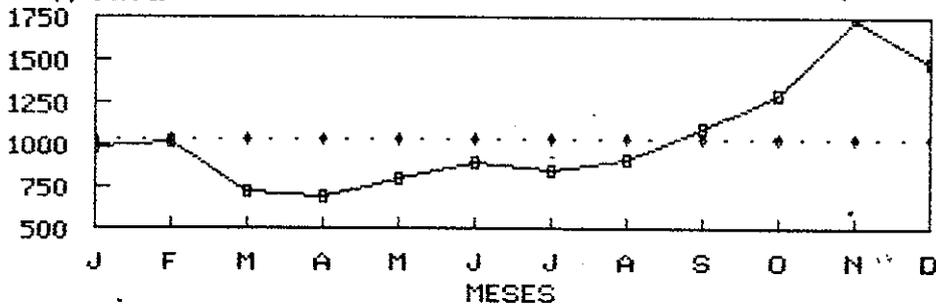


—■— Preço ..◆.. Média

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 2
 PREÇOS MÉDIOS REAIS (1) RECEBIDOS PELO PRODUTOR
 DE ARROZ DE SANTA CATARINA - JAN/90 - DEZ/90
 Cr\$/saca



—■— Média Mensal ...◆... Média Anual

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

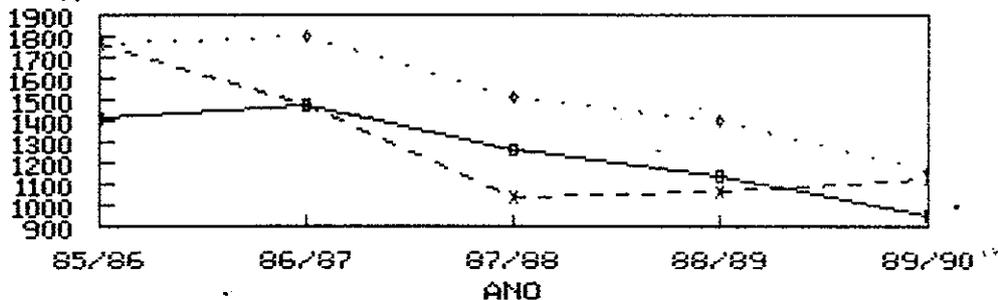
5. RENTABILIDADE DA CULTURA

A evolução dos custos de produção da lavoura de arroz, via de regra, tem sido superior à evolução dos preços do produto no mercado. Mesmo assim, o ano que passou trouxe ao produtor catarinense rentabilidade satisfatória.

Esta possibilidade existiu porque, em muitos casos, pela escassez de recursos do governo para financiamento das lavouras, os produtores usaram recursos próprios, diminuindo sensivelmente os custos.

Outro fator de relevante importância foi o aprimoramento do nível tecnológico do orizicultor, proporcionando aumento da produtividade (sistema irrigado).

GRÁFICO 3
CUSTO VARIÁVEL, CUSTO TOTAL E PREÇO RECEBIDO PELO
PRODUTOR DE ARROZ EM SC - SAFRAS 1985/86 A 1989/90
Cr\$/saca



—■—Custo variável ...♦...Custo tot. ---x---Preço rec.

FONTE: Instituto CEPA/SC.

OBS: Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

6. PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 1990/91

A safra 1990/91 teve seu plantio encerrado em dezembro/90, exceto na região norte do estado, onde tradicionalmente ocorrem duas safras de arroz irrigado.

Anteriormente ao plantio previa-se aumento de área, refletido no apoio prometido pelo governo federal através de recursos para isso destinados.

Com o decorrer do tempo, os rumos da política governamental mudaram e a realidade foi totalmente diferente, constatando-se lentidão no processo de encaminhamento de tais recursos e até mesmo falta de financiamento para a totalidade das necessidades do produtor, causando atraso na implantação de muitas lavouras e limitando o uso de insumos, o que deverá acarretar sérios prejuízos no rendimento médio por área.

Desta forma, o IBGE/GCEA divulgou, em novembro, uma área plantada em Santa Catarina de 104.704 hectares para o arroz irrigado e de 43.336 hectares para o de sequeiro, com produções previstas de 501.661 e 92.702 toneladas, respectivamente.

As previsões para o país são de que a produção, pelo aumento da área plantada, será maior que a da safra anterior, porém insuficiente para a demanda esperada. Considerando, ainda, os baixos estoques do governo federal em virtude da desova provocada pela fraca produção brasileira em 1990, as perspectivas são de que o volume de ofertas em 1991 será bastante ajustado à demanda, podendo repetir-se a necessidade de importações.

2.3. BANANA

1. INTRODUÇÃO

A banana é um fruto de clima tropical, podendo adaptar-se a climas que vão do tropical úmido ao subtropical seco

Na segunda metade do século XIX é que se iniciou sua produção comercial em plantações da América Central e América do Sul, sendo hoje a terceira fruta em volume de produção no mundo, superada apenas pela uva e pela laranja.

Sua capacidade de adaptação fez com que o Brasil se tornasse o maior produtor mundial, à frente, inclusive, da Índia, de onde a fruta é originária.

O mesmo aspecto fez de Santa Catarina o terceiro produtor nacional.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial, segundo os últimos dados da Organização de Alimentação e Agricultura da ONU (FAO), apresentou crescimento gradativo nos últimos cinco anos (tabela 1).

Durante este período, o fato mais marcante foi a evolução da China na participação da produção, passando do 18º para o quarto lugar em 1989, apresentando crescimento de 192%, contribuindo para que o continente asiático tivesse melhor performance no contexto mundial (tabela 2).

Ressalta-se, ainda, que o Brasil e a Índia, apesar de serem os maiores produtores mundiais, têm sua produção voltada basicamente para o mercado interno, participando muito pouco das exportações mundiais. No caso do Brasil, somente 1% é destinado ao mercado externo.

TABELA 1
PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE BANANA E PRODUÇÃO MUNDIAL - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - 1985-89

PAÍS	1985		1986		1987	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(1.000 t)		(1.000 t)		(1.000 t)	
Brasil	4.815	12,5	5.042	12,8	5.131	13,0
Índia	5.390	14,0	4.608	11,7	4.767	12,1
Filipinas	2.222	5,8	2.303	5,8	3.157	8,0
China	830	2,1	1.402	3,6	2.233	5,7
Equador	1.970	5,1	2.316	5,9	2.387	6,1
Indonésia	1.909	4,9	1.900	4,8	2.281	5,8
Tailândia	1.580	4,0	1.596	4,1	1.604	4,1
México	1.151	3,0	1.473	3,7	1.770	4,5
Vietnã	1.300	3,4	1.400	3,6	1.425	3,6
Outros países	17.454	45,2	17.227	44,0	18.369	37,1
TOTAL MUNDIAL	38.621	100,0	39.267	100,0	43.124	100,0

(continua)

(conclusão)

PAÍS	1988		1989	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(1.000 t)		(1.000 t)	
Brasil	5.156	12,0	5.588	12,8
Índia	4.600	10,8	4.750	10,8
Filipinas	3.067	7,1	3.190	7,1
China	2.379	5,6	2.430	5,7
Equador	2.576	6,0	2.376	5,4
Indonésia	2.308	5,4	2.350	5,3
Tailândia	1.606	3,7	1.610	3,7
México	1.566	3,6	1.600	3,6
Vietnã	1.450	3,4	1.400	3,4
Outros países	18.440	42,4	18.311	42,2
TOTAL MUNDIAL	43.148	100,0	43.685	100,0

FONTE: FAO. Anuario FAO de Producción, v.41, 1987.

FAO. Boletín Trimestral FAO de Estadísticas, vol.3, 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2
QUANTIDADE PRODUZIDA DE BANANA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, POR CONTINENTE - 1985-89

REGIÃO	1985		1986		1987	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
	(1.000 t)	(%)	(1.000 t)	(%)	(1.000 t)	(%)
América	16.914	43,8	17.190	43,8	18.529	43,0
Ásia	14.867	38,5	15.034	38,3	17.251	40,0
África	5.263	13,6	5.396	13,7	5.659	13,1
Oceania	1.112	2,9	1.116	2,8	1.174	2,7
Europa	455	1,2	531	1,4	512	1,2
TOTAL	38.621	100,0	39.267	100,0	43.125	100,0

(continua)

(conclusão)

REGIÃO	1988		1989	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
	(1.000 t)	(%)	(1.000 t)	(%)
América	18.348	42,5	18.454	42,2
Ásia	17.213	40,0	17.598	40,3
África	5.882	13,6	5.990	13,7
Oceania	1.212	2,8	1.190	2,7
Europa	492	1,1	453	1,1
TOTAL	43.147	100,0	43.685	100,0

FONTE: FAO. Anuario FAO de Producción, v.41, 1987.

FAO. Boletín Trimestral FAO de Estadísticas, vol.3, 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A banana é consumida em todo o território brasileiro. Fazendo parte dos hábitos alimentares da maioria da população e sempre constando entre as dez primeiras culturas em exploração, sua importância socioeconômica é variável nos diversos estados da Federação.

Segundo estimativas da Fundação IBGE, a concentração da produção nacional está na Região Nordeste, destacando-se como maior produtor nacional o estado da Bahia (tabela 3).

TABELA 3

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA BANANA POR REGIÃO E UNIDADE DA DA FEDERAÇÃO - 1987-1990

REGIÃO E ESTADO	1987			1988		
	Área Colhida (ha)	Qtidade Produzida (1000 cachos)	Rendimento cachos/ha	Área Colhida (ha)	Qtidade Produzida (1000 cachos)	Rendimento cachos/ha
NORTE	39.242	42.224	1.076	52.255	55.563	1.063
Acre	4.037	5.186	1.285	4.400	5.586	1.270
Amapá	365	256	690	645	465	721
Amazonas	1.627	1.302	800	3.017	2.268	752
Pará	15.794	21.373	1.353	19.575	27.714	1.416
Rondônia	14.915	12.104	812	20.862	16.525	792
Roraima	2.504	2.003	800	3.756	3.005	800
Tocantins	-	-	-	-	-	-
CENTRO-OESTE	57.977	49.895	861	57.290	50.081	874
Distr.Federal	273	273	1.000	298	342	1.148
Goiás	34.020	30.120	30.100	29.890	26.580	889
Mato Grosso	21.698	16.896	779	24.628	20.064	815
Mato Grosso Sul	1.986	2.606	1.312	2.474	3.095	1.251
NORDESTE	163.694	201.501	1.231	173.245	206.505	1.064
Alagoas	5.749	5.909	1.028	5.641	5.725	1.015
Bahia	65.074	76.731	1.179	72.153	81.020	1.123
Ceará	35.626	36.409	1.022	34.330	34.403	1.005
Maranhão	9.116	11.934	1.309	7.270	11.293	1.553
Paraíba	14.774	21.570	1.460	15.085	22.153	1.469
Pernambuco	23.762	35.452	1.492	22.450	37.583	1.321
Piauí	3.664	5.485	1.497	3.393	6.455	1.617
Rio Grande Norte	3.303	5.070	1.535	3.633	4.940	1.360
Sergipe	2.626	2.941	1.120	2.690	2.843	1.057
SUDESTE	146.226	165.071	1.129	142.534	146.636	1.029
Espírito Santo	27.794	22.681	816	27.508	22.325	812
Minas Gerais	35.297	37.262	1.056	35.695	36.444	1.021
Rio de Janeiro	33.548	36.022	1.074	33.044	34.657	1.049
São Paulo	49.587	69.106	1.394	46.287	53.210	1.150
SUL	40.522	55.769	1.376	41.283	56.800	1.376
Paraná	5.973	9.207	1.541	5.907	9.391	1.590
Rio Grande Sul	7.633	7.606	996	7.913	7.779	983
Santa Catarina	26.916	39.956	1.447	27.463	39.630	1.443
BRASIL	447.661	514.460	1.149	466.607	515.585	1.105

(continua)

(conclusão)

REGIÃO E ESTADO	1987			1990 (1)		
	Área Colhida (ha)	Qtidade Produzida (1000 cachos)	Rendimento cachos/ha	Área Colhida (ha)	Qtidade Produzida (1000 cachos)	Rendimento cachos/ha
NORTE	78.776	83.825	1.064	69.857	79.106	1.132
Acre	4.661	5.865	1.258	5.331	6.218	1.166
Amapá	388	283	729	-	-	-
Amazonas	3.962	2.500	631	2.723	2.500	918
Pará	27.723	44.663	1.611	27.718	42.731	1.542
Rondonia	20.793	17.312	832	18.176	14.705	809
Roraima	1.859	602	324	1.859	602	324
Tocantins	19.390	12.600	650	14.050	12.350	879
CENTRO-OESTE	48.266	38.960	807	50.288	48.429	924
Distr. Federal	350	385	1.100	340	391	1.150
Goiás	13.220	12.060	912	12.410	11.360	915
Mato Grosso	32.846	23.772	724	35.282	26.137	741
Mato Grosso Sul	1.850	2.743	1.483	2.256	3.541	1.569
NORDESTE	181.281	214.265	1.182	187.252	218.040	1.164
Alagoas	5.138	5.292	1.030	6.248	6.334	1.014
Bahia	74.686	81.328	1.089	75.789	83.010	1.095
Ceará	35.769	34.334	960	37.052	32.119	867
Maranhão	7.509	11.631	1.549	7.508	11.591	1.544
Paraíba	17.806	27.395	1.538	18.621	28.533	1.532
Pernambuco	29.969	39.793	1.328	31.087	40.953	1.317
Piauí	4.310	7.236	1.679	4.796	3.105	1.690
Rio Grande Norte	3.288	4.217	1.282	3.261	4.178	1.281
Sergipe	2.806	3.039	1.083	2.890	3.217	1.113
SUDESTE	141.085	157.441	1.116	137.810	152.542	1.107
Espírito Santo	24.725	21.076	852	24.242	18.519	764
Minas Gerais	37.168	36.171	973	35.830	35.223	983
Rio de Janeiro	34.992	34.226	981	34.558	34.030	985
São Paulo	44.200	65.968	1.492	43.180	64.770	1.500
SUL	42.498	55.955	1.317	42.923	60.070	1.399
Paraná	5.885	9.461	1.608	5.800	9.280	1.600
Rio Grande Sul	7.791	7.642	981	7.747	7.442	961
Santa Catarina	28.822	38.852	1.348	29.376	43.348	1.476
BRASIL	491.896	550.446	1.119	488.130	551.187	1.129

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1987, 1988, 1989 e out/90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

Santa Catarina reconquistou, de maneira um pouco apertada, o terceiro lugar no país em produção de número de cachos por hectare. Se fosse considerado o peso do cacho, certamente a vantagem seria bem maior, porque o estado catarinense introduziu novas cultivares, fato que contribuiu para o aprimoramento do processo produtivo e para expressivos aumentos do rendimento por área. Por essa razão, as oscilações no rendimento apresentadas na tabela 4 não seriam tão verdadeiras.

TABELA 4

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO DA CULTURA DA BANANA EM SANTA CATARINA - 1980-1990

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (mil cachos)	RENDIMENTO (cachos/ha)
1980	20.514	29.192	1.423
1981	19.441	30.179	1.552
1982	21.535	30.453	1.414
1983	19.993	28.977	1.449
1984	23.747	34.724	1.462
1985	25.044	37.085	1.481
1986	25.722	38.458	1.495
1987	26.916	38.956	1.447
1988	27.463	39.630	1.443
1989	28.822	38.852	1.348
1990(1)	29.376	43.348	1.478

FONTE: Fundação IBGE. Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1980-88.

Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1989/90, out. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

A distribuição das áreas de produção de banana no estado pode ser considerada irregular, tendo em vista as limitações naturais determinadas pelo contorno da Serra Geral e do Mar, daí sua concentração na faixa litorânea (tabela 5).

TABELA 5
 ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA
 DA BANANA POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA -
 SAFRAS 1988/89 A 1989/90

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	1988/89		
	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (t/ha)
São Bento do Sul	286	6.864	33.601
Joinville	12.537	240.109	19.152
Blumenau	1.721	30.186	17.540
Itajaí	1.353	24.103	17.815
Tijucas	234	1.615	6.901
Florianópolis	1.317	14.887	11.612
Tabuleiro	37	465	12.567
Tubarão	527	8.215	15.589
Criciúma	2.945	41.171	13.980
Araranguá	7.865	47.190	6.000
ESTADO	28.822	414.805	14.534

(continua)

(conclusão)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	1989/90(1)		
	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (t/ha)
São Bento do Sul	286	6.864	33.601
Joinville	12.897	249.749	19.152
Blumenau	1.831	29.667	17.540
Itajaí	1.363	24.112	17.815
Tijucas	234	1.615	6.901
Florianópolis	1.317	14.887	11.612
Tabuleiro	37	465	12.567
Tubarão	517	8.056	15.589
Criciúma	2.949	51.112	13.980
Araranguá	7.945	52.960	6.000
ESTADO	29.276	424.690	14.534

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC, Levantamento Sistemático da
 Produção Agrícola, nov. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

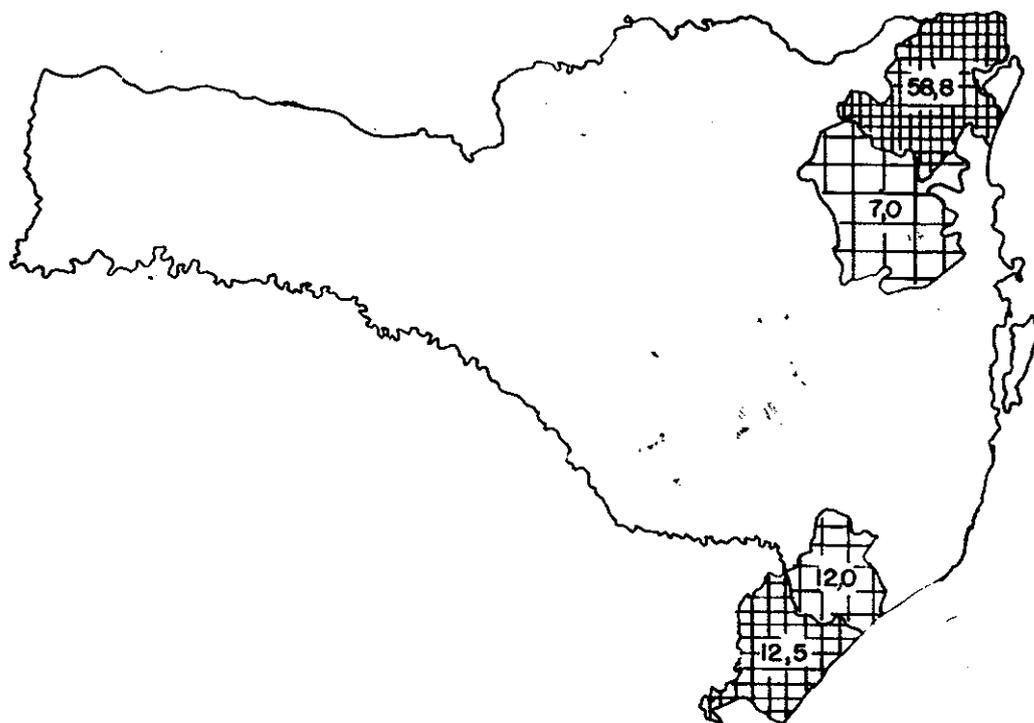
(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

A produção de bananas tem forte concentração na MRH de Joinville (Mapa 1), onde predomina a exploração das cultivares Nanica e Nanicão, obtendo-se praticamente metade da produção estadual, com destaque para o município de Corupá, com 22% da produção catarinense.

Na região sul, as mais cultivadas são as do subgrupo Prata, que, por obterem melhores preços no mercado (gráficos 1, 2 e 3), tiveram uma expansão de área.

No sul do estado, destacam-se a MRH de Araranguá, com 27% da produção e o município de Jacinto Machado, com 7% do total do estado.

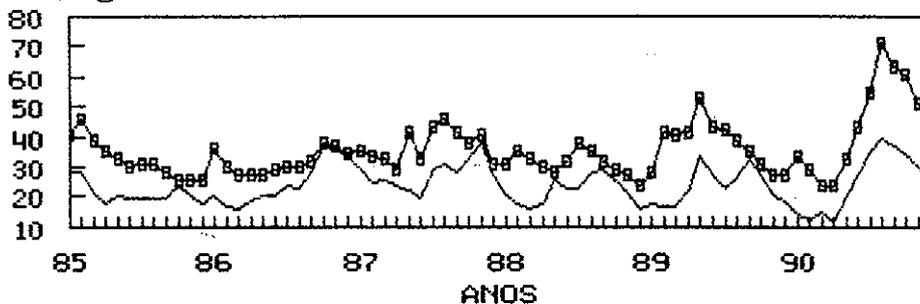
MAPA I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA EM SANTA CATARINA - 1989/90.



FONTE: IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC.

GRÁFICO 1
PREÇOS REAIS (1) NO ATACADO DA BANANA CATURRA E PRATA,
SANTA CATARINA - 1985-90

Cr\$/kg



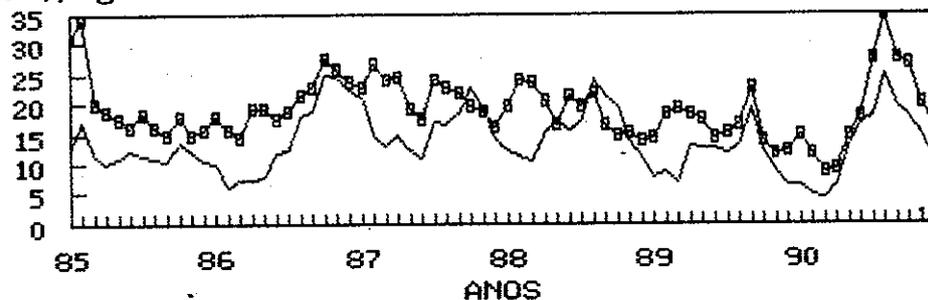
— Caturra —■— Prata

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 2
PREÇOS REAIS (1) AO PRODUTOR DA BANANA CATURRA E PRATA, SANTA CATARINA - 1985-90

Cr\$/kg



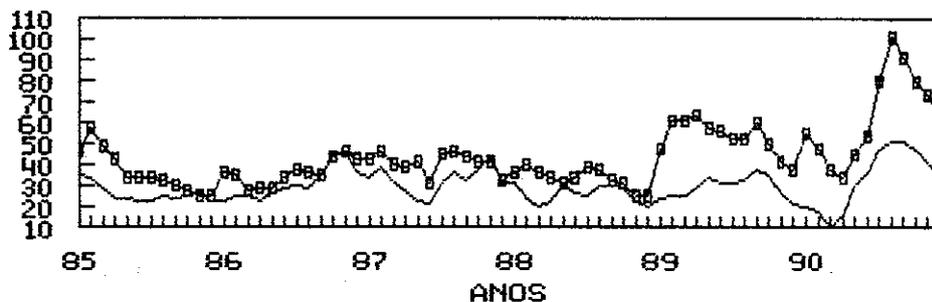
— Caturra —■— Prata

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 3
PREÇOS REAIS (1) NO VAREJO DA BANANA CATURRA E PRATA, SANTA CATARINA - 1985-90

Cr\$/kg



— Caturra —■— Prata

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

Por sua perecibilidade e pelo baixo preço unitário, a banana tende a ser comercializada a curta distância, basicamente entre países vizinhos. Por isto, somente 18% da produção é destinada ao mercado mundial, concentrando-se na região do Caribe (tabelas 6 e 7), mesmo porque estes países são

extremamente dependentes das exportações da fruta. No Equador, Honduras e Costa Rica, a banana é o produto de maior importância nas receitas cambiais.

Também tem importância na balança comercial do Panamá, Guatemala, Jamaica e Filipinas.

Esta importância provoca acirradas disputas pelo estabelecimento de cotas. Por não existir um acordo internacional para o comércio da fruta, as poucas empresas transnacionais que operam no mercado adotam políticas isoladas por país ou grupo de países.

TABELA 6
EXPORTAÇÃO MUNDIAL POR CONTINENTE - QUANTIDADE E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DA BANANA - 1986-88

CONTINENTE	1986		1987		1988	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
América	6.021.215	82,3	6.331.176	83,3	6.514.297	83,6
Ásia	1.016.582	13,9	969.067	12,7	1.028.923	13,2
África	192.576	2,6	183.108	2,4	200.487	2,5
Europa	80.792	1,1	112.522	1,5	49.386	0,6
Oceania	4.878	0,1	3.609	0,1	2.220	0,1
TOTAL	7.316.043	100,0	7.599.482	100,0	7.795.313	100,0

FONTE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v.42, 1988.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 7
PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES E TOTAL MUNDIAL - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA BANANA - 1986-88

PAÍS	1986		1987		1988	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação
	(1000 t)	(%)	(1000 t)	(%)	(1000 t)	(%)
Equador	1.365.284	18,7	1.406.218	18,5	1.551.181	19,9
Colômbia	987.132	13,5	993.977	13,1	977.726	12,5
Costa Rica	885.232	12,1	991.240	13,0	1.025.000	13,1
Honduras	810.413	11,1	908.060	11,9	910.000	11,7
Filipinas	855.743	11,7	774.983	10,2	866.793	11,1
Panamá	586.874	8,0	675.772	8,9	583.441	7,5
Guatemala	342.712	4,7	363.499	4,8	367.000	4,7
China	96.862	1,3	124.514	1,7	102.586	1,3
Brasil	101.166	1,4	81.220	1,1	77.000	1,0
Jamaica	20.889	0,2	34.655	0,4	27.946	0,4
Outros	1.263.736	17,3	1.245.344	16,4	1.306.640	16,8
TOTAL	7.316.043	100,0	7.599.482	100,0	7.795.313	100,0

FONTE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v.42, 1988.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Os Estados Unidos da América continuam sendo o maior importador mundial (tabela 8), responsáveis pela aquisição de 38% das exportações em 1988.

TABELA 8

QUANTIDADE DA BANANA IMPORTADA POR PAÍS E TOTAL MUNDIAL —
1985-88

(em toneladas)

PAÍS	1985	1986	1987	1988
Estados Unidos	3.066.920	3.049.161	3.042.669	2.982.496
Japão	680.035	764.564	774.840	760.409
Alemanha Oc.	589.073	660.636	698.577	767.236
França	425.637	453.561	441.844	454.952
Reino Unido	323.561	342.993	359.415	388.000
Itália	357.586	327.448	359.348	554.579
Canadá	284.987	300.639	324.387	229.730
Holanda	113.689	116.127	129.844	144.389
Suécia	86.812	95.889	110.295	126.526
Áustria	83.646	91.430	95.647	110.190
Argentina	89.210	128.211	100.858	65.748
Arábia Saudita	85.158	58.091	55.581	138.871
Outros países	946.361	886.533	1.057.925	1.109.133
TOTAL MUNDIAL	7.132.675	7.275.283	7.551.234	7.832.259

FONTE: FAO. Anuário FAO de Comércio, v. 40-42, 1986-88.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

O Brasil, apesar de ser o maior produtor mundial, tem pequena participação no comércio internacional do produto, fornecendo apenas para os países do Cone Sul. Na receita cambial, a representatividade da banana é reduzida.

O mercado nacional teve alguns problemas de abastecimento com o rigoroso inverno, sofrendo queda na produção, notadamente na Região Sul do país. Além da diminuição da oferta, a qualidade foi bastante prejudicada, contribuindo para a redução das vendas aos argentinos e

uruguaio. Com o aumento da temperatura, a partir de setembro, houve melhoria da qualidade e quantidade da produção, aumentando a oferta, com conseqüente queda dos preços no mercado nacional.

No estado, a comercialização esteve um pouco conturbada durante o mês de outubro pelo fato de o Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) determinar cobrança de ICMS para as vendas efetuadas para fora dos estados, e, em novembro e dezembro, pela assustadora queda da demanda. As razões foram o fraco poder aquisitivo da população, a inferior qualidade das bananas ofertadas e a entrada de outras frutas no mercado. O CEASA/SC registrou movimento de 1,2% da produção catarinense; 94% da banana ali comercializada era originária do próprio estado; os restantes 6% foram basicamente de banana-maçã, do estado de São Paulo, pois esta variedade tem pouquíssima produção em Santa Catarina.

4. PERSPECTIVAS

As perspectivas internacionais são de negociações mais favoráveis, tendo em vista o aumento do consumo mundial da fruta, pelo inevitável aumento populacional e a guerra estabelecida entre grupos transnacionais que atuam no setor. De um lado, a empresa norte-americana Chiquita Brands Internacional Inc., que negocia anualmente cerca de 1,4 bilhão de dólares e, de outro, a Fyffes Group Ltd, pertencente a uma importadora anglo-irlandesa que negocia 600 milhões de dólares no setor. A Chiquita acusa a Fyffes de oferecer preços mais elevados aos produtores, além de aproveitar todo o cacho, enquanto ela aceitava somente as bananas maiores, tendo o produtor que se desfazer de metade do cacho.

No Brasil, cresce a expectativa de um futuro promissor para a cultura, tendo em vista o acordo de comércio sem fronteiras assinado pelos governos do Brasil e da Argentina, muito embora os ajustes econômicos adotados pelos dois países tenham causado, no primeiro momento, impactos negativos para o setor.

Em Santa Catarina, pela maior proximidade do mercado externo e pela tecnologia empregada, que assegura maior rentabilidade, existe a expectativa de melhores dias para a bananicultura, desde que haja maior organização do produtor, principalmente no que diz respeito ao escalonamento de sua produção, objetivando o abastecimento gradual do mercado, o que traria melhores resultados financeiros.

2.4. BATATA

1. INTRODUÇÃO

Considerada a quarta fonte de alimento da humanidade, precedida apenas pelo arroz, o trigo e o milho, e cultivada em praticamente todos os países do mundo, a cultura da batata destaca-se no cenário mundial como a mais importante das atividades olerícolas.

É especialmente importante para os países da Ásia e da Europa. Sua produção tem contribuído com mais de 85,0% da oferta mundial.

Na América do Sul, os principais produtores são, respectivamente, Colômbia, Argentina, Brasil e Peru. Nos últimos anos a oferta sul-americana tem oscilado entre 10 e 12 milhões de toneladas, ou seja, representou apenas de 3,7% a 4,5% do total mundial.

No Brasil, a bataticultura também surge como a mais importante das lides olerícolas.

Atividade de pequenos e médios produtores rurais, concentra-se nos estados da Região Sul e Sudeste, os quais têm respondido por mais de 95,0% da área plantada e da produção colhida nos últimos anos.

A oferta nacional, não obstante representar menos de 1,0% da produção mundial, coloca o Brasil entre os vinte principais países produtores.

Devido à característica eminentemente minifundiária do estado, onde cerca de 88,9% das propriedades rurais situam-se num estrato de área de até cinquenta hectares, geralmente localizadas em áreas de topografia acidentada e englobando regiões de clima tipicamente temperado ou subtropical, a

cultura da batata, em Santa Catarina, é uma atividade de pequenos e tradicionais produtores rurais.

Em praticamente todos os municípios catarinenses há registro do desenvolvimento da cultura.

Segundo o Censo Agropecuário de 1985, da Fundação IBGE, são cerca de 46.877 os produtores de batata do estado.

A atividade destaca-se como a segunda ocupação hortícola de Santa Catarina, quer em termos de área de plantio, quer em volume obtido. A oferta representa entre 7% e 8% da produção brasileira, destacando o estado como o quinto produtor nacional.

A cultura local é desenvolvida em duas safras distintas, ou seja, a safra das águas e a das secas.

A primeira é a mais importante. O seu desempenho representa entre 75% e 80% da área e da produção interna. É efetivada em todas as microrregiões do estado, com destaque para as dos Campos de Lages, Rio do Sul, Joaçaba e Canoinhas, que respondem por mais de 50% da oferta bruta desse cultivo.

A segunda safra, que engloba o cultivo das secas mais o do inverno, tem limitações de ordem climática para o seu desenvolvimento. A produção dessa safra representa entre 25% e 20% do total estadual. As principais microrregiões produtoras são as de Rio do Sul e Tubarão.

O estado de Santa Catarina sobressai-se, ainda, no cenário nacional, como o principal produtor de batata-semente certificada. A oferta interna representa aproximadamente 70% da produção brasileira.

Concentra-se nas regiões do Planalto Norte Catarinense e Serrano, onde os municípios de Canoinhas, Três Barras, Mafra, Itaiópolis e São Joaquim se destacam como os maiores produtores.

A demanda estadual desse insumo corresponde a somente 10% da produção interna. Os 90% restantes são ofertados aos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, que são os principais produtores de batata-consumo do país.

2. PRODUÇÃO

Segundo dados disponíveis da FAO, a produção mundial de batatas foi estimada para o ano de 1989 em 276,740 mil toneladas.

O principal país produtor foi novamente a União Soviética, com uma colheita avaliada em 72 milhões de toneladas. Como segundo e terceiro maiores produtores surgiram a Polônia e a China, com ofertas individuais de 34,39 milhões e 30,05 milhões de toneladas, respectivamente. Juntos, esses três países totalizaram uma produção de 136,44 milhões de toneladas, ou seja, responderam por 49,3% da oferta mundial. Destacaram-se, ainda, embora com participação bastante inferior à dos anteriormente citados, os Estados Unidos, a Índia e a Alemanha Oriental.

Na América do Sul, cuja oferta representou apenas 4,1% do total mundial, a Colômbia surgiu como principal produtor. O Brasil, com a terceira posição, é precedido pela Argentina.

TABELA 1

BATATA - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS E BRASIL - 1987-89

(1.000 t)

PAÍS	1987	1988	1989 (*)
União Soviética	75.908	62.705	72.000
Polônia	36.252	34.707	34.390
China	28.046	28.043	30.045
Estados Unidos	17.484	15.875	16.659
Índia	12.740	14.138	14.500
Alemanha Oriental	12.228	11.548	9.167
Romênia	7.572	8.000	7.200
Reino Unido	6.713	6.899	6.369
Brasil	2.331	2.315	2.129
TOTAL MUNDIAL	284.489	270.358	276.740

FONTE: FAO, Boletim Trimestral de Estadísticas, v.3, 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

(*) Dados não-definitivos.

O total da área mundial cultivada com batatas no ano de 1989, ainda segundo a mesma fonte, somou 18,07 milhões de hectares. A produtividade média alcançada, 15,315 kg/ha.

Alguns países, todavia, merecem destaque quanto ao rendimento de seus campos batateiros. Entre eles, os Países Baixos, Bélgica, Israel, Suíça, Reino Unido e Alemanha Ocidental, com volumes médios superiores a 35.000 kg/ha.

No Brasil, a análise da cultura nos últimos dez anos tem mostrado um desempenho bastante irregular.

TABELA 2

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO NO BRASIL - SAFRAS 1978/79 A 1988/89

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANT. PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1978/79	204.118	2.154.173	10.554
1979/80	181.084	1.939.537	10.711
1980/81	170.982	1.912.169	11.183
1981/82	182.504	2.154.775	11.807
1982/83	169.070	1.826.579	10.804
1983/84	172.633	2.171.133	12.577
1984/85	155.235	1.946.659	12.540
1985/86	160.677	1.835.975	11.426
1986/87	176.857	2.330.817	13.179
1987/88	173.727	2.314.992	13.325
1988/89	156.722	2.129.334	13.586

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1978-89.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Este quadro é creditado às situações de clima (nem sempre propícias), à disponibilidade de recursos para o custeio das lavouras, às diretrizes de política econômica e, sobretudo, ao comportamento do mercado.

No ano agrícola 1989/90, a cultura da batata apresenta, no país, a seguinte expectativa de desempenho.

Na primeira safra, a produção totalizou 1.264.354 toneladas, em uma área plantada de 92.546 hectares. O rendimento médio foi de 13.662 kg/ha. A área colhida somou 92.343 hectares.

Estes valores constam de levantamento oficial e são maiores que os da safra passada em 4,8%, 15,4% e 10,0%, respectivamente, na área de plantio, na produção alcançada e no rendimento médio.

A segunda safra tem como dados disponíveis um plantio de 66.914 hectares e produção prevista de 954.907 toneladas. O rendimento médio esperado é de 14.271 kg/ha.

Relativamente à safra do ano passado, estes valores são menores em 5,0%, 7,7% e 2,8%, respectivamente.

Considerando-se os diversos cultivos no contexto interno brasileiro, a expectativa do desempenho da cultura no corrente ano apresenta-se conforme a tabela que segue.

TABELA 3

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PREVISTA E RENDIMENTO MÉDIO DE BATATA (SAFRAS DAS ÁGUAS E DAS SECAS), SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES E TOTAL BRASILEIRO - SAFRA 1989/90(*)

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Paraná	41.443	617.582	14.902
Minas Gerais	29.738	534.123	17.961
São Paulo	25.131	505.921	20.131
Rio Grande do Sul	41.755	339.464	8.130
Santa Catarina	18.207	181.369	9.962
Outros	3.186	40.802	12.807
BRASIL	159.460	2.219.261	13.917

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, out. 1990.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC
(*) Dados não-definitivos.

A área efetivamente colhida é avaliada em 157.996 hectares.

A produção prevista, em se confirmando, será superior em cerca de 90.000 toneladas, ou seja, 4,2% relativamente à oferta da safra 1988/89.

O melhor desempenho da cultura nesta safra deveu-se, especificamente, ao ganho de produtividade e conseqüente aumento de produção verificado na Região Sul, decorrente das condições climáticas favoráveis.

Nos estados do Sudeste, não obstante a produtividade tenha permanecido inalterada, registrou-se decréscimo de área cultivada. A produção prevista, conseqüentemente, é ligeiramente menor que a da safra passada.

No estado de Santa Catarina, o resultado final da atividade batateira, relativamente ao ano agrícola 1989/90, foi excepcional.

Os dados oficiais, levantados pela Fundação IBGE e ratificados pelo GCEA - Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias, revelaram um plantio de 18.207 hectares da cultura e uma produção bruta de 181.369 toneladas de batatas. O rendimento médio obtido ficou em 9.962 kg/ha. Sobre os números da safra passada, estes se apresentaram evoluídos em 0,6%, 11,1% e 10,5%, respectivamente.

A oferta deste ano revelou-se das mais elevadas já registradas em Santa Catarina. Foi inferior apenas às colheitas de 1968 e 1969. A produtividade média, por sua vez, é recorde estadual e decorre, sobretudo, da maior tecnificação da cultura.

Em se mantendo a atual expectativa da oferta nacional, por volta de 2,22 milhões de toneladas, o estado deverá responder por 8,2% da produção brasileira.

No primeiro cultivo, ou das águas, foi registrado um total de área plantada de 13.320 hectares, que respondeu por uma produção bruta de 136.377 toneladas. A produtividade média ficou em 10.238 kg/ha.

Comparativamente à safra passada, os números em questão evoluíram 6,5%, 18,6% e 11,4% relativamente à área cultivada, à produção colhida e ao rendimento médio obtido.

O melhor desempenho da atividade nesta safra decorreu não apenas do crescimento da área de plantio, mas, sobretudo, do ganho de produtividade registrado em algumas importantes regiões, em consequência a condições climáticas favoráveis e a uma melhor utilização das tecnologias de cultivo disponíveis.

Na segunda safra, os números finais levantados pela Fundação IBGE revelaram uma produção bruta de 44.992 toneladas. A área cultivada somou 4.887 hectares e o rendimento médio, 9.207 kg/ha.

Comparativamente ao resultado de mesmo cultivo da safra 1988/89, os dados atuais são 12,7% e 6,8% menores, respectivamente, no total de área plantada e na produção colhida. A redução da área de cultivo decorreu dos baixos preços de mercado vigentes por ocasião da implantação dos campos.

O comportamento da cultura nas principais microrregiões produtoras do estado nesta safra, assim como o comparativo de volumes em relação à safra precedente, é mostrado na tabela a seguir.

TABELA 4
ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICROR-
REGIÕES HOMOGÊNEAS E TOTAL DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1988/89 E
1989/90

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)	
	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90
Campos de Lages	2.575	3.332	23.145	37.368
Rio do Sul	2.595	2.777	27.465	27.119
Joaçaba	1.457	1.762	17.090	19.620
Tubarão	2.403	1.851	15.384	16.663
Canoinhas	1.645	1.425	13.574	15.440
Tabuleiro	1.140	1.110	11.435	12.470
Ituporanga	1.790	1.900	11.241	12.045
Florianópolis	661	518	5.721	6.207
Outras	3.831	3.532	38.199	34.437
TOTAL DO ESTADO	18.097	18.207	163.254	181.369

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

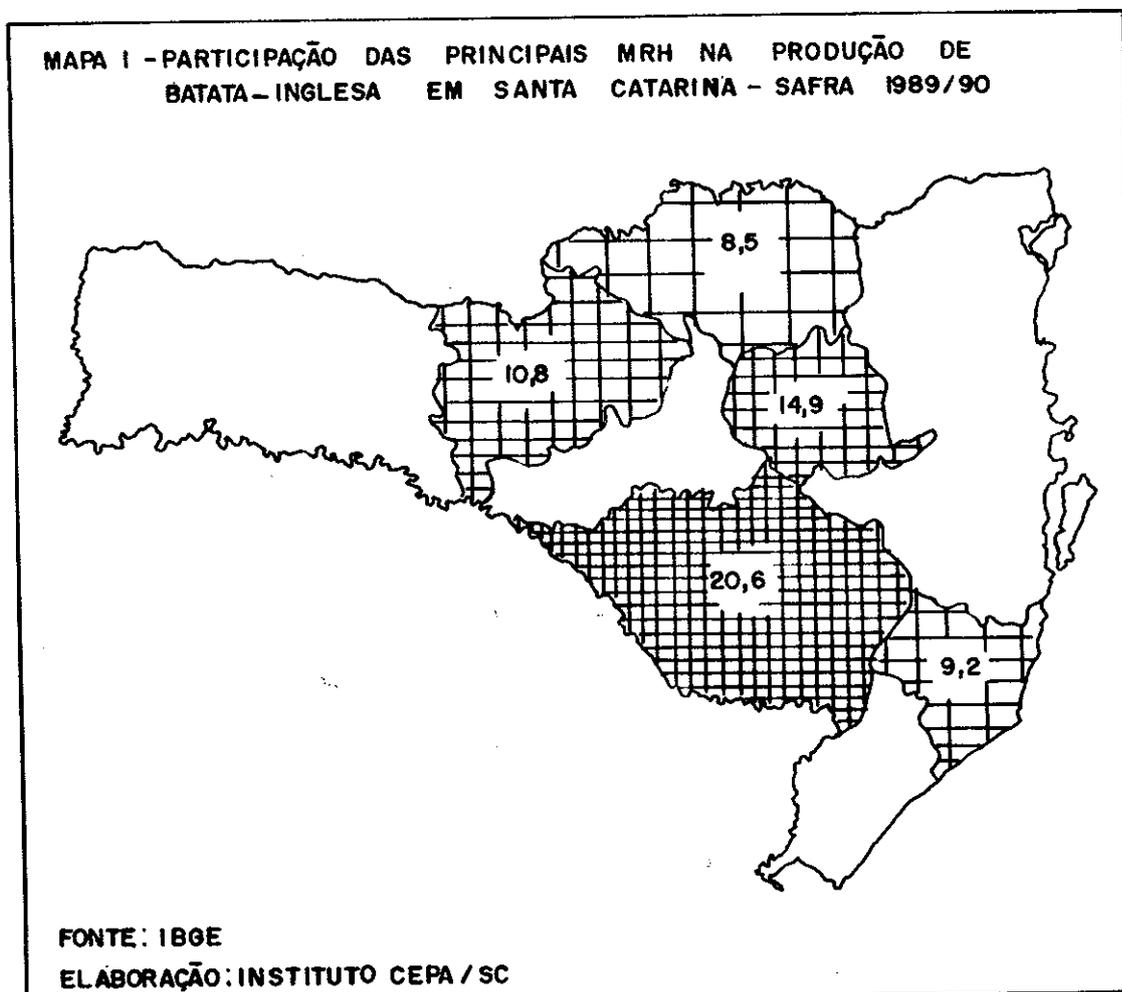
A retrospectiva do desempenho da atividade batateira em Santa Catarina nos últimos dez anos apresenta-se conforme a tabela que segue.

TABELA 5

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA BATATA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1979/80 A 1989/90

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	QTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1979/80	20.114	142.876	7.103
1980/81	18.313	151.936	8.297
1981/82	19.064	160.819	8.436
1982/83	17.132	118.494	6.917
1983/84	17.141	160.692	9.320
1984/85	17.314	161.900	9.251
1985/86	17.583	132.828	7.554
1986/87	20.491	181.292	8.847
1987/88	18.447	170.049	9.218
1988/89	18.097	163.254	9.021
1989/90 (*)	18.207	181.369	9.962

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(*) Dados sujeitos a retificação.



3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

A comercialização mundial de batatas mostra níveis de venda internacional extremamente reduzidos, comparativamente à produção anualmente colhida.

Segundo dados da FAO, estes têm oscilado, nos últimos anos, entre 5,0 e 6,5 milhões de toneladas, ou seja, apenas 2% da oferta total.

Os Países Baixos (29,6% das vendas totais em 1988), a Alemanha Ocidental, a França, a Bélgica e a Polônia lideram as exportações. Em conjunto, totalizam mais de 70% das vendas.

Nas importações destacam-se as compras da Alemanha Ocidental (14,3% da comercialização em 1988), dos Países Baixos, do Reino Unido, da Itália, da Bélgica e da Espanha, cujas aquisições representaram mais de 50% das compras internacionais.

Da parte do Brasil, o comércio internacional do produto restringe-se apenas à aquisição de batata-semente, necessária à renovação de material básico de reprodução. Apenas nos anos de 1980 e 1986, o país recorreu à importação de batata-consumo.

No âmbito interno brasileiro, conforme já observado, a comercialização do produto mostra um quadro bastante irregular.

Intimamente relacionado com os níveis de oferta, que dependem em 55% da safra das águas, em 30% da safra das secas e em apenas 15% da safra de inverno (na safra em questão o quadro de dependência foi de 58%, 33% e 9%, respectivamente), o mercado brasileiro alterna períodos de excessos e escassez do produto, com reflexos negativos nos segmentos de produção e consumo.

No decorrer do ano de 1990, a situação da comercialização interna novamente não fugiu à regra.

O bom desempenho da cultura na primeira safra, aliado à nova ordem econômica imposta ao país pelo Plano Brasil Novo, com ausência quase que total de liquidez no mercado, determinou, nos sete primeiros meses do ano, razoável nível de oferta, redução de demanda e preços sensivelmente baixos.

Relativamente ao mesmo período de 1989, o quadro do mercado apresentou-se deveras preocupante, pois os valores praticados foram significativamente inferiores. Somente no mês de agosto os preços se equipararam aos registrados no ano anterior. Todavia, em termos reais, foram aproximadamente 30% menores que a média histórica do período 80-89.

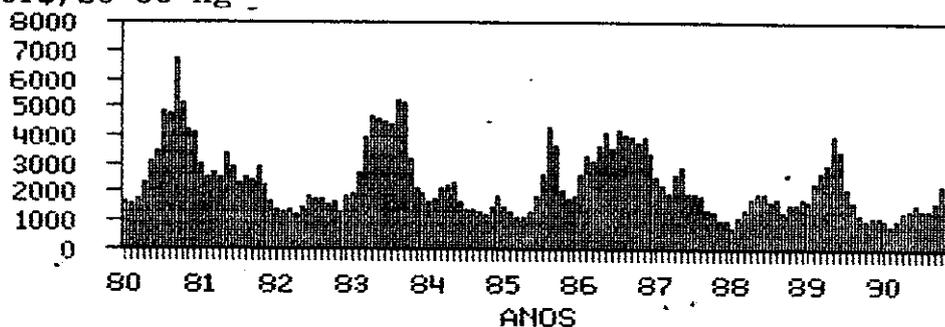
Registre-se, a propósito, que os preços vigentes no primeiro semestre de 1990 estão entre os mais baixos dos últimos dez anos.

A partir do mês de setembro, entretanto, o comércio do produto apresentou-se de modo totalmente inverso ao quadro até então vigente.

Os baixos preços nos meses precedentes e a ausência de recursos para o custeio das lavouras motivaram redução da área de cultivo da safra de inverno da Região Sudeste e, em decorrência, menor disponibilidade do tubérculo. Isto determinou um quadro de aperto no suprimento da demanda e, conseqüentemente, o registro de um mercado extremamente firme.

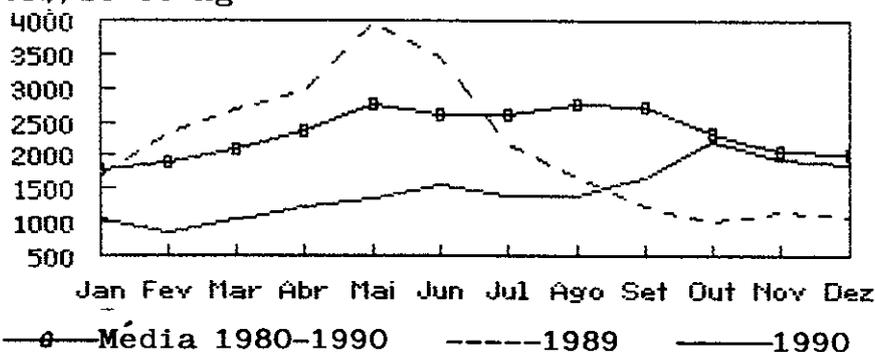
Os preços evoluíram significativamente; já no mês de setembro mostravam crescimento nominal 30% superior aos valores de agosto. Em outubro cresceram cerca de 50%, comparativamente ao mês anterior, mantendo a tendência de alta até o fechamento do ano civil de 1990.

GRÁFICO 1
PREÇOS REAIS (1) MENSAIS DA BATATA NO ATACADO
DA CEAGESP - 1980-90
Cr\$/sc 60 kg



FONTE: CEAGESP.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação
Getúlio Vargas.

GRÁFICO 2
PREÇOS MÉDIOS REAIS (1) MENSAIS DA BATATA NO
ATACADO DA CEAGESP - 1980-90, 1989 E 1990
Cr\$/sc 60 kg



FONTE: CEAGESP.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação
Getúlio Vargas.

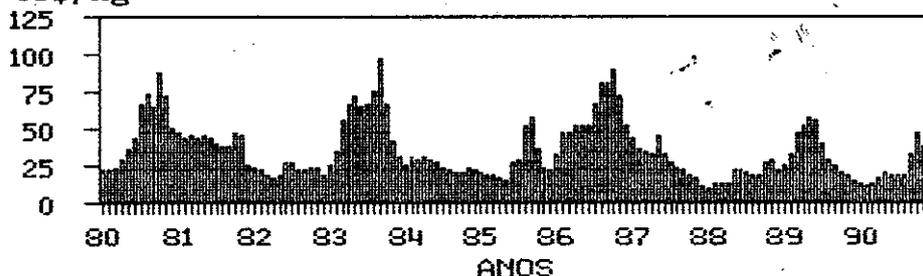
Em Santa Catarina, o desempenho do mercado batateiro no corrente ano, por razões óbvias, mostrou um comportamento semelhante ao verificado nos demais grandes centros de comercialização do país.

Eventuais diferenças são creditadas à característica do cultivo local, em geral destinado ao auto-abastecimento.

Para o suprimento da demanda interna, em torno de 130.000 toneladas/ano, não houve maiores dificuldades de atendimento.

Os preços recebidos pelos produtores catarinenses são mostrados no gráfico que segue.

GRÁFICO 3
PREÇOS MÉDIOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DA BATATA PAGOS
AO PRODUTOR CATARINENSE - 1980-90
Cr\$/kg



FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Com relação à nova safra nacional de batatas e ao cultivo das águas do ano agrícola 1990/91, as primeiras avaliações indicam que fatalmente haverá diminuição de área plantada relativamente à safra anterior.

Os dados oficiais disponíveis mostram, para o Centro Sul do país, uma tendência de plantio de 91.713 hectares e uma estimativa de produção de 1.240.000 toneladas, ou seja, comparativamente a igual safra do ano anterior, recuos de 0,90% e 1,92%, respectivamente.

A expectativa de diminuição de valores para este cultivo é creditada especialmente ao resultado financeiro das safras anteriores. Acresce-se a isso, como fator determinante do crescimento da atividade, a falta de liquidez do mercado, quer pela má rentabilidade da cultura nos últimos anos, quer pelo bloqueio das contas bancárias determinado pelo Plano Brasil Novo, ou, ainda, pela redução do crédito de custeio.

As atividades de preparo do solo, plantio e tratamentos culturais desta safra foram iniciadas em princípio de agosto próximo passado. Ao término do mês de dezembro, o plantio já havia sido concluído e a colheita, iniciada na maioria dos estados.

Para Santa Catarina, as estimativas oficiais indicam um plantio de 13.600 hectares e produção bruta de 138.700 toneladas.

Em dezembro, a lavoura estava totalmente implantada e a colheita já havia sido iniciada em praticamente todos os municípios do estado.

O produto, ao término do mês de novembro, foi comercializado pelo produtor a Cr\$ 2.365,00/sc de 60 quilos. O custo de produção, calculado pelo Instituto CEPA/SC para o mês considerado, é de Cr\$ 1.890,00/saca.

2.5. CEBOLA

1. INTRODUÇÃO

A cultura da cebola destaca-se como a terceira ocupação hortícola no país.

Superada apenas pelas culturas da batata e do tomate, em termos de área plantada e volume produzido, constitui-se em atividade socioeconômica de significativa relevância, especialmente para os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde predomina a produção nacional.

É igualmente importante para a Região Nordeste, onde os estados da Bahia e de Pernambuco surgem como grandes produtores.

Somando-se à oferta paranaense, os estados supracitados têm respondido, nos últimos anos, pela quase totalidade da produção nacional.

Em Santa Catarina, a cebolicultura desponta como a primeira atividade hortícola, seja em área de plantio, seja em produção colhida.

Absorve, segundo o Censo Agropecuário de 1985, da Fundação IBGE, cerca de 14.916 pequenos agricultores (85% dos quais proprietários e, os demais, parceiros ou arrendatários); a grande maioria tem nessa cultura a principal ocupação agrícola.

O cultivo é praticado em mais de 50% dos municípios catarinenses. Reveste-se, todavia, de suma importância para os das microrregiões de Ituporanga, Rio do Sul e Tabuleiro. Estes, em conjunto, responderam por mais de 85,0% da área de plantio e da produção colhida no estado nos últimos anos.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de cebolas oscila ao redor de 26 milhões de toneladas. Em 1989, segundo dados da FAO, somou 26.319 mil toneladas, equivalendo a uma área plantada de 1,9 milhão de hectares.

Os principais países produtores foram a China, a União Soviética, a Índia e os Estados Unidos, todos com ofertas superiores a 2,0 milhões de toneladas.

TABELA 1
PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CEBOLA E TOTAL MUNDIAL - 1987-89

(em 1.000 t)

PAÍS	1987	1988(*)	1989(*)
China	3.591	3.670	3.826
União Soviética	2.750	2.640	2.500
Índia	2.554	2.450	2.480
Estados Unidos	2.081	2.189	2.168
Turquia	1.300	1.345	1.300
Japão	1.307	1.250	1.274
Espanha	1.048	1.020	1.008
Brasil	854	780	790
TOTAL MUNDIAL	26.628	25.826	26.319

FONTES: FAO, Boletim Trimestral de Estatísticas, v. 3, 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Dados preliminares sujeitos a retificação.

O Brasil destaca-se como principal produtor da América do Sul, com colheitas equivalentes a mais de 35% de sua oferta. Em 1989, a produção brasileira de 789.945 toneladas representou 3% da oferta mundial, colocando o país na oitava posição entre os principais produtores.

Alicerçada na sucessão de safras solidárias dos grandes estados produtores, preconizada pelo Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Cebolas (PRONACE), do Ministério da Agricultura, a cultura da cebola no Brasil apresentou, nos últimos anos, crescimento acentuado na área de plantio e evolução da oferta do produto.

TABELA 2

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CEBOLA E TOTAL BRASILEIRO - SAFRAS 1984/85 A 1988/89

(em t)

ESTADO	S A F R A S				
	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89
	Rio G. do Sul	172.876	107.645	166.743	124.274
Santa Catarina	148.130	148.426	261.373	211.697	207.587
Paraná	27.635	19.300	31.120	27.715	27.674
São Paulo	236.858	264.283	282.500	266.696	283.903
Bahia	22.215	48.470	54.424	86.199	107.810
Pernambuco	22.721	42.032	48.141	28.416	35.598
BRASIL	639.569	639.182	853.968	780.314	789.945

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez.1985 - dez.1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Seja pelas condições de clima favoráveis, seja pelas diversas safras colhidas, o Brasil, hoje, praticamente não registra períodos de entressafra do produto, cujo suprimento se dá mediante o seguinte quadro de distribuição de safras:

QUADRO 1
CALENDÁRIO MENSAL DE OFERTA DE CEBOLA POR ESTADO BRASILEIRO

ESTADO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Rio G. do Sul	X	X	X	X	X	X					X	X
Santa Catarina	X	X	X	X	X	X					X	X
Paraná	X	X	X							X	X	X
São Paulo -				X	X	X	X					
- Soqueira												
- Claras Precoces						X	X	X	X	X		
- Baías Periformes	X									X	X	X
Bahia					X	X	X	X	X	X	X	X
Pernambuco					X	X	X	X	X	X	X	X

FONTE: Instituto GEPA/SC.

Em decorrência dessa condição privilegiada, em termos de época de disponibilidade do produto, a cebolicultura brasileira, em se considerando os níveis de oferta e demanda do bulbo, nos últimos anos apresentou uma situação de relativa estabilidade.

Não obstante este registro, a produção nacional, por razões diversas, ainda alterna períodos de excesso e escassez do produto, gerando, em consequência, eventuais problemas no abastecimento, com prejuízo para os agricultores.

Na safra relativa ao ano agrícola 1989/90, a oferta interna novamente deverá acusar crescimento comparativamente à produção da safra anterior.

Com efeito, as últimas avaliações oficiais da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO - da Fundação IBGE, revelam uma expectativa de colheita da ordem de 854.435 toneladas do bulbo. A área plantada soma 74.455 hectares e o rendimento médio esperado é de 11.476 kg/ha (a área destinada à colheita é de 72.282 hectares, o que eleva a produtividade média para 11.660 kg/ha).

Estes números representam, em comparação aos do cultivo imediatamente anterior, ganhos de aproximadamente 1,6% e 8,2%, respectivamente, na área de plantio e na produção prevista, sendo que esta, em se confirmando, se caracterizará como recorde nacional.

A expectativa de desempenho da cultura, por estado produtor, é mostrada na tabela a seguir.

TABELA 3

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E RENDIMENTO MÉDIO DA CEBOLA - SAFRA 1989/90

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE OBTIDA/ESPERADA (t)	PARTICIPAÇÃO RELAT. (%)	RENDIMENTO MÉDIO ALCANÇADO/ PREVISTO (kg/ha)
Santa Catarina	28.448	306.529	35,88	10.775
São Paulo	15.680	275.997	32,30	17.602
Rio Grande do Sul	17.271	131.647	15,41	7.622
Bahia	4.795	63.929	7,48	13.332
Paraná	5.500	41.980	4,91	7.633
Pernambuco	2.750	34.302	4,02	12.473
TOTAL DO BRASIL	74.455	854.435	100,00	11.476

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, out. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC

A Região Sul do país acusou ganho de 12,2% na área de plantio e de 32,4% na produção colhida sobre os números da safra 1988/89. Os destaques ficam para os estados do Paraná e de Santa Catarina, com aumentos de 21,1% e 51,7%, e de 16,5% e 47,7%, respectivamente.

As demais regiões produtoras, por sua vez, face a problemas de ordem climática, registraram diminuição de valores da ordem de 33,3% e 31,5% para o Nordeste, e de 3,7% e 2,8% para a Região Sudeste, respectivamente.

Em Santa Catarina, os números finais do IBGE revelaram para a cultura, nesta última safra, o seguinte cenário: área cultivada de 28.448 hectares, responsável por uma produção bruta de 306.529 toneladas e rendimento médio de 10.775 kg/ha.

Cerca de 1.170 hectares foram perdidos face a condições adversas de clima.

Sobre a safra anterior, a atual evoluiu 16,5%, 47,7% e 26,8%, na área de plantio, na produção e no rendimento médio, respectivamente.

A evolução apresentada pela cultura, em Santa Catarina, nos últimos anos, é mostrada na tabela 4, a seguir.

TABELA 4

ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1979/80 A 1989/90

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO ALCANÇADO (kg/ha)
1979/80	12.307	103.605	8.428
1980/81	16.920	151.809	8.959
1981/82	11.380	113.745	9.983
1982/83	12.338	125.756	10.189
1983/84	12.157	111.116	9.140
1984/85	14.409	148.130	10.280
1985/86	16.678	148.426	8.899
1986/87	24.370	261.373	10.725
1987/88	21.856	211.697	9.686
1988/89	24.420	207.587	8.500
1989/90	28.448	306.529	10.775

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O montante da produção catarinense colhido nesta última safra é recorde nacional na oferta individualizada por unidade da Federação. Em se mantendo o atual quadro de expectativa de oferta para o país, o estado passará a primeiro produtor nacional. Em termos de área plantada, esta posição já havia sido conquistada desde a safra 1986/87.

Destacaram-se na atividade ceboleira local nesta safra as microrregiões de Ituporanga, Rio do Sul e Tabuleiro, que, em seu conjunto, responderam por 82,3% da área plantada e por 84,8% da produção colhida. O município de Ituporanga, principal produtor catarinense, contribuiu com 22,4% do total cultivado e 30,8% da oferta estadual bruta.

TABELA 5

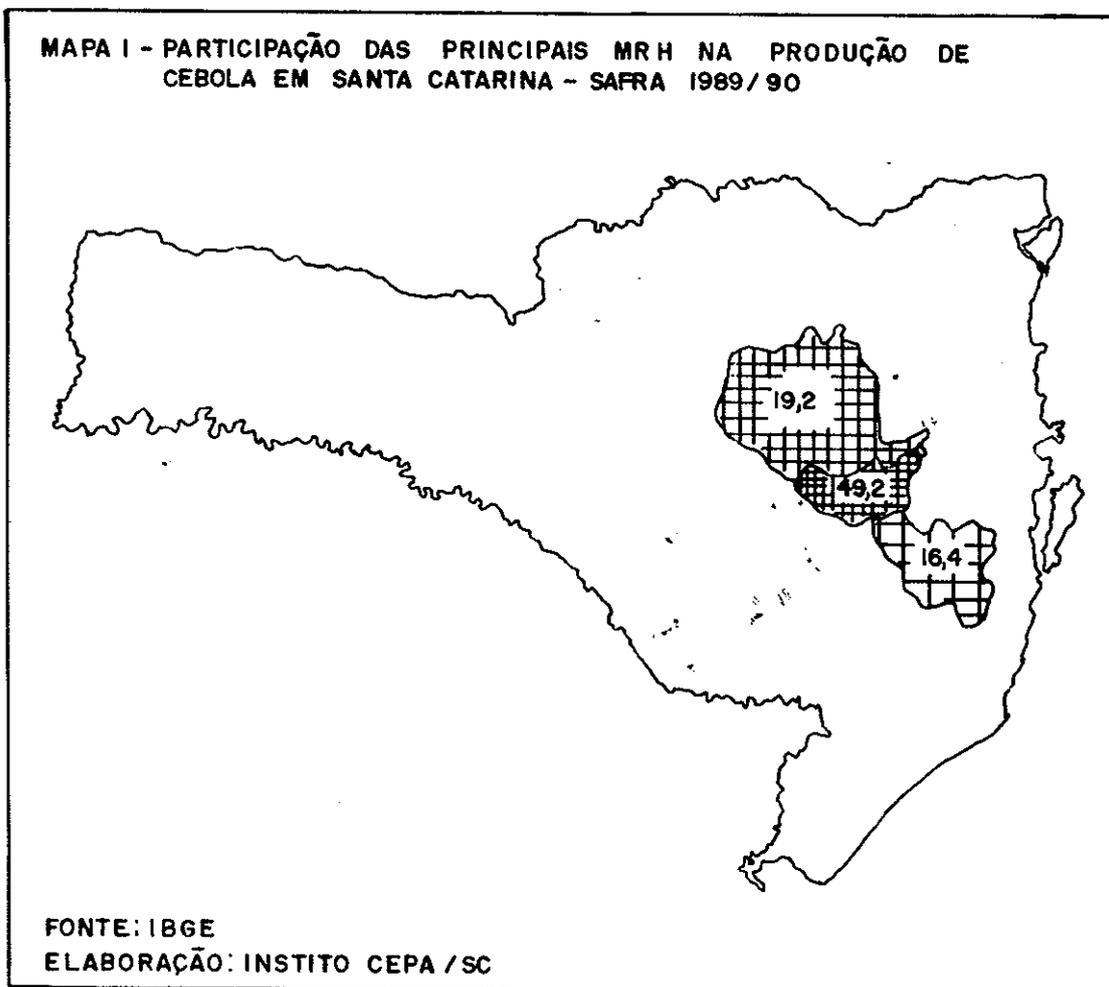
PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES NA PRODUÇÃO DE CEBOLAS EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1988/89 E 1989/90

MICRORREGIÃO	SAFRA 1988/89		SAFRA 1989/90	
	PRODUÇÃO	PARTICIPAÇÃO	PRODUÇÃO	PARTICIPAÇÃO
	(t)	(%)	(t)	(%)
Ituporanga	82.350	39,7	150.850	49,2
Rio do Sul	52.420	25,2	58.809	19,2
Tabuleiro	38.955	18,8	50.425	16,4
Outras	33.862	16,3	46.445	15,2
TOTAL ESTADO	207.587	100,0	306.529	100,0

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

OBS: Dados sujeitos a modificação.



3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

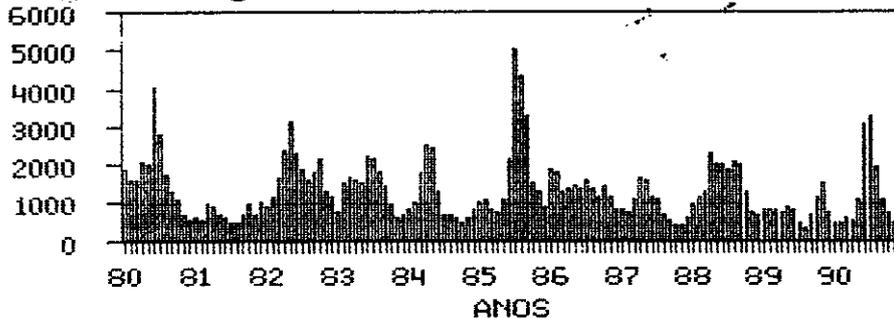
A comercialização de cebola no Brasil, não obstante a produção total seja bastante superior à demanda, ainda mostra períodos problemáticos de abastecimento. Alterna períodos de escassez e excesso do produto, acarretando dificuldades de suprimento e prejuízos para a classe produtora.

No decorrer do ano de 1990, o abastecimento nacional, via de regra, mostrou um quadro de relativa estabilidade. Apenas no período compreendido entre os meses de maio e julho os níveis de disponibilidade interna foram insuficientes para o suprimento do consumo, avaliado em torno de 50.000 t/mês, levando o país a importar o produto de países do Cone-Sul para manter o equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Este fato foi provocado por condições de adversidade climática, as quais, por um lado, determinaram a antecipação do escoamento da safra sulina, e, por outro, provocaram atraso nas atividades de colheita das safras das Regiões Sudeste e Nordeste do país.

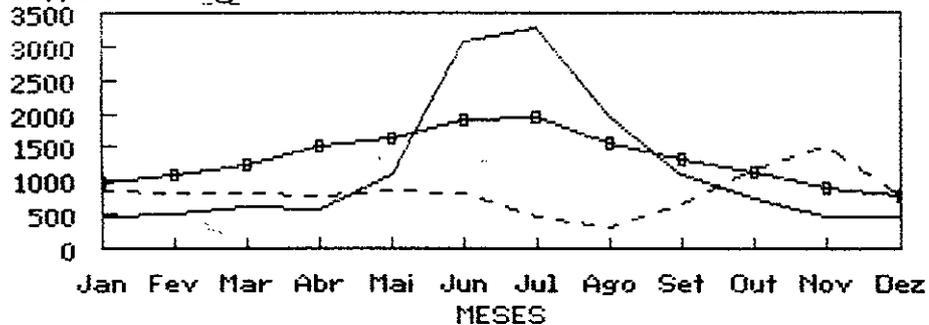
Em decorrência do exposto, os preços praticados neste ano situaram-se em patamares bastante baixos, conforme se observa nos gráficos a seguir.

GRÁFICO 1
PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DA CEBOLA NO ATACADO
DA CEAGESP - 1980-90
Cr\$/sc 20 kg



FONTE: CEAGESP.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 2
PREÇOS MÉDIOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DA CEBOLA NO
ATACADO DA CEAGESP - 1980-90, 1989 E 1990
Cr\$/sc 20 kg



—●— Média 1980-1990 - - - - - 1989 ——— 1990

FONTE: CEAGESP.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

A análise da série histórica mostra que as cotações mensais praticadas neste ano - excetuados os meses de junho, julho e agosto - situaram-se sempre bastante abaixo da média, caracterizando-se como das mais baixas dos últimos dez anos.

Este registro decorre, evidentemente, do aumento verificado nos níveis da produção nacional, a qual somou mais de 8% relativamente à oferta da safra-passada.

Reflete também, sobretudo frente aos valores dos primeiros cinco meses do ano, o crescimento da atividade ceboleira ocorrido na Região Sul, que representou 12,2% e 32,4%, no total plantado e na produção colhida, comparativamente ao ano de 1989. Reflete, por último e principalmente, a concentração da cultura nessa região, a qual correspondeu, nesse último ano agrícola, a 68,8% da área cultivada e a 56,2% da produção colhida no país.

É notório que aumentos de produção muito expressivos normalmente redundam em problemas de escoamento de safra e, conseqüentemente, de oferta e preço, fato comprovado pela análise da série histórica da comercialização do produto.

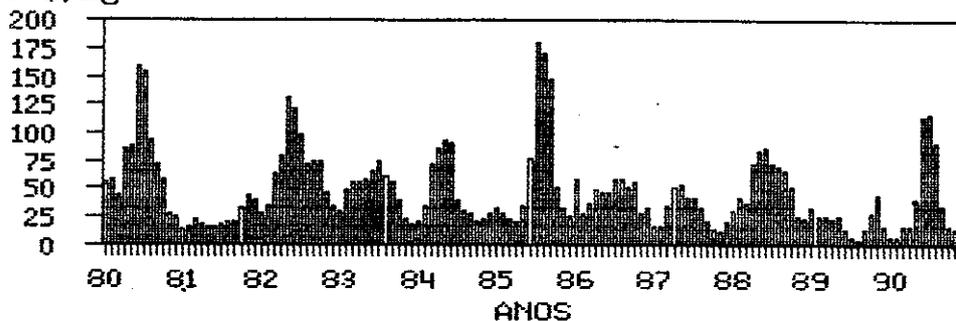
Em Santa Catarina, esta preocupação tem sido por diversas vezes levantada por este Instituto de Planejamento, e particularmente ressaltada ao final do ano de 1989, por ocasião de um seminário sobre comercialização de cebolas realizado na principal região produtora do estado.

A safra deste ano agrícola não fugiu à regra. A exemplo de tantas outras, lamentavelmente, assistiu-se mais uma vez a uma comercialização desastrosa, com os produtores não raras vezes tendo que recorrer a expedientes pouco recomendáveis, mas muito frequentes ultimamente, como o boicote de venda, numa tentativa de recuperação dos valores recebidos, onde os mais prejudicados, como sempre, foram os pequenos agricultores, os quais têm na cebolicultura a sua principal atividade agrícola.

Com efeito, pela análise dos preços médios praticados nesta safra estes foram os mais baixos dos últimos dez anos.

GRÁFICO 3
PREÇOS MÉDIOS REAIS (1) MENSAIS DA CEBOLA PAGOS AO
PRODUTOR CATARINENSE - 1980-90

Cr\$/kg

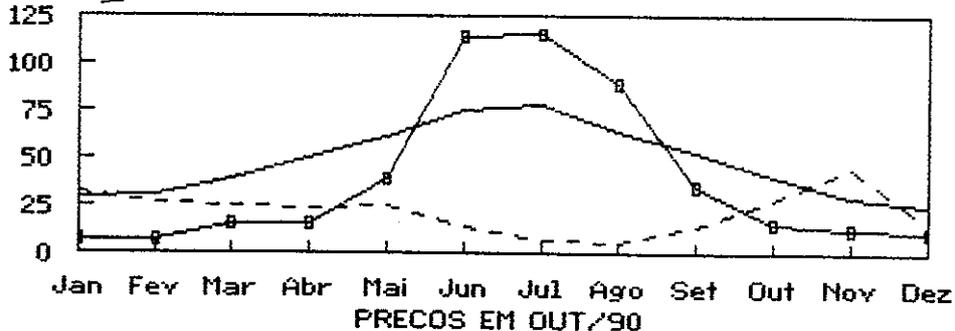


FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 4
PREÇOS MÉDIOS REAIS (1) MENSAIS DA CEBOLA RECEBIDOS
PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1980-90, 1989 E 1990

Cr\$/kg



— Média 80-90 - - - - - 89 —■— 90

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

Relativamente à frustrada comercialização da safra passada, os preços recebidos pelos produtores locais no corrente ano traduziram-se em perda real de 40%, e se elevaram para aproximadamente 70% se comparados à média dos valores praticados na safra 1987/88.

Além dos prejuízos decorrentes dos baixos preços de mercado, os produtores catarinenses enfrentaram também entraves de ordem climática.

As frequentes chuvas por ocasião do início da colheita dificultaram a realização dessa operação e interferiram drasticamente na qualidade dos bulbos produzidos, os quais, em razão do excesso de umidade dos campos, perderam a sua competitividade em relação ao produto de outros estados.

Ainda como consequência da situação de clima, as perdas de armazenamento foram sensivelmente acrescidas. Cálculos deste Instituto estimam um prejuízo da ordem de 122.000 toneladas, equivalentes a 40,0% da produção colhida.

A disponibilidade de produto catarinense escoado para as mais diversas praças de comercialização do país, nessa última safra, foi avaliada em 156.000 toneladas, ou o equivalente a quase quatro meses de demanda nacional.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Excessos e déficits de oferta estão intimamente relacionados a fatores climáticos, à disponibilidade de boas sementes e a preços recebidos. No caso específico da cultura da cebola, em Santa Catarina, onde o início das operações de plantio de uma safra coincide com o término da comercialização da safra precedente, essa última afirmativa tem necessariamente que ser analisada sob o aspecto de preço médio praticado em todo o transcorrer do período de venda, e não apenas nos últimos valores recebidos, de vez que estes, devido à transição de ofertas do sul do país e da Região Sudeste, são, via de regra, elevados.

A não-observância desse aspecto tem motivado os produtores locais, sobretudo nos últimos anos, a constantes aumentos de área de plantio e conseqüente incremento da oferta do bulbo, iniciativas estas que, somadas a fatores climáticos, redundaram em pesados prejuízos para a atividade. Normalmente, planta-se demais e perde-se muito. Isto onera o estado, via financiamentos improdutivos, e o produtor, por elevadas perdas sofridas.

A programação dos plantios, de modo que as safras se sucedam corretamente, e uma maior conscientização de técnicos e produtores é, certamente, o caminho para se evitar a repetição de frustrações iguais às das duas últimas safras.

Lamentavelmente, contudo, os aspectos acima mencionados foram novamente relegados na campanha ceboleira do ano agrícola 1990/91.

Com efeito, as primeiras avaliações da Fundação IBGE/GCEA, baseadas em levantamentos preliminares processados nos principais municípios do estado, indicam uma expectativa de plantio de 26.900 hectares da cultura, com uma produção bruta em torno de 295.900 toneladas.

Há que se registrar, entretanto, a possibilidade de o resultado final desta safra sofrer alterações, tendo em vista o excesso de chuvas. A normalização do regime hídrico, por outro lado, poderá proporcionar situação ideal de desenvolvimento para os campos.

Já os preços ao produtor local a serem praticados no início do próximo ano, quando do término da colheita e incremento da comercialização da safra catarinense, é pouco provável que sejam remuneradores.

Esta suposição baseia-se nas projeções da oferta nacional prevista para os próximos meses: a expectativa de oferta supera a demanda interna. A comercialização da safra de cebolas "bairras periformes" da região de Piedade/SP deverá ser estendida até o mês de janeiro/91.

Na região da Grande Florianópolis, a colheita desta safra foi iniciada no final de outubro próximo passado. As primeiras vendas processaram-se a um preço médio de Cr\$ 20,00/kg. No Alto Vale do Itajaí, em final de novembro, por Cr\$ 10,00/kg.

O custo de produção da cultura, para Santa Catarina, alcançou, no mês de outubro passado, um valor de Cr\$ 20,98/kg. As projeções para os dois meses subsequentes indicaram valores de Cr\$ 23,50/kg e Cr\$ 27,00/kg.

Em condições climáticas normais, a expectativa de disponibilidade líquida de cebola catarinense para a exportação neste ano agrícola é da ordem de 175.000 toneladas do bulbo.

2.6. FEIJÃO

1. INTRODUÇÃO

O nível mundial da produção de feijão e principalmente o volume das transações internacionais revelam um produto pouco representativo. Sua produção, na grande maioria dos países, destina-se primordialmente ao consumo das próprias populações. Em razão disso, os excedentes exportáveis são, com raras exceções, fruto de superávits conjunturais. Dentre os maiores produtores, destacam-se a Índia, o Brasil, a China, o México e os Estados Unidos.

No Brasil, devido à diversidade do clima, a produção processa-se por quase todo o ano, sendo caracterizada por três safras. Na primeira, ou das águas, o cultivo concentra-se no Centro-Sul. Na segunda, a produção já se diversifica por todo o país, com o Norte e o Nordeste respondendo, em condições normais de clima, por cerca de 40% do volume colhido. Já na terceira safra, de cultivo mais recente e de produção significativamente inferior à das outras duas, o plantio é efetuado principalmente em São Paulo.

Em Santa Catarina, o plantio do feijão é efetuado por aproximadamente 165.000 produtores (pequenos, na grande maioria), e se concentra principalmente no primeiro período (safra das águas), quando é semeado, conforme a safra, de 60% a 70% do total da área cultivada durante o ano. Essa maior concentração ocorre principalmente neste período (setembro/novembro) porque as condições de clima permitem o cultivo em todas as microrregiões homogêneas do estado. Já na safrinha, cujo plantio se processa entre janeiro e fevereiro, a redução da área semeada decorre de limitações climáticas (frio) que não permitem a semeadura em algumas regiões, principalmente nas do planalto.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de feijão, embora apresentando alguns avanços, principalmente em razão do crescimento das colheitas da Índia, continua pequena e bastante inferior à de outros grãos comestíveis. Os últimos dados disponíveis, relativos à safra 1988/89, apontaram uma produção de 15,8 milhões de toneladas. A falta de informações mais atualizadas, por sua vez, decorre tanto do fato de a produção estar concentrada em países menos desenvolvidos, quanto da pouca importância comercial do produto no contexto internacional. Por outro lado, a pouca transparência do mercado e o pequeno consumo nos países do primeiro mundo são fatores que limitam a expansão do comércio e da produção.

TABELA 1

PRODUÇÃO DE FEIJÃO DOS CONTINENTES E PRINCIPAIS PAÍSES -
1979-81, 1987-89

(em 1.000 t)

DISCRIMINAÇÃO	1979-81	1987	1988	1989
ÁFRICA	1.524	1.786	1.782	1.636
AMÉRICA CENTRAL E DO NORTE	2.606	2.684	2.208	2.653
. México	1.015	1.024	857	955
. USA	1.210	1.175	873	1.104
AMÉRICA DO SUL	2.727	2.659	3.412	3.031
. Argentina	202	211	134	172
. Brasil	2.165	2.007	2.901	2.491
. Chile	113	81	100	73
. Colômbia	77	90	96	100
ÁSIA	5.900	6.681	7.577	7.644
. China	1.748	1.522	1.466	1.514
. Índia	2.561	3.245	4.033	4.000
EUROPA	728	782	735	800
. Romênia	99	248	225	244
OCEANIA	3	11	9	4
URSS	64	71	82	105
MUNDO	13.552	14.584	15.805	15.872

FONTE: FAO. Boletim Trimestral FAO de Estatísticas, v.3, n.2
1990.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

A produção brasileira ficou abaixo da esperada. Problemas climáticos na primeira e na segunda safra colaboraram para este mau desempenho. A da primeira, que apresentava um potencial superior a 1,2 milhão de toneladas, caiu para 1,09 milhão. A falta de umidade durante o período vegetativo e o excesso de chuvas na colheita prejudicaram as safras do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e, principalmente, do Paraná. Neste último estado, a quebra foi da ordem de 40%. A segunda safra também foi prejudicada pela escassez de chuvas no Nordeste. Em razão disso, a produção, que poderia superar 1,1 milhão de toneladas, foi de pouco mais de 930 mil. Como consequência, o somatório da produção brasileira (incluindo as 198 mil toneladas da terceira safra), foi de 2,23 milhões de toneladas, volume que ficou quase 3,5% abaixo da precedente, que já havia sido pequena.

TABELA 2

QUANTIDADE PRODUZIDA DE FEIJÃO (PRIMEIRA E SEGUNDA SAFRA) SE-
GUNDO AS REGIÕES E TOTAL BRASILEIRO - SAFRAS 1988/89 E 1989/90
(em mil t)

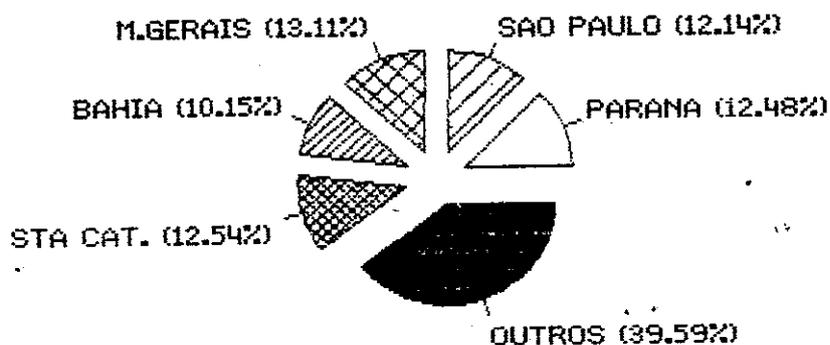
REGIÃO	PRIMEIRA SAFRA		SEGUNDA SAFRA	
	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90
Norte/Nordeste	334,9	265,5	531,8	416,6
Sudeste	234,0	241,2	429,1	409,4
Sul	448,4	574,9	147,0	126,0
Centro-Oeste	12,6	14,7	130,5	181,0
TOTAL BRASIL	1.069,9	1.096,3	1.238,4	1.133,0

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da
Produção Agrícola, out. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: Na segunda safra está computada a produção da safra de
inverno.

GRÁFICO 1
PRINCIPAIS ESTADOS BRASILEIROS PRODUTORES DE
FEIJÃO - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - SAFRA 1989/90



FONTE: Fundação IBGE. Levantamento Sistemático da produção Agrícola, - dez/90.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A produção catarinense de feijão nas duas safras deste ano foi de 280,8 mil toneladas, situando-se levemente acima da obtida em 1989 (269 mil toneladas). Este volume, no entanto, poderia ter sido bem maior se as condições climáticas tivessem sido normais. O excesso de chuvas, tanto na colheita da primeira quanto da segunda safra, reduziu o potencial da produção, que chegou a ser estimado em mais de 310 mil toneladas.

Apesar deste desempenho inferior ao esperado, Santa Catarina participou com quase 12% da produção nacional, ficando, em 1990, como o terceiro produtor brasileiro.

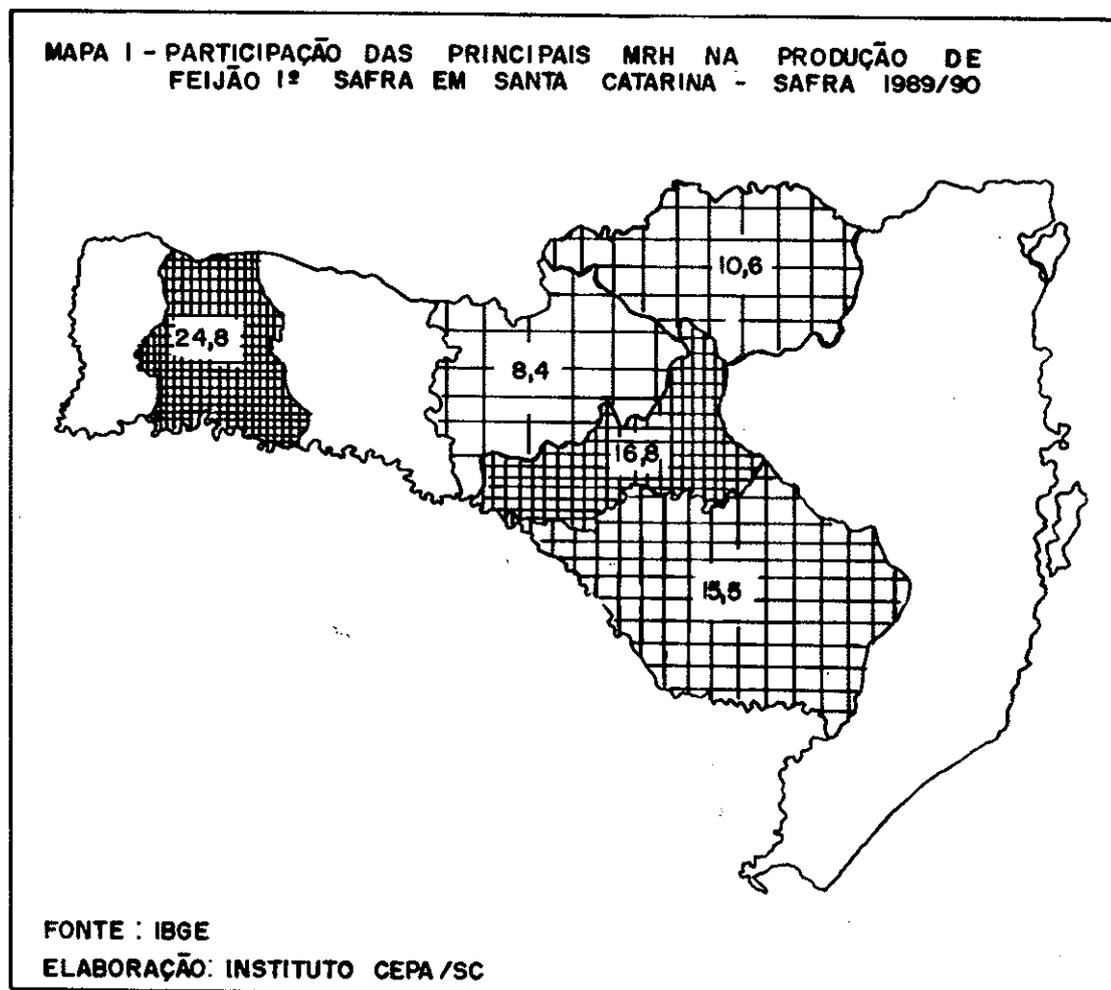
TABELA 3

QUANTIDADE PRODUZIDA DE FEIJÃO (PRIMEIRA SAFRA E SAFRINHA) POR
MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1988/89
E 1989/90

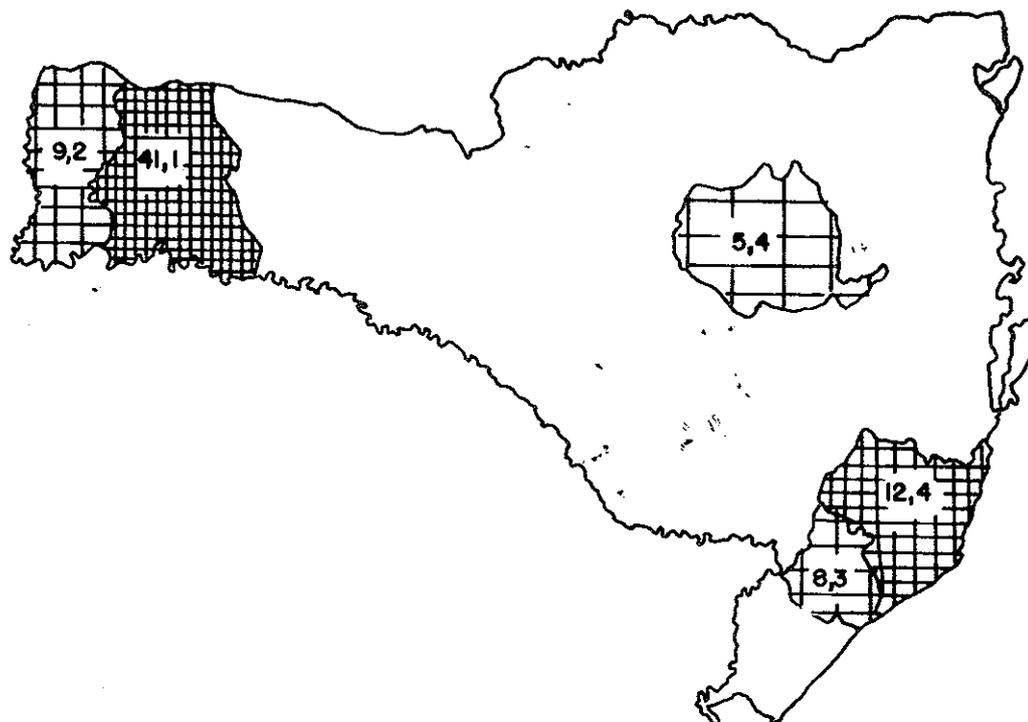
(em t)

MICRORREGIÃO	PRIMEIRA SAFRA		SAFRINHA	
	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90 (1)
Chapecó	48.078	51.235	35.240	30.495
Curitibanos	28.300	34.888	-	1.044
Campos de Lages	31.024	32.044	-	-
Canoinhas	22.674	21.990	1.084	992
Joaçaba	14.983	17.394	42	72
São Miguel d'Oeste	8.028	11.472	8.436	6.801
Concórdia	12.432	10.710	4.962	3.318
Xanxerê	6.192	9.293	2.556	3.459
Rio do Sul	5.146	4.741	4.402	3.959
Tubarão	2.726	3.033	8.558	9.197
Criciúma	695	1.625	6.026	6.142
Araranguá	1.535	1.161	3.379	3.919
Outras	5.464	7.057	7.546	4.785
TOTAL DO ESTADO	187.277	206.643	82.231	(74.183)

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(1) Dados sujeitos a retificação.



MAPA II - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE
FEIJÃO 2ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O suprimento nacional de feijão, ao contrário do esperado, foi razoavelmente tranquilo, até mesmo para o feijão-preto, cujas expectativas, em razão da quebra da safra do Paraná, eram bastante pessimistas.

Com uma produção global pequena (cerca de 2,3 milhões de toneladas) e com estoques iniciais bastante modestos (76,7 mil), as previsões eram de um suprimento deficitário já que o consumo em 1989 havia sido da ordem de 2,6 milhões de toneladas. O mercado, todavia, ajustou-se a uma oferta sensivelmente menor. O suprimento total, quando somado às importações (40 mil toneladas), foi pouco superior a 2,45 milhões de toneladas.

Embora persistam algumas dúvidas quanto ao volume colhido (a terceira safra pode ter sido maior do que a estimada, devido à expansão do seu cultivo em estados do Nordeste), as explicações para a redução do consumo foram centradas na queda do poder aquisitivo. Todavia, um outro fator que pode ter contribuído para tal é a mudança do hábito alimentar das populações dos grandes centros, que tendem a restringir o consumo da leguminosa.

De qualquer forma, o que se vivenciou em 1990 foi um quadro de suprimento/demanda bastante ajustado, tanto que os estoques finais ficaram em níveis bastante baixos (vide tabela 4). Em razão disso, o abastecimento do próximo ano ficará na total dependência do desempenho das safras.

TABELA 4

SUPRIMENTO/DEMANDA NO BRASIL - SAFRAS 1988/89 E 1989/90

(em 1.000 t)

DISCRIMINAÇÃO	SAFRA 1988/89			SAFRA 1989/90		
	Cores	Preto	Total	Cores	Preto	Total
Estoque inicial (01.11.88)	225,90	39,40	265,30	76,70	0,00	76,70
Produção	2036,70	349,70	2386,40	1971,80	368,30	2340,10
1. Safra	545,50	277,30	822,80	640,60	270,30	910,90
2. Safra	1491,20	72,40	1563,60	1331,20	98,00	1429,20
Importação		25,00	25,00	10,00	30,00	40,00
Suprimento	2262,60	414,10	2676,70	2057,80	398,70	2456,10
Consumo	2185,90	414,10	2600,00	1960,00	380,00	2340,00
Excedente	76,70	0,00	76,70	97,80	18,30	116,10
Estoque final (31.10.89)	76,70	0,00	76,70	97,80	18,30	116,10

FONTE: CFP/DAEP/SUPRA (dez/90).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados estimados, sujeitos a retificação.

O quadro de oferta/demanda catarinense, como é tradicional, foi superavitário. A produção de 281 mil toneladas foi suficiente para atender à demanda interna

estadual, gerando um excedente da ordem de 140.000 toneladas, que foi vendido para outras unidades da Federação.

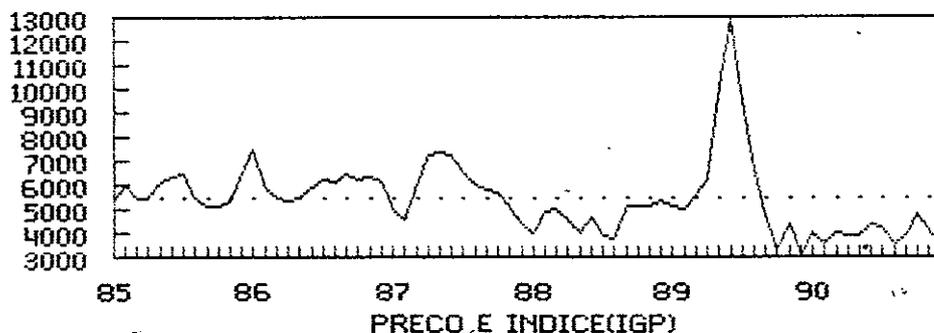
4. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

O mercado interestadual de feijão-carioca, que iniciara o ano com tendência de alta (devido às chuvas que atrapalharam a colheita e provocaram quebra de produção), teve seu crescimento interrompido ainda na segunda quinzena de janeiro, em razão da "desova" da produção forçada pela falta de recursos para a comercialização. Já a reação esboçada após a liberação de recursos para EGF, em meados de fevereiro, foi bloqueada, em seguida, pela edição do novo plano econômico. Além de a drástica redução da liquidez ter provocado inicialmente uma centuada queda nominal, o crescimento das cotações foi limitado a seguir pelo tabelamento do produto no varejo. O engessamento dos preços ao consumidor (Cr\$ 42,00/kg em São Paulo) chegou a provocar escassez do produto nos supermercados e vendas com ágio nas periferias.

A concessão de ajustes na tabela em junho (19%) e julho (25%) permitiu que os preços apresentassem recuperação real.

Em agosto, todavia, o mercado voltou a cair. O aumento da oferta da safra irrigada e a retração do consumo enfraqueceram o nível real dos preços. Já a perspectiva de que o suprimento seria apertado e os boatos de que a produção da nova safra poderia atrasar deram sustentação ao mercado nos dois meses subsequentes, principalmente em outubro, quando o nível real das cotações foi o mais alto do ano. Apesar desta recuperação, os preços de outubro (vide gráfico) ainda ficaram abaixo da média das cotações do período 1985-1990, comprovando que a comercialização de 1990 foi a mais desfavorável dos últimos anos. A partir de novembro, os preços novamente acusaram queda, inicialmente pressionados pela "desova" dos estoques remanescentes da safra velha e, posteriormente, pelo incremento da colheita da nova safra.

GRÁFICO 2
PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DO FEIJÃO-CARIOCA NO
ATAcado DE SÃO PAULO - 1985-90
Cr\$



— Feijão carioca Média do período

FONTE: Bolsa de Cereais de São Paulo.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

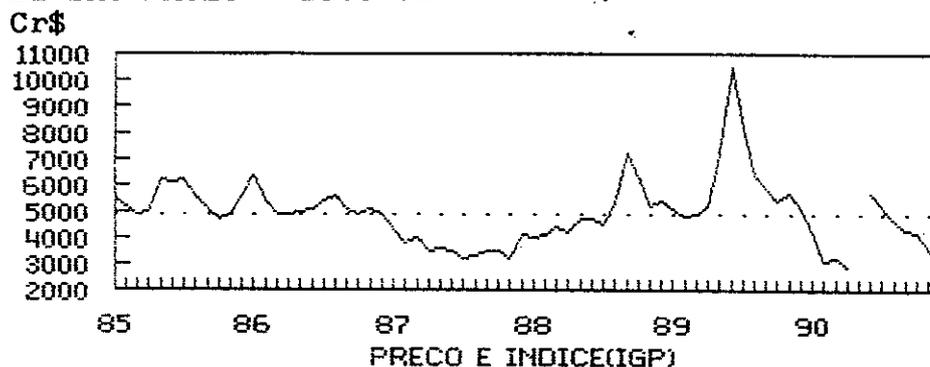
O mercado de feijão-preto, apesar de ter começado o ano relativamente firme e terminado o mês de janeiro ainda em nível superior ao do carioca, apresentou quedas reais sucessivas até abril. Este comportamento deveu-se, de início, ao crescimento da oferta da primeira safra e, posteriormente, ao baixo nível do tabelamento no varejo (Cr\$ 32,00/kg, no Rio de Janeiro). Este fato impediu, inclusive, a recomposição dos preços no atacado nos mesmos patamares nominais registrados antes do plano econômico.

Mesmo com os ajustes concedidos em abril (Cr\$ 48,00/kg para o tipo 1, Cr\$ 42,00/kg para o tipo 2 e Cr\$ 32,00/kg para o tipo 3), o tabelamento continuou atrapalhando os negócios, tanto que em maio o produto deixou de ser cotado na Bolsa de Mercadorias e Cereais de São Paulo; todavia, com o fim do tabelamento, o produto acusou um expressivo crescimento (mais de 100% em relação às cotações de fins de abril), ultrapassando novamente os do carioca. Este, por sinal, foi o momento mais favorável da comercialização, quando o nível real das cotações (vide gráfico) não só se assemelhou ao do final de 1989, como também superou a média dos preços do período 1985-90.

No transcorrer do segundo semestre, embora com oscilações nominais positivas em determinados momentos, os

preços apresentaram sucessivas quedas em termos reais. Este comportamento decorreu de uma oferta maior que a esperada. A produção razoável da segunda safra, a entrada de produto estrangeiro e, principalmente, a retração da demanda foram fatores que pressionaram as cotações. Estas só voltaram a apresentar uma pequena recuperação em dezembro; mesmo assim, graças à sustentação proporcionada pelo preço mínimo. As cotações do último trimestre, à exemplo das que se verificaram antes do aquecimento de junho, foram dos piores dos últimos anos.

GRÁFICO 3
PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DO FEIJÃO-PRETO NO ATACADO
DE SÃO PAULO - 1985-90



— Feijão preto Média do período

FONTE: Bolsa de Cereais de São Paulo.

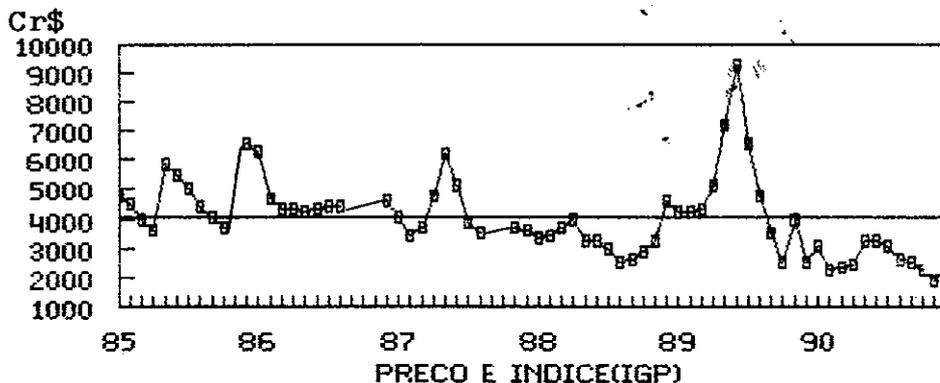
(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

O mercado atacadista catarinense, como é tradicional, teve um comportamento semelhante ao do atacado interestadual. A condição de estado exportador faz com que os preços sejam formados pelo atacado dos grandes centros consumidores, principalmente por São Paulo. A comercialização, a não ser pelos entraves ocorridos logo após a edição do novo plano econômico, transcorreu com regularidade, tanto que as aquisições do governo (AGF) foram de somente 300 toneladas. O escoamento da produção processou-se, na maior parte, durante o primeiro semestre.

Os preços recebidos pelos produtores catarinenses, embora sempre superiores ao mínimo no primeiro semestre e embora

tenham acusado, a exemplo do atacado interestadual, oscilações positivas em junho e julho, apresentaram-se, em termos reais, inferiores aos registrados nos mesmos períodos de anos anteriores (vide gráficos). Já o sensível decréscimo verificado de julho a novembro pouco significou, seja porque a grande maioria das vendas se dá durante os períodos de colheita, seja porque o produto remanescente sempre apresenta expressiva queda de qualidade.

GRÁFICO 4
PREÇOS REAIS (1) MENSAIS DO FEIJÃO-CARIOCA PAGOS AO PRODUTOR DE SANTA CATARINA - 1985-90

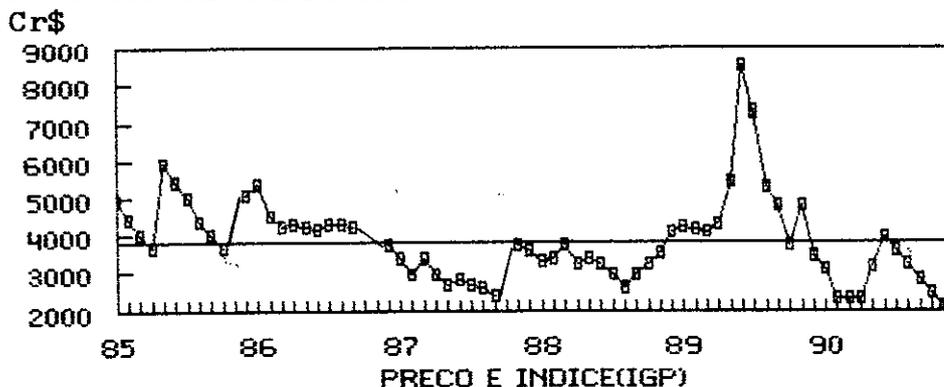


—○— Feijão carioca — Média 85/90

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 5
PREÇOS REAIS (1) MENSAIS DO FEIJÃO-PRETO PAGOS AO PRODUTOR DE SANTA CATARINA - 1985-90



—○— Feijão preto — Média 85-90

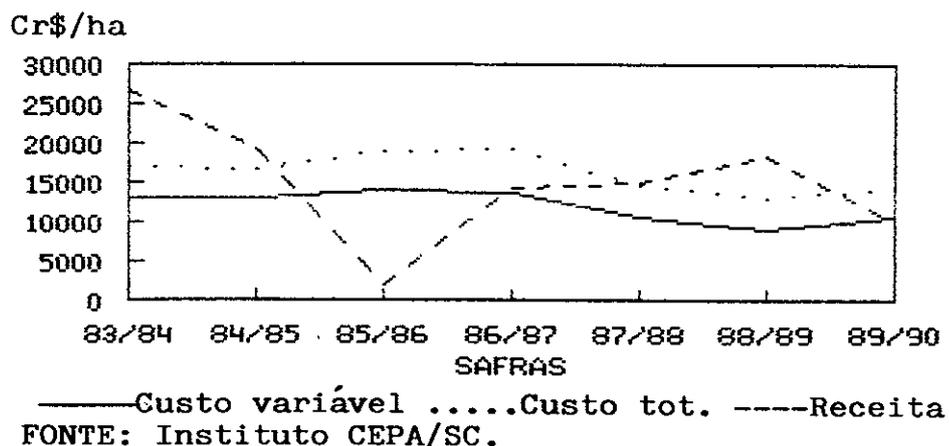
FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

Ao se comparar monetariamente os custos de produção elaborados pelo Instituto CEPA/SC nos meses de outubro com as receitas obtidas em fevereiro dos anos seguintes (vide gráfico), verifica-se que o resultado da primeira safra de feijão de 1989/90 foi desfavorável aos produtores. A receita por hectare, que no ano anterior havia sido significativamente superior ao custo total de produção (cerca de 40%), neste ano de 1990 praticamente se assemelhou ao custo variável. A causa deste mau desempenho deveu-se, principalmente, à forte deterioração dos preços do feijão - em termos reais, os mais baixos dos últimos anos - já que os custos não apresentaram aumentos expressivos. Este comportamento só não teve reflexos negativos no plantio da primeira safra de 1990/91 graças ao estabelecimento de um preço mínimo razoável e aos preços no atacado interestadual, que apresentaram melhoras em meados do ano.

GRÁFICO 6
CUSTOS DE PRODUÇÃO X PREÇOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR DE FEIJÃO EM SANTA CATARINA -
SAFRA 1983/84 A 1989/90



6. PERSPECTIVAS

O cultivo de feijão da primeira safra do Centro-Sul (1990/91), cujas perspectivas iniciais apontavam para um crescimento razoável, acabou num patamar semelhante ao da safra anterior (1,51 milhão de hectares). Excesso de chuvas à época da sementeira, geadas tardias e demora na liberação dos créditos de custeio foram os fatores que entravaram o esperado aumento de plantio.

A produção, que apresentava um potencial da ordem de 1,1 milhão de toneladas, também sofreu redução em decorrência de problemas climáticos nos estados do Sul - excesso de chuvas em setembro/outubro e estiagem em janeiro. A expectativa é de um volume de colheita inferior a 1,0 milhão de toneladas. Em razão disso, é provável que ocorra certa escassez de oferta em abril, mês de entressafras. Já o suprimento do restante do ano dependerá de bons resultados da segunda e da terceira safra. Como consequência, acredita-se que o mercado de feijão se apresentará razoavelmente firme, pelo menos nos primeiros meses de 1991.

A safra catarinense, cuja área plantada assemelhou-se à da safra anterior, também deverá apresentar um desempenho bastante inferior ao previsto. O excesso de chuvas à época da sementeira e do período vegetativo e as estiagens de janeiro deverão repercutir numa queda expressiva de produtividade. As estimativas preliminares indicam que a produção, inicialmente estimada em 248.000 toneladas, sofrerá perdas da ordem de 30%.

Mesmo com esta queda e independente do comportamento da safrinha, Santa Catarina ainda permanecerá como exportador da leguminosa para outros estados, uma vez que o consumo interno estadual é calculado em somente 130 mil toneladas.

2.7. FUMO

1. INTRODUÇÃO

O Brasil destaca-se no cenário internacional como segundo maior exportador e quarto maior produtor mundial. Em exportação só é superado pelos Estados Unidos. Em produção, pela China, Estados Unidos e Índia. Estes três países respondem, respectivamente, por cerca de 39,8%, 10% e 6,5% da produção mundial. O Brasil responde por 6,7%.

A produção brasileira está concentrada nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Alagoas e Bahia. Tomando-se como base os dados da safra 1989/90, os três estados da Região Sul respondem por cerca de 90% da produção nacional.

Segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), na Região Sul, na safra 1989/90, 121.600 produtores plantaram fumo. Da área plantada, 70,5% foi de fumo Virgínia, 16,4% de Burley, 8,4% de Amarelinho e 4,7% de Galpão Comum.

Em Santa Catarina, segundo demonstrativo elaborado pela Campanha Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), na safra 1989/90 48.008 produtores plantaram fumo. A produção estadual é adquirida por 15 empresas; destas, cinco adquiriram mais de 80% da produção estadual.

Da produção estadual, 63,49% é de fumo Virgínia, 7,97% de Amarelinho, 27,37% de Burley e 1,17% de Comum. Os dois primeiros são fumos curados em estufas e os dois últimos, em galpão.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de fumo é bastante concentrada em poucos países. Os seis maiores produtores - China, Estados Unidos, Índia, Brasil, União Soviética e Turquia - respondem por quase 70% do total.

Segundo as estatísticas do United States Department of Agriculture (USDA) de novembro de 1990, o peso seco da produção mundial de 1990 é estimado em patamar 0,4% inferior ao de 1989. Isto se deve especialmente a perspectivas de redução na produção de alguns dos principais produtores mundiais, como China, Índia, Brasil e Turquia, apenas parcialmente compensados com crescimento na produção dos Estados Unidos, Bulgária e Grécia, entre outros.

TABELA 1
PRODUÇÃO MUNDIAL E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO - 1986-90

PRINCIPAIS PRODUTORES	(peso seco em toneladas)					
	ANO	1986	1987	1988	1989	1990
					(estimativa)	(previsão)
China		1.517.668	1.770.500	2.480.470	2.524.920	2.448.700
Estados Unidos		474.058	486.940	559.139	550.189	631.678
Índia		414.730	432.590	339.180	454.460	452.820
Brasil		313.000	331.000	342.000	372.000	350.000
União Soviética		289.000	266.000	220.000	215.000	215.000
Turquia		131.538	154.562	181.858	224.338	209.280
SUBTOTAL		3.139.994	3.441.592	4.122.647	4.348.907	4.307.478
TOTAL		5.227.328	5.485.675	6.088.636	6.312.853	6.288.749

FONTE: USDA. World Tobacco Situation, nov. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No Brasil, segundo dados do IBGE/CEPAGRO, de dezembro/90, a produção da safra 1989/90 apresentou crescimento em relação à safra 1988/89. A menor área de plantio foi compensada pela melhor produtividade nas lavouras dos estados da Região Sul e de Alagoas. A melhor produtividade obtida na

Região Sul deveu-se especialmente ao clima seco a partir de outubro até dezembro de 1989, que foi muito favorável principalmente para as lavouras que estavam em fases mais próximas do período de colheita.

TABELA 2

ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO FUMO EM FOLHA, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E TOTAL BRASILEIROS - SAFRAS 1988/89 E 1989/90(1)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90
Rio Grande do Sul	117.862	118.005	201.200	204.615	1.707	1.734
Santa Catarina	93.756	84.244	158.998	152.396	1.696	1.809
Paraná	25.200	21.970	41.972	44.470	1.666	2.024
Alagoas	26.667	26.568	22.005	31.584	828	1.189
Bahia	20.856	17.183	14.712	10.549	705	614
Minas Gerais	4.423	3.704	2.432	2.254	550	609
Sergipe	1.792	1.542	1.627	1.655	908	1.073
Outras	1.366	1.448	843	1.046	617	722
TOTAL	291.922	274.664	443.969	448.569	1.521	1.633

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados não-definitivos.

Quanto ao estado de Santa Catarina, o rendimento médio da safra 1989/90 atingiu um dos melhores patamares dos últimos anos. Isto, entretanto, não foi suficiente para que a safra fosse maior que a de 1988/89; afinal, o decréscimo na área de plantio foi bastante sensível. Ele se deveu ao fato de a negociação de preço para a safra ter sido bastante problemática. Na realidade, inicialmente o preço foi estabelecido de forma unilateral pelas indústrias; houve uma negociação complementar, mas apenas quando a safra já estava sendo comercializada. Além disso, na safra 1988/89 muitos produtores tiveram perdas sensíveis com granizo e excesso de chuvas, o que contribuiu para desestimular o plantio na safra seguinte.

TABELA 3
 ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DE FUMO EM FOLHA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1981/82 A 1990/91

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1981/82	71.384	132.130	1.851
1982/83	89.369	132.063	1.478
1983/84	91.319	152.231	1.667
1984/85	90.000	160.055	1.778
1985/86	95.667	156.953	1.641
1986/87	98.305	156.669	1.594
1987/88	86.580	149.052	1.722
1988/89	93.756	158.988	1.696
1989/90(1)	84.244	152.396	1.809
1990/91(2)	90.453	162.501	1.797

FONTE: Fundação IBGE/GCEA-SC. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1982-90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados não-definitivos.

(2) Estimativa inicial.

Em relação à quantidade de fumo da safra 1988/89, cuja classificação é acompanhada pela CIDASC, a exemplo do ocorrido na safra anterior, supera os números de produção apontados pelo IBGE/GCEA-SC. Esta diferença é explicada pelo fato de que o fumo classificado não necessariamente é produzido no estado. Em termos de tipos, verifica-se uma redução na quantidade do fumo Amarelinho e crescimento no Virgínia.

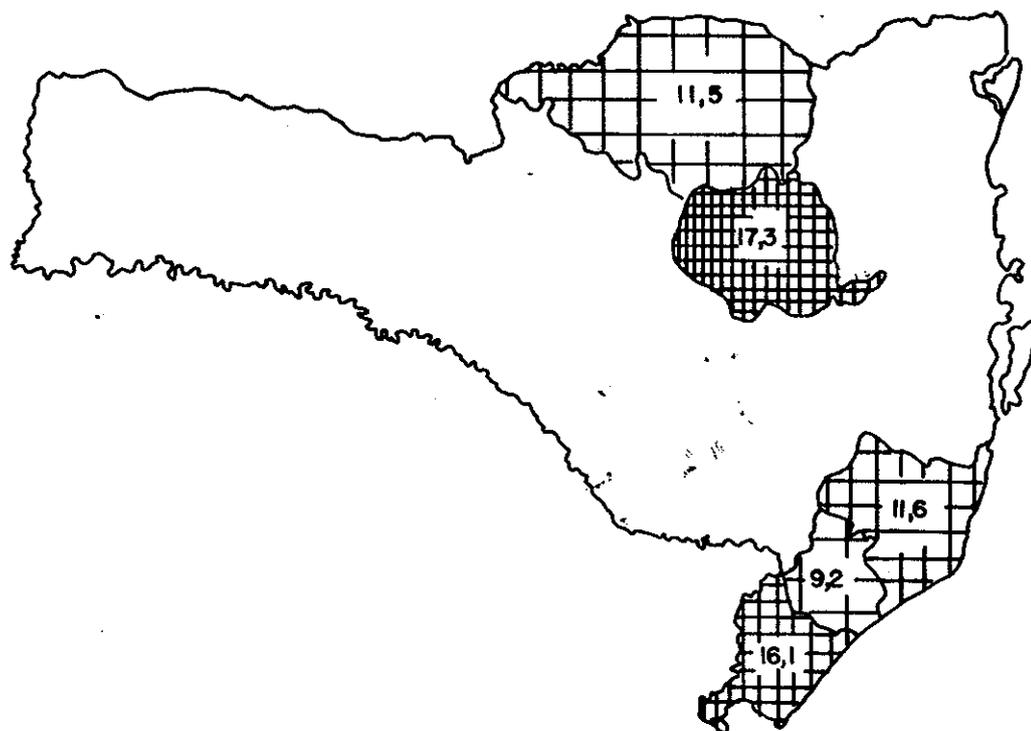
TABELA 4
 QUANTIDADE CLASSIFICADA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO OS DIFERENTES TIPOS DE FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 A 1989/90

TIPO	1985/86		1986/87		1987/88		1988/89		1989/90	
	Qtidade	Partic.								
	(t)	(%)								
Virgínia	95.583	63,3	105.304	67,1	95.931	66,06	104.440	59,50	99.888	63,49
Amarelinho	18.561	12,3	13.653	8,7	12.030	8,29	18.124	10,32	12.546	7,97
Burley	34.835	23,1	36.034	23,0	35.593	24,51	51.612	29,50	43.057	27,37
Comum	1.936	1,3	1.907	1,2	1.657	1,14	1.368	0,78	1.884	1,17
TOTAL	150.915	100,00	156.898	100,00	145.211	100,00	175.544	100,00	157.375	100,00

FONTE: CIDASC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

A participação brasileira no mercado internacional só é inferior à dos Estados Unidos. Segundo as previsões do USDA, em 1990 o Brasil responderá por cerca de 14% das exportações mundiais. Este percentual variou muito pouco nos últimos anos. Outros exportadores, entretanto, tiveram participação crescente no mercado internacional; é o caso, por exemplo, do Zimbábue e da Itália.

TABELA 5

QUANTIDADE DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO EXPORTADO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-90
(peso seco em toneladas)

PAÍS	ANO	1986	1987	1988	1989 (Estimativas)	1990 (Previsão)
EUA		216.583	195.039	218.542	225.187	230.000
Brasil		176.000	173.000	199.000	200.000	195.000
Itália		91.355	106.358	109.987	126.536	118.000
Grécia		100.864	112.464	101.486	92.203	116.000
Zimbawe		90.023	99.298	100.123	105.118	120.157
Turquia		81.952	106.241	77.685	117.348	90.200
SUBTOTAL		756.777	792.400	806.823	866.392	869.357
TOTAL MUNDIAL		1.334.344	1.350.358	1.369.006	1.403.524	1.456.021

FORNE: USDA. World Tobacco Situation, nov. 90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Em termos de importadores, tem-se verificado uma estabilização nas quantidades importadas pelos principais países compradores. Na grande parte dos casos, isto se deve especialmente à redução de consumo.

TABELA 6

QUANTIDADE DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO IMPORTADO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-90
(peso seco em toneladas)

PAÍS	ANO	1986	1987	1988	1989 (Estimativa)	1990 (Previsão)
EUA		206.623	221.920	167.171	194.078	200.000
Alemanha Oc.		167.899	145.926	147.000	140.277	152.000
Reino Unido		101.214	109.258	95.972	98.345	109.265
Países Baixos		86.323	89.277	80.536	82.407	80.000
União Soviética		67.061	53.828	48.703	50.000	50.000
Japão		66.300	75.985	68.300	64.000	65.300
SUBTOTAL		695.420	696.194	607.682	629.109	656.565
TOTAL MUNDIAL		1.338.457	1.402.824	1.370.444	1.386.919	1.402.004

FORNE: USDA. World Tobacco Situation, nov. 90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

As exportações brasileiras, por sua vez, cresceram sensivelmente, especialmente em termos de valor. O fato é que os preços do produto apresentaram uma certa recuperação no mercado internacional. Fator importante, no caso foi os Estados Unidos terem desovado boa parte dos seus estoques de safras antigas, o que vinha sendo feito com preços altamente subsidiados.

TABELA 7
QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FUMO E SEUS DERIVADOS - 1980-89

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR FOB (US\$ 1.000)	VALOR MÉDIO (US\$/kg)
1980	144.758	295.261	2,04
1981	149.950	368.663	2,46
1982	166.908	476.923	2,86
1983	178.047	471.954	2,65
1984	189.233	468.570	2,48
1985	201.097	459.334	2,28
1986	178.069	413.209	2,32
1987	177.737	431.535	2,43
1988	206.951	553.252	2,67
1989	204.910	569.378	2,78

FONTE: Banco do Brasil, Carteira do Comércio Exterior - DEPEC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Para 1990, embora as estatísticas disponíveis sejam bastante parciais, há perspectivas de novo incremento nos valores exportados. Não obstante em boa parte do ano os exportadores tenham tido alguns problemas pela elevada defasagem cambial, o fato é que a alternativa de exportar não poderia ser descartada; formar estoques seria ainda mais problemático para as indústrias.

Na Região Sul do país, onde normalmente existe acordo prévio entre produtores e indústrias, a exemplo da safra 88/89 a comercialização da safra 1989/90 voltou a apresentar problemas. Estes, na realidade, já começaram quando das primeiras negociações para estabelecer, entre outras coisas, o preço aos produtores, ainda em abril de 1989. Naquela oportunidade, as indústrias estabeleceram um reajuste de 35% sobre o preço da safra 1988/89. Este não foi aceito pelas entidades representativas dos produtores; portanto, não foi assinado o tradicional protocolo.

Depois de mais alguns encontros, acabou saindo o acerto entre as partes, isto em 12 de janeiro de 1990, já em pleno andamento da comercialização. O protocolo assinado previa, entre outras coisas, os seguintes pontos:

A. FORMAÇÃO DO PREÇO BÁSICO

Os preços básicos da safra 1989/90 serão obtidos pela aplicação dos seguintes índices sobre os preços praticados em 31.03.89:

TIPOS	AUMENTOS CONCEDIDOS		TOTAL SAFRA 89/90
	31.03.89	12.01.90	
a. fumos de estufa (Virgínia e Amarelinho) e fumo Galpão Burley	35,0%	21,0%	63,35%
b. fumo Galpão Comum	43,0%	21,0%	73,03%

B. CORREÇÃO MENSAL DO PREÇO

Fica assegurada aos preços básicos resultantes do item anterior a correção mensal acumulada pelo índice de inflação oficial que ocorreu entre 01 de abril e 31 de dezembro de 1989.

C. CORREÇÃO DIÁRIA DO PREÇO

A partir de 02/01/90, os preços alcançados, conforme cláusula 2, sofrerão um acréscimo diário correspondente à variação diária do BTN fiscal, durante todo o período de comercialização da safra 1989/90, até 30/06/90.

A comercialização problemática, anteriormente salientada, não se deveu somente ao atraso no acerto entre produtores e indústrias, mas, fundamentalmente, à edição do Plano Brasil Novo em pleno andamento da comercialização do fumo.

O BTN fiscal foi temporariamente congelado e as empresas tiveram seus recursos retidos. Assim, os produtores entregavam a produção mas não recebiam. O pagamento acabou sendo feito totalmente fora dos prazos estabelecidos nas negociações.

O congelamento temporário do BTN e sua variação em níveis totalmente diferentes dos verificados para o índice de preços ao consumidor (IPC) provocou sérios problemas para os produtores que contraíram financiamento junto aos bancos particulares. Estes acabaram cobrando os débitos com base neste segundo indexador. O preço, é bom que se lembre, estava vinculado ao BTN.

Além dos problemas para a comercialização da safra 1989/90, o Plano Brasil Novo inviabilizou o início da negociação para a safra 1990/91, prevista para abril de 1990. Com isso, os produtores acabaram plantando sem saber os preços que iriam receber. Ao final do ano de 1990, as negociações se iniciaram com muitas dificuldades de acerto entre produtores e indústrias. O próprio custo de produção (cujos levantamentos seriam feitos conjuntamente), que serviria de parâmetro para as negociações, passou a ser alvo de muitas controvérsias.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O consumo mundial de fumo manteve-se praticamente estabilizado, mas com leve tendência de decréscimo. À exceção da China (principal consumidor mundial), onde o consumo vem crescendo gradativamente, importantes consumidores apresentam decréscimo ou estabilização de consumo. É o caso dos Estados Unidos, União Soviética, Índia, Japão e outros. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, verifica-se de 1988 para 1990 uma diminuição de cerca de 13%

TABELA 8

CONSUMO DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-90

(peso seco em toneladas)

PAÍS	ANO	1986	1987	1988	1989	1990
					(Estimativas)	(Previsão)
China		1.671.292	1.902.570	2.117.081	2.106.752	2.157.750
EUA		604.003	675.704	625.000	567.873	541.000
India		378.009	379.354	345.012	396.100	410.050
União Soviética		387.061	363.828	348.703	325.000	310.000
Japão		186.490	168.825	160.000	159.300	159.000
Brasil		159.000	153.000	150.000	155.000	155.000
SUBTOTAL		3.385.855	3.643.281	3.745.796	3.710.025	3.732.800
TOTAL MUNDIAL		5.810.178	5.947.560	6.020.806	5.985.761	6.018.563

FONTE: USDA. World Tobacco Situation, nov. 90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Com essa estabilização de consumo, mesmo que continue a previsão de a produção mundial de 1990 ser inferior à de 1989, os estoques mundiais não apresentarão variação sensível e permanecerão em patamares bastante elevados.

TABELA 9

ESTOQUES MUNDIAIS DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-90

(peso seco em toneladas)

PAÍS	ANO	1986	1987	1988	1989	1990
					(Estimativas)	(Previsão)
China		947.500	822.521	1.201.774	1.615.212	1.896.012
EUA		1.533.186	1.371.303	1.254.071	1.213.278	1.273.956
Japão		474.482	456.643	439.656	409.813	383.082
Grécia		379.440	369.195	356.577	343.824	314.624
Turquia		289.849	263.831	275.634	298.308	343.333
União Soviética		294.433	249.063	167.763	106.463	59.963
SUBTOTAL		3.918.890	3.532.556	3.695.475	3.986.898	4.270.970
TOTAL MUNDIAL		6.436.400	6.026.981	6.096.249	6.406.736	6.622.905

FONTE: USDA. World Tobacco Situation, nov. 90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No Brasil, depois de se verificar uma pequena e surpreendente recuperação nas vendas em 1989, para este ano de 1990 as previsões indicam decréscimo de consumo. Além de redução na quantidade, verifica-se também a opção dos consumidores por marcas de preços mais acessíveis. Isto é atribuído à diminuição da massa salarial, tanto pelos elevados índices de desemprego, quanto pelo arrocho dos salários.

TABELA 10
CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL - 1980-89

ANO	BILHÕES DE UNIDADES
1980	142,7
1981	139,9
1982	132,3
1983	129,2
1984	127,8
1985	146,9
1986	168,9
1987	161,4
1988	157,9
1989	162,7

FONTE: Sindicato das Indústrias de Fumo.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

5. PERSPECTIVAS PARA 1991

Para a safra 1990/91 ainda não se dispõe de dados sobre a área plantada no país. Prognóstico do mês de outubro para a Região Sul, Minas Gerais e São Paulo, que respondem por mais de 80% da área plantada no país, indica que haverá um pequeno crescimento.

Em Santa Catarina, pelos dados do mês de novembro, a área plantada é estimada em 90.453 hectares, um incremento de 7,4% sobre os 84.244 hectares da safra 1989/90. A produção é esperada em 162.293 toneladas, 6,5% acima das 152.396 toneladas colhidas na safra 1989/90. Como o excesso de chuvas prejudicou parte das lavouras, a expectativa é de que a produção possa não atingir o patamar esperado.

A comercialização da safra da Região Sul, por sua vez, poderá apresentar alguns problemas. Até meados do mês de dezembro, as indústrias e os produtores ainda não haviam acertado nenhum preço. A colheita, em dezembro, já se encontrava em pleno andamento e qualquer iniciativa das indústrias que não satisfaça os produtores quanto a preços poderá dificultar o tradicional processo de negociação entre as partes.

Além de prováveis problemas na comercialização interna, que na Região Sul se estenderão por todo o decorrer do primeiro semestre de 1991, uma preocupação que surge é com o fato de a chamada Rodada do Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) ter passado por diversos problemas, com resultados que não devem ser os mais satisfatórios para países como o Brasil.

Se o resultado desta rodada, que será finalizada em fevereiro de 1991, efetivamente for o fracasso, diversos países poderão adotar e/ou ampliar medidas protecionistas que dificultarão sensivelmente as exportações brasileiras. Isto se concretizando, haverá reflexos bastante negativos para a produção interna e para os produtores brasileiros.

2.8. MAÇÃ

1. INTRODUÇÃO

A maçã é uma das mais tradicionais e consumidas frutas do mundo. Ocupa a quarta posição em volume produzido, sendo precedida apenas pela uva, pela banana e pela laranja.

Os principais produtores são os países asiáticos e europeus.

No continente americano, cuja oferta tem representado em torno de 18,0% da produção mundial, destacam-se as colheitas dos Estados Unidos, Argentina, Canadá, Chile e México.

O Brasil ocupa a sexta posição de maior produtor americano. Face às exigências climáticas da cultura, a produção nacional restringe-se à Região Sul do país e ao estado de São Paulo.

O estado catarinense destaca-se como primeiro produtor nacional de maçãs, com ofertas equivalentes a mais de 60% da produção brasileira.

Neste estado, a atividade absorve em torno de 1.320 unidades produtivas. Reveste-se de significativa importância especialmente para as microrregiões do Vale do Rio do Peixe e Campos de Lages, com destaque para os municípios de Fraiburgo, São Joaquim, Lebon Régis, Campos Novos e Bom Jardim da Serra, cuja oferta tem representado mais de 70% da produção local.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de maçãs nos últimos anos tem-se situado entre 38 e 41 milhões de toneladas.

No ano de 1989, segundo dados da FAO, conforme mostra a tabela 1, os maiores produtores foram a União Soviética, os Estados Unidos da América, a China, a França, a Itália, a Turquia e a Alemanha Ocidental, todos com produções muito próximas ou superiores a 2,0 milhões de toneladas.

TABELA 1

PRODUÇÃO DE MAÇÃS SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E
TOTAL MUNDIAL - 1987-89

(em 1.000 t)

PAÍS	1987	1988	1989
União Soviética	5.496	5.700	6.000
Estados Unidos	4.875	4.154	4.367
China	4.281	4.262	4.316
França	2.389	2.473	2.339
Itália	2.236	2.332	1.940
Turquia	1.680	1.950	1.900
Alemanha Ocidental	1.077	2.467	1.727
TOTAL MUNDIAL	38.792	41.673	40.226

FONTE: FAO. Boletim Trimestral de Estadísticas, v. 3, 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Na América do Sul, cuja produção tem representado apenas 5,5% da oferta mundial, a Argentina e o Chile surgem como os principais produtores. Em 1989, obtiveram produções avaliadas em 964 e 680 mil toneladas, respectivamente, ou seja, contribuíram com mais de 70,0% da colheita sul-americana.

O Brasil vem ampliando rapidamente a sua produção de maçãs, ordenada por Programas Nacionais de Produção e Abastecimento, estabelecidos pelo Ministério da Agricultura a partir de 1980. De 48 mil toneladas naquele ano, o país passou a colher 374 mil toneladas na safra 1988/89. As importações, nesse mesmo período, decresceram significativamente, proporcionando uma grande economia de divisas, e garantindo, dessa forma, o desenvolvimento econômico-social de regiões que

se estruturaram para garantir o auto-abastecimento e, recentemente, a exportação.

São 28,4 mil hectares de pomares, que propiciam ocupação e renda a mais de cem mil pessoas, entre produtores e trabalhadores rurais.

Estes índices de excelente crescimento, em se tratando de cultura permanente, que exige altos investimentos iniciais, demonstram que os consistentes recursos privados e governamentais já aplicados na infra-estrutura e serviços de apoio ao produto estão frutificando.

A maçã nacional é uma realidade e a manutenção de uma política para o setor passa a ter nova dimensão, principalmente nas ações de estocagem, comercialização, abastecimento de entressafra e exportação.

É essencial - para que a produção seja eficiente e o setor competitivo em seu todo - que a atividade prossiga em sua evolução, com diretrizes bem assentadas e definidas. Minimizam-se, assim, as possibilidades de que seu futuro dependa de disposições atípicas e emergenciais, que não agregam segurança aos investimentos e investidores do setor.

É necessária a consolidação de uma política nacional para a maçã, direcionando a continuidade de seu crescimento integrado e colocando em vigência um elenco de medidas e estratégias adequadas para orientar o encaminhamento de decisões em todos os níveis, com o fim único de assegurar benefícios a todos os segmentos da produção/abastecimento, sem perder de vista os interesses dos consumidores e da economia nacional."(1)

(1) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ. Propostas para um programa nacional de produção e abastecimento de maçã 1990-94. Lages, 1990. 23 p.

TABELA 2

QUANTIDADE PRODUZIDA DE MAÇÃ NO BRASIL, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRAS 1977/78 A 1988/89

(em t)

SAFRA	RS	SC	PR	SP	MG	BRASIL
1977/78	3.349	10.854	500	--	--	14.703
1978/79	5.600	21.410	700	11.000	240	38.950
1979/80	9.000	28.225	2.356	9.000	553	49.134
1980/81	13.500	39.175	4.000	11.600	947	69.222
1981/82	25.000	76.664	7.910	17.000	1.300	127.874
1982/83	21.000	57.338	8.000	13.200	1.100	100.638
1983/84	34.000	108.609	13.980	7.000	1.200	164.789
1984/85	46.000	138.055	17.300	8.000	1.200	210.555
1985/86	49.000	156.887	15.727	7.716	1.830	231.160
1986/87	52.000	104.202	23.000	5.000	1.000	185.202
1987/88	88.000	203.131	30.000	20.000	1.200	342.331
1988/89	102.000	230.333	30.800	10.000	1.000	374.133

FONTE: EMATER/ACARESC; Associação Brasileira dos Produtores de Maçã - ABPM.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Na safra brasileira correspondente ao ano agrícola 1989/90, a produção nacional somou 355.558 toneladas.

Fatores climáticos determinaram novamente quebra de produção, da ordem de 9,5% sobre as estimativas iniciais (que aceonavam com uma colheita de 392.500 toneladas), e de 5% relativamente à safra passada.

O resultado final desta safra, por estado produtor, é mostrado na tabela que segue.

TABELA 3

QUANTIDADE PRODUZIDA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA MAÇÃ NO
BRASIL, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1989/90 (*)

ESTADO	QUANTIDADE (t)	PARTICIPAÇÃO (%)
Santa Catarina	225.558	63,40
Rio Grande do Sul	93.750	26,40
Paraná	28.250	7,90
São Paulo	8.000	2,30
BRASIL	355.558	100,00

FONTE: ABPM - Associação Brasileira dos Produtores de Maçã.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

(*)Dados sujeitos a retificação.

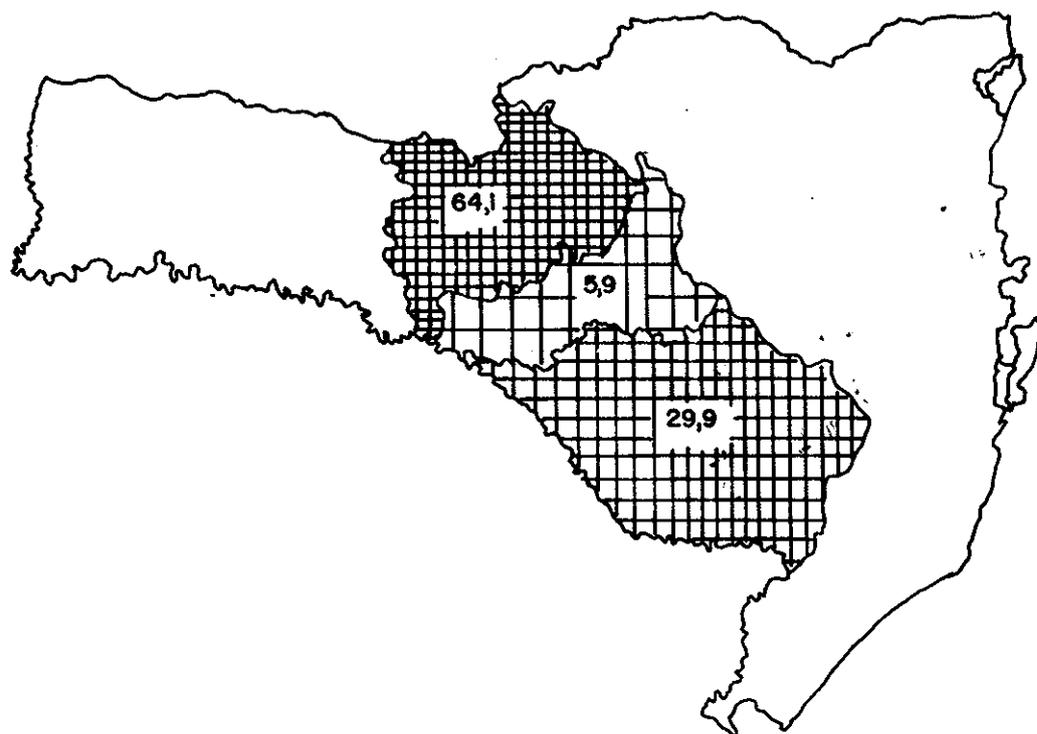
O volume de produto efetivamente destinado à comercialização "in natura" foi avaliado em 340.000 toneladas, ou seja, representou cerca de 70% da demanda projetada para o ano de 1990.

Em Santa Catarina os dados conclusivos desta safra revelaram, conforme já observado, uma produção total de 225.558 toneladas, ou seja, 2,1% menor que o resultado da colheita anterior.

Desse total, 218.094 toneladas foram comercializadas "in natura", 7.067 toneladas destinaram-se à industrialização e 397 toneladas foram consumidas nas próprias regiões produtoras.

Os municípios de Fraiburgo, São Joaquim, Lebon Régis e Campos Novos, todos com ofertas superiores a 12.000 toneladas do fruto, destacaram-se novamente como os principais produtores do estado. Juntos, totalizaram uma oferta bruta de 183.033 toneladas, ou seja, responderam por aproximadamente 81% da colheita catarinense. Nesse particular, cabe destacar a produção do município de Fraiburgo, que somou 117.177 toneladas e representou 52,0% da oferta interna.

MAPA I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE
MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

Historicamente, o mercado brasileiro de maçãs tem sido abastecido por produto importado da Hungria, Estados Unidos, Chile e, especialmente, da Argentina, cujas vendas chegaram a representar até 95% das importações do país.

A partir do ano de 1980, todavia, o quadro do abastecimento interno alterou-se substancialmente. A efetiva implementação de Programas Nacionais de Produção determinou crescimento acentuado da oferta nacional e reduziu significativamente os níveis de dependência externa do produto.

Não obstante este registro, o setor ainda enfrenta uma série de dificuldades, notadamente no que concerne à área do abastecimento. Especialmente junto aos pequenos e médios fruticultores, as inquietudes e os problemas relacionados à comercialização do produto têm-se agravado nos últimos anos.

A causa principal destas preocupações é a ausência de infra-estrutura de pós-colheita, notadamente de armazenagem frigorífica. De tal situação decorre o aviltamento dos preços, de vez que estes restringem a sua participação no mercado apenas ao período de safra.

Em vista do exposto, torna-se indispensável uma maior atenção por parte do governo federal e estadual, no sentido de promover ações capazes de assegurar ao pequeno produtor de maçãs um satisfatório retorno financeiro de seu empreendimento. Entre outras cabe destacar as seguintes medidas:

- a. Estabelecer linha de crédito especial para a implantação de infra-estrutura de armazenagem e classificação, e de apoio à comercialização, com custos financeiros compatíveis ao setor e de modo a permitir capital de giro necessário ao custeio das despesas de armazenamento e manutenção de suas atividades.
- b. Facilitar-lhes o acesso às unidades frigoríficas administradas pelo estado, ou transferir-lhes a administração, através de suas organizações.
- c. Estimular, através da pesquisa e da assistência técnica, o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade do produto e a organização dos produtores, voltada para a comercialização disciplinada e objetiva.
- d. Estimular o consumo da maçã nacional, através dos meios de comunicação, em especial junto às escolas de primeiro grau, estaduais e municipais, na merenda escolar.

e. Estimular as exportações para o Hemisfério Norte."(2)

Algumas destas medidas, a propósito, podem ser extrapoladas para o setor como um todo, conforme o documento "Proposta para um Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçã, para o período 1990 - 1994", elaborado por representantes de diversas entidades ligadas à atividade, em reunião técnica realizada em meados deste ano em Santa Catarina.

O documento em questão propõe as seguintes metas para o período 1990-94:

A. PRODUÇÃO

Atingir em 1994 uma produção total de 639.700, sendo 27.085.000 caixas de 20 quilos a serem ofertadas ao mercado de frutas frescas, 69.000 toneladas a serem industrializadas e 1.600.000 caixas de 20 quilos a serem exportadas. Atingir em 1994 condição de auto-suficiência no abastecimento interno.

B. ESTOCAGEM FRIGORÍFICA

Ter disponível até 1994 um total de 347.920 toneladas de capacidade estática de frigorificação junto às regiões produtoras, significando um crescimento de 104.500 toneladas no período de vigência da proposta. Deste total, 30,0% da capacidade será dotada de Controle Atmosférico.

C. EXPANSÃO DE PLANTIOS

Implantar até 1994 um total de 5.276 novos hectares de macieiras para atender o abastecimento, a expansão do consumo e a exportação até aquele ano.

(2) MACHADO, P.L. Setor macieiro ainda enfrenta sérios problemas. Informe conjuntural [do INSTITUTO CEPA/SC], Florianópolis, v. 8, n 329, 24-30 ago.1990.

D. OBJETIVOS

- Aumentar a produção e a participação da maçã nacional no abastecimento interno.
- Assegurar o escoamento e a comercialização da produção nacional, ampliando sua presença no mercado em volume e época.
- Disciplinar as importações complementares em função do aumento de oferta da maçã nacional no mercado.
- incrementar a exportação.

E. MEDIDAS

1. Para aumentar de forma organizada a produção e a participação da maçã nacional no abastecimento interno, propõe-se:
 - estabelecer, através do direcionamento de plantios, em função de cultivares, clima e adequada disponibilidade de fatores de produção, programas que permitam obter safras complementares, visando ampliar o período de safra nacional e o prazo de abastecimento interno com maçãs frescas;
 - reforçar ações que possibilitem implementar a geração e a transferência de tecnologias às áreas de cultivo, no sentido de aumentar os níveis de produtividade e a qualidade da maçã nacional;
 - manter, nas regiões com aptidão para a maçã, disponibilidade de recursos de crédito rural para investimentos com carência e custeios anuais com prazos e encargos financeiros adequados à cultura.

2. Para assegurar o escoamento e a comercialização da produção nacional, ampliando sua presença no mercado em volume e época, propõe-se:

- pôr em execução as normas de classificação e padronização vigentes para a comercialização do produto;
- estabelecer linhas de crédito com prazo, carência e encargos financeiros compatíveis, para a implantação de unidades de processamento, classificação e armazenagem frigorífica, beneficiando os produtores individuais e suas organizações;
- alocar recursos para financiar a estocagem frigorífica da maçã destinada ao abastecimento de entressafra.

3. Para disciplinar as importações complementares em função do aumento da oferta do produto nacional, propõe-se:

- adequar as importações, normatizando-as proporcionalmente ao crescimento da oferta do produto nacional;
- limitar os volumes de importações durante os meses de safra nacional e o período subsequente, possibilitando o escoamento da produção nacional.

4. Para incrementar a exportação, propõe-se:

- adequar os terminais de embarque marítimo com infra-estrutura para operar com o produto;
- estabelecer tratamento fiscal adequado ao produto que se destina ao mercado externo." (3)

(3) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇÃ. Propostas para um programa de produção e abastecimento de maçã 1990-94. Lages, 1990.

A efetivação das medidas propostas redundará, certamente, em melhoria do abastecimento interno e da qualidade da fruta brasileira, num melhor escoamento e comercialização da produção nacional, ampliando a sua presença no mercado em volume e época, assegurando ao produtor nacional de maçã o retorno financeiro justo do seu empreendimento.

A exemplo dos últimos anos, a comercialização da produção nacional no decorrer de 1990, especialmente no período de maior oferta (fevereiro a julho), ficou muito aquém das expectativas e gerou um quadro de grande apreensão nos meios produtores.

A nova ordem econômica imposta ao país pelo Plano Brasil Novo, ao promover substancial enxugamento da liquidez do mercado, determinou gradual redução do consumo e sensível involução dos valores de comercialização.

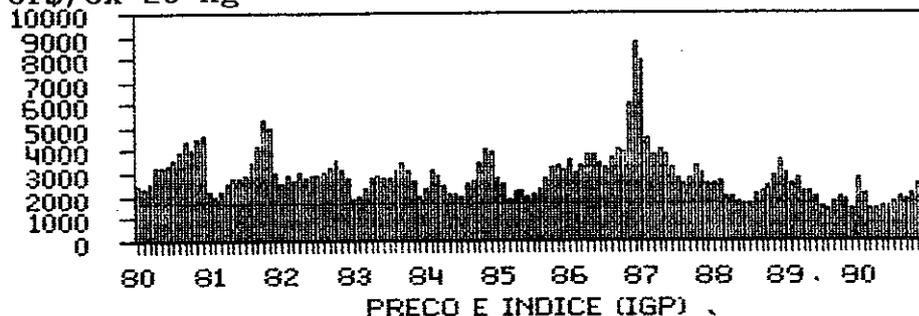
Com efeito, os preços praticados nesta safra situaram-se entre os mais baixos dos últimos anos. Mais precisamente, do últimos onze anos.

A exceção dos preços vigentes no período de agosto a dezembro, superiores em termos reais aos de igual período de 1989, nos demais meses do ano as cotações praticadas foram sempre menores que as do ano anterior e significativamente inferiores à média histórica de 1980 a 1990. Esta, de acordo com informações disponíveis da comercialização na CEAGESP, alcançou, neste ano, naquele mercado, um valor de Cr\$ 1.965,36/cx de 20 quilos, ou seja, cerca de 31,9% menor que a média dos preços dos últimos onze anos.

O quadro de mercado vigente neste ano implicou, evidentemente, sérios prejuízos à classe produtora, cujos compromissos, via de regra, tiveram correção pelo IPC.

GRÁFICO 1
PREÇOS REAIS (1) MENSAIS DA MAÇÃ NACIONAL NO ATACADO
DA CEAGESP - 1980-90

Cr\$/cx 20 kg



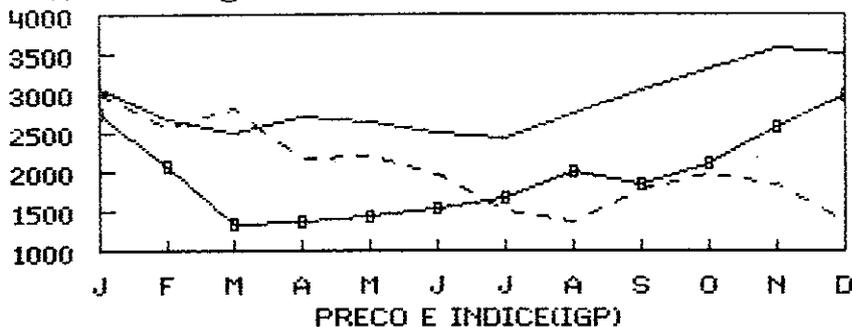
FONTE: CEAGESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 2
PREÇOS MÉDIOS REAIS (1) MENSAIS DA MAÇÃ NACIONAL
NO ATACADO DA CEAGESP - 1980-90, 1989 E 1990

Cr\$/cx 20 kg



—————Média 1980-90 - - - - -1989 —■—1990

FONTE: CEAGESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

4. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Para a safra do ano agrícola 1990/91, as primeiras projeções da oferta nacional acenavam com um volume de produção bruta superior a 400 mil toneladas do fruto.

Fatores de ordem climática, entre os quais geadas tardias e chuvas em excesso por ocasião da floração das plantas, deverão determinar redução da produção a ser colhida, a qual, já se acredita, deve situar-se próximo à alcançada na última safra.

A colheita já foi iniciada no estado de São Paulo. Nos estados do sul do país somente será processada a partir do final de janeiro do próximo ano.

2.9. MANDIOCA

1. INTRODUÇÃO

O comércio mundial de mandioca cresceu novamente em 1989 e se constituiu basicamente de "pellets" para a indústria de rações. Teria alcançado ao redor de 11,5 milhões de toneladas. O crescimento das importações mundiais se deveu em boa parte à Comunidade Econômica Européia (CEE). Aumentaram, também, as importações do Japão, da Coreia, de Formosa e de países europeus como a Tcheco-Eslováquia, a Alemanha Oriental, a Polônia e a Iugoslávia. As importações cresceram, ainda, no Egito, na Turquia e nos Estados Unidos. Em contrapartida, diminuíram na URSS.

Embora ainda sem informações oficiais, acredita-se que o comércio internacional de mandioca tenha decrescido em 1990, devido, principalmente, às menores disponibilidades da Tailândia para exportações e às menores importações da CEE, acertadas nos acordos de restrição voluntária. Por estes acordos, as importações realizadas pela CEE representaram percentuais decrescentes do total do comércio mundial nos últimos anos (90% em 1987, 70% em 1988 e 60% em 1989).

2. PRODUÇÃO

A. MUNDIAL

Segundo dados da Organização de Alimentação e Agricultura da ONU (FAO), a produção mundial de mandioca cresceu novamente em 1989 (atingiu 147,50 milhões de toneladas, contra as 141,11 de 1988) devido, principalmente, às maiores colheitas na Ásia (Tailândia, Indonésia, Filipinas e Vietnã). As colheitas aumentaram também na América Latina (Brasil e

Colômbia) e na África (Nigéria, Ghana, Malawi, Tanzânia e Zaire). A Tailândia manteve a posição de primeiro produtor (23.460.000 toneladas), seguida de perto pelo Brasil (23.247.000 toneladas). Os cinco maiores produtores (Tailândia, Brasil, Indonésia, Nigéria e Zaire) responderam por aproximadamente 65% do total mundial.

Embora não se disponha ainda de dados oficiais sobre a produção mundial em 1990, estima-se que ela poderá diminuir na Ásia (por redução de área e rendimento na Tailândia) e crescer na África (pela maior área plantada) e na América Latina (devido ao aumento provocado pelos bons preços ao produtor na Colômbia e no Brasil).

B. NACIONAL

A produção brasileira de raiz cresceu novamente em 1990, como consequência, em boa parte, dos bons preços recebidos pelo agricultores em 1988 e 1989. Os dados oficiais mais recentes (IBGE/CEPAGRO-LSPA, dez/90) apontam para um total de 24,47 milhões de toneladas, 3,64% a mais que em 1989. Os maiores aumentos ocorreram no Paraná, Piauí e Pará; o decréscimo mais significativo se deu na Bahia, maior produtor nacional (tabela 1).

TABELA 1
 PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MANDIOCA, SEGUNDO AS REGIÕES E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1985-90

(t)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ANO	1985	1986	1987	1988	1989	1990(1)
NORTE		3.703.017	4.011.003	3.758.907	3.459.568	4.144.050	4.453.814
Acre		283.867	290.950	310.078	293.575	306.145	335.905
Amapá		46.099	42.773	25.060	26.366	38.083	23.835
Amazonas		954.172	957.027	976.167	767.450	528.343	600.000
Pará		1.903.943	2.318.573	2.024.370	1.908.884	2.607.701	2.857.495
Rondônia		493.378	382.501	414.456	452.519	493.732	491.690
Roraima		21.558	19.259	8.776	10.774	27.276	29.459
Tocantins		-	-	-	-	142.770	115.430
NORDESTE		11.268.774	13.348.615	11.568.188	10.248.879	11.696.914	11.835.035
Alagoas		148.369	146.489	139.340	132.197	159.885	212.803
Bahia		5.317.000	5.421.000	3.937.000	3.429.000	4.338.973	4.152.298
Ceará		764.591	1.118.535	1.001.861	952.796	1.021.191	1.011.911
Maranhão		1.020.687	1.308.315	1.965.868	1.619.514	1.820.793	1.782.230
Paraíba		526.526	518.405	446.498	410.610	436.054	386.341
Pernambuco		1.474.707	1.429.580	1.291.373	1.160.969	1.464.974	1.131.122
Piauí		1.013.463	1.779.956	1.773.375	1.596.983	1.903.160	2.296.626
R. G. do Norte		541.139	600.451	551.408	599.815	472.218	352.841
Sergipe		462.292	525.884	461.465	346.995	379.666	508.863
SUDESTE		2.572.000	2.628.587	2.194.528	1.973.269	2.056.182	2.000.047
Espírito Santo		482.046	590.128	327.752	285.960	366.389	318.721
Minas Gerais		1.118.925	1.141.456	939.463	1.003.069	954.765	944.397
Rio de Janeiro		186.350	183.317	172.398	155.137	203.466	194.932
São Paulo		784.679	713.686	754.915	529.103	531.562	541.947
SUL		4.419.469	4.516.194	4.768.744	4.791.056	4.579.316	5.120.345
Paraná		1.722.864	1.700.000	1.853.950	1.855.328	1.622.846	2.220.000
R. G. do Sul		1.515.830	1.592.008	1.693.565	1.769.850	1.664.671	1.738.106
Santa Catarina		1.180.775	1.224.186	1.221.229	1.165.878	1.291.799	1.162.239
CENTRO-OESTE		1.147.793	1.051.518	1.209.590	1.138.768	1.139.930	1.068.916
D. Federal		5.070	4.396	5.400	8.940	8.400	8.400
Goiás		339.680	348.200	369.620	347.020	217.930	219.600
Mato Grosso		351.174	254.767	354.975	323.285	345.020	377.943
Mato G. do Sul		451.869	444.155	479.595	459.523	568.630	462.973
Brasil		23.111.053	25.555.997	23.499.957	21.611.540	23.616.442	24.478.157

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1985-90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativa Fundação IBGE/CEPAGRO, dez/90.

C. ESTADUAL

As chuvas caídas sobre o estado em dezembro de 1989 e durante a maior parte de janeiro de 1990, embora tenham interferido nas operações de limpeza, de modo geral foram consideradas benéficas ao desenvolvimento vegetativo das lavouras.

A exemplo do que ocorreu no ano anterior, o início da colheita, em 1990, foi retardado por problemas climáticos e de mercado. Ao final de junho, mês em que historicamente se concentra um percentual significativo da colheita, esta operação ainda não estava "a pleno vapor" nas regiões produtoras. As operações de colheita foram bastante reduzidas ao final de agosto, quando a maioria das indústrias encerrou suas atividades. Poucas continuaram operando em setembro e em outubro, seja fabricando fécula, seja fabricando farinha (principalmente a "branca especial", no Litoral, Centro e Vale do Itajaí). Esta, normalmente, permite uma colocação menos problemática junto ao seu mercado consumidor.

Em função de problemas de mercado, a área colhida diminuiu de 74.756 hectares em 1989 para 67.596 hectares em 1990 (tabela 2) e a área "de dois anos" atingiu 26.822 hectares, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (IBGE/GCEA-SC, nov-90).

TABELA 2

ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1976/77 A 1990/91

SAFRA	ÁREA COLHIDA (1) (ha)	QUANTIDADE (1) (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1976/77	82.962	1.239.687	14.943
1977/78	77.528	1.208.159	15.584
1978/79	66.879	1.120.967	16.761
1979/80	71.013	1.002.841	14.122
1980/81	76.073	1.274.881	16.759
1981/82	79.033	1.141.097	14.438
1982/83	76.480	999.746	13.072
1983/84	83.102	1.090.968	13.128
1984/85	88.213	1.180.775	13.385
1985/86	84.812	1.224.186	14.434
1986/87	75.738	1.221.129	16.123
1987/88	69.469	1.165.878	16.783
1988/89	74.756	1.291.799	17.280
1989/90	67.596	1.162.239	17.194
1990/91(2)	75.000	1.320.000	17.600

FONTE: Fundação IBGE, Produção Agrícola Municipal - Santa Catarina, 1977-88.
Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A área e a produção consideradas referem-se àquelas realmente colhidas em cada safra (desconsideradas a área e a produção para o ano seguinte).

(2) Dados preliminares sujeitos a retificação.

Dados do Censo Agropecuário de 1985, recentemente divulgados, mostram (tabela 3) um aumento expressivo do número de produtores, verificado principalmente no Vale do Itajaí e no oeste. É de se registrar, ainda, que a produção registrada pelo Censo é significativamente inferior àquela com a qual oficialmente se trabalhava.

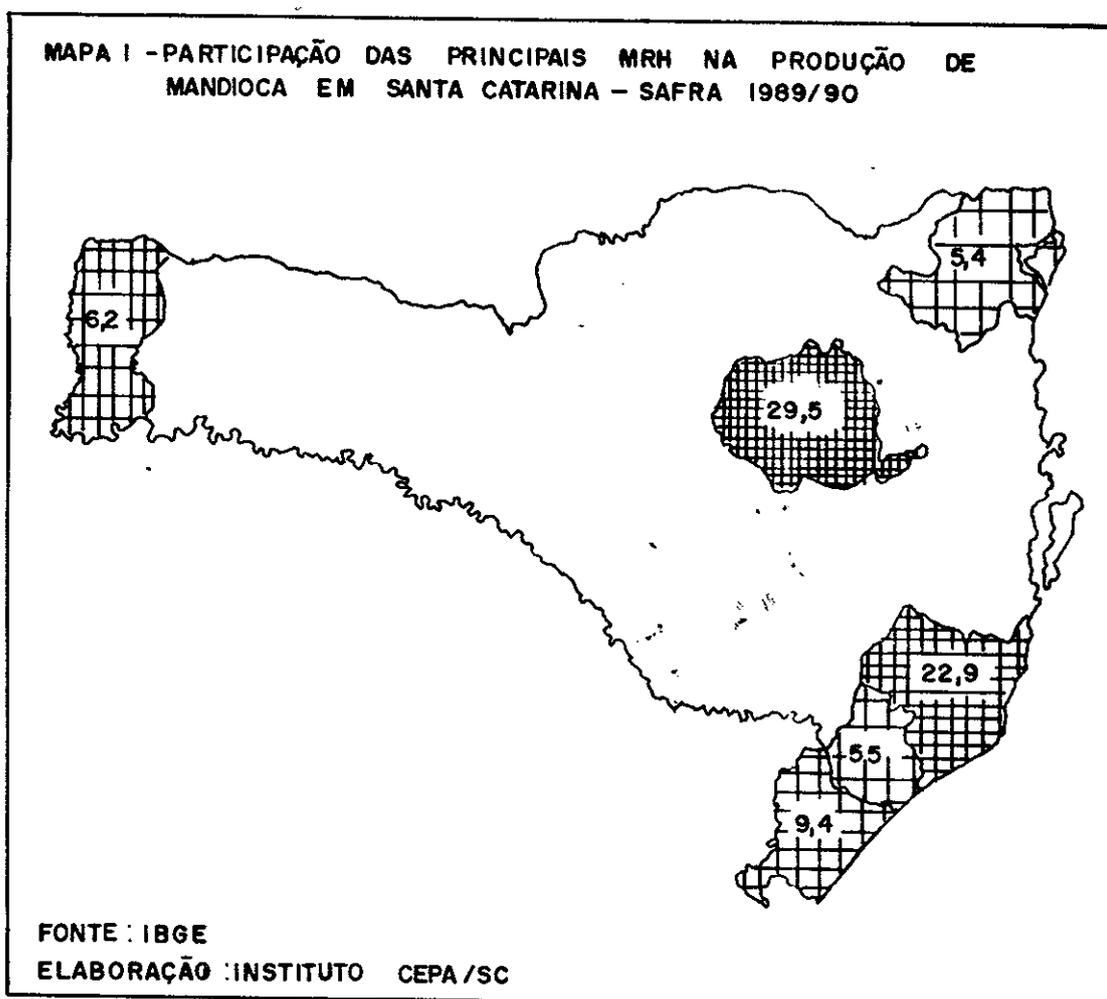
TABELA 3
NÚMERO DE INFORMANTES, PRODUÇÃO E ÁREA COLHIDA DE MANDIOCA NO ESTADO E NAS MICRORREGIÕES, CONFORME DADOS CENSITÁRIOS DE 1975, 1980 E 1985

SANTA CATARINA/MICRORREGIÃO	1975			1980			1985		
	informantes	quantidade (t)	área (ha)	informantes	quantidade (t)	área (ha)	informantes	quantidade (t)	área (ha)
TOTAL ESTADUAL	86.719	995.310	80.524	88.574	1.002.841	71.013	95.620	882.630	74.116
Colonial de Joinville	5.195	36.819	3.426	4.951	34.446	3.005	4.924	30.945	3.015
Litoral de Itajaí	1.257	14.598	1.409	617	14.074	860	608	6.345	730
Colonial de Blumenau	11.686	76.460	7.360	11.879	83.919	6.331	11.678	61.317	6.195
Colonial de Itajaí do Norte	3.401	47.299	3.100	2.678	34.196	2.284	3.135	30.632	2.463
Colonial do Alto Itajaí	8.098	230.460	12.980	8.062	213.288	11.898	9.458	179.494	11.179
Florianópolis	4.127	37.863	3.396	2.901	30.035	2.650	2.519	25.099	2.908
Colonial Serrana Catarinense	4.597	44.732	3.925	3.990	43.309	3.558	4.057	33.668	3.653
Litoral de Laguna	3.417	39.837	3.328	2.877	43.564	3.628	2.963	41.833	4.201
Carbonífera	7.838	135.557	10.714	7.179	123.413	8.618	6.962	96.872	8.362
Litoral Sul Catarinense	4.546	131.518	14.357	4.116	127.652	11.189	3.955	136.471	11.829
Colonial do Sul Catarinense	1.517	18.564	1.702	1.438	19.163	1.581	1.630	20.616	2.056
Campos de Lages	125	767	67	99	509	50	143	453	74
Campos de Curitibanos	372	1.830	164	291	1.309	142	613	1.453	315
Colonial do Rio do Peixe	4.750	23.680	2.407	5.479	26.605	2.000	7.926	31.225	3.432
Colonial do Oeste Catarinense	21.526	128.838	9.997	27.860	180.948	11.135	30.283	152.823	11.259
Planalto de Canoinhas	4.267	26.481	2.174	4.157	26.403	2.067	4.686	25.376	2.436

FONTE: Censos Agropecuários de Santa Catarina - 1975, 1980 e 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90



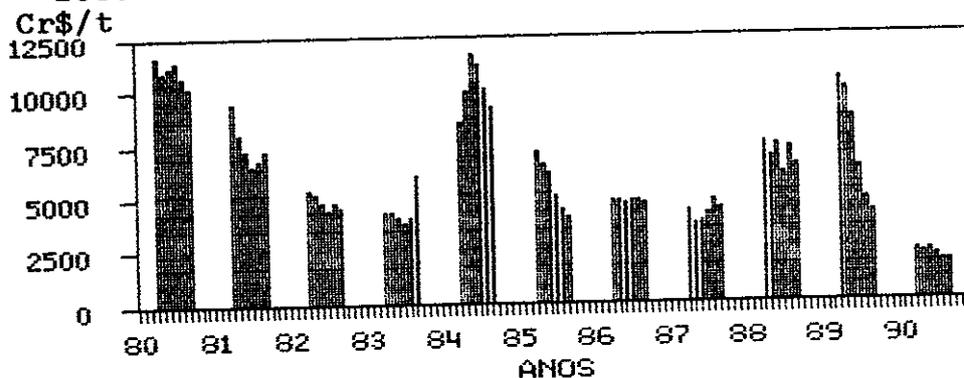
3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

Os baixos preços da raiz e dos derivados e a dificuldade na contratação de EGF (instrumento bastante utilizado pelas indústrias em safras anteriores), agravado durante a colheita pela determinação de só autorizar a contratação de EGF/SOV, foram os maiores problemas do setor mandioqueiro catarinense nesta safra. Outros problemas também lhe perturbaram o bom andamento em 1990: o Plano Brasil Novo, com a retenção do dinheiro e o tabelamento da farinha em patamares muito baixos; o início tardio da colheita; as chuvas que afetaram os serviços de campo; a exclusão, em boa parte da safra, das indústrias de farinha e de fécula da contratação de EGF com recursos oficiais e o subsídio ao trigo, retomado em níveis significativos em boa parte do ano.

A. RAIZ

Os preços da raiz nas regiões onde ela se destina predominantemente às indústrias (Vale do Itajaí e Sul do Estado) situaram-se, durante a colheita, entre Cr\$ 1.200,00/tonelada em abril e Cr\$ 1.550,00/tonelada em setembro. Os reajustes, até certo ponto expressivos, observados já ao final de setembro e durante outubro, "beneficiaram" um pequeno percentual de produtores. Em termos reais, eles foram os mais baixos dos últimos anos (gráfico 1), pelas razões explicitadas anteriormente. Esta situação, extremamente desfavorável aos produtores, foi consequência direta dos problemas ocorridos no mercado dos derivados.

GRÁFICO 1
PREÇOS MÉDIOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS DA RAIZ DE MANDIOCA
RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA
- 1980-90



FONTE: Instituto CEPA/SC.

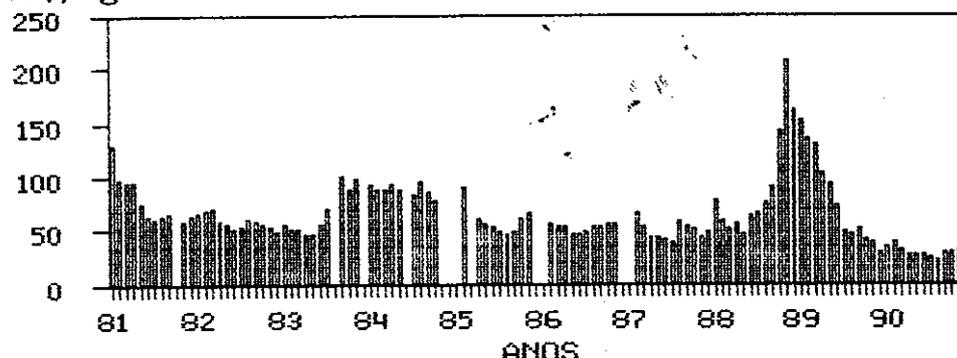
(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

B. FÉCULA

A situação de incerteza e apreensão, que já vinha sendo enfrentada por todo o setor mandioqueiro desde o ano anterior, foi agravada com a edição do Plano Brasil Novo, fazendo com que o mercado da fécula (da raiz e da farinha) continuasse "de mal a pior" num quadro recessivo, que se agravou constantemente ao longo do ano. O certo alívio provocado pela liberação de recursos para a comercialização do produto, a menor produção e a

entressafra não foram capazes de provocar maior agilidade nos negócios e reações mais expressivas do preço do produto (gráfico 2). Mesmo o fato de o preço da fécula ter-se situado abaixo do preço do amido de milho (geralmente a situação era inversa) não chegou a motivar os grandes consumidores, devido, principalmente, à "histórica" irregularidade dos preços e da oferta da fécula.

GRÁFICO 2
PREÇOS REAIS (1) MÉDIOS DA FÉCULA DE MANDIÓCA
RECEBIDOS PELAS INDÚSTRIAS EM SANTA CATARINA-1981-90
Cr\$/kg



FONTE: Instituto CEPA/SC.

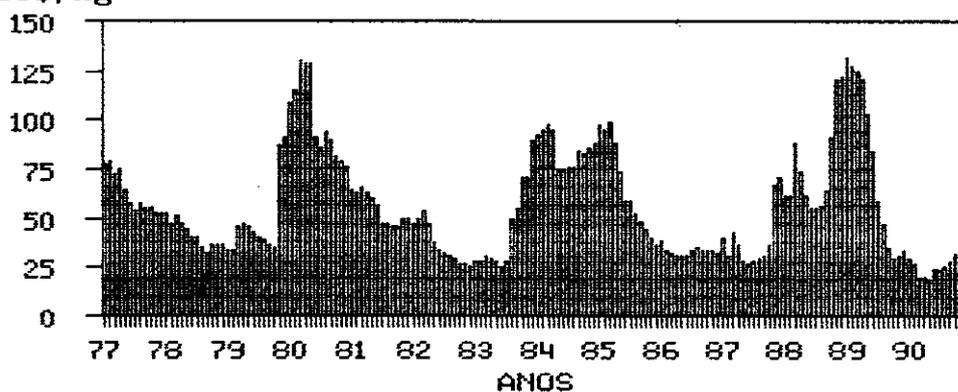
(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - fundação
Getúlio Vargas.

C. FARINHA

Pelas mesmas razões já mencionadas para os casos da raiz e da fécula, persistiram, também para o caso da farinha, as dificuldades que o setor mandioqueiro como um todo vinha enfrentando desde o ano anterior. Com isso, a safra de 1990 foi a pior dos últimos anos em termos de preços. As reações que eles chegavam a esboçar em certos momentos (prorrogação de vencimentos de EGF, liberação de recursos para EGF, realização de operações de AGF direta e tabelamento de junho) não podem ser classificadas como expressivas no contexto geral, pois em seguida recuavam, seja devido à atração do mercado financeiro (que levava os comerciantes a trabalharem com estoques pequenos), seja devido à queda do consumo, entre outras razões.

O tabelamento estabelecido em abril criou problemas para o mercado da farinha, pois permitiu enormes discrepâncias entre as regiões do país. Além disso, o não-tabelamento em São Paulo (além de Minas Gerais e Distrito Federal), onde os preços no varejo estavam em patamares bastante altos quando da divulgação do Plano Brasil Novo, resultou num grande aumento da oferta de farinha de outros estados - onde o preço tabelado era muito baixo - e no conseqüente rebaixamento dos preços. Isso criou problemas para o produto catarinense, pois ocorreu no momento imediatamente anterior ao início da safra estadual.

GRÁFICO 3
PREÇOS REAIS (1) MENSAIS DA FARINHA FINA DE MANDIOCA
NO ATACADO DE FLORIANÓPOLIS - 1977-90
Cr\$/kg



FONTE: CIMAG.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Em termos de abastecimento de derivados, pode-se dizer que não foram constatados problemas que mereçam destaque especial, mesmo no caso da farinha, onde os comerciantes, em certos momentos, procuraram deslocar a oferta para centros consumidores onde os preços eram "menos ruins". Em função dos problemas econômico-financeiros vividos pela sociedade brasileira, o baixo consumo de fécula e farinha - já verificado

em 1989 - persistiu em 1990. Também no caso da fécula, o "desinteresse" dos consumidores fez com que muitas indústrias só conseguissem vender o produto muito lentamente, apesar da menor produção deste ano.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

Os dados aqui analisados provêm dos "Custos de Produção" calculados pelo Instituto CEPA/SC segundo determinada metodologia. Assim, mesmo evidenciandô uma tendência geral sentida pelo setor, não contemplam todas as particularidades existentes no estado.

Tomando-se por base a situação considerada mais comum no Vale do Itajaí (produção de raiz em lavouras de dois ciclos) e no sul do estado (lavouras de um ciclo), observa-se que a cultura se mostra bastante rentável nos anos em que os preços da raiz atingiram patamares mais elevados (gráficos 4 e 5).

GRÁFICO 4
CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA NO VALE DO ITAJAÍ
- SAFRA 1981/82 A 1989/90
NCz\$/kg

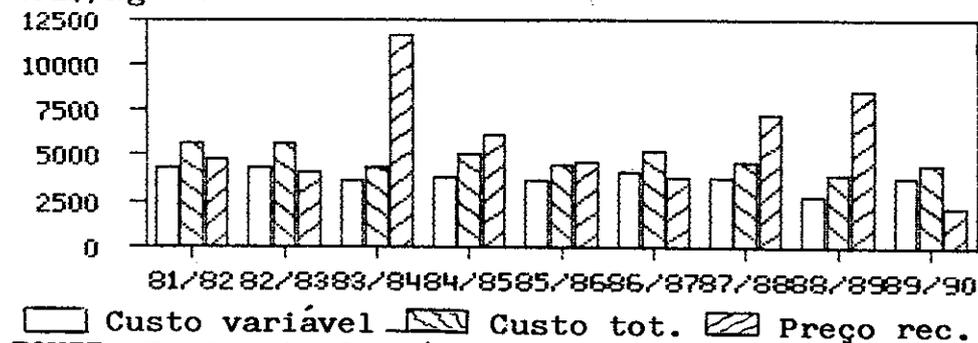
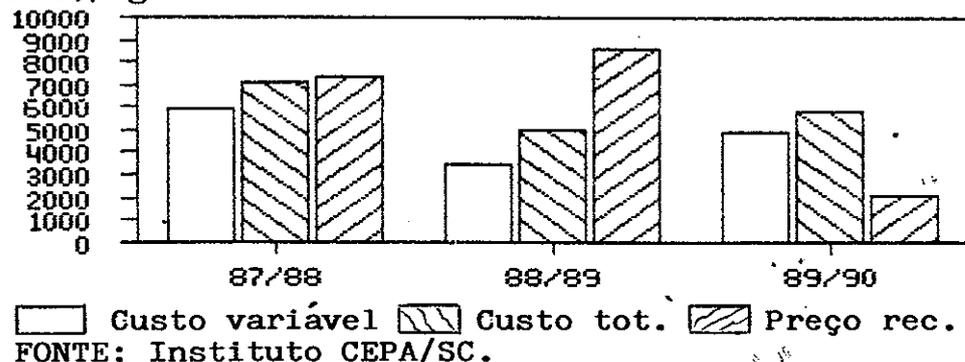


GRÁFICO 5
CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA NO SUL DO ESTADO
- SAFRA 1987/88 A 1989/90
NCz\$/kg



6. PERSPECTIVAS PARA 1991

A. PRODUÇÃO

As avaliações não-oficiais apontam, neste mês de dezembro, para a possibilidade de uma diminuição em 1991, em razão, principalmente, dos baixos preços recebidos pelos produtores em 1990.

Em Santa Catarina, apesar de ao final do ano ainda estar faltando a confirmação de dados referentes a alguns municípios, a primeira estimativa oficial (IBGE/GCEA-SC) aponta para uma produção de 1.320.000 toneladas a serem colhidas em 75.000 hectares.

B. MERCADO

As perspectivas de comercialização para o próximo ano não são animadoras neste final de ano, em virtude do quadro recessivo que o país vive e que tende a se agravar nos próximos meses.

No caso da fécula, é difícil qualquer reação mais expressiva nos primeiros meses do ano: em janeiro e fevereiro, a necessidade de saldar compromissos poderá obrigar muitas indústrias a aumentarem sua oferta do produto, deprimindo os preços, e em março o Paraná inicia sua safra. O mesmo se poderia dizer da farinha, produto cujos estoques em poder do governo (AGF) ou com grande possibilidade de passar às suas mãos (EGF) são expressivos. A possibilidade de reações mais significativas dos preços da raiz e dos derivados dependerá basicamente da produção brasileira de raiz e da evolução da situação econômica do país.

2.10. MILHO

1. INTRODUÇÃO

O milho se destaca, em nível mundial, tanto em produção (perde apenas para o trigo e para o arroz), quanto no volume das transações comerciais (o primeiro é o trigo). No cômputo das nações, o Brasil situa-se como terceiro produtor, só que com um volume colhido (cerca de 5% do total) bem inferior ao dos dois primeiros colocados, que são os Estados Unidos (42%) e a China (17%). Embora cultivemos a terceira maior área (12,2 milhões de hectares, contra 26,2 milhões dos Estados Unidos e 20,4 milhões da China), a participação brasileira na produção mundial é pequena em razão da baixa produtividade das lavouras. O rendimento médio brasileiro situa-se próximo a 1.850 kg/ha, enquanto nos Estados Unidos é superior a 7.000 e na China cerca de 3.900. Este fato não só restringe a produção interna, como também dificulta a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional.

No Brasil, o plantio concentra-se no Centro-Sul, cuja produção equivale a aproximadamente 90% do total nacional. Dentre os estados produtores, destacaram-se, por ordem de importância, na safra 1989/90, o Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina (12,5% do total), Minas Gerais e Goiás.

Em Santa Catarina, o milho desponta como a cultura de maior importância tanto em área e produção, como na formação do valor bruto da produção (VBP) do subsetor lavouras. Apesar disso, o volume colhido tem sido, tradicionalmente, insuficiente para atender à demanda interna, em razão do grande consumo do setor avícola e suinícola. Pelas características fundiárias do estado e por se destinar principalmente ao suprimento das propriedades, a cultura do milho é uma atividade exercida predominantemente por pequenos e médios agricultores.

O cultivo se concentra no oeste e meio-oeste, que respondem por aproximadamente 75% da produção do estado.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de milho da safra 1988/89 foi de 460,6 milhões de toneladas, acusando uma expressiva recuperação em relação à precedente (399,0 milhões). A boa performance da safra norte-americana foi o principal responsável por este crescimento. Vale lembrar que na safra 1988/89 a produção daquele país foi sensivelmente prejudicada por problemas climáticos, o que se refletiu num dos piores resultados da década de 80.

TABELA 1
PRODUÇÃO MUNDIAL E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE MILHO - SAFRAS 1986/87 A 1990/91

(em milhões de t)

PAÍS	SAFRA				
	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91(1)
EUA	209,6	179,6	125,0	191,2	201,6
China	70,9	79,8	77,4	78,9	86,0
Brasil	26,5	24,0	26,2	22,2	24,5
CEE (12 países)	25,1	25,9	28,5	26,8	22,2
URSS	12,5	14,8	16,0	15,3	14,0
Leste Europeu	38,9	29,9	27,3	29,8	22,9
Argentina	9,3	9,0	4,7	5,0	6,5
Outros	84,4	84,1	93,9	91,4	90,7
Total Mundial	477,2	447,1	399,0	460,6	468,4

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Previsão (nov/90).

A safra brasileira teve um desempenho bastante inferior ao previsto. A produção de apenas 22,0 milhões de toneladas, além de representar um recuo de 18% em relação à anterior, foi a menor desde 1985/86, quando foram colhidos apenas 20,5 milhões de toneladas.

A área plantada no Centro-Sul, que a princípio apontava crescimento, acabou caindo cerca de 3,5%, em razão da falta de chuvas à época da semeadura e do atraso nas liberações do crédito de custeio. Na Região Norte/Nordeste a seca verde também provocou um expressivo recuo de plantio (menos 24%). Como decorrência, a área cultivada no país acabou apresentando um decréscimo de quase 10% em relação aos 13,6 milhões de hectares cultivados na safra 1988/89.

O declínio do plantio e mais a queda de produtividade provocada tanto por estiagens no período de floração quanto pela menor utilização de insumos foram os fatores que contribuíram para a expressiva queda da produção. A única região que apresentou um leve crescimento em área e em produção foi a Região Sul, onde as condições climáticas se mostraram bem mais favoráveis.

TABELA 2
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MILHO POR REGIÃO - SAFRAS 1985/86 A 1989/90

PAÍS	SAFRA				
	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90(1)
Norte	402,7	434,6	602,5	754,4	532,3
Nordeste	1.906,5	622,4	2.053,4	1.752,8	648,6
Centro-Oeste	3.332,3	4.418,0	4.389,5	5.130,6	3.108,4
Sudeste	6.668,9	7.374,4	7.233,3	7.409,3	5.256,7
Sul	8.220,5	13.955,8	10.469,3	11.542,8	11.751,8
Total Brasil	20.530,9	26.802,8	24.748,0	26.589,9	21.297,8

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1985 a 1988.

Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1988/89 e 1989/90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

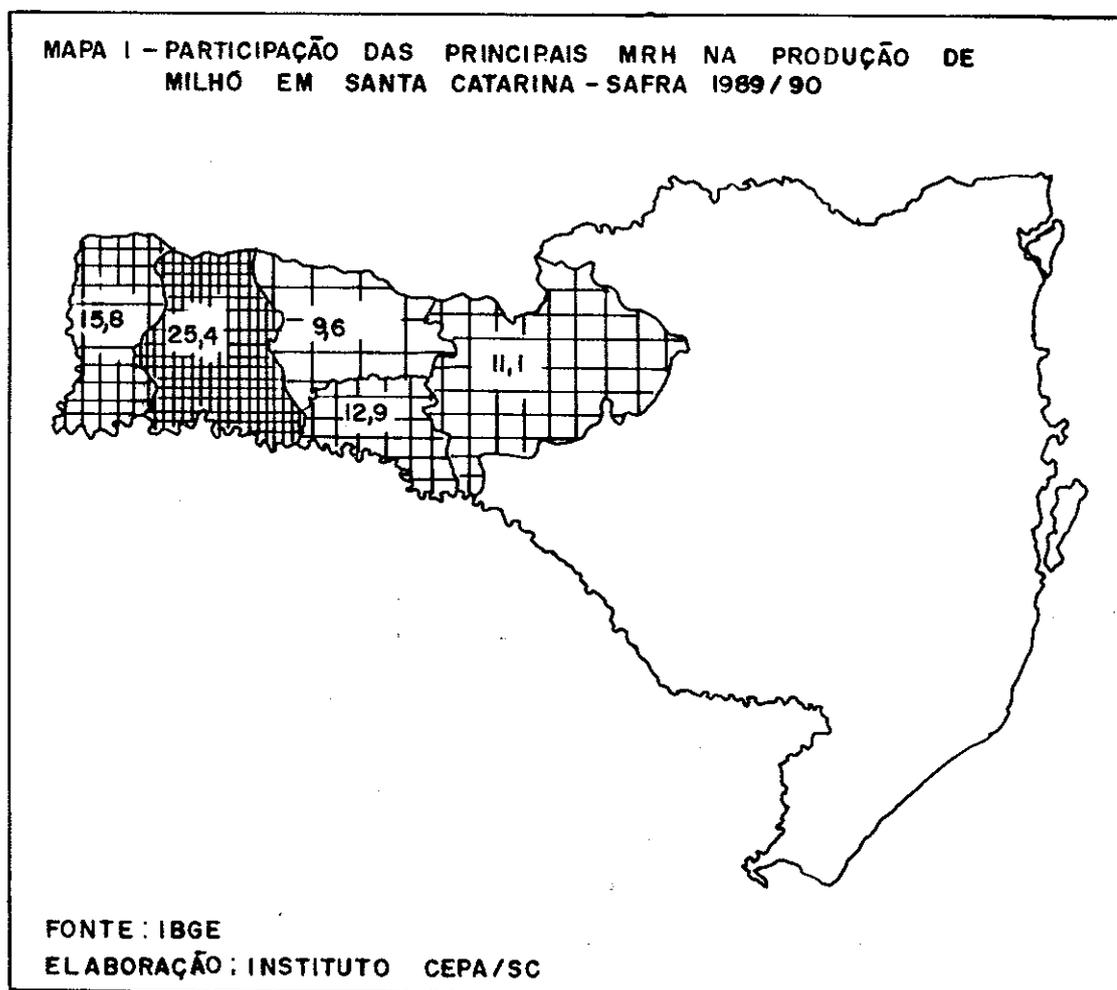
A safra catarinense foi boa. Apesar de as lavouras plantadas no cedo terem sofrido alguns entraves com a falta de umidade durante a semeadura e parte do período vegetativo (últimos meses de 1989), as lavouras plantadas mais tardiamente apresentaram um excelente desenvolvimento. O regime de chuvas, embora excessivo nas duas primeiras semanas de janeiro, foi normal no restante do ciclo, proporcionando, a despeito da menor utilização de insumos, uma boa produtividade. Em razão

disso e de a área ter apresentado um leve crescimento (cerca de 1,7%), a produção estadual alcançou 2,67 milhões de toneladas, assemelhando-se à da safra anterior.

TABELA 3
ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA DE MILHO POR MICRORREGIÃO
HOMOGENEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1988/89 E 1989/90

MICRORREGIÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)	
	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90
Chapecó	256.590	256.140	701.412	678.994
São Miguel d'Oeste	159.890	158.940	432.221	424.198
Concórdia	107.150	118.400	298.320	345.462
Joaçaba	101.555	104.660	274.744	297.665
Xanxerê	97.980	92.600	258.776	256.120
Canoinhas	61.450	69.235	156.890	183.764
Rio do Sul	37.110	39.280	98.865	91.053
Campos de Lages	48.300	46.050	97.218	84.099
Curitibanos	30.500	29.100	82.000	79.800
Outras	96.580	100.130	272.549	233.195
TOTAL	997.105	(1.014.535)	2.662.995	2.674.350

FONTE: Fundação IBGE/GCEA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.



3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Embora apresentando expressiva recuperação, a produção mundial ainda não foi suficiente para recompor o quadro da oferta/demanda para os níveis anteriores aos do período 1988/89. A constância de uma demanda mundial levemente superior ao volume de produção (vide tabela) vem proporcionando gradativo recuo nos estoques dos últimos anos. Esta tendência ainda deverá persistir na próxima temporada comercial, tendendo a dar certa sustentação aos preços internacionais do cereal.

TABELA 4
ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DE MILHO DOS ESTADOS UNIDOS E TOTAL MUNDIAL - TEMPORADAS 1988/89, 1989/90 E 1990/91

(em milhões de t)

ESPECIFICAÇÃO	ESTADOS UNIDOS			TOTAL MUNDIAL		
	1988/89	1989/90	1990/91	1988/89	1989/90	1990/91
Estoque inicial	108,18	49,04	34,15	146,21	84,70	67,60
Produção	125,20	191,20	201,6	399,38	460,60	468,40
Importação	0,08	0,05	0,05	73,41	79,10	69,50
Uso doméstico	132,90	146,19	152,92	460,89	477,60	472,50
Exportação	51,51	59,95	51,40	72,88	79,20	69,2
Estoque final	49,02	34,15	31,40	84,00	67,60	63,80

FONTE: USDA (nov/90).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O suprimento brasileiro, razoável desde 1987, voltou a mostrar-se deficiente em 1990. Mesmo tendo iniciado o ano com estoques expressivos para os padrões brasileiros (mais de 3,0 milhões de toneladas), a queda da produção restringiu a oferta interna para níveis inferiores ao do consumo. A demanda por milho, que apresentava um potencial superior a 26,0 milhões de toneladas, ficou abaixo daquele volume devido à substituição do cereal pelo trigo na formulação de rações. Esta substituição de consumo decorreu tanto das dificuldades ocorridas com a comercialização do trigo, quanto da expressiva quantidade de triguielho, que foi colhido devido ao excesso de chuvas na colheita.

De qualquer forma, o país teve de recorrer às importações, em níveis, até fins de fevereiro/91, superiores a 1,2 milhão de toneladas. As compras externas, por sua vez, foram efetuadas pelos consumidores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Nordeste, estados tradicionalmente deficitários quanto ao produto. Neste ano, a relação oferta/demanda interna esteve desbalanceada; além disso, as aquisições no Centro-Oeste foram dificultadas pelo encarecimento expressivo dos fretes, razão porque as importações mostraram-se até interessantes em termos do preço final do produto. Para 1991, embora a produção brasileira apresente sinais de recuperação, o abastecimento novamente deverá ser apertado. Os baixos estoques de passagem e a projeção de um leve crescimento do consumo sugerem que o país deva recorrer, novamente a importações, embora em menor quantidade, para completar o suprimento interno.

TABELA 5

ESTIMATIVA DE SUPRIMENTO DE MILHO PARA O BRASIL - 1988-1990
(em mil t)

ITEM	1988	1989	1990
Estoque inicial	2.879,4	2.798,0	3.079,7
Produção	25.223,6	26.266,8	21.353,9
Importação	15,0	154,9	1.250,0
Suprimento	28.118,0	29.219,7	25.683,6
Consumo	25.320,0	26.140,0	25.500,0
Excedente	2.798,0	3.079,7	183,6

FONTE: CFP/DAEP (1988 e 1989).

Instituto CEPA/SC (1990).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Em Santa Catarina, a demanda por milho aumentou em relação a 1989. O crescimento da produção de suínos (cerca de 15%) e de aves (aproximadamente 6%), elevou as necessidades globais para quase 3,2 milhões de toneladas. Em razão disso, mesmo com a produção estadual situada num patamar semelhante ao

de 1989, o déficit cresceu, passando de 314 mil para cerca de 505 mil toneladas. Estas deficiências foram supridas tanto por compras no mercado de outros estados (principalmente Paraná), e por importações (mais de 200 mil toneladas), quanto (em menor parte) pelos leilões que a CFP efetuou na Bolsa Catarinense nos primeiros e também nos últimos meses do ano.

TABELA 6

ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DE MILHO EM SANTA CATARINA - 1988-1990

DISCRIMINAÇÃO	1988	1989	1990
I. DEMANDA	2.809,9	2.708,7	2.911,8
1. Consumo Humano	65,0	70,0	70,0
2. Consumo Animal	2.560,0	2.449,2	2.652,8
2.1. Suínos	1.397,4	1.230,0	1.395,0
2.2. Frangos de Corte	805,7	844,4	884,0
2.3. Matrizes	88,0	93,1	100,0
2.4. Poedeiras	41,4	38,6	34,5
2.5. Perus	83,1	77,8	74,0
2.6. Outros Animais	185,3	165,3	165,3
3. Consumo Industrial	80,0	85,0	85,0
4. Reserva Semente	4,0	4,5	4,0
5. Exportações	100,0	100,0	100,0
II. PERDAS	237,0	266,0	267,0
III. NECESSIDADE TOTAL	3.046,9	2.974,7	3.178,8
IV. PRODUÇÃO	2.371,0	2.660,0	2.674,0
V. DÉFICIT	675,9	314,7	504,8

FONTE: INSTITUTO CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

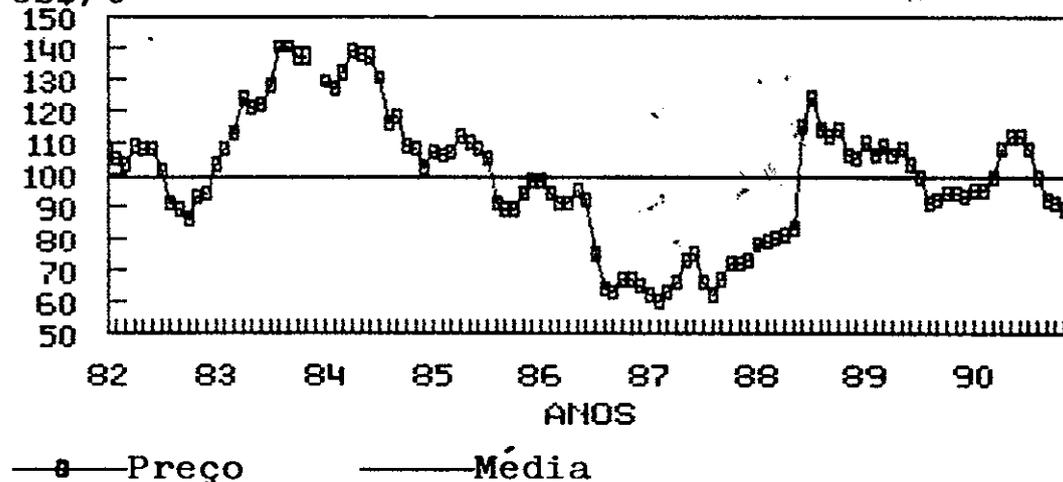
OBS: Não são considerados os estoques de passagem.

4. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

O mercado internacional do milho, que em 1989 apresentava tendência de gradativo declínio, voltou a firmar-se já a partir dos primeiros meses de 1990. O baixo nível dos estoques internacionais e, posteriormente, as incertezas em relação ao comportamento da produção norte-americana (em razão de boatos sobre o clima) deram sustentação ao mercado até junho, mês em que as cotações atingiram o mais alto nível do ano (ao redor de US\$ 112,00/tonelada). Daí em diante, à medida que a safra americana se consolidava num patamar superior a 200 milhões de toneladas, o mercado voltou a afrouxar-se

gradativamente. Para os primeiros meses do ano de 1991, a tendência é de os preços apresentarem leve recuperação em relação aos registrados nos últimos meses de 1990 (cerca de US\$ 90,00/tonelada). A perspectiva de que os estoques mundiais continuem baixos sustenta esta possibilidade.

GRÁFICO 1
PREÇOS DO MILHO NA BOLSA DE CHICAGO - 1982-90
 US\$/t



—●— Preço — Média
 FONTE: Folha de São Paulo.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

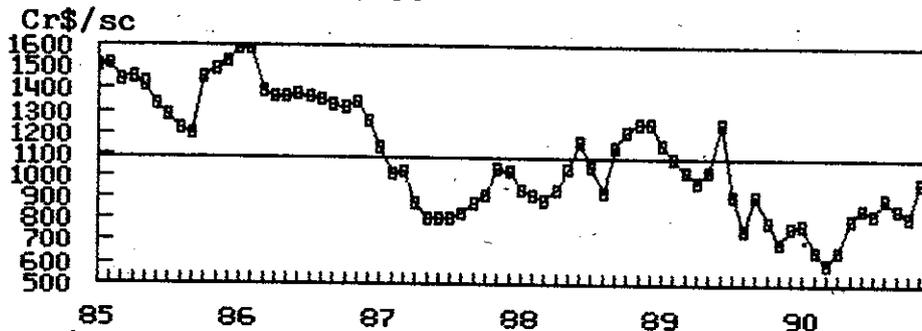
O comércio de milho no Centro-Sul, em razão da baixíssima oferta e da perspectiva de atraso na colheita, iniciou o ano bastante firme, começando a acalmar-se já a partir da segunda semana de janeiro. A retomada dos leilões da CFP e a "desova" de estoques remanescentes da safra velha, secundada pelo início da colheita em algumas regiões do Paraná e São Paulo, proporcionaram tranquilidade ao mercado, enfraquecendo os preços até março. A partir de abril, todavia, com as indicações de que a quebra da safra se traduziria num suprimento bastante apertado, os preços voltaram a apresentar crescimento real até junho, quando a tendência de alta novamente foi quebrada. O aumento substancial das cotações tornou viável comprar no Centro-Oeste, além de importar da Argentina, provocando retração na procura pelo produto do Sul e do Sudeste.

Esta alternância de períodos de calma com outros de forte aquecimento perdurou pelo segundo semestre. Após um expressivo fortalecimento dos preços em fins de julho/começo de agosto - seja em decorrência de a evolução da taxa cambial ter dificultado novas importações, seja por terem os consumidores retomado as compras - o mercado voltou a acalmar-se. Razão disso foram as expectativas em relação ao início das vendas dos estoques do governo em setembro e a retração dos grandes consumidores. Estes, devido às altas taxas de juros, passaram a operar com estoques reduzidos. Contudo, a drástica redução da oferta que se verificou a seguir proporcionou não só um substancial fortalecimento das cotações em fins de outubro/começo de novembro, como também assegurou uma tendência de crescimento real dos preços até o final do ano.

Embora o mercado deva iniciar o ano ainda razoavelmente firme, a tendência é de os preços enfraquecerem-se à medida que a colheita da nova safra for se aproximando. O aumento gradativo da oferta e a perspectiva de que haverá poucos recursos para EGF fazem prever este comportamento.

O desempenho do mercado catarinense de milho assemelhou-se ao do restante do Centro-Sul. O ponto mais desfavorável da comercialização verificou-se logo após a edição do novo plano econômico, quando o nível das transações caiu praticamente a zero, acompanhado de um sensível decréscimo nominal dos preços. Os melhores períodos também se verificaram em junho, agosto, e em outubro/novembro, principalmente neste último, quando o nível real das cotações voltou a assemelhar-se aos do início de 1989, encostando, pela primeira vez no ano, na média dos últimos seis anos. Da análise do gráfico abaixo fica evidente que o comportamento das cotações não foi tão favorável quanto se poderia supor, já que, à exceção do último trimestre, as cotações foram das mais baixas do período em análise. Cabe salientar que este desempenho poderia ter sido um pouco melhor caso a taxa cambial não tivesse favorecido as importações em determinados momentos.

GRÁFICO 2
PREÇOS REAIS (1) DO MILHO PAGOS NO ATACADO
CATARINENSE - 1985-90



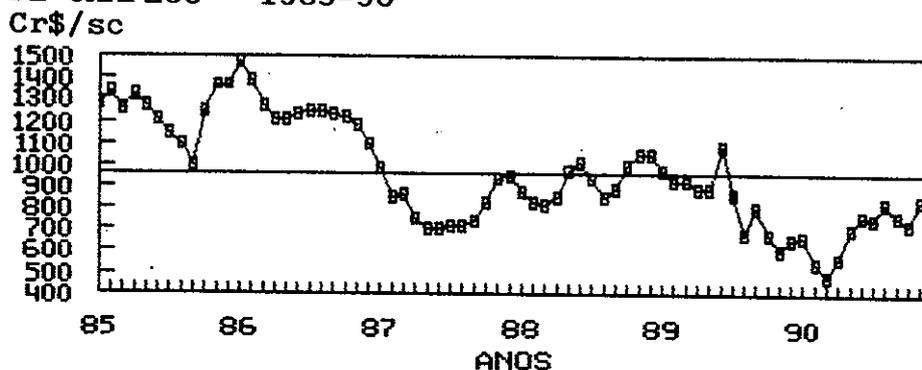
—●— Preços — Média

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

Os preços recebidos pelos produtores catarinenses, a exemplo do ocorrido no atacado, foram, no primeiro quadrimestre de 90, os mais baixos das últimas safras. Apesar da recuperação verificada a partir de abril, as cotações apresentaram-se como das menos favoráveis dos últimos anos (gráfico 3). Este fato só não foi muito sentido em razão de os preços da soja, que servem de parâmetro para o milho, terem sido ainda mais desfavoráveis. Isto mascarou os resultados, dando a impressão de que os preços do cereal ficaram em bons níveis.

GRÁFICO 3
PREÇOS REAIS (1) PAGOS AO PRODUTOR DE MILHO
DE CHAPECÓ - 1985-90



—●— Preços — Média

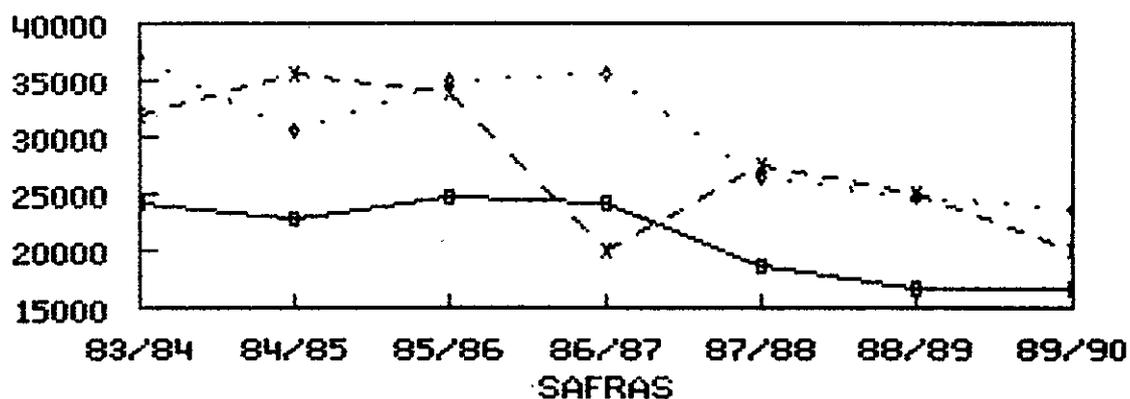
FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

5. RENTABILIDADE DA CULTURA

Da mesma forma que para a maioria das culturas, o milho também não teve bons resultados durante o período da colheita. O comparativo entre os custos de produção elaborados nos meses de outubro com as receitas auferidas em maio dos anos subsequentes (gráfico 4) mostra que em 1990 a rentabilidade do milho foi das menos favoráveis dos últimos anos. Ao contrário das duas safras precedentes, quando as receitas superaram os custos totais, neste ano houve uma perda real da ordem de 15%. Este comportamento só não foi tão sentido em razão de os preços da soja terem sofrido uma expressiva deterioração. A paridade milho/soja, que normalmente se situa em torno de 1,8:1,0, em maio deste ano foi de somente 1,4:1,0. Este fato, por sinal, conjugado à recuperação real dos preços do milho no segundo semestre, incrementou o cultivo do cereal tanto em Santa Catarina quanto na maioria dos estados brasileiros.

GRÁFICO 4
CUSTOS DE PRODUÇÃO X PREÇOS RECEBIDOS PELOS
PRODUTORES DE MILHO DE SANTA CATARINA - MAIO/90
Cr\$/ha



—■—Custo variável .♦.Custo tot. -x- Receita

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

6. PERSPECTIVAS

A produção mundial de milho da safra 1990/91 deverá apresentar um leve incremento e passar de 460 para 468 milhões de toneladas. O aumento da safra americana em cerca de 10 milhões de toneladas é responsável por esta perspectiva, que recoloca a produção em patamares semelhantes aos melhores já obtidos - o pior dos últimos anos foi o de 1988/1989, quando foram colhidos 399 milhões de toneladas. Apesar desta boa estimativa, os estoques mundiais ainda continuarão decrescentes, já que o consumo tende a ser levemente superior à produção. Em razão disso, acredita-se que os preços internacionais se manterão em níveis superiores aos de dezembro de 1990 (ceca de US\$ 90,00/t).

A safra do Centro-Sul, devido ao expressivo crescimento de plantio (mais de 10%), apresentava uma perspectiva bastante otimista; contudo, sofrerá perdas devido a problemas climáticos na Região Sul. A produção, que chegou a ser estimada em 2,4 milhões de toneladas, poderá cair para um patamar inferior a 23 milhões.

Neste caso, mesmo que a safra do Nordeste se recupere, a produção nacional de milho tenderá a ser menor do que o potencial de consumo.

Embora este cenário sugira algumas dificuldades de suprimento, principalmente para os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (tradicionais importadores de outros estados), a escassez somente deverá ser vivenciada no segundo semestre. Até lá acredita-se que o abastecimento destes estados seja suprido com os resultados das próprias colheitas. Em razão disso e da perspectiva de falta de recursos para a comercialização da safra (EGF), tudo indica que os preços do milho deverão manter-se relativamente calmos na primeira metade de 1991. No segundo semestre, no entanto, a perspectiva de escassez tende a proporcionar sustentação às cotações do cereal.

A produção de Santa Catarina, inicialmente prevista em aproximadamente 2,65 milhões de toneladas, também sofrerá perdas expressivas. Os prejuízos decorrentes das estiagens de janeiro (preliminarmente estimados em 20%) poderão reduzir o volume da colheita para algo próximo a 2,1 milhões de toneladas. Com isso, fica evidente que o déficit estadual de milho será bem mais expressivo do que as 500 mil toneladas estimadas para 1990.

2.11. SOJA

1. INTRODUÇÃO

A soja destaca-se em nível mundial como a principal oleaginosa e também como a mais importante fonte de proteína vegetal. Embora a China seja um grande produtor (o quarto na última safra), seu cultivo concentra-se atualmente nas Américas. Os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, os três maiores produtores da safra 1989/90, responderam em conjunto por quase 78% da produção mundial.

No Brasil, o cultivo da soja, que vinha ganhando importância desde a década de 70, começa a sofrer entraves. A expansão registrada principalmente no Centro-Oeste e também em estados como a Bahia e o Maranhão, já e tende a se retrair ainda mais. As dificuldades enfrentadas pela sojicultura brasileira, principalmente nos dois últimos anos, refletiram-se com maior intensidade nos estados centrais. As deficiências de infra-estrutura, a distância dos portos e as restrições ao crédito agrícola são os fatores que estão desestimulando o cultivo nas regiões ditas de fronteira agrícola. Esta tendência só se reverterá se ocorrerem investimentos capazes de baratear os custos dos transportes. Isto poderia novamente avivar a competitividade da cultura.

Em Santa Catarina, a área de soja, que vinha de relativa estabilidade, também está caindo. Tal recuo está sendo atribuído em grande parte à tendência de redução da área cultivada em consórcio com o milho. Para isto concorrem não só o desestímulo proporcionado pela má comercialização dos dois últimos anos, como também a baixa produtividade da oleaginosa neste sistema de produção. O fato pode significar que o cultivo da soja no estado, a exemplo do que acontece em outras unidades da Federação, poderá restringir-se às propriedades maiores e de

topografia mais favorável à mecanização. A distribuição espacial da cultura, entretanto, deverá permanecer semelhante à atual, com o oeste respondendo pela maior parcela da produção.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial de 1989/90, segundo o USDA, situou-se em torno de 106 milhões de toneladas. Este número, embora inferior ao estimado (menos 1,0 milhão de toneladas), representou, ainda assim, um avanço expressivo em relação ao da safra anterior (95,5 milhões). Este crescimento, que poderia ter sido maior caso não tivessem ocorrido problemas com a safra brasileira, deveu-se à expressiva recuperação da safra americana e argentina. Recorde-se que na safra 1988/89 a produção daqueles dois países foi sensivelmente prejudicada por estiagens.

TABELA 1
PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - SAFRAS
1986/87 A 1990/91 (1)

PAÍS	(em milhões de t)				
	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91
E.U.A	52,80	52,75	42,15	52,35	51,81
Brasil	17,30	18,02	23,20	19,30	18,50
China	11,61	12,47	11,65	10,23	11,50
Argentina	7,00	9,70	6,50	10,75	10,50
Outros	9,21	10,73	12,04	13,31	13,54
TOTAL	97,92	103,67	95,54	105,95	105,85

FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(1) Previsão (nov/90).

A safra brasileira de soja situou-se em somente 19,9 milhões de toneladas, acusando, portanto, uma queda de mais de 4,0 milhões em relação à anterior. Esta redução foi decorrente tanto da queda de plantio, quanto da menor produtividade das lavouras. O decréscimo de quase 6% na área plantada foi ocasionado pelo mau desempenho da comercialização em 1989 e pelas dificuldades em relação ao crédito de custeio.

Já a queda da produtividade deveu-se ao menor uso de insumos (decorrente também dos problemas acima citados), e às condições do clima, desfavoráveis durante a fase de desenvolvimento vegetativo em alguns estados produtores.

TABELA 2
ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA NO
BRASIL - SAFRAS 1974/75 A 1989/90

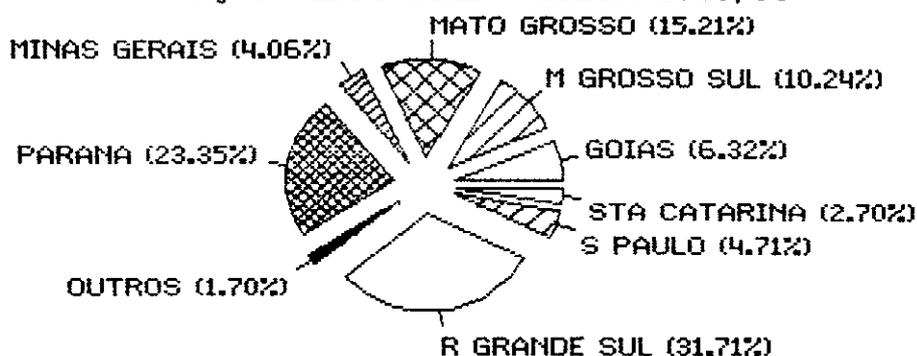
SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1974/75	5.825	9.893	1.698
1979/80	8.774	15.158	1.727
1980/81	8.501	15.078	1.765
1981/82	8.203	12.836	1.564
1982/83	8.137	14.582	1.792
1983/84	9.241	15.541	1.682
1984/85	10.153	18.278	1.800
1985/86	9.181	13.320	1.451
1986/87	9.134	16.969	1.858
1987/88	10.520	18.016	1.713
1988/89	12.236	24.054	1.971
1989/90 (1)	11.595	19.888	1.732

FONTE: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1974 a 1988.
Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1988 a 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

GRÁFICO 1
PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE SOJA
- PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - SAFRA 1989/90



FONTE: Fundação IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - dez/90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A produção catarinense situou-se em somente 537,4 mil toneladas. Este número, além de significativamente inferior ao da safra 1988/89 (660 mil), também ficou abaixo das previsões iniciais, que eram de ordem de 588 mil toneladas. A queda foi atribuída em especial à grande redução da área plantada (menos 15%), causada pelo desestímulo dos baixos preços, quanto, e

principalmente, pelo desinteresse mais acentuado pelo cultivo da oleginosa no sistema de consórcio com o milho. Já a produtividade, embora menor do que a da safra anterior (o que era esperado, em razão da menor utilização de insumos), ainda se mostrou bastante razoável.

Apesar desta menor produção, Santa Catarina, com 2,7% da produção brasileira, permaneceu como o oitavo produtor nacional da soja. Em termos espaciais, a produção continuou concentrada nas microrregiões do oeste, que, em conjunto, responderam por cerca de 74% do volume colhido no estado.

TABELA 3

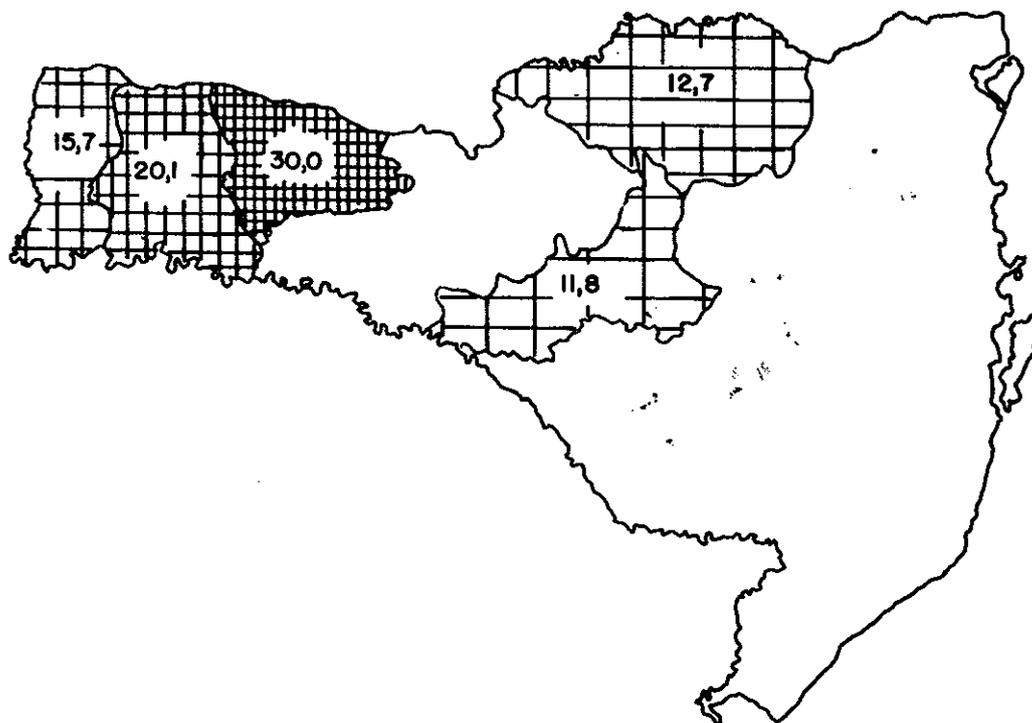
ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA DE SOJA POR MICRORREGIÃO HOMOGENEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1988/89 E 1989/90

MICRORREGIÃO HOMOGENEA	ÁREA PLANTADA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA (t)	
	1988/89	1989/90	1988/89	1989/90
São Miguel d' Oeste	104.200	73.800	128.559	84.385
Chapecó	98.180	84.250	138.218	108.150
Xanxerê	107.600	97.800	192.680	161.498
Joaçaba	13.480	10.067	18.324	13.558
Concórdia	43.100	35.200	39.463	29.614
Canoinhas	37.590	33.750	76.164	68.027
São Bento do Sul	80	100	152	210
Curitibanos	30.700	31.000	60.440	63.735
Campos de Lages	2.450	3.100	4.485	6.471
Rio do Sul	20	-	36	-
Ituporanga	140	141	285	316
Araranguá	925	745	1.761	1.401
TOTAL	438.405	369.953	660.567	537.365

FONTE: IBGE/GCEA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/91



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O consumo mundial da soja-grão, que havia decrescido substancialmente na temporada 1988/89, voltou a recuperar-se. O crescimento da oferta, decorrente do sensível aumento da produção mundial, ao proporcionar um comportamento mais moderado aos preços estimulou a demanda pela soja e seus subprodutos. Mesmo assim, os estoques de passagem voltaram a recuperar-se para níveis semelhantes aos das temporadas 1986/87 e 1987/88 (em 88/89 o "carry over" havia caído para 17,6 milhões de toneladas devido à acentuada queda da safra americana). Este comportamento demonstra que o volume de esmagamento tem estreita relação com o nível dos preços, retraíndo-se toda vez que as

cotações apresentam crescimentos mais substanciais (caso da temporada 88/89) e expandido-se à medida que os preços se mostram mais atrativos.

TABELA 4
OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DE GRÃOS E DERIVADOS DE SOJA -
TEMPORADAS COMERCIAIS DE 1988/89 E 1989/90

DISCRIMINAÇÃO	(em milhões de t)					
	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	88/89	89/90	88/89	89/90	88/89	89/90
Estoque inicial	19,75	17,85	2,72	3,23	2,08	1,65
Produção	95,35	106,01	63,90	69,93	14,57	15,95
Importação	23,77	26,85	26,31	26,56	3,77	3,90
Uso Doméstico	97,67	104,44	67,57	70,33	14,95	15,83
Exportação	23,49	26,96	25,19	25,75	3,81	4,01
Estoque final	17,72	19,32	3,16	3,64	1,66	1,67

FONTE: USDA (dez/90)

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No Brasil, a sensível queda da produção (mais de 4,0 milhões de toneladas) repercutiu no esmagamento interno, que caiu de 16,2 milhões para 15,0 milhões de toneladas, e também no nível das exportações. O volume vendido ao exterior, que na temporada 1988/89 havia crescido para 15,1 milhões de toneladas (grãos e derivados), caiu para 13,9 milhões. Em razão disso, a receita cambial do complexo, que em 1989 foi de 3,6 bilhões de dólares, em 1990 situou-se em somente 2,8 bilhões.

TABELA 5
BALANÇO DE SUPRIMENTO DO COMPLEXO SOJA NO BRASIL - SAFRAS
1988/89 E 1989/90

DISCRIMINAÇÃO	(em milhões de t)					
	GRÃO		FARELO		ÓLEO	
	88/89	89/90	88/89	89/90	88/89	89/90
Estoque inicial	475	1.493	298	437	134	164
Produção	23.929	20.101	12.687	11.856	3.014	2.829
Importação	63	0	-	-	20	0
Exportação	4.585	4.000	9.748	8.900	857	800
Esmagamento	16.189	15.200	-	-	-	-
Consumo Interno	-	-	2.800	3.000	2.147	2.050
Sementes/outros	2.200	1.500	-	-	-	-
Estoque final	1.493	894	437	393	164	143

FONTE: CFP/DAEP/SUPEX (dez/90).

(1) Incluem-se, neste item, perdas, consumo não-tradicional e descaminho.

Santa Catarina, cuja oferta interna já é muito inferior ao potencial da demanda do parque esmagador, reduziu-se ainda mais em 1990 devido ao declínio da produção. Em razão disso, as empresas processadoras, cuja capacidade nominal de esmagamento é superior a 1,3 milhão de toneladas, tiveram de aumentar as aquisições em outras unidades da Federação, das

quais já somos tradicionais compradores. Por não se dispor de dados mais atualizados, mantemos os números do ano anterior (tabela 6), a fim de ilustrar a origem da soja industrializada em nosso estado.

TABELA 6
ORIGEM DA SOJA ADQUIRIDA PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES EM 1987

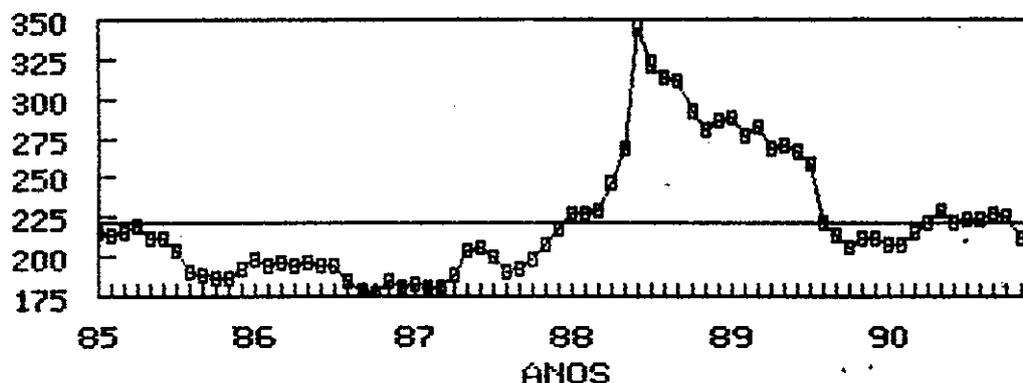
ORIGEM	QUANTIDADE (t)
Santa Catarina	367.511
Rio Grande do Sul	286.888
Mato Grosso do Sul	274.061
Paraná	177.517
Outros estados	27.934
Do exterior	199.022
TOTAL	1.332.933

FONTE: Fundação IBGE. Levantamento da Produção de Soja (grãos) Utilizado pelas Indústrias de Transformação, 1987.

O mercado internacional da soja-grão, já em gradativo processo de enfraquecimento desde meados de 1988, iniciou 1990 em baixa. O bom desenvolvimento da safra sul-americana e a fraca demanda por soja e farelo pressionaram os preços durante a maior parte do primeiro trimestre. Na terceira dezena de março, todavia, as cotações voltaram a crescer para níveis superiores a US\$ 6,00/bushel, interrompendo a tendência de queda. A menor previsão de plantio da safra americana, o fortalecimento do mercado de óleo - cujas cotações, exceto as registradas no segundo semestre de 1988, foram as melhores dos últimos anos - e os atrasos provocados pelo novo plano econômico nas exportações brasileiras foram os elementos que deram sustentação ao mercado até inícios de maio. Naquele mês, por sinal, a média dos preços foi a mais alta do ano.

Após terem sofrido queda em junho, os preços voltaram a oscilar em alta até setembro, movidos pelas especulações negativas quanto ao "clima" nos Estados Unidos. A partir de outubro, no entanto, o mercado voltou a enfraquecer. O aumento da oferta em razão da colheita da safra americana e um relativo enfraquecimento da demanda pressionaram os preços no último trimestre do ano. Registre-se, todavia, que as cotações de 1990, quando comparadas com as dos últimos anos (gráfico 2), podem ser consideradas bastante razoáveis.

GRÁFICO 2
COTAÇÃO DO GRÃO DE SOJA NO MERCADO INTERNACIONAL
US\$/t

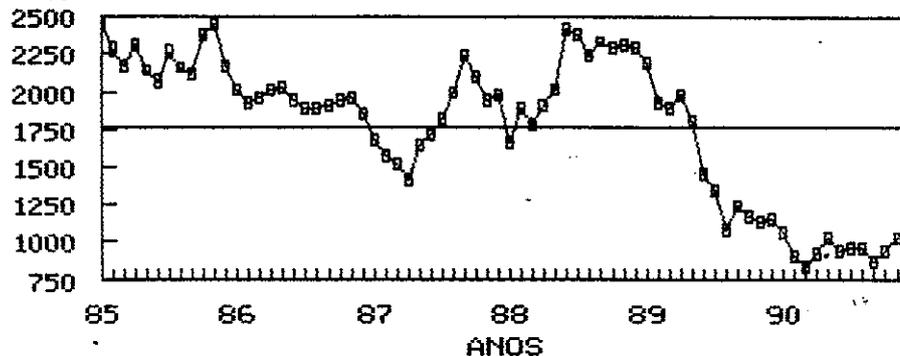


—●— Preço — Média
FONTE: Folha de São Paulo.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A comercialização interna voltou a mostrar-se desfavorável em 1990.

Os preços, em declínio desde fins de 1988, acusaram o pior momento logo após a edição do novo plano econômico, quando a falta de liquidez e o enfraquecimento da taxa cambial provocaram inicialmente paralisação dos negócios e, em seguida, queda nominal das cotações. Embora o mercado tenha apresentado uma expressiva reação em abril/maio - decorrência do crescimento das cotações internacionais e do fortalecimento do dólar comercial - os preços voltaram a apresentar comportamento baixista. O desinteresse dos compradores face às dificuldades em repassar os custos, quer para o mercado externo quer para o mercado interno (os preços do óleo foram tabelados), e o relativo enfraquecimento do mercado internacional excerceram pressão sobre os preços. Ainda que a partir de meados de outubro a redução da oferta (em razão da entressafra) e a expressiva valorização do dólar comercial tenham proporcionado sustentação aos preços, na realidade as cotações em 90 (gráfico 3) foram as piores dos últimos anos. Há que ressaltar, todavia, que este mau desempenho teve muito a ver com a defasagem do câmbio, já que o mercado internacional, embora mais fraco do que nos dois anos precedentes, ainda assim esteve razoável.

GRÁFICO 3
PREÇOS REAIS (1) MENSAIS DA SOJA NO ATACADO
CATARINENSE - 1985-90
US\$/t



—•— Preto — Média

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

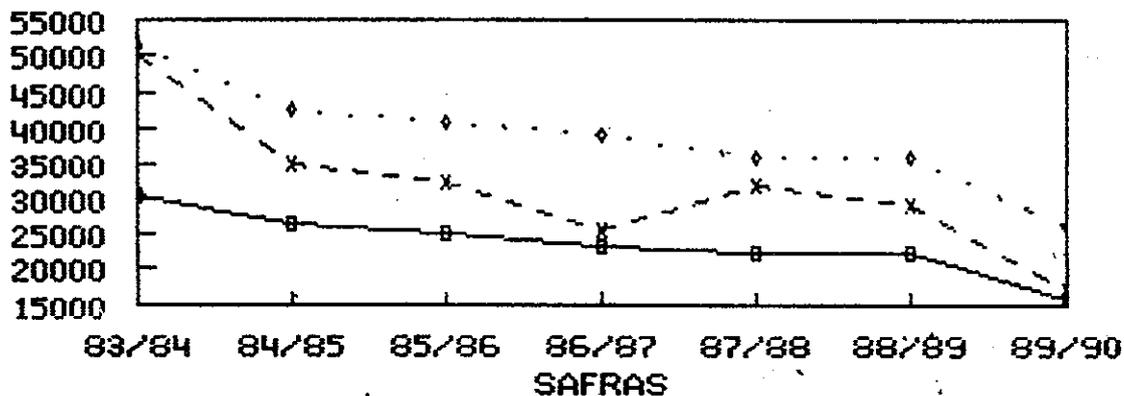
5. RENTABILIDADE DA CULTURA

A exemplo do que vem acontecendo há várias safras, os resultados econômicos da cultura continuaram insatisfatórios, apresentando, nesta última safra, o pior desempenho dos últimos anos. Apesar de os custos de produção virem mostrando tendência de declínio em termos reais, a degradação dos preços recebidos pelos produtores tem sido bem mais intensa. Como decorrência, as receitas já inferiores aos custos totais nos últimos anos se apresentaram, nesta última safra, ainda piores, sendo praticamente idênticas aos custos variáveis. O gráfico abaixo, que compara monetariamente os custos elaborados pelo Instituto CEPA/SC nos meses de outubro (período de plantio) com as receitas auferidas em maio (época de colheita), confirma este comportamento.

Como consequência deste mau desempenho e também das dificuldades de crédito para o custeio, a área plantada com soja em Santa Catarina, como de resto em todo o país, voltou a cair na safra 1990/91.

GRÁFICO 4

CUSTOS DE PRODUÇÃO X PREÇOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR DE SOJA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1983/84 A 1989/90



—■—Custo Variável ..◆.Custo Tot. -*-Receita
FONTE: Instituto CEPA/SC.

6. PERSPECTIVAS

A próxima safra mundial de soja deverá ser menor do que a de 1989/90. A estimativa é de uma produção da ordem de 104,0 milhões de toneladas, cerca de 2% inferior à obtida em 1989/90. Esta previsão decorre da menor perspectiva da safra sul-americana, que, devido à queda de plantio e a problemas climáticos, tende a situar-se próximo a 29,0 milhões de toneladas (31,8 milhões na safra anterior).

Apesar de positivo para os preços, este fato poderá ser neutralizado pela diminuição do consumo. A demanda por soja e subprodutos poderá ser afetada pelos problemas econômicos do Leste Europeu, pela crise no Golfo Pérsico e pelas indefinições em relação ao acordo do Gatt. Em razão disso, o mercado internacional da oleaginosa tende a apresentar poucas modificações, pelo menos até que haja uma melhor definição, seja da próxima safra dos Estados Unidos, seja dos próprios rumos da economia mundial.

A safra brasileira de soja que em razão da expressiva queda na área plantada (cerca de 15%, devido aos maus resultados na comercialização e a problemas de crédito), já apresentava uma perspectiva de produção bastante modesta (em torno de 18 milhões de toneladas), será ainda menor. As estiagens nos estados sulinos deverão reduzir o volume da colheita para algo próximo a 17 milhões de toneladas. A consequência mais direta deste fraco desempenho será sentido nas exportações, que deverão, pelo segundo ano consecutivo, continuar em queda. O volume das vendas ao exterior, que em 1990 foi de 4,0 milhões de toneladas de grãos, 8,95 milhões de farelo e 890 mil de óleo, deverão diminuir para 2,6 milhões, 8,0 milhões e 750 mil toneladas, respectivamente. A receita cambial também tende a cair de 2,8 bilhões de dólares em 1990, para cerca de 2,5 bilhões em 1991.

A comercialização interna, todavia, tende a ser melhor do que em 1990. Mesmo que o mercado internacional não apresente grandes modificações, a expressiva recuperação da taxa cambial e a menor oferta deverão proporcionar uma melhor sustentação aos preços durante o período de colheita. Ganhos mais significativos, entretanto, estarão na dependência de um comportamento mais agressivo das cotações externas, fato que não apresenta grandes chances de acontecer.

A safra catarinense, além de ter acusado uma expressiva redução de cultivo (menos 18%), também sofreu com as estiagens de janeiro. Em razão disso, a produção, inicialmente estimada em 489 mil toneladas, deverá cair para aproximadamente 400 mil toneladas. Este número representará um decréscimo de 25% em relação ao volume colhido na safra 1989/90 (537,4 mil toneladas). Em função disso, as moageiras do estado terão de adquirir uma quantidade de soja ainda mais substancial em outras unidades da Federação.

2.12. TOMATE

1. INTRODUÇÃO

A década de oitenta certamente servirá de marco referencial do crescimento da produção brasileira de tomates. Enquanto a produção mundial cresceu 25%, a brasileira cresceu 60%. Entretanto, este período tem dois momentos claramente distintos.

No primeiro, o incremento anual na produção foi de 4,7%. Para isto, foi decisivo o aumento da produção de tomate rasteiro ou industrial nos estados de Pernambuco e Bahia. No período, o aumento nestes estados foi maior que 18% ao ano, mais que dobrando a produção.

Enquanto isso, os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os maiores produtores no início da década, praticamente mantiveram o nível de produção. Estes estados, que respondiam por dois terços (67%) da produção brasileira, passaram de 1,03 para 1,08 milhão de toneladas, contra taxas de crescimento três vezes maiores no país como um todo. A produção nesses três estados, na verdade, continuou ligada ao consumo "in natura", e basicamente destinada ao abastecimento das respectivas regiões metropolitanas. A estagnação ali registrada, as demais regiões opuseram um intenso cultivo do tomate industrial, que registrou sucessivos ganhos de escala, do que resultou o explosivo incremento da produção brasileira na década.

No segundo momento, enquanto Pernambuco e Bahia mantinham um crescimento ainda significativo na oferta de tomates para uso industrial, os fatos mais marcantes foram o intenso ataque da traça do tomateiro na safra 1988/89 nesses estados e o vertiginoso aumento verificado em Goiás. Esse estado, nas últimas cinco safras, experimentou um aumento de 38% ao ano, sendo que na primeira metade da década sua produção já havia dobrado.

No período, enquanto a produção brasileira aumentou 44%, em Goiás o incremento foi de mais que 600%, elevando sua participação relativa de 2,8% para mais que 14%.

O aumento na produção brasileira de tomates está ligado ao processo da urbanização por que ainda passa o país, concentrando sua expansão na cultura rasteira ou industrial, da qual o estado de Santa Catarina não é produtor. Apesar do aumento na produção catarinense, isso não significa que o estado participe com apenas 3% da produção nacional destinada ao consumo "in natura".

2. PRODUÇÃO

A produção mundial, segundo dados da FAO, experimentou um crescimento de 3% ao ano durante a década. Com exceção dos Estados Unidos e da União Soviética, que têm territórios com dimensões continentais e juntos produzem em torno de 25% da produção mundial, os principais produtores são, além da China, a Itália, a Turquia e o Egito; sua participação gira entre 7% e 8%, e sua produção, em torno de 5 milhões de toneladas.

Em seguida vem o terceiro grupo de países, cuja produção é de aproximadamente 2,5 milhões de toneladas; fazem parte dele a Espanha, o Brasil, a Romênia e a Grécia, com participação relativa que varia entre 3% e 4%.

Esse conjunto de países, os dez maiores produtores mundiais, responde por cerca de 71% da produção mundial.

O excelente crescimento na produção mundial entre os anos de 1988 e 1989 (tabela 1) decorreu basicamente do excelente desempenho nas safras dos Estados Unidos da América e da Itália, cuja produção, junta, foi de mais de 3 milhões de toneladas sobre a safra anterior.

TABELA 1

ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE NO MUNDO - 1980-89

ANO	ÁREA CULTIVADA (1.000 ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (1.000 t)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)
1980	2.433	50.998	20.961
1981	2.399	51.435	21.438
1982	2.457	54.867	22.331
1983	2.506	55.803	22.268
1984	2.566	60.565	23.607
1985	2.594	60.253	23.230
1986	2.605	62.505	23.996
1987	2.553	63.284	24.792
1988	2.624	63.496	24.199
1989	2.723	68.328	20.096

FONTE: FAO, Anuario FAO de Producción, v. 36-40, 1982-86 e v. 43, 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A principal fonte de crescimento na produção mundial foi a produtividade física. O rendimento por área representou 2/3 do incremento. Enquanto isso, apesar do maior aumento ocorrido na produção brasileira, os componentes de área e produtividade contribuíram praticamente em igualdade no aumento de produção nacional.

A produção nacional, que na safra 1989/90 atingiu mais de 2,2 milhões de toneladas (tabela 2), sofreu problemas de ordem climática e econômica. Primeiramente, as dificuldades na negociação do preço do tomate industrial entre agroindústrias e produtores, cujo resultado foi a redução de aproximadamente 5.500 hectares da área colhida na safra anterior nos estados de Pernambuco e Bahia.

TABELA 2

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE NO BRASIL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1988/1989 e 1989/1990(1)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1988/89			1989/90(1)		
	Área Colhida (ha)	Produção Obtida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção Obtida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)
Paraná	1.195	49.048	41.044	1.353	53.912	39.846
Santa Catarina	1.598	63.165	39.528	1.628	69.109	42.450
Rio Grande do Sul	2.688	54.017	20.096	2.791	61.485	22.030
Mato Grosso do Sul	87	2.598	29.862	83	2.298	27.687
Mato Grosso	100	2.448	24.480	166	4.104	24.723
Goiás	3.205	135.990	42.431	6.896	320.400	46.462
Distrito Federal	582	25.540	43.883	426	20.675	48.533
Amazonas	114	1.141	10.009	125	1.030	8.240
Roraima	10	208	20.800	15	150	10.000
Maranhão	315	10.168	32.279	295	8.844	29.980
Ceará	1.795	53.614	29.869	2.163	72.621	33.574
Rio Grande do Norte	485	14.445	29.784	320	9.928	31.025
Paraíba	903	32.594	36.095	811	28.895	35.629
Pernambuco	14.590	317.830	21.784	9.977	269.577	27.020
Sergipe	250	3.913	15.652	241	3.768	15.635
Bahia	8.878	215.823	24.310	7.721	236.448	30.624
Minas Gerais	4.496	188.690	41.968	5.784	244.335	42.245
Espírito Santo	1.390	70.701	50.254	1.465	73.415	50.113
Rio de Janeiro	3.068	146.133	47.631	3.003	142.214	47.357
São Paulo	18.483	785.212	42.485	15.360	593.450	38.636
TOTAL BRASIL	64.232	2.173.278	33.835	60.623	2.216.658	36.525

FONTE: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

Vale destacar, em relação à área plantada na safra 88/89, que esta redução foi superior a 7.100 hectares, considerados somente estes dois estados nordestinos, que sofreram significativamente com a traça do tomateiro naquela safra. Apesar dos estragos sofridos, o impasse nas negociações sobre a comercialização foi mais determinante.

Associado a problemas de excesso de chuvas no primeiro trimestre, o pacote econômico do Plano Brasil Novo provocou enormes apreensões nos produtores, tendo sido determinante para a redução de mais de 3.000 hectares na área plantada no estado de São Paulo entre a safra anterior e a atual. Os 15.360 hectares colhidos nesse estado (a menor área da década) representaram uma redução de quase 50% dos 30.000 hectares colhidos na safra 83/84.

Enquanto isso acontecia nos três principais estados produtores (até a safra 88/89), em Goiás dava-se uma explosão na produção do tomate rasteiro, fazendo com que o estado passasse de sexto para segundo produtor nacional. O crescimento da produção na última safra foi superior a 130% (tabela 2). Enquanto na anterior sua participação relativa na produção nacional fora de apenas 6,26%, nesta safra saltou para 14,45%.

Apesar dos aumentos registrados na produção daquele estado em anos anteriores, nas duas safras passadas a área e produção praticamente mantiveram-se inalteradas. O que provocou o referido aumento astronômico foram as dificuldades registradas em São Paulo e no Vale do São Francisco, além do estímulo dado por grupos agroindustriais que ali se instalaram. Com menores custos, as unidades industriais fazem o processamento primário na região, e reprocessam e embalam o produto em São Paulo.

A produção catarinense continua a deslocar-se para a microrregião homogênea de Joaçaba, onde tem como principal produtor o município de Caçador (tabela 4 e mapa).

Santa Catarina conseguiu ampliar sua produção de tomate envarado a partir da utilização de microclimas que permitem colher no final do verão e início de outono, época de melhores preços nos principais mercados na Região Sul-Sudeste, notadamente na CEAGESP.

Outro fator determinante para tal crescimento tem sido a profissionalização do tomaticultor catarinense. Tal assertiva decorre da análise do crescimento de 96% verificado nas últimas safras. Enquanto a área aumentou 29%, a produtividade física cresceu 52%, passando de menos que 28 t/ha no início da década para mais que 42 t/ha na safra 89/90 (tabela 3).

Apesar do crescimento na produção catarinense e brasileira, o processo de urbanização certamente continuará a exigir produção crescente, com taxas próximo a 5% ao ano, já que este processo traz no seu bojo alterações significativas de hábitos alimentares.

TABELA 3

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1979/80 A 1989/90

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (Kg/ha)
1979/80	1.260	35.177	27.918
1980/81	1.366	41.306	30.239
1981/82	1.441	39.827	27.638
1982/83	1.509	34.484	22.852
1983/84	1.574	48.269	30.666
1984/85	1.364	42.262	30.984
1985/86	1.361	35.561	26.129
1986/87	1.500	52.500	35.000
1987/88	1.647	56.830	34.505
1988/89	1.598	63.165	39.528
1989/90(1)	1.628	69.109	42.450

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 43-49, 1982-89.
Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1990.
(1) Dados preliminares sujeitos a retificação.

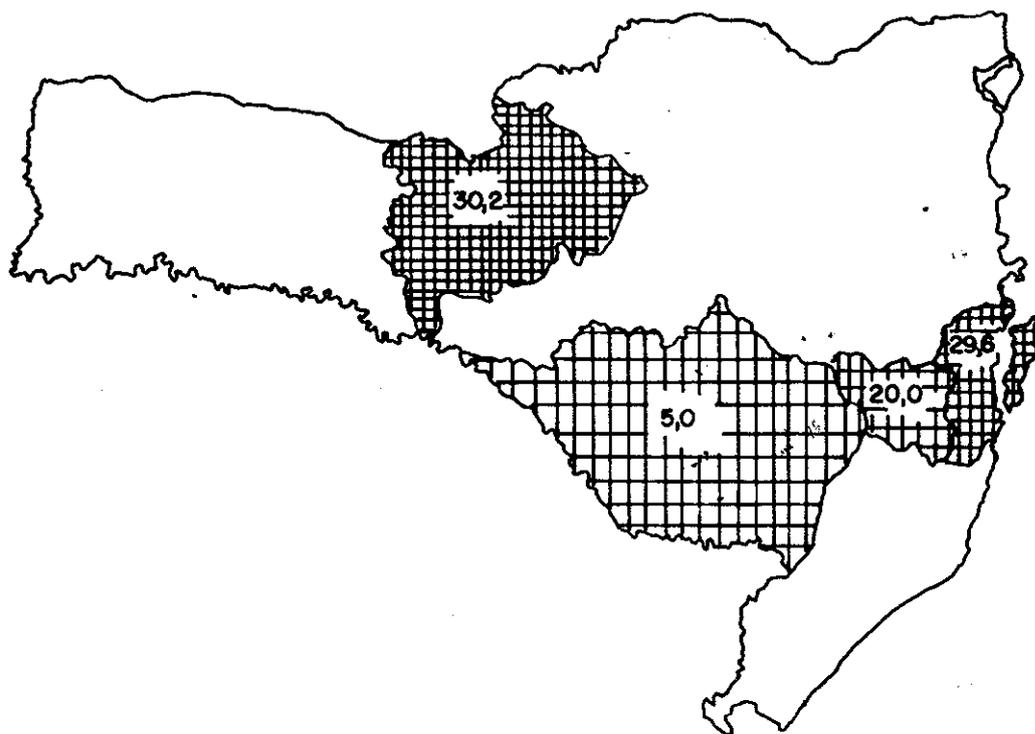
TABELA 4

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DE TOMATE SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90

MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)
Xanxerê	1	8	8.000
Joaçaba	409	20.905	51.112
Concórdia	3	120	40.000
São Bento do Sul	15	450	30.000
Joinville	50	1.060	21.200
Curitibanos	31	1.425	45.967
Campos de Lages	102	3.485	34.166
Rio do Sul	25	750	30.000
Blumenau	33	1.320	40.000
Itajaí	50	1.085	21.700
Tijucas	30	900	30.000
Florianópolis	380	20.500	53.947
Tabuleiro	355	13.840	38.985
Tubarão	118	2.769	23.870
Criciúma	28	492	17.571
SANTA CATARINA	1.628	69.109	42.450

FONTE: Fundação IBGE/GCEA. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 1990.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90



FONTE: IBGE

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO

O abastecimento do tomate foi prejudicado no início do ano devido ao excesso de chuvas entre os dias 27 de dezembro a 22 de janeiro, fazendo com que o tomate passasse de Cr\$ 50,00 a caixa de 23 quilos em 15 de dezembro para Cr\$ 250,00. Isto significou um aumento nominal de 400%, ou melhor, um aumento real de 150% em apenas 45 dias.

O que mais prejudicou o abastecimento nacional, contudo, foram as dificuldades de negociação dos preços no Vale do São Francisco e a redução de plantio da safra paulista no mês de março, logo após a decretação do Plano Collor(1).

(1) Sobre o Plano Collor, ver item 1 - Política Agrícola em 1990, p. 7.

Os reflexos dessa interrupção de plantio começaram a se manifestar a partir de maio, fazendo com que nos meses de junho, julho e agosto (tabela 5) os preços médios do tomate atingissem o pico desses meses pelo menos desde o ano de 1980, data a partir da qual o Instituto CEPA/SC passou a fazer o acompanhamento sistemático do preço do produto nos três níveis de mercado.

TABELA 5
QUANTIDADE DE TOMATE COMERCIALIZADA NA CEASA/SC E PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS DE COMERCIALIZAÇÃO
- 1989-1990

MÊS	QUANTIDADE		PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS (Cr\$1/kg)					
	(t)		Produtor		Atacado ¹⁾		Varejo	
	1989	1990	1989	1990	1989	1990	1989	1990
Jan	548,5	828,4	0,18	2,47	0,22	2,90	0,29	4,49
Fev	634,3	1.032,8	0,32	2,66	0,35	3,26	0,58	5,30
Mar	512,3	869,2	0,37	5,04	0,44	5,86	0,70	8,87
Abr	743,9	967,9	0,41	6,34	0,47	6,89	0,72	12,28
Mai	621,5	653,8	0,51	18,70	0,59	21,66	0,88	31,71
Jun	729,8	747,0	0,52	34,63	0,59	51,32	0,88	68,27
Jul	780,4	724,0	0,32	37,12	0,39	41,10	0,58	57,40
Ago	874,6	920,8	0,37	45,77	0,45	48,64	0,66	73,42
Set	773,7	1.396,5	0,71	46,83	0,80	52,13	0,95	80,70
Out	836,0	1.467,3	1,17	40,21	1,47	43,44	2,17	67,10
Nov	571,2	984,1	1,86	28,78	2,47	34,00	3,49	45,41
Dez	643,8	793,3	1,65	...	2,17	...	2,94	...
TOTAL	8.270,0	11.325,1	-	-	-	-	-	-

FONTES: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Apesar da expectativa de queda de preços em agosto, esta não se concretizou devido ao forte frio que se prolongou até este mês. A partir daí, porém, eles declinaram tanto em termos reais quanto nominais. Ao final do ano estavam próximo dos preços que historicamente se registram no último trimestre.

Contudo, com a invasão de mais de mil toneladas de tomate capixaba a partir de setembro, os preços entravam em queda livre.

A redução de plantio entre janeiro e abril obrigou a importar polpa de tomate, tanto para o mercado interno quanto para cumprir contratos de exportação, que passaram a ficar comprometidos pela reduzida oferta de matéria-prima.

4. RENTABILIDADE DA CULTURA

Para avaliar a rentabilidade da cultura de tomate são utilizados dados de preços recebidos pelos produtores e os custos de produção do Instituto CEPA/SC. A partir do ano de 1990, o Instituto passou a utilizar dados também levantados pelo serviço estadual de extensão rural, que adotou a mesma metodologia desenvolvida para todos os pontos de coleta, ampliando-os, assim, da mesma forma que a abrangência dessas pesquisas.

O custo de produção considerado é de boa tecnologia, com produtividade média de 50 toneladas/ha, estando, portanto, próximo do nível tecnológico das microrregiões de Florianópolis, Joaçaba e Tabuleiro.

Após a safra 1987/88, quando o crescimento acelerado da oferta provocou uma forte compressão sobre os preços, a produção aumentou continuamente graças a microclimas no estado, que fazem com que haja concentração de colheita numa época de reduzida oferta na Região Sul-Sudeste, notadamente na CEAGESP. Essa coincidência de colheita e preços altos permite boa lucratividade.

Na safra 89/90, a rentabilidade da cultura, medida pela margem bruta, foi superior à da safra 88/89, que já tinha sido de 30% e cuja análise foi feita na época de maior concentração de plantio e colheita. Entretanto, considerando-se as duas épocas de concentração, a margem bruta ficou acima de 20%, o que, pela atividade, propicia uma boa produtividade.

5. PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA SAFRA

Os dados dos primeiros levantamentos efetuados pela Fundação IBGE, a partir da intenção de plantio, apontam para um crescimento de 2% na área a ser plantada na próxima safra. É bom frisar, contudo, que apesar da mobilidade de fatores na tomaticultura como em outros produtos hortícolas e apesar da necessária importação de polpa no ano de 1990,, o aumento da produção está condicionado ao acerto prévio entre agroindústrias e produtores de tomate rasteiro e ao aumento da renda interna.

Entretanto, o processo de urbanização do país continuará a exigir produção crescente, se as taxas de crescimento nos próximos 10 anos continuarem em torno de 5% ao ano, pois esse processo traz no seu bojo alterações significativas nos hábitos alimentares.

2.13. TRIGO

1. INTRODUÇÃO

A triticultura catarinense sofreu grandes oscilações nos últimos anos. A área plantada, que na década de 50 atingia patamares superiores a 150 mil hectares, chegou a cair para níveis inferiores a 5 mil hectares ao final da década de 70.

A partir de meados da década de 80 a área voltou a apresentar incrementos significativos, superando novamente o patamar dos 100 mil hectares. Esta recuperação se explica pelo surgimento de muitas variedades bem adaptadas (cujo plantio fora estimulado pelo governo via preços), e por algumas iniciativas no sentido de reduzir o subsídio ao consumo, que estimulou sensivelmente o plantio para consumo próprio e a venda de excedentes, particularmente na pequena propriedade.

O que se verifica é que essas grandes oscilações são determinadas pela intervenção governamental, através de instrumentos que estimulam ou desestimulam a produção. O fim do monopólio do governo na comercialização, decidido neste ano de 1990, não significa que de ora em diante será muito diferente. Mesmo o governo não sendo mais o principal agente na comercialização do trigo nacional, se ele não adotar algumas iniciativas de proteção à produção interna boa parte dela certamente terá muitas dificuldades para sobreviver num mercado internacional de preços altamente subsidiados.

2. PRODUÇÃO

A produção mundial do período 1990/91 está prevista num patamar jamais alcançado. Segundo as estatísticas do United States Department of Agriculture (USDA), de novembro de 1990, atingirá 593,2 milhões de toneladas.

Esse crescimento ocorreu de forma mais ou menos generalizada entre os países produtores mundiais pela expansão na área de plantio. Os importadores assim procederam para diminuir a dependência de outros países; os exportadores, porque continuam com políticas domésticas de estímulo à produção. A preocupação de uns e outros é o decréscimo bastante sensível nos estoques mundiais, que funcionou como pressão para que se adotassem políticas de estímulo à produção. Além da expansão de área, em função das condições climáticas bastante favoráveis, as perspectivas são de o rendimento médio ficar sensivelmente acima do alcançado nas duas últimas safras na maioria dos principais produtores mundiais.

TABELA 1
ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO NO MUNDO E EM ALGUNS PAÍSES E REGIÕES SELECIONADOS - SAFRAS DE 1988/89 A 1990/91

PAIS/REGIÃO	ÁREA COLHIDA (milhões de ha)			PRODUÇÃO OBTIDA (milhões de t)			RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)		
	1988/89	1989/90	1990/91	1988/89	1989/90	1989/90	1988/89	1989/90	1990/91
	!(prelim)!	!(proj.)!	!	!(prelim)!	!(proj.)!	!	!(prelim)!	!(proj.)!	!(proj.)!
Maiores Exportadores	63,6	69,5	73,7	162,5	182,5	214,2	2.555	2.626	2.906
Estados Unidos	21,5	25,2	28,1	49,3	55,4	74,7	2.290	2.380	2.570
Argentina	4,7	5,5	6,0	8,4	10,2	12,0	1.790	1.860	2.000
Austrália	8,9	8,9	10,0	14,1	14,1	15,5	1.580	1.580	1.550
Canadá	13,0	13,6	14,1	16,0	24,3	31,0	1.230	1.790	2.200
Comunidade Econ. Européia	15,5	16,3	15,5	74,7	78,5	81,0	4.820	4.830	5.220
Maiores Importadores	95,9	97,2	97,6	229,3	242,3	262,8	2.390	2.490	2.690
Brasil	3,5	3,4	3,0	5,8	5,6	3,8	1.600	1.650	1.270
China	28,8	29,8	30,3	85,4	90,8	96,0	2.970	3.040	3.170
Leste Europeu	10,7	10,7	10,7	44,8	44,2	44,4	4.170	4.150	4.160
Egito	0,6	0,6	0,7	2,8	3,2	4,0	4.760	5.050	5.710
Outros países norte-africanos(1)	4,0	4,7	5,2	5,0	5,3	5,6	1.260	1.130	1.080
Japão	0,3	0,3	0,3	1,0	1,0	1,0	3.620	3.430	3.770
URSS	48,1	47,7	47,5	84,4	92,3	108,0	1.760	1.940	2.270
Outros países e regiões importantes	58,5	58,9	59,6	108,6	111,6	116,2	1.860	1.890	1.950
Índia	23,1	24,1	23,7	46,2	54,0	54,0	2.000	2.240	2.280
Irã	6,3	6,0	6,1	7,3	5,8	6,1	1.110	970	1.000
México	0,8	1,0	0,9	3,2	4,0	3,5	4.000	4.210	4.120
Oeste Europeu (exclusive CEE)	0,8	0,8	0,9	3,8	4,4	5,0	4.850	5.190	5.450
Paquistão	7,3	7,7	7,8	12,7	14,4	14,3	1.730	1.870	1.840
África do Sul	2,0	1,8	1,7	3,5	2,0	1,9	1.780	1.090	1.120
Turquia	8,8	8,7	8,8	15,0	11,5	14,0	1.710	1.320	1.600
Outros	9,3	8,8	9,8	16,9	15,5	17,4	1.820	1.770	1.780
TOTAL MUNDIAL	218,0	225,5	230,8	500,3	536,4	593,2	2.290	2.380	2.570

FONTE: USDA. World Agricultural Production, nov. 1990.

(1) Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia.

OBS: Eventuais diferenças nas somas são provenientes de arredondamento.

No país, ao contrário do que ocorre no mundo, a produção da safra 1990/91 atingirá um dos menores patamares dos últimos anos. Não obstante a área plantada seja praticamente idêntica à da safra 1989/90, problemas climáticos ao longo de quase toda a safra e em todos estados produtores deverão provocar um decréscimo em torno de 45% na produção.

TABELA 2

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DO TRIGO PRODUZIDO NO BRASIL - 1981-90

ANO	ÁREA COLHIDA (1.000 ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (1.000 t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1981	1.920.142	2.209.631	1.151
1982	2.827.929	1.826.945	646
1983	1.879.078	2.236.700	1.190
1984	1.741.673	1.983.157	1.139
1985	2.676.725	4.320.267	1.614
1986	3.864.255	5.689.680	1.472
1987	3.455.897	6.034.586	1.746
1988	3.467.556	5.737.971	1.655
1989(1)	3.282.319	5.555.184	1.692
1990(2)	2.683.226	3.139.712	1.170

FONTE: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1984, 1987, 1989 e 1990.

Fundação IBGE/CEPAGRO, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados sujeitos a pequenas alterações.

(2) Dados preliminares.

Na realidade, houve redução na área de plantio de importantes estados produtores, o que se atribui a uma série de fatores: falta de recursos de custeio e atraso na sua liberação; frustração e comercialização problemática da safra anterior, quando os produtores foram pagos de forma parcelada; indisponibilidade de sementes certificadas em quantidade

suficiente (particularmente no Mato Grosso do Sul), e preço estabelecido em patamar insatisfatório. A redução só não foi nacional pelo fato de a safra passada ter apresentado um ótimo resultado em alguns estados (principalmente no Rio Grande do Sul). Isto, aliado à falta de alternativas de culturas para substituir o trigo, impediu que a área de plantio decrescesse de forma generalizada.

No que diz respeito à produção, em determinado momento chegou-se a esperar que pudesse superar a da safra de 1989. Esta expectativa devia-se a perspectivas de crescimento na produção dos três estados da Região Sul. O clima e problemas fitossanitários, entretanto, frustraram o esperado. A partir de julho, as ocorrências de geadas, granizo, excesso de chuvas e doenças foram, paulatinamente, prejudicando as lavouras. Esses problemas diminuíram a produtividade média de muitas regiões, reduziram sensivelmente a área a ser colhida, além de prejudicar a qualidade da safra brasileira.

TABELA 3
ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E DO PAÍS - SAFRAS 1989(1) e 1990(2)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)		ÁREA COLHIDA (ha)		PRODUÇÃO OBTIDA ESPERADA (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1989	1990	1989	1990	1989	1990	1989	1990
	Paraná	1.828.680	1.800.000	1.828.680	1.200.000	3.207.000	1.400.000	1.754
Rio Grande do Sul	808.649	984.428	808.649	984.428	1.461.720	1.182.735	1.808	1.201
Mato Grosso do Sul	345.671	221.039	319.050	204.471	369.306	231.615	1.158	1.133
São Paulo	219.650	179.982	219.650	179.982	363.600	182.619	1.655	1.015
Santa Catarina	97.747	111.433	97.095	108.623	126.340	126.966	1.301	1.169
Minas Gerais	8.258	5.158	8.108	5.067	23.897	14.562	2.947	2.874
Outros estados	1.087	655	1.087	655	3.321	1.215	3.055	1.855
TOTAL DO PAÍS	3.309.742	3.302.695	3.282.319	2.683.226	5.555.184	3.139.712	1.692	1.170

FONTES: Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados sujeitos a pequenas alterações.

(2) Dados preliminares.

Em Santa Catarina, houve um aumento de 14% na área de plantio em relação à safra de 1989. Este incremento deveu-se especialmente ao bom resultado alcançado em algumas regiões produtoras na safra passada, além de à falta de alternativas de culturas de inverno para substituir a área ocupada com trigo.

A produção estadual, entretanto, não apresentou o mesmo comportamento verificado na área. Não obstante tenham ocorrido perdas totais apenas em pequena parte da área plantada, o rendimento médio foi sensivelmente prejudicado pelo excesso de chuvas e por geadas ocorridas no mês de setembro. O primeiro fenômeno estendeu-se por praticamente todo o segundo semestre; além de aumentar significativamente a incidência de doenças nas lavouras, prejudicou a colheita em boa parte do mês de novembro, aumentando as perdas em qualidade. As geadas, por sua vez, provocaram danos especialmente nos municípios localizados mais ao extremo-oeste do estado, onde as lavouras já estavam em fases mais adiantadas e susceptíveis a esse fenômeno.

TABELA 4

ÁREA PLANTADA, ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1981 A 1990

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1981	8.978	8.978	8.620	960
1982	25.812	23.213	13.656	588
1983	17.319	17.234	9.881	573
1984	25.158	14.865	11.854	797
1985	40.000	40.000	51.620	1.291
1986	134.146	116.947	143.658	1.228
1987	128.890	124.801	160.120	1.283
1988	112.595	91.148	81.395	893
1989(1)	97.747	97.095	126.340	1.301
1990(2)	111.434	108.623	126.966	1.169

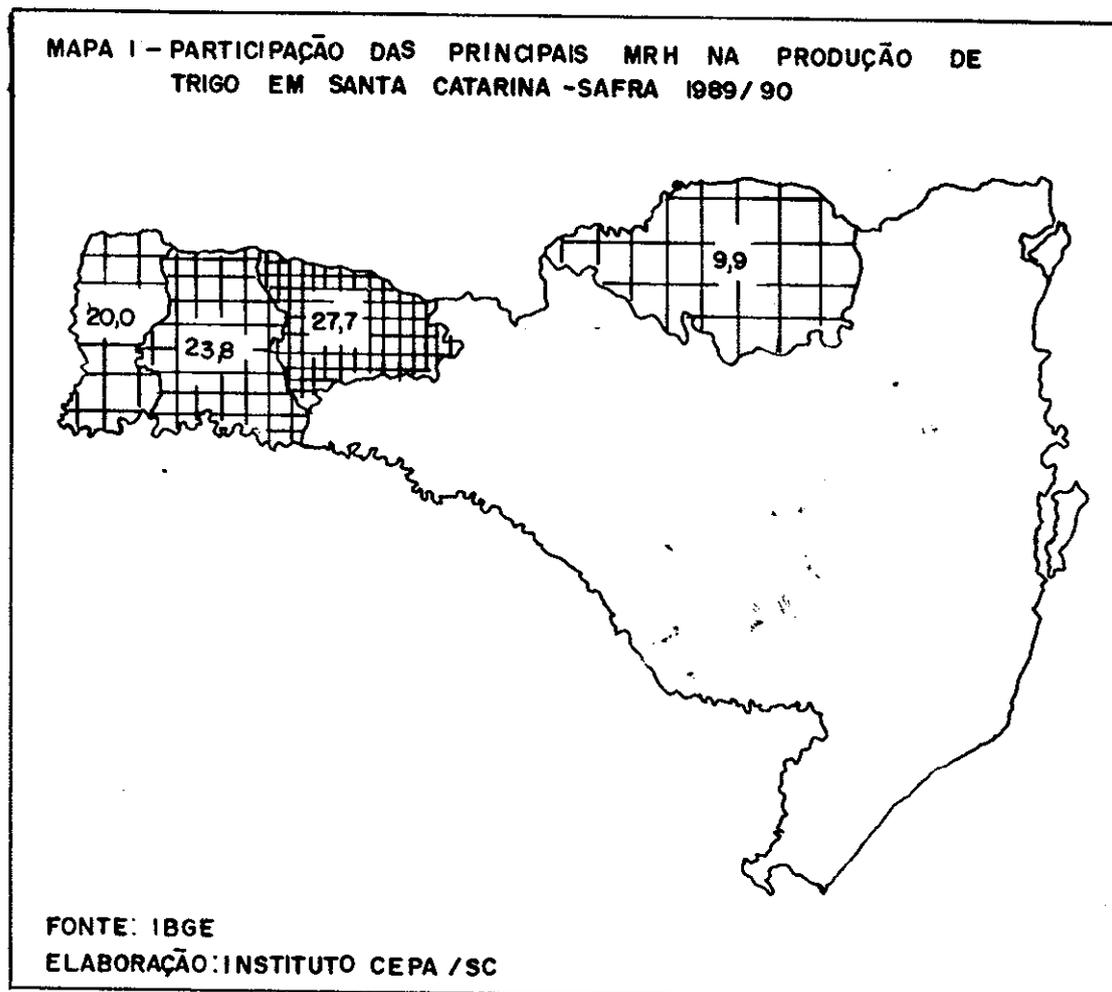
FONTES: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1984, 1985, 1987, 1989 e 1990.

Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

(1) Dados sujeitos a pequenas alterações.

(2) Dados preliminares.



3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

Os estoques mundiais vinham em franco declínio nos últimos anos. Em face disto, as cotações do trigo no mercado internacional apresentavam uma sensível recuperação. De 1986 para 1989 verificou-se, em termos médios, um crescimento de 42% nas cotações da Bolsa de Mercadorias de Chicago. Neste ano de 1990, contrariando a tendência dos últimos anos, o preço começou a decrescer significativamente. Embora, em termos médios, tenha ficado acima do verificado em 1986 e 1987, ao final do ano as cotações atingiram patamares até inferiores a US\$ 90,00/tonelada.

TABELA 5

MÉDIA(1) DA COTAÇÃO DO TRIGO NO FECHAMENTO DA BOLSA DE MERCADO-
RIAS DE CHICAGO PARA O PRIMEIRO MÊS DE ENTREGA - 1986-90

(US\$/tonelada)

ANO	1986	1987	1988	1989	1990
MARÇO	123,91	104,81	115,59	158,37	141,68
MAIO	113,36	106,22	113,29	152,22	135,35
JULHO	92,07	98,59	135,10	144,95	117,99
SETEMBRO	94,13	99,48	142,92	142,75	100,66
DEZEMBRO	102,72	109,53	155,20	149,20	95,62
MÉDIA DO ANO	105,24	103,73	132,44	149,50	118,26

FONTE: Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Média com base na cotação das terças-feiras de cada semana.

Este significativo decréscimo nas cotações internacionais se deve ao aumento na produção mundial, particularmente na dos principais importadores, como a China e a União Soviética, o que diminuiu o interesse pelas importações. Isto forçou a concorrência entre os exportadores e, conseqüentemente, pressionou os preços para baixo.

Internamente, em termos de preço, o ano de 1990 foi ainda pior que o de 1989, que já havia sido péssimo. Inicialmente, o governo estabeleceu um preço de 178,89 BTN/tonelada, idêntico ao de 1989. A partir de outubro, o preço passou a ser reajustado em percentuais acima da variação do BTN; com isto atingiria, em fevereiro de 1991, que é último mês de comercialização, 221,15 BTN/tonelada; portanto, 23,6% acima do preço inicialmente estabelecido.

O fato, entretanto, é que o BTN é um indexador que passou por alguns percalços e acabou ficando um pouco "mascarado". Pelo Índice Geral de Preços (IGP), fica bem caracterizado como o preço estabelecido, mais uma vez, foi decrescente.

TABELA 6
PREÇOS MENSIS(1) RECEBIDOS PELOS PRODUTORES BRASILEIROS PELO TRIGO DE PH 78 - 1982-90

(Cr\$/t)

MÊS	ANO	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Setembro		43.893,84	41.035,10	44.927,43	51.462,12	47.522,31	32.850,95	24.550,28	16.736,23	12.060,69
Outubro		44.826,94	39.852,96	44.077,71	52.862,23	48.873,80	31.242,63	23.862,50	16.286,69	13.353,29
Novembro		45.680,24	41.934,86	45.170,01	50.299,36	45.751,73	29.798,28	23.728,37	15.535,40	13.186,56
Dezembro		46.040,81	42.321,38	45.613,28	48.556,51	42.534,29	29.014,07	23.366,43	14.707,10	13.471,79

FONTE: CFP/CTRIN/SUNAB.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/90, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

Além do péssimo preço, a comercialização da safra até dezembro estava extremamente problemática. Por um lado, o CTRIN, por falta de recursos, comprou pouco trigo dos mini e pequenos produtores, cuja produção teria aquisição garantida; por outro, os recursos para realização de EGF foram bastante escassos e normalmente chegavam quase ao final do mês, quando os produtores se desinteressavam em vender seu produto para esperar a correção de preço do mês seguinte. Os moinhos, por sua vez, dos quais se esperava a realização de algumas compras diretas dos produtores, ficaram praticamente impossibilitados de fazê-lo, pois o preço a ser pago era sensivelmente superior àquele que pagavam ao governo e que servia de parâmetro para o preço da farinha produzida por eles.

No que diz respeito ao preço de venda do trigo do governo aos moinhos, o ano de 1990 configurou, mais uma vez, um elevado nível de subsídio ao consumo. Isto se deu especialmente de março a setembro, quando o preço permaneceu inalterado. A partir de outubro começou a haver recomposição nos preços de venda do governo, mas, ainda assim, insuficiente para acabar com o subsídio. A pretensão era de que

até o final de dezembro o governo eliminasse o subsídio, para que, a partir de janeiro, as indústrias pudessem comprar trigo direto dos produtores. Isto, entretanto, só deverá ser efetivado no decorrer de 1991.

TABELA 7

PREÇOS MENSAIS REAIS(1) RECEBIDOS PELO GOVERNO PELO TRIGO DE PH 78 POSTO NOS MOINHOS - 1982-90

MÊS	ANO:									
	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	
Janeiro	24.117,61	17.654,82	20.520,92	26.379,37	18.919,30	12.052,28	20.987,61	29.145,96	18.305,09	
Fevereiro	22.570,61	21.548,18	27.420,11	28.735,12	16.453,82	10.563,05	20.077,15	26.834,91	17.788,80	
Março	21.049,62	19.574,13	24.938,36	31.868,87	15.593,24	9.184,92	19.777,50	25.746,41	14.706,98	
Abril	19.978,78	17.925,32	22.891,75	29.723,93	15.684,21	7.649,00	20.533,68	24.480,85	17.486,90	
Mai	25.506,79	16.799,19	21.028,78	27.577,67	15.633,89	5.995,33	26.326,56	22.026,04	16.032,06	
Junho	26.150,84	29.923,43	19.248,32	25.571,79	15.552,88	29.198,78	28.896,19	20.352,20	14.706,05	
Julho	24.656,30	26.408,71	26.346,32	23.478,47	15.454,15	26.706,61	31.036,00	19.200,71	13.016,79	
Agosto	23.305,10	23.983,36	23.816,30	20.595,40	15.251,61	25.557,04	32.768,98	18.303,72	11.526,43	
Setembro	22.482,53	29.768,56	21.551,54	23.589,90	15.086,34	23.881,49	32.995,27	20.898,69	10.724,45	
Outubro	21.456,23	26.282,74	27.758,06	21.632,75	14.880,47	22.585,83	32.363,75	21.937,10	12.443,51	
Novembro	20.436,17	24.238,14	25.263,04	25.225,90	14.524,26	22.373,75	30.936,85	21.530,67	14.005,92	
Dezembro	19.251,77	22.534,83	29.712,73	22.284,50	13.502,98	19.306,22	29.229,84	20.319,78	16.003,78	

FONTE: CFP. Anuário Estatístico 1982/87 e Diário Oficial da União.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/90, corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

A exemplo de 1989, o consumo de trigo voltou a apresentar incremento. O preço, significativamente subsidiado, tornou o consumo do trigo bastante atraente quando comparado com outros produtos agrícolas, especialmente o arroz, que teve preços bastante elevados neste ano de 1990. Desta forma, o consumo industrial atingiu o maior patamar da história do país.

Apesar desse crescimento, o abastecimento transcorreu sem maiores dificuldades. Afinal, o país iniciou o ano com elevados estoques, os quais, aliados às importações, foram perfeitamente suficientes para atender ao mercado consumidor.

TABELA 8

CONSUMO BRASILEIRO DE TRIGO EM GRÃO - 1981-90

(milhões de toneladas)

ANO	QUANTIDADE
1981	6,097
1982	6,101
1983	5,987
1984	6,327
1985	6,133
1986	7,203
1987	6,690
1988	6,400
1989	6,800
1990(1)	7,400

FONTE: CFP e CTRIN.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SG.

(1) Previsão.

5. PERSPECTIVAS PARA 1991

No ano de 1990 foram definidas algumas importantes medidas para o setor tritícola. Particularmente a Lei nº 8.096, do Congresso Nacional, que altera totalmente a sistemática de comercialização e importação que vigorou nos últimos anos. O Presidente da República sancionou a Lei com alguns vetos.

Na sua versão final, ficou estabelecido o seguinte:

- (a) "São livres, em todo território nacional, a comercialização e a industrialização do trigo de qualquer procedência; (b) o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento estabelecerá as salvaguardas necessárias à competitividade da triticultura e indústria nacionais; (c) é extinto o Departamento de Trigo - DTRIG - da Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB - ficando transferidos o acervo técnico e as respectivas atribuições ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; (d)

revogam-se o Decreto-lei nº 240, de 27 de fevereiro de 1967, e as demais disposições em contrário".

Na prática, esta lei significa que a sistemática da comercialização de trigo passará a funcionar como a de outros grãos em geral. Ou seja, deverá haver um preço de garantia estabelecido pelo governo, mas os produtores deverão vender sua produção especialmente no mercado.

Por outro lado, o governo diz que o Ministério da Economia estabelecerá salvaguardas à produção e indústria nacionais. Isto deveria significar que a liberdade de importação, por exemplo, que se diz sem restrições de quantidade, terá que respeitar certos parâmetros de preços, épocas do ano e regiões do país, entre outras questões.

Essa, entre várias medidas, deverá ser indicada pela Câmara Setorial do Trigo, criada pelo Ministério da Agricultura, "com a finalidade de apoiar tecnicamente o Conselho Nacional de Agricultura na formulação, implantação e avaliação de políticas de desenvolvimento da triticultura nacional". Esta câmara tem uma composição bastante ampla; certamente possui todos os requisitos para oferecer diretrizes satisfatórias para a triticultura nacional.

As perspectivas para 1991, portanto, dependem muito de como o Ministério da Economia pretenda considerar as sugestões do Ministério da Agricultura. Se o relacionamento entre os dois ministérios for satisfatório, a triticultura nacional poderá ter um bom ano; caso contrário, a tendência seria de problemas ainda maiores que em 1990.

2.14. UVA

1. INTRODUÇÃO

A produção vitivinícola é uma atividade exercida principalmente nas pequenas unidades familiares de produção agropecuária, conduzidas majoritariamente pelos proprietários. A propósito, o Censo Agropecuário, realizado em 1985 pela Fundação IBGE e recentemente divulgado, fornece algumas informações a respeito da cultura da uva que confirmam a assertiva anterior. Indica, por exemplo, que os estabelecimentos que cultivam a uva, e cuja área é inferior a 50 hectares eram responsáveis por 78,9% da produção obtida. Nessa mesma direção, mostra uma predominância dos pequenos pomares. Cerca de 99,0% da produção de uvas para mesa e de 81,1% da produção de uvas para vinho provêm de parreirais com área inferior a 5 hectares. A referida fonte avalia em 10.540 e 17.597, respectivamente, o número de estabelecimentos que cultivavam uva para consumo "in natura" (para mesa) e para fabricação de vinhos. Destes, 431 estabelecimentos (4,1% do total) comercializavam uva "in natura" e 1.990 (11,3% do total) destinavam os excedentes para a industrialização (vinhos, sucos e mostos). Ainda no que se refere à comercialização, a tabela 1 mostra que 77,1% da produção destinava-se ao mercado e se constituía basicamente de uva para vinho (94,0% do total).

TABELA 1

NÚMERO DE INFORMANTES E PRODUÇÃO DE UVA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR, O DESTINO DA PRODUÇÃO, OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL E DE ÁREA DA COLHEITA - 1985

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	INFORMANTES	QUANTIDADE (t)
Proprietário	26.136	54.195
Arrendatário	520	676
Parceiro	624	1.030
Ocupante	857	1.788
DESTINO DA PRODUÇÃO		
Consumo no estabelecimento	25.716	12.722
Entregue à cooperativa	277	7.358
Entregue à indústria	1.026	30.121
Entregue ao intermediário	520	6.175
Venda direta ao consumidor	472	912
Sem declaração	126	400
GRUPO DE ÁREA TOTAL (ha)		
- 2	621	164
2 5	1.251	827
5 10	3.487	2.749
10 20	9.796	13.981
20 50	10.506	27.780
50 100	1.941	9.078
+ 100	535	3.105
Sem declaração	-	-
GRUPO DE ÁREA DA COLHEITA DO PRODUTO (ha)		
- 2	27.532	26.697
2 5	511	20.822
5 10	70	6.997
10 20	12	1.602
20 50	10	1.080
50 100	2	489
+ 100	-	-
Sem declaração	-	-
TOTAL	28.137	57.691

FONTE: Fundação IBGE, Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

De outra parte, o número de produtores de uva cadastrados como assistidos pelo Serviço de Extensão Rural, durante o ano de 1990, foi de 753, com uma área colhida de 18.329,3 hectares.

TABELA 2

ÁREA PLANTADA COM UVA PELOS AGRICULTORES ASSISTIDOS PELA EMATER-SC/ACARESC, POR VARIEDADE, EM SANTA CATARINA-SAFRA 1989/90

CULTIVARES	ÁREA PLANTADA (ha)	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE PRODUTORES	ÁREA MÉDIA POR PRODUTOR (ha)
Niágara	427,6	23,2	443	0,9
Isabel	914,1	49,8	573	1,6
Bordeaux	79,4	4,3	96	0,8
Outras americanas	26,2	1,4	40	0,6
Cabernet	28,2	1,5	26	1,0
Merlot	46,0	2,6	53	0,8
Moscato	20,9	1,1	25	0,8
Itália	9,8	0,6	22	0,4
Outras europeias	55,7	3,0	23	2,4
Bailey	12,8	0,8	17	0,7
Couderc 13	37,6	2,0	46	0,8
Seibel	55,7	3,0	83	0,7
Couderc	85,2	4,6	110	0,8
Outras híbridas	2,6	0,1	5	0,5
Goethe	37,5	2,0	38	1,0
TOTAL	1.839,3	100,0	753	2,4

FONTE: ACARESC. Levantamento de pomares via Cadastro Fruticultor e produções obtidas - 1990.

OBS: A área corresponde a 49,6% do total registrado pelo Censo Agropecuário de 1980.

2. PRODUÇÃO

De acordo com o Anuário Estatístico da Organização de Alimentação e Agricultura da ONU (FAO), os principais países produtores são a Itália, a França e a União Soviética, responsáveis, na safra 1987/88, por 16,6%, 12,8% e 9,6%, respectivamente, da produção mundial, avaliada em 57.839.000 toneladas. Desta produção, apenas 2,5% participa do comércio

internacional, sendo que Itália, Chile e Espanha, os principais países exportadores, juntos venderam para outros países 52,80% do volume de uva exportado naquele ano. De outra parte, a Alemanha Ocidental e os Estados Unidos se constituem nos maiores importadores, responsáveis, em 1988, por 19,3% e 17,2%, respectivamente, das importações mundiais de uva.

TABELA 3
ESTIMATIVAS DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE UVA SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1985-89

PAÍS	1985		1986		1987		1988		1989	
	1000-t	%	1000 t	%						
	Itália	9.584	15,94	11.630	18,05	11.498	17,82	9.588	16,58	10.000
França	10.226	17,01	9.340	14,50	9.164	14,20	7.419	12,83	8.000	13,22
URSS	5.751	9,56	6.489	10,07	5.964	9,25	5.581	9,65	5.450	9,00
EUA	7.919	13,17	4.741	7,36	4.775	7,40	5.430	9,39	5.345	8,83
Espanha	5.450	9,07	5.863	9,10	6.365	9,86	3.700	6,40	5.110	8,44
Argentina	2.279	3,79	2.411	3,74	3.413	5,30	2.992	5,17	2.908	4,80
Turquia	-	-	3.000	4,66	3.300	5,12	3.350	5,79	3.000	4,96
Grécia	1.024	1,70	1.488	2,31	1.397	2,16	1.720	2,97	1.700	2,81
Irã	1.350	2,24	1.350	2,09	1.350	2,10	1.350	2,33	1.350	2,23
Alemanha Ocidental	780	1,30	1.450	2,25	1.280	1,98	1.450	2,51	1.450	2,40
SUBTOTAL	44.363	73,78	47.762	74,13	48.506	75,19	42.580	73,62	44.313	73,21
OUTROS PAÍSES	15.769	26,22	16.671	25,87	16.009	24,81	15.259	26,38	16.211	26,79
MUNDO	60.132	100,00	64.433	100,0	64.515	100,00	57.839	100,00	60.524	100,00

FONTE: FAO. Anuario FAO de Producción, v. 41-42, 1987-88.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 4
EXPORTAÇÃO DE UVA SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES - 1986-88

PAÍS	1986			1987			1988					
	Quantidade (t)	(%)	Valor (1000 US\$)	Quantidade (t)	(%)	Valor (1000 US\$)	Quantidade (t)	(%)	Valor (1000 US\$)			
	Itália	476.497	32,95	299.218	30,53	477.974	33,80	345.228	30,51	421.841	28,60	369.183
Chile	298.563	20,64	249.833	25,40	271.536	19,20	275.700	24,37	349.941	23,73	315.100	24,18
Espanha	124.271	8,59	64.515	6,58	111.884	7,91	67.525	5,97	80.534	5,46	61.573	4,72
EUA	114.857	7,94	108.728	11,09	120.836	8,54	120.987	10,69	151.146	10,25	147.270	11,30
Grécia	106.546	7,37	50.239	5,13	93.419	6,61	54.860	4,85	110.000	7,46	80.000	6,14
Bulgária	46.778	3,23	19.000	1,94	48.860	3,46	24.000	2,12	36.034	2,44	20.000	1,53
Romênia	30.000	2,07	11.000	1,12	28.000	1,98	13.000	1,15	30.000	2,03	16.500	1,27
França	26.776	1,85	20.435	2,08	21.977	1,55	21.221	1,88	20.869	1,41	24.787	1,90
Líbano	20.000	1,38	8.000	0,82	20.000	1,41	10.000	0,88	20.000	1,36	12.000	0,92
Países Baixos	16.570	1,15	22.829	2,33	24.016	1,70	35.785	3,16	36.225	2,46	56.200	4,31
SUBTOTAL	1.260.858	87,17	858.997	87,02	1.218.502	86,16	968.306	85,58	1.256.590	85,20	1.102.613	84,60
OUTROS	185.501	12,83	127.264	12,98	195.720	13,84	163.190	14,42	218.365	14,80	200.767	15,40
TOTAL	1.446.359	100,00	986.261	100,00	1.414.222	100,00	1.131.496	100,00	1.474.955	100,00	1.303.380	100,00

FONTE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v.42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 5
IMPORTAÇÃO DE UVA SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES - 1986-88

PAÍS	1986				1987				1988			
	Quantidade		Valor		Quantidade		Valor		Quantidade		Valor	
	(t)	(%)	(1000 US\$)	(%)	(t)	(%)	(1000 US\$)	(%)	(t)	(%)	(1000 US\$)	(%)
Alemanha	312.681	22,36	191.655	18,08	311.290	21,04	221.646	17,79	285.385	19,31	225.866	15,45
EUA	185.723	13,28	162.741	15,36	219.744	14,85	211.173	16,95	254.153	17,20	254.385	17,40
França	136.948	9,79	100.899	9,52	139.480	9,43	114.965	9,23	147.158	9,96	149.007	10,19
Reino Unido	101.071	7,23	105.272	9,93	107.797	7,28	123.778	9,94	121.674	8,23	160.482	10,98
Países Baixos	56.488	4,04	43.246	4,08	64.766	4,38	55.476	4,45	81.299	5,50	79.352	5,43
Tchecoslováquia	49.600	3,55	25.488	2,41	50.000	3,38	30.000	2,41	45.000	3,04	32.000	2,19
Áustria	42.129	3,01	22.505	2,12	49.633	3,35	32.707	2,63	38.605	2,61	32.120	2,20
Bélgica-Luxemburgo	41.067	2,94	31.810	3,00	42.059	2,84	38.081	3,06	41.064	2,78	42.769	2,93
Suíça	39.228	2,81	30.378	2,87	40.664	2,75	39.900	3,20	37.366	2,53	42.366	2,90
Suécia	25.478	1,82	20.702	1,95	27.878	1,88	26.657	2,14	24.694	1,67	27.395	1,87
SUBTOTAL	990.413	70,83	734.696	69,32	1.053.311	71,18	894.383	71,00	1.076.398	72,83	1.045.750	71,54
OUTROS	407.864	29,17	325.151	30,68	426.432	28,82	351.229	28,20	401.617	27,17	416.073	28,46
TOTAL	1.398.277	100,00	1.059.847	100,00	1.479.743	100,00	1.245.612	100,00	1.478.015	100,00	1.461.823	100,00

FONTE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v.42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Segundo a FAO, em 1988 a produção mundial de vinhos foi avaliada em 27.336.000 toneladas, sendo que aproximadamente 16,9% foi transacionado no mercado internacional. Itália, França e Espanha foram responsáveis, em 1988, respectivamente por 30,0%, 28,7% e 10,1% das exportações mundiais de vinho. Já os principais países importadores, por ordem de importância, foram a Alemanha Ocidental, o Reino Unido, a França e os Estados Unidos; juntos somaram 55,4% das referidas exportações mundiais.

TABELA 6

PRODUÇÃO DE VINHO SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES - 1986-88

PAÍS	1986		1987		1988	
	Produção	(%)	Produção	(%)	Produção	(%)
	(1000 t)		(1000 t)		(1000 t)	
Itália	7.709	24,20	7.582	23,97	6.390	23,37
França	7.422	23,30	7.036	22,25	6.379	23,33
Espanha	3.508	11,01	4.075	12,88	2.267	8,30
Argentina	1.852	5,82	2.000	6,32	1.800	6,60
EUA	1.770	5,56	1.695	5,38	1.740	6,36
URSS	1.408	4,42	1.469	4,64	1.500	5,48
Chile	450	1,41	420	1,33	420	1,54
Alemanha	1.092	3,43	948	3,00	985	3,60
Romênia	1.185	3,72	806	2,55	1.000	3,66
Iugoslávia	756	2,37	642	2,03	576	2,11
SUBTOTAL	27.152	85,24	26.673	84,33	23.057	84,35
OUTROS	4.700	14,76	4.955	15,67	4.279	15,65
TOTAL	31.852	100,00	31.628	100,00	27.336	100,00

FONTE: FAO. Anuario FAO de Producción, v.42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 7
EXPORTAÇÃO DE VINHO SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES - 1986-88

ANO	1986				1987				1988			
	Quantidade (t)	(%)	Valor (1000 US\$)	(%)	Quantidade (t)	(%)	Valor (1000 US\$)	(%)	Quantidade (t)	(%)	Valor (1000 US\$)	(%)
Itália	1.154.889	25,80	847.838	15,54	1.180.964	26,52	1.002.281	15,67	1.385.064	29,99	1.142.447	16,33
França	1.308.214	29,23	2.682.841	49,17	1.357.649	30,48	3.212.746	50,23	1.323.761	28,66	3.505.727	50,10
Espanha	555.093	12,40	421.963	7,73	478.431	10,74	500.277	7,82	464.457	10,06	541.473	7,74
Alemanha	253.769	5,67	405.061	7,42	264.393	5,94	410.315	6,41	279.232	6,05	433.791	6,20
Hungria	210.457	4,70	150.391	2,76	207.558	4,66	136.694	2,14	214.326	4,64	110.136	1,57
Bulgária	212.329	4,74	191.000	3,50	200.699	4,51	201.300	3,15	206.626	4,47	228.000	3,26
Portugal	150.066	3,35	250.712	4,60	157.279	3,53	310.519	4,85	157.974	3,42	342.516	4,90
Iugoslávia	132.113	2,95	47.651	0,87	109.445	2,46	46.490	0,73	104.260	2,26	51.957	0,74
URSS	64.477	1,44	97.405	1,79	91.155	2,05	131.664	2,06	81.033	1,75	134.473	1,92
Romênia	70.000	1,57	70.000	1,28	70.000	1,57	74.000	1,16	60.000	1,30	69.000	0,99
SUBTOTAL	4.111.407	91,85	5.164.862	94,66	4.117.573	92,46	6.026.294	94,22	4.276.733	92,60	6.559.520	93,75
OUTROS	364.897	8,15	291.520	5,34	335.994	7,54	369.873	5,78	341.844	7,40	437.685	6,25
TOTAL	4.476.304	100,00	5.456.382	100,00	4.453.567	100,00	6.396.167	100,00	4.618.577	100,00	6.997.205	100,00

FONTE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v.42, 1988.

TABELA 8
IMPORTAÇÃO DE VINHO SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES - 1986-88

ANO	1986				1987				1988			
	Quantidade (t)	(%)	Valor (1000 US\$)	(%)	Quantidade (t)	(%)	Valor (1000 US\$)	(%)	Quantidade (t)	(%)	Valor (1000 US\$)	(%)
Alemanha Ocidental	869.468	19,45	779.844	13,76	919.382	20,90	1.009.358	15,26	923.949	20,54	1.143.955	15,86
Reino Unido	615.442	13,77	1.036.788	17,84	653.759	14,86	1.231.271	18,61	668.674	14,87	1.375.494	19,07
França	414.130	9,26	236.716	4,07	424.260	9,65	278.689	4,21	560.092	12,45	345.281	4,79
EUA	387.370	8,67	1.004.511	17,29	320.902	7,30	968.375	14,64	297.412	6,61	952.365	13,21
Bélgica-Luxemburgo	219.726	4,92	330.466	5,69	237.725	5,41	441.791	6,68	225.690	5,02	464.767	6,45
Países Baixos	226.599	5,07	323.209	5,56	222.484	5,06	382.324	5,78	222.859	4,95	400.557	5,55
Alemanha Oriental	198.030	4,43	129.000	2,22	196.350	4,46	145.000	2,19	200.000	4,45	160.000	2,22
Suíça	214.635	4,80	310.813	5,35	219.437	4,99	390.921	5,91	194.155	4,32	427.809	5,93
URSS	234.453	5,24	417.247	7,18	175.949	4,00	329.371	4,98	155.914	3,47	312.607	4,33
Canadá	138.167	3,09	188.115	3,24	137.297	3,12	212.294	3,21	140.484	3,12	213.957	2,97
SUBTOTAL	3.518.020	78,70	4.776.709	82,19	3.507.545	79,75	5.389.594	81,47	3.589.229	79,80	5.796.792	80,39
OUTROS	952.274	21,30	1.035.400	17,81	890.609	20,25	1.225.857	18,53	908.539	20,20	1.415.161	19,62
TOTAL	4.470.294	100,00	5.812.109	100,00	4.398.154	100,00	6.615.451	100,00	4.497.768	100,00	7.211.953	100,00

FONTE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v.42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Verifica-se, no país, pela observação dos dados colhidos junto ao Anuário Estatístico da Fundação IBGE, que o estado do Rio Grande do Sul continua a concentrar a maior parcela da produção nacional, ou seja, 70,9% da uva colhida na safra 1989/90. A participação dos estados de São Paulo e Santa Catarina foi, na mesma safra, de 13,4% e 9,3%, respectivamente, da produção nacional. A expressiva participação da produção gaúcha no contexto nacional influencia o comportamento do mercado nos demais estados produtores.

TABELA 9 .

PRODUÇÃO NACIONAL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE UVA -
1985-90

ESTADO	1985		1986		1987	
	(t)	%	(t)	%	(t)	%
Rio Grande do Sul	502.326	70,53	395.125	66,42	351.400	62,08
São Paulo	101.268	14,22	96.895	16,30	107.243	18,94
Santa Catarina	75.546	10,60	64.972	10,90	60.000	10,60
Paraná	21.529	3,03	21.927	3,68	24.600	4,35
Pernambuco	7.723	1,09	10.996	1,85	11.180	1,98
Outros Estados	3.790	0,53	4.930	0,83	11.607	2,05
BRASIL	712.182	100,00	594.845	100,00	566.030	100,00

(continua)

(conclusão)

ESTADO	1988		1989		1990	
	(t)	%	(t)	%	(t)	%
Rio Grande do Sul	541.766	70,9	471.571	66,22	538.705	70,91
São Paulo	99.359	13,0	105.951	14,88	105.951	13,95
Santa Catarina	77.781	10,2	74.323	10,44	70.805	9,32
Paraná	30.126	3,9	34.855	4,90	30.916	4,07
Pernambuco	9.049	1,2	10.764	1,51	13.279	1,75
Outros Estados	6.345	0,81	14.611	2,05	-	-
BRASIL	764.426	100,00	712.075	100,00	759.656	100,00

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 46-49, 1985-89.
 Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, jul. 1990.
 Fundação IBGE/CEPAGRO. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, mar. 1990.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A produção brasileira de vinhos e mostos está estimada em 335.640.128 litros, 12,6% maior que o volume alcançado no ano anterior. Tal como a uva, a produção de vinhos e derivados está concentrada no estado do Rio Grande do Sul, que detém, de acordo com a tabela 5, 92,6% da produção nacional. Santa Catarina, nesse contexto, participa, em segunda colocação, com 5,5% da produção.

TABELA 10
QUANTIDADE PRODUZIDA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE VINHO E MOSTO PRODUZIDOS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS E TOTAL BRASILEIRO - 1989-90

ESTADO	(1)			
	1989	%	1990	%
Rio Grande do Sul	273.541.862	91,8	310.852.196	92,6
Santa Catarina	17.255.799	5,8	18.326.683	5,5
São Paulo	5.440.252	1,8	4.544.152	1,4
Minas Gerais	1.268.803	0,4	1.152.847	0,3
Paraná	603.683	0,2	764.250	0,2
TOTAL	298.110.399	100,0	335.640.128	100,0

FONTE: EMBRAPA, Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho - (GNPUV).
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Na safra 1989/90, o estado de Santa Catarina, numa área colhida de 4.708 hectares, produziu 70.805 toneladas, alcançando um rendimento médio de 15.039 Kg/ha. Nesta safra, a ocorrência de frio durante a primavera provocou um atraso em todo o ciclo vegetativo da cultura.

TABELA 11
ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA UVA POR MICRORREGIÃO E SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90

MICRORREGIÃO E ESTADO	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
São Miguel d'Oeste	112	742	6.625
Chapecó	267	4.109	15.389
Xanxerê	281	2.667	9.491
Joaçaba	3.216	53.992	16.788
Concórdia	-	-	-
Canoinhas	55	494	8.981
Curitibanos	88	950	10.795
Campos de Lages	7	50	7.142
Rio do Sul	189	1.533	8.111
Blumenau	24	296	12.333
Tijucas	138	1.716	12.434
Tabuleiro	6	239	39.833
Tubarão	163	2.115	12.975
Criciúma	162	1.902	11.740
SANTA CATARINA	4.708	70.805	15.039

FONTE: Fundação IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, jul. 1990.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Pela recente divisão geográfica do estado, de autoria da Fundação IBGE, e de acordo com os dados fornecidos pela referida instituição relativos à safra 1989/90, a microrregião geográfica de Joaçaba é responsável por 88,3% da área colhida e 76,3% da produção estadual.

Trata-se, na verdade, da região em que o produto tem a maior importância socioeconômica do estado. Nela se destacam os municípios de Videira, Caçador, Pinheiro Preto e Tangará, responsáveis, respectivamente, por 39,1%, 20,0%, 16,4% e 13,5% da produção regional.

TABELA 12

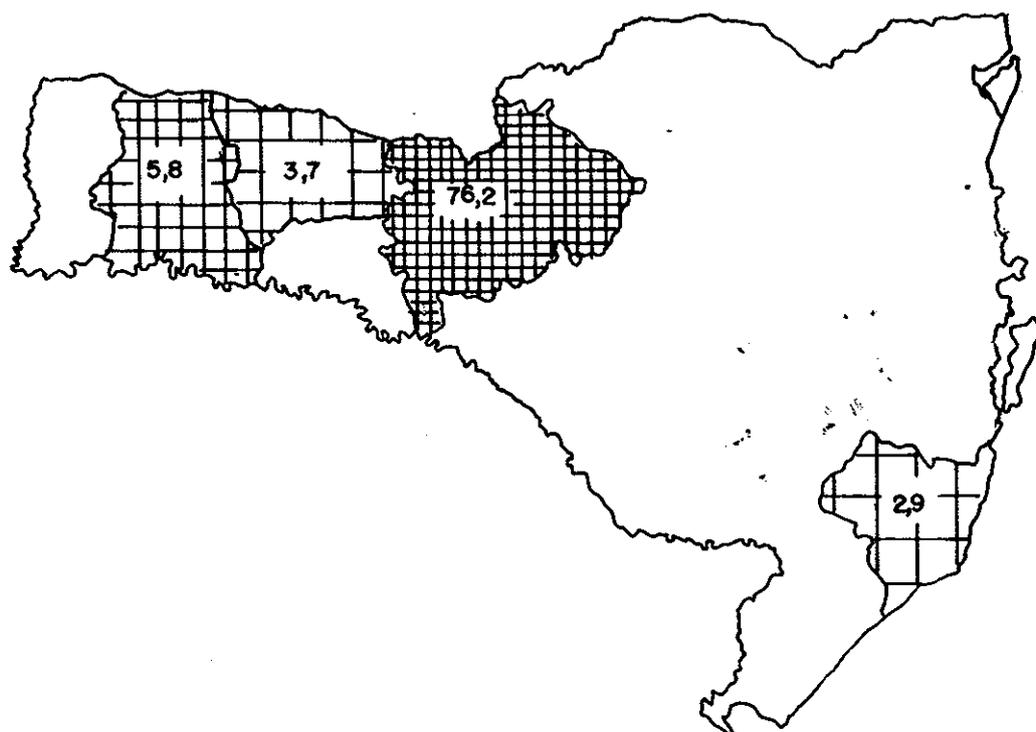
ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA UVA POR MUNICÍPIO NAS MICRORREGIÕES DE JOAÇABA E CRICIÚMA - SAFRA 1989/90

MUNICÍPIOS E MICRORREGIÕES	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Água Doce	16	128	8.000
Arroio Trinta	30	360	12.000
Caçador	490	10.780	22.000
Catanduvas	-	-	-
Fraiburgo	132	2.000	15.152
Herval d'Oeste	25	375	15.000
Ibicaré	11	220	20.000
Jaborá	31	124	4.000
Joaçaba	25	300	12.000
Lacerdópolis	14	140	10.000
Lebon Régis	10	120	12.000
Matos Costa	10	120	12.000
Pinheiro Preto	396	8.840	22.323
Rio das Antas	150	1.500	10.000
Salto Veloso	40	520	13.000
Tangará	559	7.267	13.000
Treze Tílias	10	90	9.000
Videira	1.267	21.108	16.660
JOAÇABA	3.216	53.992	16.788
Criciúma	5	100	20.000
Içara	1	9	9.000
Lauro Muller	18	450	25.000
Morro da Fumaça	6	60	10.000
Nova Veneza	4	26	6.500
Siderópolis	9	67	7.444
Urussanga	119	1.190	10.000
CRICIÚMA	162	1.902	11.740

FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, jul. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

MAPA I - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE UVA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90



FONTE : IBGE
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

3. INDUSTRIALIZAÇÃO

De acordo com o Serviço de Inspeção de Produto de Origem Vegetal do Ministério da Agricultura, 28.014.909 quilos de uvas foram destinados, em 1990, à industrialização em Santa Catarina, sendo 97,1% de uvas viníferas e 2,6% de comuns. Cabe observar, conforme a mesma fonte, que às variedades Isabel e Niágara correspondiam 55,4% e 17,5% do total industrializado. Tal montante representa um acréscimo de 19,0% em relação ao ano anterior e um retorno aos patamares de 1988.

TABELA 13

QUANTIDADE DE UVA INDUSTRIALIZADA POR GRUPO E TIPO EM SANTA CATARINA - 1988-90

(kg)			
DISCRIMINAÇÃO	1988	1989	1990
Uva tinta comum	19.454.147	15.610.350	19.648.117
Uva tinta vinífera	653.414	662.659	625.279
Uva branca comum	7.045.882	6.961.395	7.551.630
Uva branca vinífera	307.320	298.723	140.321
Uva rosa comum	-	-	-
Outras	-	-	49.561
TOTAL	27.460.763	23.531.127	28.014.908

FONTE: Fundação IBGE e MA/DFA-SC/SERP.V.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

De acordo com a fonte anteriormente citada, a indústria produziu 15.514.972 litros de vinho, além de 2.356.890 litros de suco integral e 454.821 quilos de concentrado de suco de uva. As quantidades de suco de uva e de concentrado, em relação ao ano anterior, apresentaram um acréscimo de 42,0% e 283,7%, respectivamente, enquanto a produção de vinho equivale àquela alcançada em 1978.

TABELA 14

VOLUME DE VINHO PRODUZIDO, POR TIPO, NAS REGIÕES VINÍCOLAS DE VIDEIRA E URUSSANGA - SANTA CATARINA - 1978-89

(1.000 l)				
ANO	BRANCO	TINTO	ROSADO	TOTAL
1978	2.549	12.272	395	15.216
1979	2.117	16.697	919	19.733
1980	1.535	14.337	835	16.707
1981	3.635	16.516	928	21.079
1982	3.680	14.803	702	19.185
1983	2.614	8.462	1.471	12.547
1984	4.289	12.486	685	17.460
1985	6.423	17.206	733	24.362
1986	5.066	13.462	960	19.488
1987	4.207	14.304	614	19.125
1988	4.360	10.618	500	15.478
1989	4.591	10.337	586	15.514

FONTE. MA/DFA-SC/SERP.V.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A capacidade de estocagem das cantinas, segundo o SERPV/MA, é avaliada em 58.761.917 litros, sendo que as regiões do Vale do Rio do Peixe e do Sul do Estado detêm, respectivamente, 87,3% e 12,3% de tal capacidade.

4. COMERCIALIZAÇÃO

Ainda com base no Censo Agropecuário de 1985, a uva no estado tinha o seguinte destino: consumo no estabelecimento, 22,1%; entregue a cooperativas, 12,7%; entregue à indústria, 52,2%; entregue a intermediários, 10,7%; venda direta ao consumidor, 1,6%; e, sem declaração, 1,7%.

Na safra 1989/90, o preço mínimo básico estabelecido pelo governo federal foi de 0,126185 BTN/Kg para a uva tinta comum e 0,113566 BTN/Kg para as uvas comuns, ambas com 150 glucométricos. Os preços praticados, embora apresentando variações para as diversas cantinas, estiveram levemente acima do preço oficial, em função de negociações que se processaram entre as partes envolvidas na região. As dificuldades existentes se relacionam com a baixa rentabilidade da atividade.

Levantamento realizado pela Coordenadoria de Fruticultura da EMATER/AGARESC junto a agricultores assistidos pelo Serviço de Extensão Rural mostra o seguinte destino da produção: venda para consumo "in natura", 22,9%; venda para consumo industrial, 73,78%; uso na propriedade, 3,4%. As vendas para o consumo "in natura" e para o consumo industrial representaram, na referida safra, 26,8% e 70,7%, respectivamente, do valor total da produção dos agricultores pesquisados (tabela 15).

A quantidade de uva comercializada "in natura" aumenta na medida em que os preços do produto, ofertados pelas cantinas, não sejam compensadores. Por esta modalidade os agricultores recebem preços superiores com pagamento a vista.

TABELA 15

DESTINO DA PRODUÇÃO DE UVA, NÚMERO DE PRODUTORES PESQUISADOS, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, PREÇO MÉDIO E VALOR TOTAL EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89

UTILIZAÇÃO DO PRODUTO	NÚMERO DE PRODUTORES	%	QUANTIDADE (t)	%	PREÇO MÉDIO (Cz\$/kg)	VALOR TOTAL Cz\$	%
Consumo in natura	359	50,4	6.580,35	22,9	4,88	32.112,10	26,8
Consumo industrial	555	78,0	21.177,43	73,7	4,00	84.709,72	70,7
Total comercializado	-	-	27.757,78	96,6	4,20	116.821,82	97,5
Uso na propriedade	415	58,37	969,19	3,4	3,13	3.033,56	2,5
Total	711	100,00	28.726,97	100,0	4,12	119.855,38	100,0

FONTE: Cordenadoria de Fruticultura da EMATER-SC/ACARESC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Embora já citada no documento do ano anterior, a uva produzida no município de Caçador, (10.780 toneladas na safra 1989/90) destina-se principalmente à comercialização "in natura". As vendas são realizadas principalmente em São Paulo (SP) e Curitiba (PR) e são efetuadas por atacadistas locais e paulistas, bem como pela cooperativa local. Esta última recebe a uva, realiza a venda do produto, deduz as despesas e repassa o resultado da operação ao associado. Cerca de 80% da produção dos cooperados é vendida "in natura", sendo que os 20% restantes são industrializados em cantina própria. Parte considerável da comercialização da uva "in natura" produzida no Vale do Rio do Peixe e vendida para os mercados mais próximos é realizada por pequenos comerciantes, ou mesmo agricultores, que transportam o produto em veículos médios (caminhonetes e pequenos caminhões).

Cerca de 40% da produção da região sul do estado destina-se ao consumo "in natura", sendo que 85% da uva industrializada nas cantinas vem do Rio Grande do Sul.

Quanto ao consumo, cabe registrar que o aumento substancial da população na orla marítima também contribui para o escoamento da produção. Para essa região converge a uva produzida nas regiões do Litoral, do Vale do Rio do Peixe e também de outros estados, especialmente do Rio Grande do Sul.

No que se refere às exportações, dados da Secretaria da Indústria e do Comércio indicam que em 1989 foram

comercializados para os Estados Unidos 148.860 quilos de suco produzido em Santa Catarina, perfazendo um valor de US\$ 198.125,00.

5. PERSPECTIVAS

De acordo com estimativas preliminares da Fundação IBGE, espera-se uma área colhida de 4.266 hectares (9,4% inferior à da safra anterior), e uma produção de 56.093 toneladas, o que significa uma redução de 20,8% em relação à mesma safra. A ocorrência de geadas, a existência de surtos localizados de míldio, bem como o não-acompanhamento e cuidado com os parreirais por parte dos agricultores são, entre outras, as principais causas da queda na produtividade na cultura. As negociações de preços encontram-se em andamento. Os produtores, com base em documento elaborado pela Comissão Interestadual de Produtores de Uva, composta por representantes das áreas produtoras, com a colaboração das Federações dos Trabalhadores Rurais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, estão reivindicando Cr\$ 25,72/Kg para a uva comum, envolvendo apenas os custos variáveis. Nesta fase, o governo federal ainda não definiu os preços oficiais. As indústrias, com falta de capital de giro e com estoques razoáveis de vinho nas cantinas (inclusive aquele adquirido do governo federal) oferece preços inferiores aos almejados pelos vitivinicultores.

Por sua vez, o governo federal fornece claras indicações de que pretende ausentar-se do processo de comercialização do produto. Com este objetivo estão sendo leiloados (com preço de abertura e de venda de Cr\$ 10,28/kg acrescido de ICM e IPI) os estoques remanescentes de vinho em poder da Companhia de Financiamento da Produção-CFP nas Bolsas de Mercadorias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Neste estado, de um volume de 3.141.075 litros, até meados de dezembro de 1990 já tinham sido adquiridos pelo setor privado 1.972.635 litros. Tal iniciativa é vista com reserva pelos vitivinicultores, uma vez que o aumento da oferta do produto

num período de queda no consumo acaba por pressionar para baixo o preço da uva ao produtor.

Em realidade, o setor vitivinícola, além de enfrentar as dificuldades decorrentes do agravamento do quadro recessivo do país (declínio do consumo em função da queda do poder aquisitivo da população; altos custos financeiros para manutenção dos estoques e, ainda, escassez de recursos de capital de giro por parte da indústria, para aquisição da uva), enfrenta, com o avanço da integração comercial dos países do Cone Sul, a possibilidade da entrada no mercado brasileiro de vinhos e derivados oriundos desses países a preços mais competitivos. Ademais, as denúncias veiculadas na imprensa nacional, pronunciadas por autoridades públicas quanto à ocorrência de fraudes em diversas indústrias de vinho do Rio Grande do Sul (posteriormente corrigidas) serviram para desmerecer de maneira genérica a qualidade do produto no mercado.

Em Santa Catarina, especialmente na principal região produtora, a atividade encontra-se em declínio. Os agricultores, devido aos baixos preços recebidos nas últimas safras e à falta de perspectivas para o setor, não investiram na manutenção, recuperação e ampliação dos parreirais. Além da busca de mercados para a uva "in natura", parece promissora a industrialização de uva para suco destinada à exportação, embora sujeita às variações do mercado internacional. Neste sentido, a Cooperativa Agropecuária de Videira, em conjunto com a Cooperativa Central Oeste Catarinense, está implementando um projeto de incentivo de cultivares adequadas para esse fim. Na próxima safra, a previsão é de que, a exemplo da safra anterior, sejam industrializados para suco, exclusivamente pelo sistema cooperativo, 3.300.000 quilos (6,1% da produção regional).

De outra parte, os próprios agricultores, em substituição à videira, estão buscando outras alternativas econômicas, verificando-se, na região do Rio do Peixe, a ampliação da avicultura e da suinocultura, bem como uma maior área ocupada com hortigranjeiros.

Enfim, as questões levantadas, quando cotejadas com o conteúdo da Síntese de anos anteriores, parecem repetitivas. Depois de colher subsídios junto a sindicatos, cooperativas, indústrias e órgãos governamentais, é evidente a necessidade de se retomar a discussão, elaboração e implementação do Programa Nacional de Vitivinicultura, envolvendo medidas de curto, médio e longo prazo. Oportuno e necessário se torna, também, o dimensionamento das oportunidades e das limitações que possam resultar para a atividade em função da referida consolidação da integração comercial entre os países do Cone Sul. Em Santa Catarina, da mesma forma, o quadro atual de perda paulatina de importância da atividade está a demandar um esforço conjunto dos segmentos envolvidos, buscando a modernização do setor.

2.15. PRODUÇÃO FLORESTAL

1. INTERNACIONAL

O mercado mundial de produtos florestais prosseguiu em expansão em 1988. A produção global, por exemplo, registrou um ligeiro arrefecimento quer em relação aos dois anos imediatamente anteriores, quer em relação à média de todo o período considerado (1980-88). No entanto, sua recuperação vem sendo progressiva e contínua, após um período mais forte de inflexão em 1981 e 1982 para a maioria dos grupos de produtos em causa. Ainda no tocante a este aspecto, observa-se que a variação do período 1987/88 só foi superior à média do período para dois dos grupos de produtos de maior valor agregado (pasta para papel e papel e papelão) (tabela 1).

TABELA 1
QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS NO MERCADO MUNDIAL E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-88

DISCRIMINAÇÃO	Em Milhões de Metros Cúbicos										Média	Total
											Annual	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1987-88	1980-88	
Madeira Bruta	2933,70	2939,40	2935,40	3049,20	3163,20	3195,00	3298,90	3384,20	3431,10	1,39	1,98	16,95
Lenha e Carvão Veg.	1482,80	1526,00	1560,20	1591,70	1640,50	1674,90	1709,50	1738,00	1767,40	1,69	2,22	19,19
Mad.Bruta Ind.	1450,90	1413,30	1375,20	1457,50	1522,70	1520,20	1589,40	1646,20	1663,70	1,06	1,73	14,67
Mad. Serrada e Trav.	451,00	430,00	422,90	441,50	460,80	467,50	483,00	504,70	506,40	0,34	1,46	12,28
Pasta para papel (1)	125,80	125,20	119,60	128,20	135,60	135,50	140,80	146,30	151,20	3,35	2,33	20,19
Laminados de madeira	101,10	100,40	96,30	105,50	100,60	111,80	117,50	123,70	125,90	1,18	2,78	24,53
Papel e Papelão (1)	170,20	171,00	167,30	177,20	189,90	192,70	202,00	212,50	224,30	5,55	3,51	31,79

FONTE: FAO. Anuário de Productos Forestales, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) em milhões de toneladas.

Contudo, de sua parte, a comercialização dos grupos de produtos florestais teve uma evolução um pouco diferenciada. O volume negociado, por exemplo, também experimentou redução nos anos de 1981 e 1982, ou em apenas um destes dois anos - exceção feita aos itens madeira bruta e madeira bruta industrial, que

somente superaram o primeiro ano da série em 1987 e 1988. A variação anual de 1987/88 só se mostrou inferior à média do período total em relação às importações de lenha e carvão vegetal, madeira serrada e travessas e laminados de madeira (tabela 2). Já em relação ao valor global comercializado de tais produtos, verifica-se um período mais prolongado de queda, cujos pontos mais baixos foram atingidos em 1982 e 1983 - excetuados o papel e o papelão, cujas importações e exportações caíram apenas em 1983. A variação anual de 1987/88 só foi menor que a média anual do período no caso das importações de lenha e carvão vegetal (tabela 3).

TABELA 2
VOLUME GLOBAL DO COMÉRCIO MUNDIAL (IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES) DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS - 1980-88

ITEM	EM MILHÕES DE METROS CÚBICOS										EM %	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1987/88	Média	Total
MADEIRA BRUTA												
. Importações	121,0	107,1	102,6	108,4	111,2	113,5	116,8	126,3	137,6	8,95	1,62	13,7
. Exportações	117,0	100,2	99,0	101,1	103,4	106,5	107,0	118,5	125,6	5,99	0,89	7,4
LENHA E CARVÃO VEG.												
. Importações	3,1	2,5	3,2	3,5	3,9	4,1	3,9	3,8	3,5	- 7,89	1,53	12,9
. Exportações	2,8	2,2	2,4	2,8	2,7	2,4	2,1	2,5	2,5	0,0	- 1,41	- 10,7
MAD. BRUTA IND.												
. Importações	117,9	104,6	99,4	104,9	107,3	109,4	113,0	122,4	134,0	9,45	1,61	13,7
. Exportações	114,2	97,9	96,6	98,3	100,7	104,1	104,9	115,9	123,1	6,21	0,94	7,8
MAD. SER. E TRAV.												
. Importações	77,1	70,6	71,3	80,4	83,5	85,5	87,0	92,4	93,8	1,52	2,48	21,7
. Exportações	79,6	72,5	73,1	83,8	86,1	86,0	87,0	94,3	99,6	5,62	2,84	25,1
PASTA PARA PAPEL												
. Importações	20,6	19,5	18,2	20,5	21,3	21,6	23,1	24,9	25,7	3,21	2,80	24,8
. Exportações	21,2	20,2	18,5	21,1	21,5	21,8	23,3	24,6	25,5	3,66	2,34	20,3
LAMINADOS DE MAD.												
. Importações	15,7	16,6	15,5	16,9	17,8	18,8	20,5	23,8	25,2	5,88	6,09	60,5
. Exportações	16,3	16,8	15,4	17,4	18,2	19,3	20,6	23,5	25,5	8,51	5,75	56,4
PAPEL E PAPELÃO												
. Importações	33,6	34,0	33,6	35,5	39,2	39,9	42,9	47,0	50,5	7,45	5,23	50,3
. Exportações	35,0	35,4	33,7	36,8	39,9	40,9	43,5	47,2	51,2	8,47	4,87	46,3

FONTE: FAO. Anuário de Productos Forestales, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3
VALOR GLOBAL DO COMÉRCIO MUNDIAL (IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO) DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-88

ITEM	EM US\$ MILHÕES										EM %	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1987/88	MÉDIA ANUAL	TOTAL ANUAL
MADEIRA BRUTA												
. Importações	124,4	90,0	85,3	80,2	79,7	75,7	82,3	107,0	110,9	3,64	- 1,27	- 10,9
. Exportações	87,6	66,5	62,8	59,0	54,1	54,9	58,9	74,0	84,2	13,78	- 0,44	- 3,9
LENHA E CARVÃO VEG.												
. Importações	122,5	104,8	100,5	104,2	117,0	116,6	129,7	137,5	137,1	- 0,29	1,26	11,9
. Exportações	94,6	75,5	68,9	70,6	68,4	62,7	59,1	80,6	83,6	3,72	- 1,36	- 11,6
MADEIRA BRUTA IND.												
. Importações	1231,6	889,3	843,4	791,2	785,7	745,1	810,2	1056,2	1095,0	3,67	- 1,30	- 11,1
. Exportações	866,8	657,1	621,2	582,5	534,1	542,6	583,0	732,1	834,0	3,92	- 0,43	- 3,8
MAD. SER. E TRAV.												
. Importações	1396,9	1139,9	1103,5	1172,7	1149,5	1121,2	1275,5	1576,3	1701,5	7,94	2,22	21,8
. Exportações	12344,4	10259,9	9401,5	10837,1	10610,8	10117,6	11617,3	13666,7	14871,8	8,82	2,09	20,5
PASTA PARA PAPEL												
. Importações	9777,1	9607,5	8452,5	8075,6	9347,8	8429,9	9542,3	12873,3	15123,2	17,48	4,97	54,7
. Exportações	9543,5	9278,8	7772,8	7698,2	9065,0	7836,5	9152,0	12477,9	14730,5	18,05	4,94	54,4
LAMINADOS DE MAD.												
. Importações	5237,3	5131,1	4576,9	4735,7	4647,8	4609,8	5468,0	7344,1	8106,1	10,36	4,97	54,8
. Exportações	5160,5	4922,2	4326,7	4653,4	4516,3	4844,6	5447,1	7256,3	8162,4	12,49	5,23	58,2
PAPEL E PAPELÃO												
. Importações	20846,5	21007,3	21643,8	20081,4	22314,3	23397,1	28148,2	34364,5	39636,1	15,34	7,40	90,1
. Exportações	20047,1	20044,3	18731,9	18524,5	20721,4	21605,7	25764,8	32791,3	38820,7	18,39	7,62	93,6

FONTE: FAO. Anuario de Productos Forestales, 1988.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A madeira em tora apresentou um aumento de produção em 1988, em níveis inferiores à média anual do período, embora tenha crescido cerca de 17% no período. Porém, sua oferta e sua demanda internacionais, tanto em volume quanto em valor, registraram fortes incrementos no ano em causa. Isto lhe permitiu, em termos de volume negociado, no período como um todo, superar largamente sua taxa média anual de variação, proporcionando um saldo positivo. Mas, em termos de valor, o forte incremento dos dois últimos anos não foi suficiente para elevar-se sobre aqueles do começo do período. Tais elementos, portanto, denotam uma queda relativa dos preços internacionais no período.

Dois dos grupos que a compõem - a madeira para lenha e carvão vegetal e a madeira bruta industrial - manifestaram desempenho diferenciado relativamente à quantificação de sua

produção e de sua comercialização. Enquanto sob o enfoque produtivo se observou crescimento de ambos os grupos, sob o outro enfoque verificou-se uma dicotomia clara entre a oferta (positiva) e a demanda (negativa) de lenha e carvão vegetal.

Em que pese a produção de lenha e carvão vegetal ter alcançado em 1988 variação menor que a taxa de crescimento do período, prosseguiu ininterruptamente seu incremento em termos absolutos no decorrer dos nove anos assinalados, totalizando 19%. Entretanto, o mesmo não se pode dizer do comportamento de suas transações comerciais: à elevação de quase 13% no volume das suas importações correspondeu cerca de 12% em valor; e, à queda de aproximadamente 11% no volume de suas exportações equivaleu, praticamente, a mesma redução em valor ofertado (12%). A taxa média anual de variação confirma a leve tendência de queda de sua demanda.

O item madeira bruta para fins industriais, por sua vez, apresentou evolução em sua produção, mas de menor monta que o precedente - quer no total, quer em sua taxa média anual - alcançando quase 15% de crescimento global e pouco mais de 1,7% de taxa média. No referente à oferta e demanda internacionais deste grupo de produtos, o comportamento foi distinto: houve restrição de demanda e preços no ano de 1988 e no período por inteiro.

Dos produtos florestais classificados como semimanufaturados, o grupo madeira serrada e travessas pouco cresceu no ano passado em relação ao ano anterior. Do mesmo modo, sua taxa de variação, conquanto positiva, ficou abaixo da média do período. Trata-se do item que vem mostrando menor desempenho no período assinalado. O quadro de suas exportações e importações aponta para uma recuperação do volume transacionado no último ano da série, sem conseguir sobrepassar a média do período. De seu lado, o grande crescimento do valor desse grupo de produtos florestais não foi suficiente, em 1988, para promover sua recuperação.

A pasta para papel, outro dos semimanufaturados, obteve um forte impulso de produção no ano de 1988. De fato, continuou

o ritmo ascendente registrado depois de 1982, superou a taxa média do período e aumentou globalmente 20%. O incremento da oferta internacional, no ano, manteve ritmo semelhante tanto na taxa média quanto em todo o período. A demanda demonstrou forte impulso, bem maior no ano do que na média de variação.

O conjunto de produtos florestais manufaturados foi o que alcançou maiores índices de crescimento durante o período. Apesar dos níveis bem modestos de elevação, em 1988 (1,2%) obteve uma taxa média anual de cerca de 2,8% e 24,5% no período. Seu nível de oferta e demanda internacionais cresceu significativamente no mesmo ano, conquanto em patamares ligeiramente inferiores aos da taxa média anual. Seu volume total, entretanto, elevou-se aproximadamente 60%. Em valor, as transações de laminados de madeira no mercado mundial indicam uma forte recuperação de preços no ano examinado, embora ainda não lhes tenham permitido inverter a relação valor/quantidade negociada.

O grupo papel e papelão constituiu o item que registrou os maiores índices de crescimento. Sua produção elevou-se, nesse ano, 5,6%; sua taxa média de crescimento ao ano foi de 3,5%, e seu incremento global, em torno de 31,8%. O volume das transações internacionais alcançou, em 1988, números superiores àqueles, sendo um pouco inferiores no tocante à taxa média e à totalidade do período. Em valor, somente a taxa média anual não foi duplicada; mesmo assim, seu crescimento atingiu a casa dos 30%.

2. NACIONAL

A produção madeireira do Brasil, em seu conjunto, não apresenta expansão substancial desde aproximadamente a metade da década de 1970. Obviamente, tal desempenho está vinculado ao atual e prolongado estágio recessivo da economia do país. Sua incidência sobre o setor produtivo florestal vem se tornando mais aguda na medida em que cerca de 80% do consumo nacional de madeiras é proveniente dos setores de obras públicas,

habitação e saneamento básico. Todavia, a imbricação entre o setor florestal brasileiro e o internacional permite privilegiar seu direcionamento ao mercado externo.

Em virtude disto, o desempenho do mercado florestal brasileiro, no período em consideração, é bastante positivo. A evolução da produção global deixa claro o fortalecimento dos produtos de maior valor agregado. Mas, em 1988, a produção florestal nacional vivenciou certo arrefecimento em seu desenvolvimento. Neste mesmo ano, as alterações em relação ao ano imediatamente anterior ocorreram somente entre os manufaturados e os semimanufaturados - à exceção da madeira serrada e travessas. Os demais diminuíram sua produção (tabela 4).

TABELA 4
QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS NO BRASIL E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-88

ITEM	EM MILHÕES DE METROS CÚBICOS										EM %	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1987/88	1980/88	
											ANUAL	TOTAL
Madeira bruta	212,1	215,1	220,1	230,4	234,1	234,1	237,9	241,7	245,8	1,70	1,65	15,89
Lenha e carvão veg.	150,4	153,9	157,4	160,9	164,5	168,1	171,8	175,4	179,1	2,11	1,96	19,08
Mad. bruta ind.	61,7	61,2	62,7	64,4	65,9	66,0	66,1	66,2	66,6	0,60	0,85	7,94
Mad. serrada e trav.	14,9	15,9	16,5	17,2	17,8	17,8	18,1	18,1	18,2	0,66	2,25	22,15
Pasta para papel (1)	3,1	3,0	3,3	3,4	3,4	3,7	3,7	4,1	4,4	7,32	3,97	41,94
Laminados de madeira	2,5	2,6	2,4	2,5	2,5	2,5	2,6	2,9	3,0	3,45	2,05	20,00
Papel e papelão (1)	3,4	3,1	3,3	3,4	3,8	4,0	4,5	4,7	4,6	-2,13	3,42	35,29

FONTE: FAO. Anuário de Productos Forestales, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) em milhões de toneladas.

A participação brasileira no mercado mundial tem sofrido variações, às vezes bruscas. De modo geral, pode-se afirmar o mesmo da tendência crescente de sua participação nesse mercado; só no ano assinalado o total das exportações teve seu valor elevado em quase 60% sobre o do ano imediatamente anterior, duplicando sua participação ao final do período (36% mais elevada do que no começo do período) (tabelas 5 e 6).

TABELA 5
VALOR DOS PRODUTOS FLORESTAIS NO COMÉRCIO MUNDIAL E BRASILEIRO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO BRASIL - 1980-1988

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (EM US\$ MILHÕES)										MÉDIA ANUAL	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1987/88	1980/88	
	TOTAL											
MUNDO												
.Importações	62.268,6	56.143,2	54.241,9	52.636,0	55.779,7	55.216,2	64.145,1	81.045,0	90.967,2	12,2	4,30	46,1
.Exportações	55.858,3	51.152,3	46.513,8	47.608,9	50.322,5	49.892,8	57.870,0	73.593,9	85.008,5	15,5	4,78	52,2
BRASIL												
.Importações	274,2	282,1	298,7	161,2	174,7	148,4	227,5	272,1	299,3	10,0	0,98	9,2
.Exportações	864,6	944,3	695,4	822,0	1.027,1	800,6	936,3	1.115,9	1.759,9	57,7	8,22	103,6

(continua)

(conclusão)

DISCRIMINAÇÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO BRASIL										MÉDIA ANUAL	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1987/88	1980/88	
	TOTAL											
.Importações	0,44	0,50	0,55	0,31	0,31	0,27	0,35	0,34	0,33	- 2,9	- 3,53	- 25,0
.Exportações	1,55	1,85	1,50	1,73	2,04	1,60	1,62	1,52	2,07	36,2	3,68	33,5

FONTE: FAO. Anuário de Productos Forestales, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC-

TABELA 6
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS NO TOTAL MUNDIAL - 1980-88

ITEM											1980/88	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1987/88	MÉDIA ANUAL	TOTAL
	TOTAL											
Madeira bruta	7,2	7,3	7,5	7,4	7,3	7,3	7,2	7,1	7,2	0,2	- 0,11	- 1,0
Lenha e carvão veg.	10,1	10,1	10,1	10,1	10,0	10,0	10,1	10,1	10,1	0,03	- 0,01	- 0,1
Mad.bruta ind.	4,3	4,3	4,6	4,4	4,3	4,3	4,2	4,0	4,0	- 0,5	- 0,70	- 6,1
Mad. serrada e trav.	3,3	3,7	3,9	3,9	3,9	3,8	3,7	3,6	3,6	0,0	0,97	9,1
Pasta para papel	2,5	2,4	2,8	2,7	2,5	2,7	2,9	2,9	2,9	0,0	1,66	16,0
Laminados de madeira	2,5	2,6	2,5	2,4	2,3	2,2	2,2	2,3	2,4	4,3	- 0,45	- 4,0
Papel e papelão	2,0	1,8	2,0	1,9	2,0	2,1	2,3	2,2	2,1	- 4,5	0,54	5,0

FONTE: FAO. Anuário de Productos Forestales, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O comportamento do item madeira bruta, no ano e no período em causa, é de expansão da produção: 1988 levemente mais elevado do que a média do período e a globalidade deste atingindo um pouco menos de 16%. Um de seus componentes, a lenha e carvão vegetal, cresceu 19% em todo o período, por meio de uma taxa média de quase 2% (em 1988 o crescimento foi de

2,1%). A participação de ambos no mercado mundial sofreu pequeno decréscimo. Queda acentuada teve a madeira bruta para fins industriais, que em 1988 cresceu menos que a taxa média anual (0,6% contra 0,85%), atingindo cerca de 8% de elevação ao final do período (tabela 4).

Entre os dois grupos de semimanufaturados, a pasta para papel teve a performance mais destacada, alcançando-se aos 42% ao término do período, com uma média de 4% anuais, sendo que no último ano da série seu aumento foi de 7,3%. O outro grupo de produtos florestais semimanufaturados, a madeira serrada e travessas, teve incrementos mais modestos, na faixa dos 22%. Sua média ao ano foi de 2,25%, mas seu crescimento em 1988 foi quase nulo (0,66%) (tabela 4). Apesar de nada crescerem entre os dois últimos anos do período, ambos os itens vêm mostrando participação crescente no comércio internacional, elevando-a a uma taxa de cerca de 1,7% ao ano, o primeiro, alcançando 16% ao final do período, e o segundo, a quase 1% ao ano, atingindo 9% no período (tabela 6). Entre os manufaturados, os laminados de madeira, mesmo tendo-se elevado cerca de 3,5% no ano considerado, finalizaram o período com uma evolução de 20%, resultante de uma taxa média anual de crescimento de pouco mais de 2% (tabela 4). Contribuiu para tanto o aumento da participação brasileira em 1988, no mercado internacional de laminados de madeira, que foi de aproximadamente 4,5%, apesar de sua média no período ter sido levemente negativa (0,45%) e sua performance também resultasse negativa (4%) (tabela 6).

O grupo papel e papelão mostrou-se em descenso no ano em causa (2,1%). Porém, tanto sua taxa média ao ano (3,4%) quanto seu comportamento global no período (35,3%) foram fortemente positivos (tabela 4). O mesmo se deu com referência à sua participação no mercado mundial: em 1988 registrou uma redução de 4,5%, proporcionando uma taxa média anual de 0,5%, totalizando 5% de crescimento no período (tabela 6).

As transações com produtos florestais em território nacional elevaram-se significativamente no período em exame. A balança comercial do país neste setor caracteriza-o como francamente exportador. Porém, de 1987 para 1988 houve um

revigoramento das importações de boa parte dos produtos já mencionados, no bojo do recrudescimento geral das trocas internacionais dos mesmos produtos.

A madeira bruta, que teve o valor de suas importações e exportações progressivamente diminuída entre 1985 e 1987, reverteu a tendência em 1988. Entretanto, tal reversão (aumento de 19,6% das importações e de 250,5% das exportações) foi suficiente para conferir saldo positivo apenas às exportações (24,4%). Como o item lenha e carvão vegetal continua a ter sua comercialização internacional restringida pela possibilidade, num prazo relativamente curto, de esgotamento da disponibilidade de carvão vegetal (a terceira mais importante fonte energética para a indústria brasileira, cujo consumo foi de cerca de 9% em 1988), as informações acima decorrem fundamentalmente do desempenho da madeira bruta industrial. Este, aliás, é o único item em que as atividades importadoras sobrepujam as exportadoras.

O item madeira serrada e travessas atravessou quase todo o período em refluxo comercial. Somente nos dois últimos anos da série é que reagiu, elevando fortemente suas exportações. Seu comportamento, contudo, foi bastante modesto (crescimento de 6,8% no período, com uma taxa média de 0,5%). Suas importações declinaram substancialmente no período, com uma média de -14,9%.

O outro semimanufaturado, pasta para papel, em 1988 apresentou índices bastante próximos de crescimento em suas atividades exportadoras e importadoras e em valor (157% e 158%, respectivamente). Estes números, porém, não implicaram similaridade de performance no período, pois, enquanto as primeiras atividades se elevaram em quase 72%, alcançando uma média anual de 6,2%, as segundas subiram cerca de 5%, com uma média anual de 0,5%.

O maior aumento das importações entre os grupos de produtos florestais brasileiros foi o de laminados de madeira, cujo montante alçou-se aos 386% em 1988 (contra 150% das exportações) e 134% (versus 96% das exportações) no período, perfa-

zendo uma média anual de 9,9% (contra 7,8%). Seu valor absoluto, no entanto, não ultrapassa 15% do valor das exportações.

O outro grupo de manufaturados, apesar de não ser o de maior crescimento nas exportações do ano (87,5%), o é de longe no decorrer do período (325%), proporcionando-lhe uma média ao ano de 17,5%. Suas importações, também de valor elevado (eram quase 20% superiores às exportações no começo do período e a pouco mais de 1/3 delas ao seu final), cresceram aproximadamente 13% no total, oportunizando uma média anual de 1,4%. Em 1988; teve desempenho ligeiramente negativo (-3,2%).

TABELA 7
VALOR DO COMÉRCIO NACIONAL DE PRODUTOS FLORESTAIS POR GRUPOS DE PRODUTOS - 1980-88

ITENS	VALOR (EM US\$ MILHÕES)										1980/88	
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1987/88	MEDIA ANUAL	TOTAL
MADEIRA BRUTA												
. Importações	6,91	6,49	6,62	6,56	8,13	8,00	7,42	4,65	5,56	19,57	- 2,39	- 19,54
. Exportações	3,07	2,37	1,65	1,89	2,04	2,23	1,11	1,09	3,82	250,46	- 2,46	24,43
LENHA E CARVÃO VEG.												
. Importações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Exportações	1,58	1,01	0,28	0,98	-	-	-	-	-	-	-	-
MAD. BRUTA INDUST.												
. Importações	6,91	6,49	6,62	6,56	8,13	8,00	7,42	4,65	5,56	19,57	- 2,39	- 19,53
. Exportações	1,49	1,36	1,37	0,91	2,04	2,23	1,11	1,09	3,82	250,46	11,03	156,38
MAD. SERRADA E TRAV.												
. Importações	24,30	17,66	12,87	8,58	10,30	12,84	16,99	12,99	5,70	- 56,12	- 14,88	- 76,92
. Exportações	211,47	210,40	139,86	178,82	142,98	121,77	119,71	189,30	202,07	6,75	0,50	- 4,45
PASTA PARA PAPEL												
. Importações	37,76	21,48	9,35	5,84	11,24	12,18	17,89	24,98	39,56	158,37	0,52	4,77
. Exportações	364,21	365,53	278,50	310,74	396,41	278,04	322,70	397,70	624,90	157,12	6,18	71,58
LAMINADOS DE MAD.												
. Importações	14,11	12,57	10,70	7,09	6,50	6,11	7,29	6,78	32,96	386,14	9,89	133,59
. Exportações	124,98	141,18	104,94	122,15	140,09	135,98	146,02	163,00	244,93	150,26	7,76	95,98
PAPEL E PAPELÃO												
. Importações	191,09	223,89	259,22	133,18	138,50	109,25	177,96	222,70	215,53	- 3,22	1,35	12,79
. Exportações	160,86	224,83	170,43	208,43	345,56	262,59	346,81	364,78	684,10	87,54	17,45	325,28

FONTE: FAO. Anuário de Productos Forestales, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

3.1. AVES.

1. PRODUÇÃO

Conforme estimativas do USDA, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a produção mundial de carne de aves foi de 32,5 milhões de toneladas em 1990, contra 31,2 em 1989, o que representa um crescimento na oferta mundial de aproximadamente 4,20%, mantendo, com isto, a tendência de aumento na produção registrada nos últimos anos. De 1987 a 1990, o volume mundial cresceu 11,20%.

Os Estados Unidos, com uma produção estimada em 10,7 milhões de toneladas, continuam como o maior produtor mundial. A URSS manteve sua posição de segundo maior produtor, cabendo novamente ao Brasil a terceira. Destaca-se, também, a produção do Japão e da França; o volume produzido individualmente por estes países é superior a 1 milhão de toneladas.

A produção mundial de carne de frangos (24,2 milhões de toneladas) representou aproximadamente 68% do total de carne de aves produzido em 1990. Os Estados Unidos mantêm com folga a condição de maior produtor mundial (8,4 milhões de toneladas); o Brasil, com uma produção estimada pelo USDA em 2,3 milhões de toneladas, ocupa o segundo lugar, cabendo à URSS (1,8 milhão de toneladas) o terceiro. Entre os demais países com produção expressiva, cabe salientar o Japão (1,3 milhão de toneladas), a França (880 mil toneladas) e o México (700 mil toneladas). As estimativas indicam que a produção mundial de carne de frango cresceu aproximadamente 2,70% em 1990, basicamente em decorrência dos incrementos registrados no México (9,37%), Brasil (12,39%) e Estados Unidos (7,40%).

TABELA 1
 PRODUÇÃO DE CARNE DE AVES NOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1987-90
 (mil toneladas)

ESPECIFICAÇÃO	ANO	1987	1988	1989	1990(1)
Canadá		616	656	660	681
México		515	592	735	790
EUA		9.105	9.428	10.032	10.713
Brasil		1.865	1.997	2.130	2.303
França		1.393	1.434	1.470	1.490
Holanda		471	485	505	540
URSS		3.126	3.184	3.216	3.290
Egito		150	135	110	100
Iraque		211	235	225	235
Arábia Saudita		236	248	249	250
Hong Kong		40	35	34	34
Japão		1.465	1.471	1.475	1.475
Tailândia		464	511	545	580
Singapura		62	63	59	62
SUBTOTAL		19.749	20.474	21.445	22.513
OUTROS		9.495	9.752	9.760	10.007
TOTAL MUNDIAL		29.244	30.226	31.205	32.520

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

TABELA 2
 PRODUÇÃO DE FRANGOS NOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1987-90
 (mil toneladas)

ESPECIFICAÇÃO	ANO	1987	1988	1989	1990(1)
Canadá		531	537	540	555
México		395	490	640	700
EUA		7.073	7.339	7.834	8.414
Brasil		1.800	1.947	2.075	2.250
França		830	844	870	880
Holanda		390	396	409	415
URSS		1.720	1.760	1.785	1.835
Egito		100	75	55	50
Iraque		200	223	214	223
Arábia Saudita		236	248	249	250
Hong Kong		29	24	24	23
Japão		1.340	1.346	1.350	1.350
Tailândia		464	498	530	560
Singapura		52	52	47	51
SUBTOTAL		15.160	15.779	16.622	17.556
OUTROS		6.469	6.643	6.541	6.696
TOTAL MUNDIAL		21.629	22.422	23.163	24.252

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

A produção mundial de perus (tabela 3) é estimada em 3,5 milhões de toneladas em 1990. Os Estados Unidos são o maior produtor, detendo cerca de 58% do total mundial. A França, o segundo maior produtor, participa com aproximadamente 10% da produção mundial. O Brasil, com uma produção estimada em 60 mil toneladas, é o quinto produtor.

TABELA 3

PRODUÇÃO DE PERUS NOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1987-90

(mil toneladas)

ESPECIFICAÇÃO	ANO	1987	1988	1989	1990(1)
Canadá		115	119	120	124
México		25	14	10	10
EUA		736	1.800	1.912	2.018
Brasil		55	50	55	60
França		308	332	350	355
Holanda		26	27	29	30
URSS		110	115	120	130
SUBTOTAL		1.375	2.457	2.596	2.727
OUTROS		673	717	740	758
TOTAL MUNDIAL		2.048	3.174	3.336	3.485

FONTE: USDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

A produção brasileira de carne de aves é estimada pela APINCO em 2,35 milhões de toneladas para 1990, superando as estimativas iniciais, que eram de aproximadamente 2,18 milhões de toneladas. O crescimento na produção de 1990, 12,39% em relação a 1989, deveu-se às condições favoráveis de mercado nos primeiros nove meses do ano, principalmente em consequência aos problemas de abastecimento de carne bovina e ao bom desempenho das exportações brasileiras de carne de frango no primeiro semestre.

TABELA 4
 PRODUÇÃO E VARIAÇÃO MENSAL DE CARNE DE AVES NO BRASIL - 1983-90

(mil toneladas)

MÊS	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989 (a)	1990 (b)	VARIAÇÃO % (b/a)
Janeiro	132,9	106,0	126,0	132,4	158,7	172,7	164,7	191,8	16,5
Fevereiro	125,9	102,0	123,2	128,6	167,1	162,2	166,7	184,6	10,7
Março	122,4	102,4	123,6	130,8	164,9	152,2	164,6	193,2	17,4
Abril	114,2	98,6	116,6	121,2	144,1	149,3	154,2	177,1	14,9
Maiο	124,6	111,3	119,3	125,2	156,8	165,7	167,2	192,2	14,9
Junho	125,0	113,2	116,6	127,6	154,6	160,5	161,2	186,5	15,1
Julho	126,8	115,8	115,7	133,5	155,8	170,0	177,2	192,7	8,7
Agosto	125,9	115,3	131,5	131,5	159,1	161,1	175,8	195,9	11,4
Setembro	126,8	118,1	121,5	142,6	168,2	161,1	177,4	203,8	14,9
Outubro	126,0	125,2	132,7	140,0	171,8	165,6	193,4	212,2	9,7
Novembro	121,5	119,9	132,7	149,1	176,8	163,5	189,5	204,9	8,1
Dezembro	117,4	128,2	141,1	154,5	191,8	165,5	190,0	222,7	17,2
TOTAL	1.489,4	1.355,9	1.500,6	1.617,3	1.969,7	1.949,4	2.082,6	2.356,6	13,2

FONTE: APINCO.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Pelas condições de comercialização favoráveis, os produtores ampliaram substancialmente os alojamentos de matrizes e, conseqüentemente, de pintos de corte. Este aumento foi mais expressivo a partir do segundo semestre. O número de matrizes de corte aumentou 12,32% em 1990, passando de 13,8 milhões de aves alojadas em 1989 para 15,8 milhões em 1990. Da mesma forma, o alojamento de pintos de corte, que em 1989 foi de 1,47 bilhão de unidades, passou para 1,62 bilhão em 1990, ou seja, cresceu aproximadamente 11%.

A produção brasileira de carne de perus, cuja produção está a cargo quase que exclusivamente de uma única indústria catarinense (em torno de 95%), tem crescido expressivamente nos últimos anos. De 1985 a 1990, o aumento na produção foi de 60%. Este crescimento se deve, em primeiro lugar, à produção comercial relativamente recente no Brasil e ao fato de ainda não existir um mercado plenamente abastecido; em segundo, à ampliação da produção de produtos elaborados a partir da carne de peru.

Estima-se que a produção nacional de perus em 1990 se situe ao redor de 9,6 milhões de cabeças.

A produção catarinense de carne de aves (frangos e perus) em 1990 é estimada em 550 mil toneladas, contra 510 mil em 1989, representando um crescimento de 8% no período. Esta taxa foi inferior à nacional. A produção brasileira teve uma expansão em 10,7%, tendo sido mais expressiva nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Comparando os alojamentos de pintos de corte de 1990 com os de 1989, o crescimento na produção mineira foi de 17,23%, em São Paulo foi de 12,02%, e no Paraná, de 6,0%.

O abate catarinense sob inspeção federal, que em 1989 foi de 294 milhões de frangos e 8,68 milhões de perus, em 1990 foi de 317 milhões de frangos (+7,82%) e 9,3 milhões de perus (+6,9%).

O crescimento na produção catarinense neste ano foi possível graças à plena capacidade de abate atingida pelos projetos implantados em anos anteriores (a partir de 1988) e, em menor escala, à expansão das estruturas de produção já existentes.

TABELA 5
TOTAL DE ABATES E VARIAÇÃO DE CARNE DE FRANGOS EM SANTA CATARINA - 1984-90

MÊS	(mil cabeças)							
	1984	1985	1986	1987	1988	1989 (a)	1990 (b)	VARIAÇÃO (b/a)
Janeiro	21.798,2	24.960,1	26.861,1	28.849,4	28.710,9	28.721,3	32.654,8	13,7
Fevereiro	21.647,8	24.960,1	22.893,7	25.139,6	26.369,1	25.487,1	27.698,2	8,7
Março	22.152,0	24.960,1	26.419,0	26.900,5	28.391,3	28.990,0	32.608,7	12,5
Abril	20.716,0	24.960,1	26.799,3	26.295,3	26.413,1	25.855,8	29.853,0	15,5
Mai	23.542,9	24.960,1	26.613,0	26.650,0	28.061,2	30.308,4	31.898,2	5,2
Junho	22.544,2	24.960,1	25.154,0	26.014,0	29.552,7	30.289,9	29.066,1	- 4,0
Julho	22.641,0	24.960,1	26.519,9	26.632,3	28.801,0	29.844,6	31.671,9	6,1
Agosto	23.720,2	24.960,1	26.732,9	26.483,3	31.456,2	30.035,4	31.421,8	4,6
Setembro	21.176,4	24.960,1	25.950,8	27.285,5	28.917,6	28.891,8	28.634,2	- 0,9
Outubro	24.495,0	24.960,1	27.607,0	27.310,0	27.726,1	31.678,6	31.812,2	0,4
Novembro	23.399,0	24.960,1	27.670,0	29.536,0	29.500,0	30.543,5	30.370,8	- 0,6
Dezembro	23.000,0	24.960,1	28.250,6	29.684,2	29.760,0	28.990,0	30.276,2	0,7
TOTAL	270.837,7	299.521,2	317.471,3	326.780,1	343.459,2	350.698,9	367.966,1	4,9

FONTE: MA/CEASA/SC. AINCADESC - Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Do total abatido em 1990 (aproximadamente 368,7 milhões de cabeças), 86% o foi sob inspeção federal, 7,7% nos pequenos abatedouros não inspecionados e 6,3% para autoconsumo nos estabelecimentos agropecuários e em pequenas criações na periferia dos centros urbanos.

A produção para autoconsumo cresceu moderadamente em 1990. A produção industrial manteve sua participação em relação ao abate total. Os abates não inspecionados reduziram sua participação em 1990, principalmente em decorrência dos problemas de mercado e dos altos custos a partir do último trimestre do ano.

2. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

O comércio mundial de carne de aves cresceu em 1990, principalmente no primeiro semestre. De acordo com as estimativas do USDA, as exportações mundiais de carne de frango, principal componente do mercado mundial de carne de aves, neste ano atingiram 1,43 milhão de toneladas contra 1,4 milhão de toneladas em 1989, ou seja, as exportações mundiais cresceram 2,13%. Os Estados Unidos continuam mantendo a condição de primeiro exportador: o volume exportado, 412 mil toneladas, representou 28,73% do total mundial. A França aparece como segundo em volume exportado (323 mil toneladas), seguida de perto pelo Brasil (com 300 mil toneladas). A Hungria, com uma exportação estimada em 164 mil toneladas, é o quarto exportador mundial.

Entre os principais importadores, destacam-se o Japão (325 mil toneladas), a Arábia Saudita (196 mil toneladas), a URSS (186 mil toneladas) e Hong Kong (128 mil toneladas).

Deve-se observar que as tabelas apresentadas contêm dados preliminares para 1989 e estimativas para 1990. O atual quadro poderá sofrer modificações. As exportações brasileiras, estimadas pelo USDA em 280 mil toneladas para 1990, atingiram 300 mil toneladas.

TABELA 6

PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE CARNE DE AVES - 1987-90

(mil toneladas)

ESPECIFICAÇÃO	ANO	1987	1988	1989(1)	1990(2)
Japão		195	261	280	325
Arábia Saudita		182	195	195	196
URSS		167	178	165	196
Hong Kong		124	127	127	128
OUTROS		352	237	202	225
TOTAL		1.020	998	969	1.034

FONTE: USDA e ABEF.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados Preliminares sujeitos a retificações.

(2) Estimativas.

TABELA 7

PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE CARNE DE AVES - 1987-90

(mil toneladas)

ESPECIFICAÇÃO	ANO	1987	1988	1989 (1)	1990 (2)
USA		341	347	349	412
França		276	295	312	323
Brasil		215	236	244	280
Hungria		165	180	165	164
OUTROS		262	287	284	255
TOTAL		1.259	1.345	1.404	1.434

FONTE: USDA e ABEF.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados Preliminares sujeitos a retificações.

(2) Estimativas.

Deve-se observar que as tabelas apresentadas contêm dados preliminares para 1989 e estimativas para 1990. O atual quadro poderá sofrer modificações. As exportações brasileiras, estimadas pelo USDA em 280 mil toneladas para 1990, atingiram 300 mil toneladas.

Embora tenham aumentado a comercialização, principalmente de cortes especiais de frango para os países da Europa e de frango inteiro para a URSS, os países do Oriente Médio (com destaque para a Arábia Saudita) e os do Sudeste Asiático (onde se sobressai o Japão) constituem os principais pólos do comércio internacional de carne de avês.

As exportações brasileiras de carne de frango em 1990 atingiram um total de 300 toneladas, contra 243,8 em 1989, representando um crescimento de 23,05%. Da mesma forma, o valor exportado passou de 263 milhões de dólares FOB em 1989, para 325 milhões em 1990, ou seja, um acréscimo de 23,57%.

O crescimento das exportações brasileiras em 1990 deveu-se basicamente ao desempenho do setor no primeiro semestre. Naquele período, o volume exportado cresceu 36% e a receita cambial, 27%.

As bases para tal crescimento foram:

- a. a política de abertura e consolidação de novos mercados pelos exportadores brasileiros;
- b. o aumento da produção nacional de carne de frango e
- c. a necessidade de ampliar as exportações nos últimos três meses do ano, quando o aumento na produção e o consumo retraído criam problemas no mercado interno.

O volume de frangos inteiros atingiu, em 1990, 209,6 mil toneladas, gerando uma receita cambial de US\$ 192,0 milhões. Isto consubstanciou uma expansão de 30,1% no volume exportado e de 32,2 no valor.

Em partes de frango, os embarques atingiram um volume de 89,7 mil toneladas, com uma receita cambial de 128,0 milhões de dólares FOB. Em comparação com 1989, o aumento foi de 8,3% no volume e de 8,7% no valor.

Os principais mercados de cortes especiais (partes) foram o Japão e países da Europa, com destaque para a Suíça, Alemanha, Itália, Espanha e Ilhas Canárias.

TABELA 8

QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E CATARINENSES DE CARNE DE AVES - 1980-90

ANO	BRASIL		SANTA CATARINA	
	Quantidade (1000 t)	Valor FOB (US\$ Milhões)	Quantidade (1000 t)	Valor FOB (US\$ Milhões)
1980	170,40	290,30	68,20	83,70
1981	290,00	350,90	100,20	121,20
1982	301,80	285,50	146,80	138,80
1983	289,30	242,15	167,60	140,30
1984	281,20	264,08	156,80	147,24
1985	270,00	235,20	145,20	127,05
1986	224,65	220,31	119,06	166,80
1987	213,76	211,79	112,89	111,60
1988	226,00	220,50	125,00	122,50
1989	243,89	263,06	152,00	163,00
1990	300,00	319,00	180,00	191,40

FONTE: ABEF.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

As exportações catarinenses em 1990 atingiram um volume de 180 mil toneladas e uma receita cambial de 194,9 milhões de dólares, representando um crescimento de 18,4% no volume e de 20,3% no valor. As exportações catarinenses no período representaram 63% do total nacional, mantendo o estado na condição de maior exportador do produto, seguido pelo Paraná e pelo Rio Grande do Sul.

O mercado internacional de carne de frango caracteriza-se por uma forte concorrência, decorrente principalmente das diversas políticas de subsídio praticadas pelos EUA e França. Apesar disto, o Brasil consolida ano a ano sua posição de grande exportador. Deve-se destacar o desempenho das exportações brasileiras em abril, maio e julho, quando o volume mensal esteve acima de 30 mil toneladas, particularmente o mês de maio, quando o total exportado foi de 42.430 toneladas.

Merecem destaque também a reativação das vendas para a URSS, mercado para o qual o Brasil não exportava desde 1983, e o crescimento das vendas de partes de frango para o Japão e países da Europa.

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O mercado brasileiro de carne de frango esteve plenamente abastecido em 1990. O aumento na produção em relação a 1989 foi superior a 260 mil toneladas, o que manteve a oferta elevada, exceto em pequenos períodos. Mesmo considerando-se o crescimento das exportações (cerca de 64 mil toneladas), a oferta interna foi superior à de 1989 em mais de 200 mil toneladas.

De acordo com as estimativas do Instituto CEPA/SC, o consumo interno de carne de frango em 1990 foi de 2.027 mil toneladas, 10,2% superior ao de 1989, perfazendo um consumo per capita médio de 13,5 quilos/habitante/ano, ou seja, 1 quilo a mais do que em 1989.

TABELA 9

OFERTA E DEMANDA BRASILEIRAS DE CARNE DE FRANGOS - 1985-90

(mil toneladas)

ANO	BRASIL					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Estoque Inic.	-	-	-	42	4	9
Produção	1.483	1.617	1.970	1.950	2.080	2.347
Suprimento int.	1.483	1.617	1.970	1.992	2.084	2.356
Exportação	270	220	214	242	236	300
Cons. Nacional	1.213	1.397	1.714	1.746	1.839	2.027
Cons. Regional						
Kg/Per Capita	9	10	12,1	12	12,5	13,5
Estoque Final	-	-	42	4	9	29

FONTE: APINGO, Instituto CEPA/SC, CFP e IBGE.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Independente da maior produção e da situação econômica do país (recessão), o mercado da carne de frango não enfrentou maiores problemas até outubro de 1990. O crescimento das exportações, através da abertura de novos mercados (principalmente a URSS) e da ampliação das vendas de cortes especiais para a Europa e para o Japão, os preços do boi gordo (que estiveram altos na entressafra) e o tabelamento das carnes no varejo (permitindo que o frango competisse com vantagem sobre os demais) favoreceram o escoamento da produção.

De uma maneira geral, as vendas tanto no atacado quanto no varejo foram boas e os preços, favoráveis até outubro, exceto em curtos períodos logo após o Plano Collor, mas que, no contexto final, não prejudicaram o bom desempenho do setor.

Para o produtor, a situação não se mostrou tão favorável quanto para os demais segmentos. A menor disponibilidade de milho e a maior demanda pelo produto provocaram altas em seus preços; conseqüentemente, elevaram-se os custos de produção do frango. Em determinados períodos, os produtores operaram com prejuízo.

A partir de outubro, a produção brasileira de carne de frango foi superior a 200 mil toneladas mensais; portanto, acima da capacidade de absorção do mercado, estimada em 170 mil toneladas/mês. Em dezembro, a oferta global foi superior a 220 mil/toneladas. As exportações dos últimos três meses de 1990, mesmo superiores ao inicialmente programado (estiveram favorecidas pela maior demanda mundial e pelos preços internacionais em alta), não foram suficientes para desafogar o mercado.

A queda nos preços do boi gordo com o início da safra também contribuiu para a estabilização e/ou redução nos preços do frango a partir de setembro. Com o mercado ofertado, os preços caíram a partir de outubro e continuaram em queda em novembro. Mesmo com o recuo, o preço real do frango congelado inteiro no atacado em outubro foi maior que a média anual. De uma forma geral, os preços reais foram mais altos em fevereiro (pré-Plano Collor), julho, agosto, setembro e outubro. De março a junho, o tabelamento das carnes no varejo manteve os preços praticamente estabilizados.

Embora com preços inferiores aos da média dos últimos sete anos, o setor operou com lucro em 1990. Além dos preços internacionais superiores, o que permitiu que as exportações fossem mais lucrativas, os preços do milho e do farelo de soja nos primeiros dez meses do ano favoreceram a produção a custos mais baratos.

4. PERSPECTIVAS PARA 1991

A produção de frangos ampliou seus mercados. Sua expansão interna ampara-se nas dificuldades sazonais e especulativas do mercado de carne bovina, na maior competitividade via preço e na praticidade para os consumidores. No mercado externo seu sucesso está ligado à qualidade do produto oferecido, embora tenha perdido competitividade em razão dos subsídios americanos e europeus. Estes fatores balizam a expectativa de que a demanda aparente de carne de aves (consu-

mo interno mais exportações) absorva um crescimento de até 6% em 1991.

O bom desempenho dos mercados em 1990 estimulou os alojamentos de matrizes, que atingiram 15,8 milhões de aves. Isto capacita a avicultura de corte a produzir até 2,8 milhões de toneladas em 1991, ou seja, entre 240 e 250 mil toneladas mensais. O mercado, no entanto, tende a absorver no mínimo 2,4 e no máximo 2,5 milhões de toneladas. Neste patamar, a disponibilidade mensal ficará entre 200 e 210 mil toneladas. Quanto à produção, a ociosidade estimada será de 10% a 14 %.

TABELA 10

OFERTA E DEMANDA BRASILEIRA DE CARNE DE FRANGO PARA 1991

(mil toneladas)

SITUAÇÃO	MENOS PROVÁVEL	MAIS PROVÁVEL
Estoque Inicial	30,0	30,0
Produção	2.400,0	2.500,0
Suprimento	2.430,0	2.530,0
Exportação	290,0	320,0
Consumo	2.120,0	2.180,0
Estoque Final	20,0	30,0

FONTE: Instituto CEPA/SC.

A avicultura de corte catarinense, quando vista pelo lado da produção pecuária, apresentará um moderado crescimento, pois a expansão do número de avicultores foi dificultada pelo custo de implantação de novos projetos. A produção de carne de frangos, no entanto, vai apresentar crescimento, pois o parque industrial terá uma expansão apoiada na produção própria e na instalação de projetos na fronteira dos estados vizinhos. Em razão disso, a produção total tende a situar-se entre 565 e 575 mil toneladas, configurando uma expansão de 3% a 5% em 1991.

3.2. AVES - SEGMENTO POSTURA

1. INTRODUÇÃO

A produção brasileira de ovos, por voltar-se quase que exclusivamente para o mercado interno, torna-se bastante vulnerável às crises que frequentemente afetam a atividade. O exemplo mais recente foi a comercialização no Brasil, em meados do segundo semestre de 1990, de produção oriunda dos países vizinhos - principalmente do Uruguai - a preços menores que os praticados no Brasil, interferindo significativamente na cotação do produto nacional.

A avicultura brasileira, orientada para a produção de ovos, enfrenta uma série de dificuldades, dentre as quais destacam-se:

- a. a produção voltada prioritariamente para o consumo "in natura";
- b. o ovo como alimento protéico via de regra, preterido pelas diversas carnes, cujos preços interferem na demanda dos ovos;
- c. a demorada adaptação da produção à situação de mercado e de alto custo;
- d. a interferência dos ovos destinados aos incubatórios, e eventualmente descartados, no mercado do ovo para consumo;
- e. a dependência do custo de produção do ovo da produção do milho, da soja e, indiretamente, do dólar, através do preço da soja.

Deve-se salientar, ainda, que a produção catarinense de ovos, à semelhança dos demais estados brasileiros, ocorre em dois segmentos distintos: um, composto pela grande maioria das propriedades rurais, com produção para o autoconsumo e comercialização de eventuais excedentes; e o outro, composto

por um número reduzido de granjas especializadas que respondem pela grande maioria da produção de ovos(1).

2. PRODUÇÃO

A. PRODUÇÃO MUNDIAL

Segundo a Organização de Alimentação e Agricultura da ONU (FAO) a produção mundial de ovos em 1989 atingiu um total de 34.954.000 toneladas, destacando-se as participações da China (20%), União Soviética (13,8%), Estados Unidos (11,6%) e Japão (7%). A seguir aparecem o Brasil, com uma participação de 3,15% e a Índia, com 3,07%.

O Brasil, como quinto produtor mundial e primeiro da América do Sul, teve em 1987 uma produção de 1.250.000 toneladas, produção esta que atingiu 1.280.000 toneladas em 1988, para cair a 1.100.000 toneladas em 1989, o que representa uma diminuição de 12% em relação à produção de 1987. Após a queda de 1989 (tabela 1 e 4), a produção nacional de ovos teve, em 1990, uma ligeira recuperação, que poderá se completar em 1991.

Nos Estados Unidos, presume-se que a produção tenha crescido de 1% em 1990, e que no México a deste ano deva ficar nos níveis de 1989 (tabela 1).

Nos países da Comunidade Económica Europeia - CEE - a produção de ovos em 1990 deve ter atingido 80,5 bilhões de unidades, volume ligeiramente superior àquele obtido em 1989. As perspectivas para 1991 são de uma provável diminuição, em decorrência da demanda que continua a cair.

(1) Maiores detalhes no item "produção estadual".

TABELA 1

PRODUÇÃO ESTIMADA DE OVOS DE GALINHA DOS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAL - 1986-89

PAÍS	1986		1987		1988		1989	
	Produção	Particip.	Produção	Particip.	Produção	Particip.	Produção	Particip.
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)
China	4.528.500	14,43	6.079.310	18,00	6.685.000	19,17	6.980.000	19,97
URSS	4.424.000	14,10	4.519.000	13,38	4.656.000	13,35	4.750.000	13,59
EUA	4.057.310	12,93	4.104.280	12,16	4.045.600	11,60	4.046.000	11,57
Japão	2.225.000	7,09	2.376.000	7,04	2.409.000	6,91	2.408.000	6,89
Brasil	1.050.000	3,35	1.250.000	3,70	1.280.000	3,67	1.100.000	3,15
França	925.000	2,95	872.000	2,58	912.000	2,61	915.000	2,62
Índia	916.500	2,92	935.000	2,77	990.000	2,84	1.072.000	3,07
México	850.000	2,71	908.526	2,60	928.000	2,66	793.000	2,27
Alemanha Ocidental	770.000	2,45	739.000	2,19	726.000	2,08	723.000	2,07
Reino Unido	715.462	2,28	788.495	2,34	790.000	2,26	612.000	1,75
Espanha	690.000	2,20	725.059	2,15	759.500	2,17	759.000	2,17
Países Baixos	640.000	2,04	597.000	1,77	599.700	1,72	643.000	1,84
Itália	630.000	2,00	643.700	1,91	705.600	2,02	669.000	1,91
Polônia	465.000	1,48	442.915	1,31	445.000	1,28	450.000	1,29
Romênia	385.000	1,23	482.300	1,43	400.000	1,15	405.000	1,16
Indonésia	344.300	1,10	372.000	1,10	434.000	1,24	435.000	1,24
Alemanha Oriental	340.000	1,08	335.100	0,99	335.000	0,96	333.000	0,95
Coreia do Sul	325.000	1,04	362.000	1,07	397.000	1,14	-	-
Canadá	305.331	0,97	323.508	0,95	323.170	0,92	320.000	0,92
Turquia	290.000	0,92	306.350	0,90	306.350	0,88	305.000	0,87
República Tcheca	277.919	0,88	277.216	0,82	279.823	0,80	282.000	0,81
Argentina	279.000	0,89	285.000	0,84	293.000	0,84	287.000	0,82
TOTAL	25.433.322	81,04	27.723.749	82,11	28.697.743	82,28	28.287.000	80,93
TOTAL MUNDIAL	31.384.672	100,00	33.765.360	100,00	34.879.920	100,00	34.954.000	100,00

FONTE: FAO. Boletim Trimestral de Estatísticas, v.2, n.4, 1989

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Na Europa Oriental, as estimativas para 1990 indicam uma produção 8% inferior à do ano anterior, basicamente devido à queda de produção na Polônia e na parte oriental da Alemanha. Em ambos os países, as quedas são atribuídas a fatores de reestruturação econômica.

Na União Soviética, as previsões são de que a produção seja de 84,5 bilhões de unidades em 1990 e 85,5 bilhões em 1991, face às expectativas de uma boa safra de grãos em 1990 e consequente melhoria no suprimento de rações.

No Japão, a produção de ovos em 1990 e 1991 deve ser ligeiramente inferior à de 1989, pela redução no total das unidades poedeiras.

Na China, em 1990 e em 1991 a produção de ovos deve crescer cerca de 1% em relação a 1989, em decorrência do incentivo que os baixos preços dos grãos proporcionaram à atividade, apesar do pouco uso de ração comercial por parte das pequenas unidades produtoras, as quais têm grande expressão na produção daquele país(2).

B. PRODUÇÃO NACIONAL

O aumento dos preços dos combustíveis e da energia elétrica nos dias que antecederam o "Plano Collor" (15/03/90) e o tabelamento dos ovos, provocaram defasagem de preços do produto, levando o setor a reduzir o volume da produção nacional. Em abril, dois componentes básicos da ração tiveram sensíveis aumentos de preço (o milho, 25% e a soja, 80%), interferindo consideravelmente nos custos da atividade, consolidando a decisão dos produtores de diminuir a produção. Esta, durante o segundo trimestre, voltou aos níveis de 1986 - cerca de 3,1 milhões de caixas de 30 dúzias por mês.

A produção prevista para 1990 não foi alcançada, entre outras razões, pela falta de reposição das matrizes de postura. O plantel, por sua vez, foi reduzido pela eliminação de poedeiras ainda em fase de produção.

Apesar disso, a oferta de ovos no país não foi afetada, pois a queda do poder aquisitivo da população baixou a demanda. Convém salientar que em média e em anos normais o brasileiro consome cerca de 111 ovos por ano, enquanto o consumo per capita em Israel, o maior do mundo, é de 400 ovos; no Japão é de 270 e na Europa, de 250.

(2) PRODUÇÃO mundial de frangos cresceu 5% em 1990. *Jornal da Carne*, v.4, n.24, p. 3-4, ago 1990.

Estes fatos impediram que se confirmassem as previsões da produção brasileira de ovos para 1990 (41,3 milhões de caixas de 30 dúzias), a qual, segundo a União Brasileira de Avicultura, atingiu 37,37 milhões de caixas de 30 dúzias. Em termos relativos, a produção obtida em 1990 ficou 10% aquém das previsões; contudo, foi 10,5% superior à produção de 1989 (tabela 2).

TABELA 2

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE OVOS DE GRANJA - 1985-90

ANO	QUANTIDADE (1000 cx de 30 dz) (brancos e vermelhos)
1985	32.774
1986	36.091
1987	42.833
1988	41.299
1989	33.817
1990	37.370(1)

FONTE: Associação Paulista de Avicultura, Relatório Mensal, v.6, n. 21, set 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativas.

O aumento da produção, em relação a 1989, foi um dos motivos indicados pelo presidente da Associação Paulista de Avicultura para as dificuldades de mercado da avicultura de postura no decorrer de 1990. Estas dificuldades, segundo o mesmo presidente, se deveriam também à importação de ovos industrializados e à queda da demanda durante o ano (Rev. de Avicultura, Suinocultura e Industrialização de Carnes - Suplemento de Economia, n.º 969, nov/90).

Conforme se demonstra na tabela 3, 57,5% do plantel de poedeiras comerciais alojadas no Brasil concentra-se na Região Sudeste. Desta região destacam-se dois estados: São Paulo (que em 1988 detinha 43% do plantel brasileiro, diminuindo sua participação para aproximadamente 41% em 1989 e 42% em 1990) e Minas Gerais (que participou com 9,8% do plantel nacional em 1988, passando para 11,7% em 1989 e 11,2% em 1990).

TABELA 3
POEDEIRAS COMERCIAIS ALOJADAS NO BRASIL SEGUNDO AS REGIÕES E OS ESTADOS - 1986-90

(Unidade)

REGIÃO	1986		1987		1988		1989		1990(1)	
	Plantel	Particip. (%)								
São Paulo	24.358.820	41,23	22.917.389	38,59	19.778.289	43,11	21.553.109	40,99	16.590.307	41,95
Minas Gerais	5.990.675	10,14	5.864.729	9,87	4.516.063	9,84	6.168.060	11,73	4.415.558	11,16
Rio de Janeiro	993.739	1,68	836.591	1,41	752.537	1,64	1.119.766	2,13	789.486	2,00
Espírito Santo	1.361.938	2,31	1.334.190	2,25	892.868	1,95	1.459.306	2,77	962.103	2,43
SUDESTE	32.705.172	55,36	30.952.899	52,12	25.939.763	56,54	30.300.241	57,63	22.757.454	57,54
Rio Grande do Sul	4.517.536	7,65	5.870.169	9,89	3.202.376	6,98	2.625.933	4,99	2.305.217	5,83
Paraná	6.196.437	10,49	5.793.325	9,75	4.564.666	9,95	5.171.082	9,83	3.606.207	9,12
Santa Catarina	942.360	1,59	1.542.492	2,60	971.204	2,12	1.137.149	2,16	757.190	1,91
SUL	11.656.333	19,73	13.205.986	22,24	8.738.246	19,05	8.934.164	16,99	6.668.614	16,86
Goiás	1.963.275	3,32	2.291.663	3,86	1.988.466	4,34	2.278.375	4,33	1.607.750	4,06
Mato Grosso	134.945	0,23	118.440	0,20	107.500	0,24	141.410	0,27	82.800	0,21
Mato Grosso do Sul	792.608	1,34	804.036	1,35	536.609	1,17	512.088	0,97	406.508	1,03
Distrito Federal	505.498	0,86	665.248	1,12	470.903	1,03	588.474	1,12	465.569	1,18
CENTRO OESTE	3.396.326	5,75	3.879.387	6,53	3.103.478	6,77	3.520.347	6,69	2.562.627	6,48
Pernambuco	4.222.730	7,15	3.731.342	6,28	2.826.040	6,16	3.037.972	5,78	2.238.767	5,66
Ceará	3.629.876	6,14	3.817.984	6,43	2.423.782	5,28	3.150.211	5,99	2.505.207	6,33
Bahia	362.920	0,61	401.760	0,68	175.188	0,38	225.430	0,43	216.480	0,55
Rio Grande do Norte	305.560	0,52	303.100	0,51	296.770	0,65	275.870	0,52	285.210	0,72
Alagoas	105.620	0,18	125.154	0,21	124.900	0,27	239.400	0,45	162.000	0,41
Sergipe	300.000	0,51	252.400	0,42	114.000	0,25	167.400	0,32	167.430	0,42
Maranhão	406.374	0,69	436.496	0,74	336.110	0,73	284.900	0,54	234.090	0,59
Piauí	412.000	0,70	428.700	0,72	181.420	0,40	354.950	0,67	310.258	0,78
Paraíba	575.170	0,97	523.550	0,88	568.320	1,24	700.902	1,33	524.095	1,33
NORDESTE	10.320.250	17,47	10.020.486	16,87	7.046.530	15,36	8.437.035	16,05	6.643.537	16,80
Acre	28.672	0,05	82.124	0,14	60.500	0,13	128.600	0,24	129.444	0,33
Amazonas	485.646	0,82	523.424	0,88	403.944	0,88	496.289	0,94	355.705	0,90
Pará	386.297	0,65	584.052	0,99	462.305	1,01	594.201	1,13	316.508	0,80
Rorônia	50.220	0,09	89.304	0,15	67.952	0,15	75.574	0,14	12.904	0,03
Roraima	7.600	0,02	14.572	0,02	6.220	0,01	16.923	0,03	10.827	0,03
Amapá	39.400	0,06	36.700	0,06	49.400	0,11	56.600	0,11	60.000	0,15
Tocantins	-	-	-	-	-	-	16.200	0,03	33.450	0,08
NORTE	997.835	1,69	1.330.176	2,24	1.050.321	2,29	1.384.387	2,63	918.838	2,32
BRASIL	59.075.916	100,00	59.388.934	100,00	45.878.338	100,00	52.576.174	100,00	39.551.070	100,00

FONTE: União Brasileira de Avicultura - UBA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até 09/90.

O estado de São Paulo, com participação significativa na produção brasileira de ovos, constitui-se também no maior produtor de pintos para postura, abastecendo quase todos os estados produtores.

A Região Sul participava, em 1987, com 22,2% do plantel nacional, diminuindo sua participação para 19% em 1988, 17% em 1989 e 16,8% em 1990. Nesta região, destaca-se o estado do Paraná, com quase 10% do plantel nacional de 1986 a 1990, seguido do Rio Grande do Sul, com cerca de 7% em 1988, 5% em 1989 e 5,8% em 1990. O estado catarinense, que em 1987 participou com 2,6% do plantel nacional de poedeiras comerciais, caiu para 2,1% nos dois anos seguintes (1988 e 1989) e para 1,9% em 1990.

A Região Nordeste, com o terceiro plantel de poedeiras comerciais no Brasil, em 1988 participava com 15,4%, em 1989 com 16,0% e em 1990 com 16,8%. Nesta região, destacam-se os estados de Pernambuco e Ceará, que, em 1990, participaram do plantel nacional com 5,7% e 6,3%, respectivamente.

A participação da Região Centro-Oeste, relativamente estável nos últimos anos, é de aproximadamente 6,5% em 1990, destacando-se o estado de Goiás com 4% do plantel brasileiro.

A Região Norte é a de menor percentual na formação do plantel de poedeiras comerciais no Brasil (2,3%), destacando-se os estados do Amazonas, com 0,9%, e do Pará, com 0,8%.

Quanto às matrizes de postura alojadas no país em 1990 (678 mil até o mês de setembro), ocorreu um decréscimo de 10% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O número de matrizes de postura alojadas no Brasil em 1989 (972.119 aves) foi 25% superior ao do ano anterior; contudo, foi 3% inferior ao de 1987.

Considerando o alojamento de matrizes de postura por estado em 1989, dois são os que basicamente se distinguem: São Paulo, com 73,2% e Minas Gerais, com 12,7%. Aparecem, a seguir, o estado do Rio Grande do Sul, com 4,2%, e o Ceará com 4,1%.

TABELA 4

ALOJAMENTO DE MATRIZES DE POSTURA POR ESTADO E EXPORTAÇÕES -
BRASIL - 1986-90

(Unidade)

REGIÃO	ANO	1986	1987	1988	1989	1990(1)
São Paulo		741.067	852.904	636.462	711.969	464.947
Minas Gerais		-	-	43.900	123.500	142.230
Rio de Janeiro		3.500	3.500	-	-	-
Espírito Santo		15.400	14.900	6.000	12.000	6.000
SUDESTE		759.967	871.304	686.362	847.469	613.177
Rio Grande do Sul		31.800	40.130	26.330	41.000	28.000
Paraná		13.150	5.900	9.300	16.050	2.500
Santa Catarina		6.600	6.470	9.900	6.600	-
SUL		51.550	52.500	45.530	63.650	30.500
Goiás		-	-	-	-	-
Mato Grosso		-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul		-	700	-	-	-
Distrito Federal		-	-	-	-	-
CENTRO OESTE		-	700	-	-	-
Pernambuco		36.000	31.100	10.000	15.000	5.000
Ceará		29.000	33.700	27.500	40.000	-
Bahia		-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte		-	-	-	-	-
Alagoas		-	-	-	-	-
Sergipe		-	-	-	-	-
Maranhão		-	-	-	-	-
Piauí		-	-	-	-	-
Paraíba		-	-	-	-	5.200
Fernando de Noronha		-	-	-	-	-
NORDESTE		65.000	64.800	37.500	55.000	10.200
Acre		1.700	-	-	-	-
Amazonas		-	-	-	-	5.400
Pará		6.000	12.300	6.000	6.000	19.100
Rondônia		-	-	-	-	-
Roraima		-	-	-	-	-
Amapá		-	-	-	-	-
NORTE		7.700	12.300	6.000	6.000	24.500
BRASIL		884.217	1.001.604	775.392	972.119	678.377
EXPORTAÇÕES		136.400	125.020	78.800	93.600	59.650

FONTE: União Brasileira de Avicultura - UBA.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

(1) Até set/90.

C. PRODUÇÃO ESTADUAL

O Censo Agropecuário de 1985 indica que em Santa Catarina 179.473 propriedades produziram 2.178.300 caixas de 30 dúzias de ovos naquele ano. Destas propriedades, 86.552 (48,2%) produziram 751.633 caixas de 30 dúzias para consumo próprio (que representam 34,5% da produção estadual), enquanto que as demais 92.921 propriedades produziram algum excedente para comercialização.

Das propriedades que produziram algum excedente comercializável, 92.177 venderam 838.300 caixas de 30 dúzias para consumo (38,5%), e outras 744 propriedades comercializaram 588.367 caixas de 30 dúzias para incubação (27,0%).

Dados da União Brasileira de Avicultura -UBA- (tabela 3) indicam que o número de poedeiras comerciais alojadas em Santa Catarina, em 1986, foi de 942.360 aves. Admitindo-se a produção nas granjas de postura de 270 ovos/galinha/ano, constata-se que produziram naquele ano cerca de 706.720 caixas de 30 dúzias.

Ao se analisar as propriedades segundo sua principal atividade econômica (Censo de 1985), constata-se que apenas 1% delas (1.828) têm na avicultura a principal fonte de renda, e representaram, em 1985, 55,7% da produção estadual de ovos, ou seja, produziram 1.243.667 caixas de 30 dúzias. Deste total, 1.209 venderam ovos para consumo, 30 venderam para incubação. Os dados do Censo não explicitam a produção das demais 590 propriedades, razão por que se entende que sejam granjas de aves para corte.

Observe-se que os números do Censo podem ser questionados quanto à possibilidade de estarem superestimados, visto que as estimativas de produção para as principais granjas produtoras de ovos em Santa Catarina apontam para um volume de aproximadamente 612 mil caixas de 30 dúzias em 1990. Outro ângulo que permite o questionamento surge com a análise do plantel existente no estado (tabela 3): a produção estadual de ovos comerciais teria atingido, em 1989, 853 mil caixas de 30 dúzias.

O referido questionamento pode ser corroborado pela análise dos dados da Organização Mundial de Saúde, -OMS- os quais indicam para países subdesenvolvidos um consumo anual per capita de 80 a 90 ovos. No Brasil, contudo, a média do consumo per capita/ano é de 111 ovos. Desta forma, e com base numa população de 4,53 milhões de pessoas, teria sido consumido em Santa Catarina, em 1990, aproximadamente 1,4 milhão de caixas de 30 dúzias de ovos.

Com base nos números apresentados acima, a produção estadual de ovos atende a cerca de 61% do volume consumido no estado, o que significa que foram importadas cerca de 540 mil caixas de 30 dúzias de ovos no ano de 1990.

3. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

A. INTERNACIONAL

Segundo dados da FAO (tabela 5), as importações mundiais verificadas em 1988 atingiram um total de 767.654 toneladas, volume este 0,6% inferior ao das importações do ano anterior.

TABELA 5
IMPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA EM CASCA SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-88

PAÍS	1986		1987		1988	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)
Alemanha Ocidental	287.853	267.663	303.071	364.559	297.162	314.463
Hong Kong	74.350	62.408	79.736	71.155	83.017	78.796
Itália	50.682	48.298	57.563	71.870	29.647	36.155
Bélgica-Luxemb.	39.601	33.916	45.726	50.140	50.431	48.185
Iraque	35.000	55.000	32.000	49.000	27.000	67.500
Suíça	30.722	20.334	33.233	26.172	32.432	22.830
URSS	21.651	19.991	10.893	12.566	9.394	10.735
Reino Unido	20.337	17.676	11.287	13.045	14.455	15.333
França	18.932	21.310	38.124	46.845	40.208	43.971
Cingapura	14.546	18.220	16.615	22.853	25.154	32.157
Argélia	13.000	18.000	9.116	39.629	4.000	16.900
Países Baixos	10.893	11.135	8.755	9.200	14.828	12.460
EUA	10.303	13.434	3.868	12.572	3.539	12.542
Kuwait	10.000	14.000	11.000	17.000	11.000	16.000
Canadá	9.764	19.211	9.766	20.373	7.362	17.340
Emirados Árabes Unidos	9.100	10.000	8.000	9.000	16.006	14.449
Irã	8.000	10.000	3.000	4.000	3.000	3.600
Omã	8.000	8.500	8.000	8.500	9.262	8.296
Iêmen	7.600	9.500	6.500	12.000	9.500	18.000
Irlanda	7.062	7.572	4.426	5.571	3.570	4.334
Egito	5.000	16.000	3.575	10.400	3.048	13.909
Áustria	4.717	6.482	4.822	7.611	3.387	6.233
SUBTOTAL	697.113	708.650	709.076	884.061	697.402	814.188
OUTROS PAÍSES	52.999	90.487	62.839	117.221	70.252	115.113
TOTAL MUNDIAL	750.112	799.137	771.915	1.001.282	767.654	929.301
BRASIL	110	2.300	31	1.145	31	1.145

FONTE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v. 42, 1988.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Os países que mais importaram ovos em 1988 foram: Alemanha, 297.162 toneladas; Hong Kong, 83.017 toneladas; Bélgica-Luxemburgo, 50.431 toneladas; Suíça, 32.432 toneladas; Itália, 29.647 toneladas e Iraque, com 27.000 toneladas. Estes países representaram aproximadamente 68% do total das importações mundiais. O Brasil importou, neste mesmo ano, 31 toneladas de ovos, volume este insignificante no comércio internacional.

O volume das exportações mundiais em 1988 foi bastante próximo ao das importações (774.268 toneladas), destacando-se como importadores os Países Baixos (com 414.191 toneladas, representando 53,4% do total mundial), a China (com 55.271 toneladas) a Bélgica (com 39.992 toneladas) e a ex-Alemanha Ocidental (com 39.321) (tabela 6).

TABELA 6
EXPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GRANJA COM CASCA SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-88

PAÍS	1986		1987		1988	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1000)
Países Baixos	399.643	367.403	411.737	489.387	414.191	429.657
China	49.877	-	56.760	46.352	55.271	48.335
Alemanha Ocidental	40.324	40.625	42.356	54.252	39.321	41.950
Bélgica	31.676	34.995	37.144	52.386	39.992	46.753
França	25.596	33.159	17.244	32.263	18.609	29.484
Finlândia	22.318	11.188	19.374	8.406	17.271	5.506
EUA	19.796	39.306	33.163	51.200	45.698	79.248
Reino Unido	14.675	22.440	13.887	26.970	16.651	31.391
Hungria	12.041	13.480	11.766	10.359	9.246	6.500
Alemanha Oriental	11.000	7.000	17.000	15.000	16.800	10.500
Bulgária	8.194	10.500	6.222	8.500	7.682	10.500
Yugoslávia	4.273	6.487	3.096	3.898	1.192	1.953
Canadá	1.260	8.677	1.878	10.526	3.136	12.073
SUBTOTAL	638.673	595.260	671.627	809.499	685.060	753.850
OUTROS PAÍSES	117.953	167.066	109.411	149.674	89.208	114.778
TOTAL MUNDIAL	756.626	762.326	781.038	959.173	774.268	868.628
BRASIL	1.100	972	872	748	748	810

FORNE: FAO. Anuario FAO de Comercio, v. 42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

O Brasil, neste mesmo ano, exportou 748 toneladas de ovo em casca, representando 0,1% das exportações mundiais, e uma redução de 15% em relação às exportações do ano anterior e menos 32% que em 1986. Estes números demonstram a pequena expressão brasileira, tanto nas importações quanto nas exportações de ovo em casca, constatando-se, ainda, reduções sucessivas nas transações internacionais dos últimos anos.

B. NACIONAL

No último mês de 1989, os ovos sofreram forte reajuste de preços (cerca de 50%), em decorrência da alta dos principais insumos, principalmente do milho e da soja. Contribuíram para isso o aumento da demanda de final de ano e a correção da defasagem dos preços de meses anteriores, quando a cotação dos ovos subiu menos que a inflação.

O "Plano Collor" inicialmente não afetou os alimentos mais baratos, permitindo uma certa tranquilidade ao mercado de ovos na segunda quinzena de março e durante o mês de abril, o que obrigou a um ajuste da oferta à demanda, estabilizando os preços ao redor de Cr\$ 65,00 a dúzia no varejo. Este fato provocou um certo desestímulo nos produtores, tendo em vista a defasagem de aproximadamente 10% nas cotações, devido à alta dos preços dos combustíveis e da energia elétrica às vésperas do choque.

A defasagem de preços, que perdurou pelo segundo trimestre de 1990, provocou uma retração da produção - atingindo os níveis observados em 1986 - só não afetando a oferta de ovos no país porque o consumo nacional é pequeno quando comparado ao de países desenvolvidos.

No segundo semestre do ano, a oferta manteve-se equilibrada com a demanda; contudo, se o subconsumo decorrente da baixa demanda não foi suficiente para a queda dos preços, a retração das cotações da carne bovina no mês de setembro foi o bastante para que os preços da caixa de 30 dúzias de ovos caíssem, na última semana daquele mês, de Cr\$ 2.186,00 para

Cr\$ 1.924,00 em meados do mês de outubro, ou seja, uma baixa de aproximadamente 12% nos preços do comércio atacadista. Esta baixa não chegou a se refletir no mercado varejista, pois, logo em seguida, os preços voltaram a subir aos níveis anteriores. A Associação Paulista dos Avicultores atribui esta oscilação a um decreto do governo paulista, estipulando o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias para a comercialização interestadual de ovos.

Enquanto todas as carnes praticavam preços rentáveis no início do último trimestre do ano, os produtores de ovos viveram momentos de apreensão, visto que os preços dos ovos não evoluíram com a inflação e com o custo de produção. Este fato decorreu basicamente: a) da importação de ovo industrializado, dificultando a comercialização do ovo líquido e em pó de origem nacional, tendo em vista que as indústrias alimentícias representam 10% do mercado interno de ovos; b) do aumento da oferta interna de aproximadamente 10% em relação ao ano anterior.

C. ESTADUAL

A comercialização de ovos de granja em Santa Catarina ocorre principalmente nos centros urbanos de maior população. A distribuição, em sua grande maioria, é feita em caixas de trinta dúzias, com subembalagem de uma ou duas e meia dúzias para a venda no varejo.

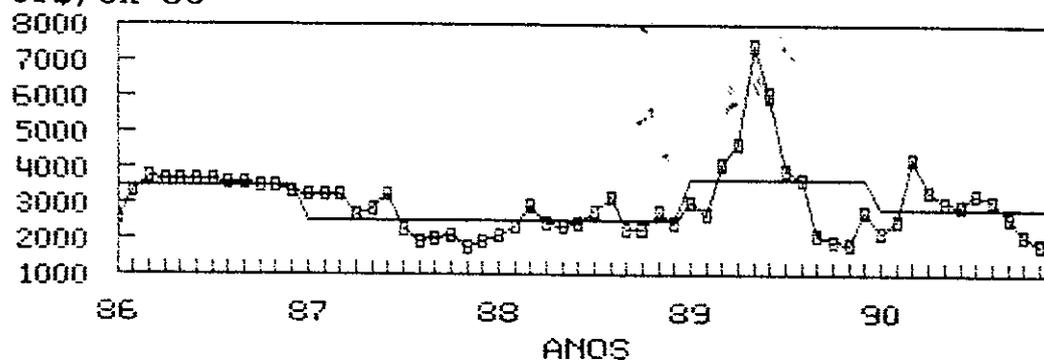
A classificação é feita segundo o peso ou tamanho e pelo tipo branco ou vermelho.

O abastecimento do mercado catarinense em 1990 foi feito com 853 mil caixas de 30 dúzias de produção estadual, representando 61% da demanda, e pela importação de aproximadamente 540 mil caixas de 30 dúzias, e outros 39% principalmente dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Saliente-se que neste balanço não são considerados os excedentes dos incubatórios para a produção de pintos de corte, que podem alterar os números do volume das importações.

Os preços praticados em Santa Catarina oscilam segundo as cotações dos ovos nos estados sulinos, notadamente do estado de São Paulo.

A evolução dos preços reais praticados no mercado atacadista de Florianópolis, de 1986 a 1990, é apresentada no gráfico 1.

GRÁFICO 1
PREÇOS REAIS⁽¹⁾ MENSAIS NO ATACADO DE FLORIANÓPOLIS
E MÉDIA ANUAL DO OVO TIPO II
Cr\$/cx 30



—●— Preço — Média anual

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

Numa análise dos preços reais do ovo vermelho "tipo II", corrigidos para novembro de 1990, verifica-se que a caixa de 30 dúzias em janeiro e fevereiro de 1986 custava, respectivamente, Cr\$ 2.966,35 e Cr\$ 3.842,62, para atingir a casa dos Cr\$ 4.308,43 no mês de março e experimentar um discreto declínio até o mês de dezembro do mesmo ano, quando esteve em Cr\$ 3.902,48. O ano seguinte (1987) foi um ano de preços em baixa; já em janeiro caíram para Cr\$ 3.766,14, chegando a Cr\$ 2.185,54 no mês de dezembro. No mesmo gráfico verifica-se que a média anual dos preços em 1986 foi de aproximadamente Cr\$ 4.000,00 a caixa de 30 dúzias, enquanto em 1987 foi mais baixa, cerca de Cr\$ 3.000,00 a caixa de 30 dúzias.

Em 1988, a média anual dos preços foi bastante semelhante à do ano anterior (vide gráfico), destacando-se os

meses de janeiro e agosto pela menor e maior média mensal do ano, que foram, respectivamente, de Cr\$ 2.357,81 e Cr\$ 3.672,30 a caixa de 30 dúzias.

A melhor cotação dos ovos do período foi em 1989, com a média anual de aproximadamente Cr\$ 4.300,00 a caixa de 30 dúzias. As médias mensais, contudo, tiveram variações bastante significativas, iniciando o ano com preços baixos (Cr\$ 3.123,35/cx em fevereiro), atingindo o pico em maio (Cr\$ 8.623,77/cx), para novamente decrescer até Cr\$ 2.113,90 no mês de novembro.

Em 1990, a média anual dos preços dos ovos baixou para cerca de Cr\$ 3.200,00 a caixa de 30 dúzias, com a maior cotação ocorrendo no mês de março (Cr\$ 4.920,86/cx) e a menor em novembro, quando a média mensal foi de Cr\$ 2.100,00.

Conforme análise apresentada, os preços reais praticados no mercado atacadista de Florianópolis de 1986 a 1990 tiveram variações bastante significativas, tanto mensais quanto anuais. Estas variações podem também ser observadas na relação de troca com o preço da ração, conforme se apresenta na tabela 7.

TABELA 7

RELAÇÃO DE TROCA QUILOGRAMA DE RAÇÃO POR DÚZIA DE OVOS - NÚMERO DE DÚZIAS DE OVOS NECESSÁRIOS PARA ADQUIRIR 1 QUILOGRAMA DE RAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS - 1986-90

MÊS	1986	1987	1988	1989	1990
Janeiro	0,62	0,35	0,50	0,40	0,33
Fevereiro	0,44	0,35	0,42	0,40	0,28
Março	0,39	0,34	0,30	0,25	0,14
Abril	0,36	0,36	0,36	0,21	0,20
Maio	0,36	0,30	0,39	0,12	0,28
Junho	0,36	0,26	0,39	0,17	0,29
Julho	0,36	0,37	0,38	0,23	0,27
Agosto	0,36	0,48	0,34	0,23	0,27
Setembro	0,36	0,53	0,45	0,36	0,33
Outubro	0,36	0,53	0,48	0,29	0,37
Novembro	0,36	0,63	0,42	0,38	0,44
Dezembro	0,36	0,57	0,48	0,27	-

FONTE: Instituto CEPA/SC.

Nesta tabela verifica-se que para o produtor adquirir 1 quilo de ração para postura, em janeiro do ano de 1986

precisava de 0,62 dúzia de ovos, em fevereiro, de 0,44 dúzia, em março, de 0,39 dúzia e do mês de abril a dezembro, de 0,36 dúzia. Estes índices confirmam a análise feita com os preços reais e indicam um período que favoreceu ao produtor quando se observa sob a ótica do preço pago pela ração e aquele recebido pela produção. Este período favorável continua e melhora ainda mais até o mês de junho de 1987, quando com 0,26 dúzia podia ser adquirido 1 quilo de ração.

A partir de julho de 1987 o índice começa a subir, chegando em dezembro do mesmo ano a precisar de 0,63 dúzia de ovos para adquirir 1 quilo de ração para postura, indicando um período desfavorável ao produtor, quando efetivamente ocorreram perdas na atividade.

Em 1988, a relação média de troca foi de 0,41 dúzia de ovos para 1 quilo de ração para postura, atingindo a casa de 0,48 dúzia por quilo de ração no último mês desse ano.

No penúltimo ano da série analisada (1989), a relação de troca dúzia de ovos por quilo de ração foi um tanto desfavorável em janeiro e fevereiro (0,40), caindo para 0,12 dz/1 quilo de ração em maio, retornando a 0,38 dz/1 quilo de ração em novembro. Baixou novamente em dezembro para 0,27 dz/kg de ração, em função do aumento da demanda de Natal e dos sucessivos aumentos da carne bovina.

Em 1990, o índice da relação de troca diminuiu de 0,33 dúzia de ovos por 1 quilo de ração em janeiro para 0,28 dúzia por quilo em fevereiro e 0,14 em março. Se esta relação vinha beneficiando os produtores de ovos, a alta nos preços da energia elétrica, dos combustíveis e o tabelamento dos ovos no mês de março, bem como os sensíveis aumentos nos preços do milho e da soja em abril, aumentaram os custos de produção, elevando o índice de relação de troca para 0,44 dúzia de ovos por 1 quilo de ração em novembro do mesmo ano, relação esta que desestimulou os produtores.

Esta situação desfavorável também pode ser entendida através do poder aquisitivo da população, visto que o volume de

ovos que podia ser adquirido com um salário mínimo foi diminuindo até o mês de agosto (tabela 8). A melhora deste índice se verifica a partir de setembro, e parece estar ligada à inflação e conseqüente baixa relativa no preço dos ovos, aliadas a algum ganho real do salário mínimo.

TABELA 8

QUANTIDADE DE OVOS ADQUIRIDA COM UM SALÁRIO MÍNIMO - 1990

MÊS	NÚMERO DE DÚZIAS DE OVOS (*)	
	Branco	Vermelhos
Janeiro	128,8	111,9
Fevereiro	107,2	100,8
Março	88,7	60,0
Abril	65,5	60,3
Maio	67,8	62,3
Junho	67,9	60,2
Julho	73,7	64,9
Agosto	64,4	57,1
Setembro	81,2	76,0
Outubro	93,3	79,4
Novembro	128,5	105,2

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(*) Preços de varejo em Florianópolis/SC.

4. PERSPECTIVA PARA 1991

Em nível mundial, verifica-se um significativo incremento na produção de ovos no período de 1984 a 1988 (17,4%); esta evolução, porém, torna-se menos otimista ao se constatar que a produção de 1989 foi apenas 0,2% superior àquela verificada em 1988 (tabela 1).

Para 1990, a produção mundial deve permanecer por volta de 35 milhões de toneladas, refletindo quedas na Europa Oriental, URSS e Japão, ao lado de um lento crescimento em outros lugares. A recuperação com um crescimento moderado deverá ocorrer em 1991.

No Brasil, o plantel de poedeiras esteve em alta no último semestre de 1990, saltando de 54,5 milhões de aves, em média, no primeiro semestre, para 56 milhões no segundo semestre do ano. Considerando-se que o alojamento de pintos comerciais esteve entre 4,5 e 5 milhões de cabeças por mês, a expectativa é de uma elevação na oferta de ovos no primeiro semestre de 1991.

Esta situação está preocupando os avicultores catarinenses e as diversas lideranças da avicultura nacional, pois, com a expectativa de um agravamento da situação econômica do país, diversas dificuldades e problemas poderão afetar a avicultura de postura, principalmente se se confirmar uma oferta de ovos superior à demanda, que deverá estar comprimida pelo baixo poder aquisitivo da população. Entende-se que os avicultores, no intuito de evitar problemas mais sérios para a atividade e seus empreendimentos, devem administrar cuidadosamente o alojamento de pintos e o descarte de poedeiras, visando a um volume de produção que não force os preços para baixo e, assim, caso a situação econômica do país recomende, viabilizar uma reorientação das ações antes que ocorram maiores prejuízos.

3.3. BOVINOS DE CORTE

1. PRODUÇÃO

A. PRODUÇÃO MUNDIAL

A produção mundial de carne bovina em 1990 foi a menor dos últimos três anos. De acordo com as estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o total produzido neste ano foi de aproximadamente 45 milhões de toneladas, cerca de 1,2% menor que o de 1989 e 0,5% inferior ao de 1988. Para 1991 espera-se uma produção equivalente à de 1989, ou seja, um total de 45,6 milhões de toneladas.

A redução na produção mundial de 1990 decorre basicamente da queda verificada nos Estados Unidos, que vêm registrando quedas consecutivas nos abates desde 1987. Comparando-se a produção de 1986 com a de 1990, a queda na produção americana foi da ordem de 7,19%. A produção mexicana também sofreu redução expressiva (+/- 14%) em 1990. Na América do Sul, a produção foi menor na Argentina e no Brasil, principais produtores da região.

Na URSS, a produção de 1990 foi 100 mil toneladas menor que a de 1989. Os acréscimos ficaram por conta da Comunidade Econômica Européia (CEE), dos países do Oeste Europeu e de outros países com menor expressão na produção mundial.

Mesmo com decréscimo em sua produção nos últimos quatro anos, os Estados Unidos continuam como o maior produtor mundial, vindo logo a seguir a URSS, a CEE e a América do Sul, onde se destacam as produções argentinas e brasileiras.

As previsões tanto do USDA quanto da FAO sobre a produção brasileira de carne bovina ficam muito abaixo do volume previsto pelas entidades ligadas à pecuária nacional.

TABELA 1
 PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNE BOVINA SEGUNDO PAÍSES E REGIÕES SELECIONADOS - PARTICIPAÇÃO E VARIACÃO - 1985-1991

PAÍS/REGIÃO	(mil t em equivalente carcaça)							VARIACÃO % (b/a)	PARTIC. % 90
	1985	1986	1987	1988	1989 (a)	1990 (b)	1991(1)		
USA	10.977	11.292	10.884	10.880	10.633	10.484	10.604	- 1,40	23,25
Rest América do Norte	2.368	2.235	2.182	2.727	3.120	2.790	2.817	-10,58	6,19
América Central	328	331	318	321	320	311	318	- 2,81	0,69
Brasil	2.400	2.000	2.250	2.448	2.296	2.150	2.280	- 6,36	4,77
Rest. América do Sul	4.089	4.194	3.907	3.945	4.025	3.933	3.927	- 2,29	8,72
CEE	7.845	8.032	8.106	7.645	7.451	7.577	7.645	1,69	16,80
Oeste Europeu	676	663	661	617	616	628	630	1,95	1,39
Leste Europeu	2.679	2.574	2.587	2.414	2.405	2.288	2.367	- 4,86	5,07
URSS	7.370	7.840	8.288	8.600	8.800	8.700	8.700	- 1,14	19,29
China	467	589	792	958	1.025	1.100	1.250	15,12	2,62
Rest. Ásia	804	866	859	1.424	1.400	1.464	1.536	- 1,08	3,25
Oceania	1.824	1.944	2.112	2.095	2.115	2.116	2.056	0,05	4,69
Outros	1.705	1.781	2.046	1.257	1.345	1.470	1.501	9,27	3,26
TOTAL	43.552	44.341	44.992	45.331	45.631	45.091	45.631	-1,18	100,00

FONTE: USDA. World Agricultural Production, set. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativas preliminares.

B. PRODUÇÃO BRASILEIRA

De acordo com as previsões do Sindicato Nacional de Pecuária de Corte - SINDIPEC, a produção brasileira de carne bovina deverá situar-se ao redor de 3,4 milhões de toneladas em 1990, contra 3,5 milhões em 1989, representando um decréscimo de 2,85%.

Outras entidades ligadas ao setor e alguns especialistas da área estimam a produção brasileira em mais de 4,1 milhões de toneladas em 1990. O cálculo tem por base pesquisas feitas pela Fundação IBGE em 1987/88 sobre o número de couros processados pela indústria, que indicam um abate superior a 21 milhões de cabeças/ano. Esta diferença entre as diversas fontes decorre da falta de estatísticas atualizadas e precisas sobre o assunto.

As estatísticas dos principais organismos internacionais que fazem previsões de safras agrícolas situam a produção brasileira ligeiramente acima de 2 milhões de toneladas, o que seguramente está muito abaixo da realidade.

Apesar de não representar o consenso, o número mais adotado para expressar a produção brasileira de 1990 é de 3,4 milhões de toneladas.

A redução na produção deste ano teve como principais determinantes os seguintes fatores:

1. redução dos confinamentos na entressafra, estimada em 350 mil cabeças em 1990, contra 700 mil em 1989;
2. menor abate de fêmeas, em função da valorização dos animais de reposição;
3. retenção de boi gordo no pasto em determinadas épocas do ano (primeiro, os pecuaristas evitaram vender animais em condições de abate, à espera das alterações na política econômica que viria com a posse do novo governo; posteriormente, pela pouca atratividade e confiabilidade no mercado financeiro);
4. menor abate dos frigoríficos voltados às exportações;
5. redução no consumo em determinados períodos do ano;
6. crescimento das importações de carne dos países do Cone Sul.

A oferta de boi gordo só foi regular a partir de outubro.

Mesmo com a redução na produção deste ano, não houve problemas de abastecimento no mercado interno. Primeiro, porque os altos preços, na média do ano, provocaram redução no consumo. Segundo, porque em 1990 o Brasil exportou pouco e aumentou suas importações, o que se refletiu numa oferta interna maior.

C. PRODUÇÃO CATARINENSE

A produção catarinense de carne bovina, estimada inicialmente em 71 mil toneladas, deverá manter-se ao redor de 69 mil toneladas em 1990. Mesmo não se confirmando as estimativas iniciais, a produção deste ano deverá ser

ligeiramente superior à de 1989, em função de investimentos feitos no setor em anos anteriores. A menor oferta de boi gordo em determinadas épocas do ano, pelos mesmos fatores explicitados no tópico que trata da produção nacional, impedem que as previsões iniciais se confirmem.

Do total abatido em 1990, estima-se que 41,66%, ou seja, 145 mil cabeças, tenha sido através das agroindústrias inspecionadas, 7% para autoconsumo das unidades produtoras e 51,34% (17,8 mil cabeças) nos estabelecimentos não inspecionados.

TABELA 2

ABATES TOTAIS MENSAIS DE BOVINOS E VARIAÇÃO PERCENTUAL EM SANTA CATARINA - 1984-90

(mil cabeças)

MÊS	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	VAR %
						(a)	(b)	b/a
Jan	20,8	21,9	26,1	21,8	27,1	32,2	30,9	-4,04
Fev	20,7	20,6	23,9	24,6	28,0	30,3	27,0	-10,89
Mar	22,3	23,5	25,0	27,5	30,7	31,9	26,9	-15,67
Abr	22,7	23,6	27,2	28,4	29,7	29,3	32,0	9,22
Mai	24,4	24,9	24,3	28,0	28,7	27,1	37,1	36,90
Jun	17,9	21,7	23,0	25,7	28,9	28,0	27,8	-0,71
Jul	17,3	20,0	21,3	24,4	26,8	24,7	27,2	10,12
Ago	16,2	19,6	23,3	24,3	25,1	26,0	26,0	0,00
Set	17,3	22,0	22,2	25,2	25,4	27,0	24,7	-8,52
Out	17,4	26,0	22,6	25,6	28,2	30,1	31,8	5,65
Nov	18,0	26,2	23,0	30,2	28,7	28,7	28,2	-1,74
Dez	20,7	25,4	22,6	29,9	29,0	28,6	29,0	1,40
TOTAL	235,8	275,2	284,5	315,7	336,1	343,9	348,6	1,37

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC e Instituto CEPA/SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

2. COMERCIALIZAÇÃO

A. MUNDIAL

Conforme estimativas do USDA, o volume de carne bovina exportado em 1990 foi de 3,165 milhões de toneladas, contra 3,269 milhões em 1989, ou seja, um decréscimo de 3,19%, devido á redução das vendas da Comunidade Econômica Européia, da Nova Zelândia e do Uruguai. Os maiores exportadores foram, pela ordem: Austrália, Argentina, Comunidade Econômica Européia, Nova Zelândia, Brasil e Estados Unidos. As exportações brasileiras, estimadas pelo USDA em 350 mil toneladas em 1990, não deverão ultrapassar as 250 mil toneladas.

Entre os principais importadores, destacam-se os Estados Unidos, os países do Oriente Médio e Norte da África, o Japão e a Comunidade Econômica Européia.

TABELA 3
EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA, SEGUNDO OS PAÍSES SELECIONADOS - PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO - 1985-90

PAÍS	(em mil t)							
	1985	1986	1987	1988	1989 (a)	1990(1) (b)	VAR.% (b/a)	PART.% 90
EUA	151	239	288	184	190	235	23,68	7,42
Austrália	690	809	780	808	832	920	10,58	29,07
Canadá	118	105	91	87	111	120	8,11	3,79
Argentina	260	251	300	300	360	420	16,67	13,27
Brasil	530	350	378	500	280	350	25,00	11,06
Uruguai	120	187	110	130	175	120	-31,43	3,79
CEE	772	1.161	1.280	1.016	670	480	-28,36	15,17
URSS	30	7	7	7	8	10	25,00	0,32
Nova Zelândia	332	340	325	378	430	350	-18,60	11,06
Outros países	268	257	234	209	213	160	-24,88	5,06
TOTAL	3.271	3.706	3.793	3.619	3.269	3.165	-3,18	100,00

FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(1) Estimativas preliminares.

TABELA 4
IMPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA, SEGUNDO OS PAÍSES SELECIONADOS - PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO - 1985-90

PAÍS	(em mil t)							
	1985	1986	1987	1988	1989 (a)	1990(1) (b)	VAR.% b/a	PART.% 90
EUA	1.221	1.201	1.375	1.091	925	915	-1,08	33,15
Canadá	110	113	120	165	170	170	0,00	6,09
Oriente Médio e Norte da África	798	722	719	566	560	585	4,46	20,07
CEE	466	465	496	422	434	445	2,53	15,56
Japão	280	318	379	386	471	520	10,40	16,88
URSS	345	380	178	114	110	110	0,00	3,94
Brasil	51	419	152	70	120	180	50,00	4,30
TOTAL	3.271	3.618	3.419	2.814	2.790	2.925	4,84	100,00

FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(1) Estimativas preliminares.

TABELA 5
CONSUMO MUNDIAL DE CARNE BOVINA - PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO - 1985-90

PAÍS	(em mil t)							Var. % (b/a)	Par. % 90
	1985	1986	1987	1988	1989 (a)	1990 (b)			
Canadá	1.025	1.048	1.021	1.035	1.043	1.063	1,92	2,38	
México	1.346	1.200	1.206	1.768	2.159	1.922	-10,98	4,31	
EUA	11.819	12.036	11.660	11.640	11.200	11.231	0,28	25,18	
América do Norte	14.190	14.284	13.887	14.443	14.402	14.216	-1,29	31,87	
Argentina	2.480	2.599	2.413	2.291	2.250	2.060	-8,44	4,62	
Brasil	1.928	2.140	2.112	2.000	2.200	2.300	4,54	5,16	
Uruguai	195	179	182	195	175	175	0,00	0,39	
América do Sul	5.607	5.893	5.623	5.490	5.688	5.625	-1,11	12,61	
França	1.702	1.709	1.722	1.662	1.600	1.600	0,00	3,59	
Alemanha	1.411	1.433	1.447	1.443	1.440	1.425	-1,04	3,19	
Grécia	220	220	255	252	257	260	1,17	0,58	
Irlanda	88	88	81	79	79	79	0,00	0,18	
Itália	1.578	1.657	1.555	1.549	1.545	1.550	0,32	3,47	
Holanda	255	254	294	263	258	235	-8,91	0,53	
Inglaterra	1.173	1.232	1.283	1.234	1.237	1.245	0,65	2,79	
CEE	7.315	7.516	7.584	7.431	7.335	7.319	-0,22	16,41	
Alemanha Oriental	400	438	423	434	425	426	0,24	0,96	
Polónia	790	818	805	820	729	769	5,49	1,72	
Romênia	170	100	125	115	120	125	4,17	0,28	
Leste Europeu	2.321	2.318	2.286	2.310	2.186	2.208	1,01	4,95	
URSS	7.660	8.083	8.423	8.575	8.665	8.715	0,58	19,54	
Israel	62	81	73	71	73	73	0,00	0,16	
Arábia Saudita	73	73	52	49	53	57	7,55	0,13	
Turquia	243	260	270	266	269	279	3,72	0,63	
Oriente Médio	378	414	395	386	395	409	3,54	0,92	
Egito	627	707	707	600	592	604	2,03	1,35	
China	452	563	758	904	968	1.038	7,23	2,33	
Formosa	37	43	43	51	50	50	0,00	0,11	
Hong Kong	77	78	78	88	77	83	7,79	0,19	
Japão	780	830	880	845	1.010	1.105	9,40	2,48	
Coreia	168	205	210	196	200	219	9,50	0,49	
Ásia	1.609	1.830	2.073	2.293	2.415	2.607	7,95	5,84	
Austrália	639	665	639	645	625	645	3,20	1,45	
Nova Zelândia	150	129	128	124	121	119	-1,65	0,27	
Oceania	789	794	767	771	746	764	2,41	1,71	
TOTAL	40.496	41.839	41.745	42.299	42.424	42.467	0,10	95,21	
TOTAL GERAL	42.277	43.612	43.968	44.276	44.522	44.605	0,19	100,00	

FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

B. NACIONAL

As exportações brasileiras de carne bovina em 1990 deverão situar-se ao redor de 250 mil toneladas, cerca de 11% a menos que as 280 mil exportadas em 1989 e menos de 50% do volume exportado em 1988, que totalizou 510 mil toneladas. Neste ano, as exportações foram dificultadas pelos altos preços da carne no mercado interno e pela defasagem cambial até outubro.

As importações, ao contrário, foram favorecidas pelos mesmos fatores; As estimativas, ainda que preliminares, apontam para uma importação entre 240 e 250 mil toneladas, praticamente 100 mil a mais que em 1989.

Outro fator que contribuiu para aumentar as importações brasileiras foi a liberação das taxas alfandegárias para compras dos países do Cone Sul.

Para não fugir à regra, o mercado brasileiro de carne bovina esteve confuso em 1990. Antes do Plano Collor, os pecuaristas evitaram vender boi gordo, à espera das alterações na política econômica que viria com a posse do novo governo. Neste período, a oferta foi pequena; apesar disto, os preços médios do período foram mais baixos que a média anual.

Nos primeiros trinta dias após o plano, a oferta cresceu e os preços caíram, pois os produtores tiveram que vender para obter recursos para custeio de suas atividades.

A partir da segunda quinzena de abril, até setembro, salvo em curtos períodos, a oferta de boi gordo foi pequena e os preços registraram, em média, ganhos reais. Neste período, a pouca atratividade e a falta de confiabilidade no mercado financeiro fizeram com que os pecuaristas retivessem no pasto os animais em condições de abate como reserva de capital. Da mesma forma, as vendas de animais de reposição foram pequenas e seus preços, altos, o que ajudou a manter baixa a oferta de boi gordo.

A oferta de boi gordo só aumentou a partir de outubro, provocando queda em seus preços.

O consumo de carne bovina esteve abaixo do potencial do mercado praticamente durante todo o ano. Isto ocorreu devido a seus altos preços, ao baixo poder aquisitivo dos assalariados e à maior oferta de carne de frango a preços mais acessíveis.

Em certos períodos do ano, os frigoríficos voltados às exportações interromperam seus abates, pois os preços da carne no mercado brasileiro eram superiores aos praticados no mercado internacional.

Com a carne bovina tabelada para venda no varejo e ausência de estoques para interferir no mercado, o governo federal tomou algumas medidas objetivando alterar o quadro de pouca oferta e preços altos vigentes no período de abril a setembro deste ano. Primeiro, autorizou a importação de boi magro dos países do Cone Sul a taxas alfandegárias diferenciadas, objetivando com isto aumentar o número de animais confinados na entressafra e regular o mercado interno de animais de reposição. Posteriormente, a partir do início de julho, liberou os preços da carne de primeira para venda no varejo, para permitir aos frigoríficos pagar mais pelo boi gordo e com isto estimular os pecuaristas a vender animais em condições de abate. Em seguida, liberou também os preços dos cortes de segunda para as vendas ao consumidor. Finalmente, liberou as importações de carne bovina, isentando-as de impostos, primeiro dos países do Cone Sul, e, posteriormente, de qualquer mercado.

De uma maneira geral, as medidas adotadas não surtiram os efeitos desejados. As importações de animais vivos, previstas inicialmente em 50 mil toneladas, esbarraram nas medidas protecionistas adotadas pelos governos do Uruguai e da Argentina e nos custos de frete, que possibilitaram compras mais expressivas pelo Rio Grande do Sul. A liberação dos preços da carne para venda no varejo provocou altas nos preços do produto e do boi gordo, mas seus efeitos sobre a oferta foram pequenos. Somente as importações de carne "in natura"

contribuíram para mexer com o mercado. Além dos preços mais baratos, a quantidade importada (aproximadamente 250 mil toneladas) é suficiente para manter o mercado ofertado e provocar redução nos preços.

A maior disponibilidade de carne de aves contribuiu para diminuir a demanda de carne bovina.

Em Santa Catarina, o mercado se comportou à semelhança do nacional. Houve retenção de boi gordo no mesmo período que no resto do país; os principais distribuidores importaram carne do Uruguai e da Argentina e as vendas, de uma maneira geral, foram baixas; por isso, o abate foi inferior às previsões do início do ano.

3. ABASTECIMENTO E PREÇOS

Como foi descrito acima, apesar da menor oferta de boi gordo em 1990, não houve problemas de abastecimento de carne bovina no mercado brasileiro. A redução no consumo por motivo dos altos preços do produto e dos baixos salários, as importações em maior volume, a redução nas exportações e a maior oferta de carne de aves permitiram que o mercado se mantivesse plenamente abastecido durante praticamente todo o período. Somente de janeiro a março, quando a oferta de boi gordo foi menor, o abastecimento de carne bovina foi feito com dificuldades.

De acordo com as estimativas do balanço da oferta e a demanda de carne bovina no Brasil, o consumo interno em 1990 foi da ordem de 3,4 milhões de toneladas, quase igual ao de 1989. O consumo per capita médio foi de 22,6 quilos/habitante/ano.

TABELA 6

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE CARNE BOVINA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA - 1985-90

(em mil t)

SITUAÇÃO	BRASIL					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990
	Estoque inic.	20	15	20	50	30
Produção	3.060	3.050	3.230	3.280	3.500	3.480
Importação	50	407	130	70	137	250
Suprim. Int.	3.130	3.472	3.380	3.400	3.667	3.450
Exportação	487	348	350	500	250	250
Consumo Int.	2.628	3.084	2.980	2.870	3.367	3.400
Estoque Final	15	20	50	30	50	50
Kg/Per Capita	19,3	21,5	20,6	20	23,2	22,66

(continua)

(conclusão)

SITUAÇÃO	SANTA CATARINA					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990
	Estoque inic.	-	-	4	4	-
Produção	53	59	62	65	69	70
Importação	13,2	3	10	7	12	20
Suprim. Int.	66,2	62	76	76	80	98
Exportação	-	-	-	-	-	-
Consumo Int.	66,2	62	72	76	80	89
Estoque Final	-	4	4	-	-	8
Kg/Per Capita	16,5	18,3	17,0	17,0	17,4	17,6

FONTE: Fundação IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

OBS: Para estimativas de produção considerou-se um rendimento médio de 162 quilos de carne/carcaça.

TABELA 7

PREÇOS REAIS(1) MÉDIOS MENSAIS DE BOVINOS EM SANTA CATARINA
1986-90

(Cr\$/arroba em pé)

MÊS	1986	1987	1988	1989	1990
Jan	4.773,12	5.598,74	2.049,00	2.825,04	2.625,20
Fev	4.151,11	4.898,74	2.354,84	3.129,96	2.207,91
Mar	3.780,13	4.631,79	2.426,11	3.250,35	2.058,49
Abr	3.858,94	5.432,13	2.556,23	3.618,23	2.136,87
Mai	4.026,54	4.602,74	2.229,30	4.144,76	2.680,87
Jun	4.026,12	3.656,69	2.622,87	5.326,36	2.837,46
Jul	4.239,50	4.061,08	3.343,77	3.763,54	3.097,55
Ago	4.234,10	4.342,91	3.391,87	4.136,34	3.261,82
Set	4.634,83	4.189,39	4.021,80	3.268,02	3.649,71
Out	5.552,57	4.759,09	3.849,31	2.664,25	3.081,05
Nov	6.688,45	3.825,12	3.759,18	2.712,43	2.570,00
Dez	6.351,39	3.157,17	3.973,85	2.653,20	

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP/DI para nov/90.

Mesmo com a oferta de boi gordo reprimida na maioria dos meses, os preços médios mensais em 1990 estiveram abaixo da média dos últimos cinco anos. De janeiro a abril, mesmo com as vendas reprimidas, os pecuaristas obtiveram os piores resultados do ano. A partir de maio, com a alta nos preços dos animais de reposição (boi magro, garrotes e bezerros), a cotação da arroba do boi gordo registrou ganho real até setembro. De outubro em diante, com a maior atratividade do mercado financeiro e a proximidade do fim da entressafra, os produtores aumentaram a oferta. Em função disto, tanto os preços do boi gordo quanto dos animais de reposição registraram queda real.

A arroba do boi gordo cotada em dólar atingiu seu pique em setembro, quando chegou a 40 dólares. Na média do ano esteve superior aos anos anteriores, graças à defasagem cambial que se estendeu de março a outubro.

4. PERSPECTIVAS PARA 1991

As estatísticas sobre a produção e o mercado de carne bovina são pouco confiáveis. Os números conhecidos devem ser considerados apenas como indicadores. Os dados apresentados representam uma certa unanimidade. Existem informações que dão como correta uma produção de 1,0 milhão de toneladas a mais. De qualquer forma, tanto os dados pouco esclarecedores como os mais reconhecidos indicam uma tendência.

A produção nacional deve atingir 3,5 milhões de toneladas, consubstanciando um moderado crescimento de 2%. O aumento da oferta no Sul e no Sudeste será mais bem observado, pois decorre dos ganhos de produtividade do efetivo. No Norte e no Centro-Oeste, com a continuidade da expansão horizontal dos plantéis, o aumento da oferta será menos sentido, pois parte da produção destinar-se-á à incorporação do rebanho. Este quadro não difere do constatado em anos anteriores. Grande parte deste desempenho é tributada à ampliação da oferta na entressafra.

A expectativa para Santa Catarina é de que a produção se mantenha estável em 70 mil toneladas, em decorrência dos baixos níveis de produtividade e da escassez de terras para a expansão dos plantéis. Para atender às necessidades de abastecimento será necessária a importação de 15 a 20 mil toneladas.

3.4. BOVINOS DE LEITE

1. PRODUÇÃO

A produção mundial de leite de vaca vem crescendo ano a ano. Segundo dados do USDA, em 1989 teria apresentado um crescimento de 1,4% em relação à 1988. As estimativas para este ano de 1990 indicavam que persistiria a tendência de crescimento em níveis próximos de 1,4%. Esta perspectiva decorre, em boa medida, da expectativa de incremento na produção do México, Estados Unidos, Brasil e Índia.

No período de 1980 a 1990, particular destaque merecem os crescimentos verificados na produção da Índia, Brasil, México, Japão e Argentina. Na Europa, o que se percebeu de forma bastante caracterizada, nesse mesmo período, foi que a produção permaneceu estabilizada ou decrescente na maioria dos países. Exceções ficam por conta principalmente da Tchecoslováquia e da União Soviética (tabela 1).

Essa estabilização na produção dos países europeus, de forma mais particular naqueles da Comunidade Econômica Européia, certamente se deveu a políticas deliberadas para, de um lado, adequar de forma mais apropriada a oferta à demanda e, de outro, para escoar os elevados estoques de derivados de leite.

No Brasil, as estimativas referentes à produção de 1990 apontam para um crescimento de 4,4% em relação à verificada em 1989. Este crescimento é atribuído tanto à expansão da bovinocultura para as regiões de fronteira agrícola, como também ao seu crescimento dentro de estados em que já tinha presença significativa. Contudo, o principal fator foi o aumento de produtividade do rebanho, que, pelas condições climáticas mais favoráveis que as verificadas em 1989 (particularmente nos primeiros meses), contou com uma disponibilidade mais significativa de pastagens de melhor qualidade.

TABELA 1
 PRODUÇÃO DE LEITE DE VACA DE ALGUNS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL MUNDIAL - 1980 E 1986-90

PAÍS	ANO	1980	1986	1987	1988	1989 (Preliminar)	1990 (Estimativa)
Canadá		7.920	7.925	7.986	8.229	7.980	7.900
México		6.750	8.000	8.971	8.830	8.970	9.330
Estados Unidos		58.298	65.037	64.732	65.840	65.432	67.250
Argentina		5.307	6.296	6.582	6.168	6.725	6.500
Brasil		11.162	12.492	12.996	13.522	13.600	14.200
Chile		1.080	1.130	1.133	1.154	1.270	1.420
Peru		780	652	655	668	652	565
Venezuela		1.338	1.591	1.641	1.796	1.668	1.480
Bélgica-Luxemburgo		4.033	4.213	4.074	3.915	3.917	3.810
Dinamarca		5.117	5.111	4.860	4.739	4.474	4.730
França		33.300	28.074	27.146	26.000	26.150	26.400
Alemanha Ocidental		24.779	26.350	24.436	23.974	24.242	23.600
Grécia		713	643	628	652	675	640
Irlanda		5.388	5.816	5.751	5.573	5.447	5.534
Itália		10.645	10.278	10.300	10.671	10.828	10.900
Países Baixos		11.785	12.695	11.672	11.406	11.321	11.150
Portugal		757	1.200	1.253	1.346	1.420	1.480
Espanha		6.053	5.971	5.941	5.950	6.000	6.100
Reino Unido		15.983	16.218	15.360	14.880	14.600	14.800
Áustria		3.430	3.739	3.607	3.320	3.310	3.320
Finlândia		3.275	3.071	2.938	2.721	2.729	2.740
Noruega		1.944	1.952	1.961	1.908	1.903	1.900
Suécia		3.465	3.533	3.477	3.445	3.420	3.460
Suíça		3.655	3.845	3.768	3.768	3.889	3.880
Tchecoslováquia		5.909	7.015	6.921	6.963	7.100	7.100
Alemanha Oriental		8.321	7.914	8.188	8.080	8.190	7.840
Hungria		2.545	2.732	2.770	2.788	2.840	2.800
Polónia		16.480	15.747	15.467	15.450	16.371	16.170
Romênia		4.140	4.239	4.275	4.300	4.150	4.500
Iugoslávia		4.342	4.661	4.736	4.629	4.599	4.510
União Soviética		90.200	102.173	103.400	106.800	108.529	109.000
África do Sul		2.500	2.200	2.410	2.450	2.557	2.641
Índia		13.000	19.500	21.200	22.000	24.000	26.700
China		5.598	2.860	3.301	3.660	3.813	4.300
Japão		6.504	7.457	7.335	7.607	8.059	8.100
Áustria		5.398	6.205	6.367	6.297	6.465	6.435
Nova Zelândia		6.708	8.226	7.245	7.936	7.406	7.779
OUTROS PAÍSES		29.320	31.391	31.303	31.588	32.348	32.792
TOTAL MUNDIAL(1)		427.930	458.152	456.866	461.023	467.350	473.765

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1982 e 1990.

Anuario FAO de Producción, 1982 e USDA. World Agricultura Producción, nov. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) À exceção de 1980, a produção mundial está estimada com base no crescimento verificado na produção dos países selecionados na tabela.

TABELA 2

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE LEITE - 1980-90

ANO	PRODUÇÃO (1.000 litros)
1980	11.162.245
1981	11.323.967
1982	11.461.215
1983	11.463.018
1984	11.932.908
1985	12.078.399
1986	12.491.809
1987	12.996.497
1988	13.521.881
1989(1)	13.600.000
1990(2)	14.200.000

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1982 a

1990.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) e (2) Estimativas da FAO e do USDA, respectivamente.

Em Santa Catarina ainda não existem estimativas sobre a produção de 1990. A de 1989, entretanto, é estimada em patamares bastante surpreendentes. Segundo levantamentos realizados pelo IBGE, teria apresentado um crescimento de 7,7% sobre a de 1988. Embora parte deste crescimento se deva ao aumento no número de vacas ordenhadas, verificou-se melhora na produtividade do rebanho. Para este ano de 1990 prevê-se que a produção tenha permanecido crescente. Além da tendência de continuar aumentando o número de animais em produção, as condições climáticas foram mais favoráveis que as de 1989 para o desenvolvimento das pastagens e, portanto, para a produção leiteira.

Além desses aspectos, destaca-se que com a ampliação da infra-estrutura industrial de recebimento de leite verificada nos últimos anos a produção leiteira passou a ter um objetivo mais comercial. Com isso, parte dos produtores passou a investir de forma mais acentuada na produção. Isto significa aumento nos níveis de produtividade do rebanho. Não obstante isso não valha para muitos produtores, em algumas regiões tem sido apontado como um importante fator de crescimento da produção.

TABELA 3
VACAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO DE LEITE E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA - 1980-89

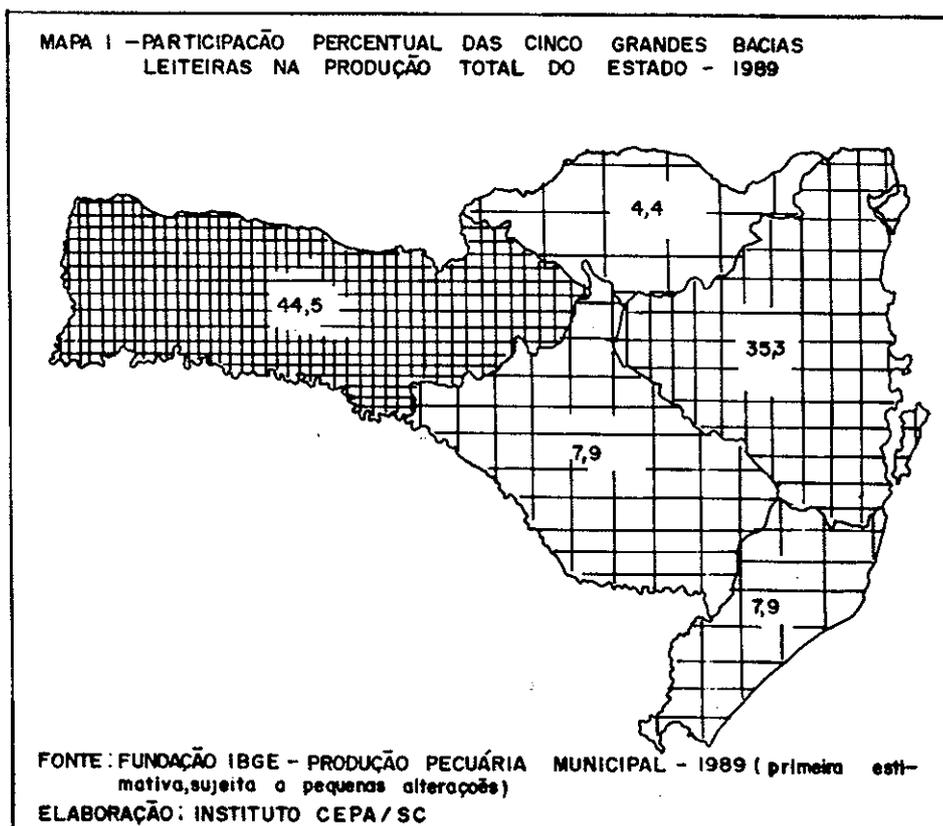
ANO	VACAS ORDENHADAS (No cabeças)	PRODUÇÃO (1.000 l)	RENDIMENTO (l/vaca ord/ano)
1980	433.586	534.157	1.232
1981	516.112	517.720	1.003
1982	510.059	510.959	1.002
1983	477.627	519.748	1.088
1984	486.658	540.383	1.110
1985	465.631	603.704	1.297
1986	507.235	587.028	1.157
1987	527.021	612.233	1.162
1988	538.247	622.443	1.156
1989(1)	560.131	670.143	1.196
1990(2)	570.000	684.000	1.200

FONTE: Fundação IBGE, Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1980 e 1985, Produção de Pecuária Municipal - Regiões Sul e Centro-Oeste, 1981-88; Produção Pecuária Municipal - Santa Catarina, 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados sujeitos a pequenas revisões.
(2) Estimativas.

Em termos de bacias leiteiras do estado, permanece a tendência dos últimos anos, isto é, a produção da bacia do oeste do estado tende a aumentar a participação no total do estado. Em 1989 respondeu por 46% da produção estadual. Além disso, é em boa parte das microrregiões que a compõem que se verificam produtividades bem maiores que a média estadual, podendo crescer com relativa facilidade.



COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

A política de preços, bastante ruim neste ano de 1990, não impediu que o volume de leite entregue às indústrias brasileiras apresentasse incremento por mais uma vez. Segundo estimativas do IBGE, no período de janeiro a agosto apresentou um crescimento de 7,5% em relação a igual período de 1989.

TABELA 4

PRODUÇÃO DE LEITE RECEBIDA PELAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS - 1980-90

ANO	PRODUÇÃO (1.000 l)	VARIÇÃO (%)
1980	7.728.338	-
1981	8.400.312	8,69
1982	8.126.315	(-) 3,26
1983	8.585.316	5,65
1984	8.009.838	(-) 6,70
1985	7.916.429	(-) 1,17
1986	7.640.170	(-) 3,49
1987	8.906.423	16,57
1988	9.065.651	1,79
1989(1)	8.905.865	(-) 1,76
1990(2)	9.570.000	7,46

FONTE: Fundação IBGE. Pesquisa Mensal de Leite-Brasil, 1984-90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dado sujeito a pequenas alterações.

(2) Estimativas.

Esse crescimento no volume comercializado é explicado, em parte, pelo aumento na produção total que gera um excedente que acaba tomando os caminhos do mercado. Ressalte-se, ainda, que, apesar de todos os problemas que tem atravessado, a atividade leiteira está em expansão em diversas regiões do país. Além disso, é importante destacar que um pouco antes da mudança de governo os produtores receberam um reajuste de preço bastante significativo que os estimulou a comercializar a produção por um bom período da entressafra. Neste sentido, aliás, é bom que se relembre que os preços recebidos em boa parte do primeiro semestre estavam em patamares até razoáveis; a partir de junho é que ficaram em níveis ruins.

O mercado nacional, por sua vez, em face do decréscimo da massa salarial, esteve bastante retraído, particularmente o de subprodutos. Além disto, neste ano verificou-se uma entrada maior de produtos argentinos e uruguaios (particularmente

queijo), o que ajudou a restringir ainda mais o mercado de muitas indústrias nacionais.

Essa retração de mercado de subprodutos provocou um escoamento maior de leite do que o esperado para o consumo "in natura". Isto aliado a alguma diminuição no consumo permitiu abastecer o mercado com relativa tranquilidade no ano de 1990, inclusive no período de entressafra.

Em Santa Catarina, 1990 foi mais um ano de crescimento na produção de leite cru comercializado para as indústrias sob inspeção federal (cerca de 6% sobre a de 1989). A exemplo dos últimos anos, isto se deveu mais a um crescimento horizontal do que a ganhos de produtividade na atividade.

TABELA 5

PRODUÇÃO DE LEITE RECEBIDA PELAS INDÚSTRIAS SOB INSPEÇÃO FEDERAL EM SANTA CATARINA - 1980-90

ANO	PRODUÇÃO (1.000 l)	VARIAÇÃO (%)
1980	83.676,0	-
1981	87.644,0	4,74
1982	96.249,1	9,82
1983	101.464,0	5,42
1984	106.084,1	4,55
1985	131.724,2	24,17
1986	159.917,9	21,40
1987	189.776,9	18,67
1988	210.559,8	10,95
1989	213.240,4	1,27
1990(1)	226.000,0	5,98

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
(1) Estimativa.

O crescimento horizontal, entretanto, parece estar perdendo fôlego. Apesar da abertura de novos postos de resfriamento este ano, outros já estão deixando de funcionar.

Além disso, verifica-se uma concorrência mais acirrada pelas linhas de leite de algumas regiões produtoras.

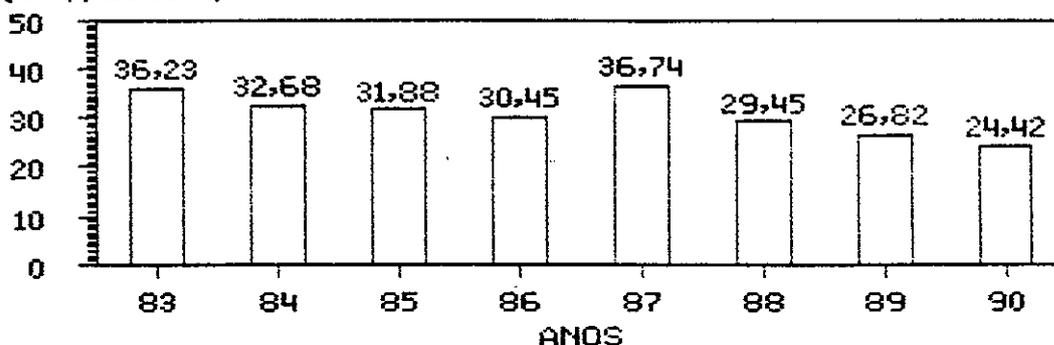
Embora ainda existam regiões em que as indústrias podem instalar novas unidades, elas já começam a se tornar exceção. Crescimentos mais significativos na produção passam a depender mais fortemente de outros fatores que não apenas o aumento do número de produtores que lhes entregam leite.

O mercado para as indústrias estaduais não foi diferente do que se verificou no país. Além de atingidas pela retração no mercado de subprodutos, não conseguiram realizar vendas de leite resfriado para outros estados em níveis tão satisfatórios quanto em anos anteriores.

Esta situação contribuiu para impedir, a partir do mês de julho (com o fim do tabelamento dos preços do leite), a recuperação de preços que os produtores esperavam. Inicialmente, o próprio governo continuou a exercer sobre eles um forte controle, apesar de não os tabelar. Posteriormente, o próprio crescimento da produção, conjugado com a redução no consumo de subprodutos, dificultou às indústrias o aumento dos preços ao consumidor, e, conseqüentemente, aos produtores. Existia algum receio de que o consumo se restringisse ainda mais e o excesso de produção fosse muito grande.

Com isso, no ano de 1990 apenas por três ou quatro meses os preços recebidos pelos produtores catarinenses estiveram em patamares um pouco mais razoáveis. Em termos médios, foi o pior dos últimos anos, inferior, inclusive, ao de 1989, que já tinha sido alvo de muitas críticas por parte dos produtores.

GRÁFICO 1
PREÇOS MÉDIOS REAIS⁽¹⁾ DO LEITE RECEBIDOS PELO
PRODUTOR NA PLATAFORMA DA INDÚSTRIA EM SANTA
CATARINA - 1983-90
(Cr\$/litro)



FONTE: SUNAB e Indústrias.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Corrigidos pelo IGP-DI - out/90 - Fundação Getúlio Vargas.

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Atualmente, os números sobre consumo de leite e derivados são praticamente inexistentes. Os disponíveis provêm de pesquisas relativamente antigas. Alterações significativas na estrutura de consumo não permitem que continuem sendo utilizados como parâmetro.

Considerando-se a produção em relação à população do país, verifica-se que a disponibilidade de leite por habitante/ano é sensivelmente inferior aos níveis mínimos recomendados pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, que é de 146 litros por pessoa ao ano.

TABELA 6

POPULAÇÃO DO PAÍS, PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE LEITE POR HABITANTE/ANO - BRASIL - 1980-90

ANO	POPULAÇÃO (1.000 hab.)	PRODUÇÃO (1.000 l)	DISPONIBILIDADE (l/hab/ano)
1980	121.286,0	11.162.245	92
1981	124.067,7	11.323.967	91
1982	126.898,4	11.461.215	90
1983	129.766,1	11.463.018	88
1984	132.658,7	11.932.908	90
1985	135.564,4	12.078.399	89
1986	138.492,9	12.491.809	90
1987	141.452,2	12.996.497	92
1988	144.427,6	13.521.881	94
1989(1)	147.404,4	13.600.000(1)	92
1990(2)	150.367,8	14.200.000(2)	94

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1982 a

1990.
ELABORAÇÃO: Instituto GEPA/SC.

(1) e (2) Estimativas da FAO e do USDA, respectivamente.

Ainda assim, a produção de leite "in natura" tem sido insuficiente para um abastecimento satisfatório por todo o decorrer do ano. Os problemas ocorrem especialmente no período de entressafra, que se estende de junho a outubro, quando se recorre a estoques de leite em pó para reidratação e atendimento complementar do mercado.

A maior parte desse tipo de leite tem provindo de importações junto a diversos países europeus e da Argentina.

Em Santa Catarina, três trabalhos realizados pelo Instituto CEPA/SC nos municípios de Florianópolis (novembro/1985), Joinville (agosto/1986) e Criciúma (novembro/1989) permitem constatar que o consumo também é bastante baixo.

TABELA 7

CONSUMO APARENTE DE LEITE E SEUS DERIVADOS POR PESSOA/ANO NOS MUNICÍPIOS DE FLORIANÓPOLIS, JOINVILLE E CRICIÚMA

PRODUTO	UNID.	FLORIANÓPOLIS(1)	JOINVILLE	CRICIÚMA
Leite "in natura"	l	74,88	73,92	67,56
Leite em pó	kg	-	1,32	1,08
Queijo	kg	-	2,28	3,34
Manteiga	kg	-	0,6	0,36

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Pesquisado somente leite "in natura".

Um agravante do já baixo consumo brasileiro e catarinense é que ele se concentra nas famílias de renda mais elevada. Classes de renda mais baixa ficam ainda muito aquém das médias apontadas.

Apesar disso, no caso catarinense, seja pelo crescimento vegetativo da população, seja pela ampliação dos programas sociais ou pela permanência do processo de crescimento dos centros urbanos pela imigração, a demanda total por leite tem sido crescente.

Isso fica bastante claro através dos números referentes à produção dos diferentes tipos de leite para consumo "in natura" pelas indústrias estaduais sob inspeção federal, que em 1990 apresentam crescimento de cerca de 5% em relação a 1989. Não obstante parte disto decorra da ampliação da distribuição de leite para novos municípios, alguns daqueles em que essa distribuição já existia também registraram crescimento.

No que diz respeito ao abastecimento, houve, além do crescimento da produção recebida pelas indústrias, um sensível crescimento na reidratação de leite em pó para complementar o atendimento ao mercado catarinense. Isso se explica em parte pelo crescimento da demanda, e em parte pelo fato de determinadas indústrias, cuja produção não evoluiu, terem que recorrer a esse expediente para atender aos seus mercados, ou até pela necessidade de desovar estoques de leite em pó de anos anteriores. O volume de leite reconstituído no período de janeiro a setembro de 1990 foi 70% superior ao de igual período do ano de 1989.

A maior produção de leite reconstituído em 1990 se deu no mês de junho, quando a produção de leite cru recebida pelas indústrias atingiu o menor patamar do ano. Neste aspecto, aliás, o ano de 1990 não foi diferente dos anteriores; o decréscimo da produção na entressafra foi bastante acentuado. A do mês de junho foi 31% menor que a de janeiro.

4. RENTABILIDADE DA ATIVIDADE

A análise da rentabilidade da atividade leiteira está baseada em dois itens:

- 1) custo de produção, elaborado pelo Instituto CEPA/SC, que considera o custo total - custos variáveis + custos fixos - por litro produzido;
- 2) receita, composta tanto pela venda de leite quanto pelo excedente do plantel (a exemplo do custo, está expressa em Cr\$/litro).

Conclui-se, portanto, que a rentabilidade da produção leiteira catarinense apresentou comportamento semelhante ao dos preços recebidos pelos produtores. Não apenas foi pior que a de 1989, como atingiu o pior patamar dos últimos anos, inclusive ao de 1986, quando, por diversas vezes, os produtores

ameaçaram suspender a entrega de leite às indústrias, pois consideravam que a produção estava inviabilizada.

Embora a receita com a atividade tenha sido negativa ao longo de todo o ano de 1990, a pior situação foi registrada no segundo semestre, quando os preços aos produtores evoluíram em níveis inferiores aos da inflação e os custos de produção continuaram a apresentar crescimentos sensíveis.

TABELA 8
COMPARATIVO MENSAL ENTRE CUSTO E RECEITA DA PRODUÇÃO LEITEIRA CATARINENSE - 1985-90

MÊS	1985			1986			1987		
	Custo (A)	Receita (B)	B/A	Custo (A)	Receita (B)	B/A	Custo (A)	Receita (B)	B/A
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	29,80	29,52	0,99	34,12	27,67	0,81	37,56	34,87	0,93
Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abril	28,28	33,44	1,18	35,50	26,33	0,74	40,11	41,26	1,03
Mai	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Junho	38,67	28,77	0,74	36,38	33,88	0,93	34,68	41,73	1,20
Julho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agosto	35,05	32,55	0,93	34,38	33,23	0,97	30,59	39,91	1,30
Setembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outubro	34,87	31,55	0,90	37,19	32,42	0,87	33,63	35,27	1,05
Novembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dezembro	39,49	34,91	0,88	38,08	29,42	0,77	37,35	32,34	0,87
MÉDIA	34,36	31,79	0,93	35,94	30,49	0,85	35,65	37,56	1,05

(continua)

(conclusão)

MÊS	1988			1989			1990		
	Custo (A)	Receita (B)	B/A	Custo (A)	Receita (B)	B/A	Custo (A)	Receita (B)	B/A
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	32,74	30,19	0,92	31,27	29,85	0,95	41,60	36,68	0,88
Março	-	-	-	-	-	-	39,51	35,89	0,91
Abril	34,35	29,59	0,86	31,12	27,23	0,88	36,53	31,71	0,87
Mai	-	-	-	-	-	-	35,51	29,85	0,84
Junho	31,14	30,32	0,97	28,12	26,31	0,94	35,89	28,07	0,78
Julho	-	-	-	-	-	-	37,19	25,41	0,68
Agosto	28,57	29,21	1,02	27,96	27,00	0,97	37,93	26,63	0,70
Setembro	-	-	-	-	-	-	39,75	26,88	0,68
Outubro	31,57	28,47	0,90	30,06	25,59	0,85	37,83	26,23	0,69
Novembro	-	-	-	-	-	-	38,02	24,34	0,64
Dezembro	31,62	27,78	0,88	28,59	24,55	0,86	36,93	26,06	0,71
MÉDIA	31,67	29,26	0,92	29,52	26,76	0,91	37,88	28,89	0,76

FONTE: Instituto CEPA/SC.

5. PERSPECTIVAS PARA 1991

As perspectivas para 1991 não se delineiam como muito boas para o setor leiteiro, especialmente para os produtores. Apesar da liberação do preço do produto, uma melhor remuneração aos produtores dependerá, fundamentalmente, do mercado de leite "in natura" e de derivados. Num quadro recessivo, em que a massa salarial deverá estar em níveis bastante baixos, como está previsto para 1991, é pouco provável que o mercado seja favorável, principalmente se continuarem as perspectivas de extinção de programas sociais mantidos pelo governo federal, que são responsáveis por cerca de 20% do mercado de leite para consumo "in natura".

Em termos de abastecimento, o ano de 1991 deverá transcorrer sem muitos problemas, principalmente em se confirmando a extinção dos programas sociais. Considerando que boa parte deste leite é distribuída para famílias que não terão condições de comprá-lo, haverá um sensível crescimento no volume de leite destinado ao mercado consumidor. De qualquer forma, ainda não será em 1991 que deixará de ser necessário importar leite em pó para reidratação no período de entressafra.

3.5. MEL DE ABELHA

1. INTRODUÇÃO

As últimas informações disponíveis (FAO) colocam o Brasil como o 16º produtor de mel de abelha no ranking mundial. Tal participação poderá ser alterada devido à existência de abundantes reservas de matas, facilitada pelas condições de clima e vegetação favoráveis, permitindo a produção mel de boa qualidade e sabores diversos.

No estado, a exploração apícola é realizada em todo o território; há maior concentração, no entanto, nas microrregiões de São Miguel, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba, Curitibanos, Campos de Lages, Canoinhas, Rio do Sul, Ituporanga, Tubarão e Criciúma, responsáveis por aproximadamente 80% do valor bruto da produção.

Santa Catarina é o primeiro produtor nacional de mel. Apresenta uma demanda de produtos apícolas bem acima da média nacional e a melhor produtividade por área ocupada (40 quilos por quilômetro quadrado).

São 43.000 propriedades agrícolas que exploram a atividade no estado, incluindo aquelas cujo objetivo principal é a polinização, ocupando uma mão-de-obra em torno de 16.000 pessoas, distribuídas entre amadores e profissionais.

2. PRODUÇÃO

Os últimos dados disponíveis da Organização de Alimentação e Agricultura da ONU (FAO) indicavam para 1989 uma produção mundial de mel de 1,11 milhão de toneladas, apresentando um crescimento de 10.309 toneladas em relação ao ano anterior (0,94%).

No período 1985-89, o crescimento foi de 106.083 toneladas, indentificando um aumento anual de 2,54%.

Diante dos números expostos (tabela 1), há uma forte tendência de que as quantidades físicas de mel devam continuar crescendo, principalmente em países que tradicionalmente o produzem, o que manteria o crescimento ascendente da produção.

TABELA 1
ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE MEL DE ABELHA - 1985-89

PAÍS	(t)				
	1985	1986	1987	1988	1989
Angola	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000
Rep. Centro-Africana	7.000	7.100	7.300	7.400	7.600
Egito	11.182	10.723	12.384	12.500	13.000
Etiópia	21.600	21.900	22.200	22.500	22.600
Quênia	12.000	13.000	15.200	15.000	16.000
Tanzânia	12.000	12.500	13.000	13.500	14.000
Canadá	36.120	34.040	40.650	37.105	28.100
Cuba	9.700	8.683	7.744	9.738	9.700
México	41.728	54.000	47.850	46.140	52.530
EUA	68.000	91.000	102.867	95.940	80.000
Argentina	45.000	36.000	40.000	40.000	38.000
Brasil	11.000	14.812	14.063	16.000	16.500
Chile	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000
Uruguai	3.750	4.000	5.000	7.500	7.500
China	157.062	174.000	205.320	154.054	177.000
Japão	7.225	5.553	6.023	4.900	6.000
Turquia	35.840	39.649	34.418	42.729	40.000
Índia	50.000	50.000	49.000	51.000	50.000
União Soviética	204.000	205.000	219.000	222.000	230.000
Bulgária	9.731	10.557	10.463	10.553	8.645
França	16.000	24.107	24.468	24.300	26.000
Alemanha Oriental	6.255	8.829	6.537	6.186	6.300
Alemanha Ocidental	10.900	16.242	15.814	18.200	17.000
Grécia	10.391	11.344	11.542	11.600	11.650
Hungria	15.388	18.260	15.170	14.400	16.000
Itália	6.000	7.500	9.500	8.600	8.000
Polónia	14.809	18.011	12.965	14.067	15.000
Romênia	12.106	14.219	15.285	17.000	17.000
Iugoslávia	5.589	6.093	6.233	4.778	4.800
Tchecoslováquia	6.309	15.834	9.573	12.321	10.000
Espanha	16.069	16.556	22.299	21.000	21.000
Austrália	28.038	26.906	25.300	23.026	22.619
Nova Zelândia	10.314	9.471	10.091	8.000	9.000
TOTAL DOS PAÍSES	921.106	1.005.889	1.057.259	1.012.037	1.021.544
TOTAL MUNDIAL	1.002.693	1.095.406	1.141.352	1.098.467	1.108.776

FONTE: FAO. Anuário FAO de Producción, v. 40-43, 1986-89.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Algumas dificuldades, no entanto, podem se apresentar e alterar esse quadro. A escassez de vegetação em algumas regiões produtoras e o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras e nos campos têm prejudicado seriamente o trabalho das abelhas na captação do néctar.

A União Soviética é o maior produtor de mel de abelha, com 20,74%, seguida pela China, com 15,96%, aparecendo na terceira posição os Estados Unidos, com 7,21%, perfazendo 43,91% do total mundial.

Com vasta extensão territorial, clima favorável, florada abundante e diversificada, o Brasil reúne condições ideais para a exploração da atividade apícola, apresentando uma produção potencial de mel entre 150 e 200 mil toneladas. Essa quantidade será atingida se observadas as práticas adequadas de manejo, com adoção de tecnologias e equipamentos que atendam às necessidades da atividade.

No Brasil, a atividade tem crescido gradativamente. Segundo a Confederação Brasileira de Apicultores, entidade que congrega 6 federações estaduais e 180 associações regionais, estima-se para 1990 que a produção nacional se situe em torno de 43.000 toneladas, enquanto o número de colméias deverá alcançar os 2.370.000. O incremento médio alcançado no período 1985-90 será de 67.000 colméias/ano.

TABELA 2

SÉRIE REVISADA DE PRODUÇÃO DE MEL DE ABELHA E NÚMERO DE COLMÉIAS - BRASIL - 1985-91

ANO	PRODUÇÃO DE MEL (t)	NÚMERO DE COLMÉIAS (1000)
1985	28.000	1.900
1986	32.000	2.100
1987	36.000	2.200
1988	36.000	2.250
1989	38.500	2.300
1990(1)	42.000	2.350
1991(1)	43.000	2.370

FONTE: Confederação Brasileira de Apicultores - CBA.
(1) Estimativas.

A ação da abelha é importante não só para a produção de mel, própolis, geléia real e cera, como também para fins industriais, seja para a preparação de adesivos, polidores, impermeabilizadores de artefatos elétricos e cosméticos, como também no processo de polinização nas propriedades agrícolas.

As últimas informações disponíveis do Anuário Estatístico do Brasil de 1989, publicado pela Fundação IBGE, indicavam para 1987 uma produção de 14.063 toneladas de mel, sendo a Região Sul responsável por cerca de 55% do total brasileiro produzido.

TABELA 3
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CERA DE ABELHA POR REGIÃO FISIOGRAFICA - 1984-87

REGIÃO	(kg)							
	1984		1985		1986		1987	
	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera	Mel	Cera
Norte	46.808	427	46.101	156	52.068	338	67.457	1.144
Nordeste	2.513.796	369.975	3.389.807	438.331	4.476.326	470.462	2.912.495	401.595
Sudeste	2.227.345	96.213	2.878.232	127.879	2.998.273	152.886	3.167.092	180.330
Sul	5.774.244	288.684	6.162.981	379.533	7.165.705	383.152	7.661.740	388.569
Centro-Oeste	72.703	8.203	93.272	9.171	119.812	11.550	254.512	12.742
TOTAL	10.634.896	763.502	12.570.393	955.070	14.812.184	1.018.388	14.063.296	984.380

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v.48-49, 1987-89.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Em Santa Catarina, a produção estimada de 9.000 toneladas para 1990 pelo Instituto de Apicultura não se confirmou, caindo para 7.200 toneladas. O decréscimo de 20% foi ocasionado pelo excesso de chuvas durante os meses de setembro, outubro e novembro, considerado o período de melhor e maior florada do ano, prejudicando, inclusive, o trabalho das abelhas na captação do néctar e na posterior produção de mel.

Entretanto, desconsiderando eventuais fatores climáticos e de sanidade adversos, a expectativa é de que a

atividade apícola continuará ascendente em todo o estado devido ao maior nível de conscientização das pessoas que operam no subsetor, à ampliação do número de colméias por apicultor, aos programas de esclarecimento quanto ao aproveitamento dos derivados do mel (pólen, própolis, geléia real, cera, etc), à melhoria da produtividade e à introdução de rainhas jovens de boa linhagem genética.

TABELA 4

VOLUME DE MEL PRODUZIDO EM SANTA CATARINA - 1986-91

ANO	VOLUME FÍSICO (t)
1986	6.500
1987	6.500
1988	7.800
1989	8.000
1990 (1)	7.200
1991 (1)	9.300

FONTES: Instituto de Apicultura de Santa Catarina - IASC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativas.

Foi implantado em agosto de 1990, junto às propriedades rurais do estado, o Projeto de Apicultura Familiar, pela Secretaria da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação, através do Instituto de Apicultura de Santa Catarina. Tem por objetivo o suprimento de mel e seus derivados como fonte de alimento para a família rural, a melhoria e o aumento da produtividade agrícola através do processo de polinização e o incentivo à defesa e preservação do meio ambiente.

O resultado já está sendo alcançado, pois até dezembro de 1990 já foram implantados 900 apiários, repercutindo num aumento de 1.500 colméias novas.

Quanto aos dados de produção de mel, coletados junto ao Serviço de Inspeção do Produto Animal do Ministério da Agricultura, quando relacionados com a produção total estadual mostram-se pouco expressivos, variando entre 7% e 8%.

TABELA 5
QUANTIDADE DE MEL E SEUS DERIVADOS INSPECIONADOS EM SANTA CATARINA - 1987-90

MES	(kg)											
	1987			1988			1989			1990		
	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	
Jan	7.272	-	3.675	37.928	-	2.417	60.774	13	-	63.091	-	
Fev	12.748	2.000	-	94.337	-	2.545	-	-	-	24.204	-	
Mar	-	-	-	87.414	60	1.207	-	-	-	38.371	-	
Abr	26.745	2.860	4.358	34.807	4.687	1.190	21.094	-	883	13.959	100	
Mai	10.547	-	2.533	71.645	530	2.619	54.155	-	1.066	55.428	-	
Jun	5.670	-	1.338	37.387	1.873	2.487	66.531	1.675	1.518	25.512	-	
Jul	205.144	-	1.795	38.673	-	1.548	63.779	-	3.318	45.795	-	
Ago	51.943	100	1.534	30.742	-	1.973	71.744	1.300	2.857	42.191	-	
Set	78.187	-	-	61.688	11.800	-	43.791	-	1.163	40.627	340	
Out	20.086	-	-	61.543	106	-	69.932	-	1.680	98.045	-	
Nov	33.713	-	2.093	52.797	200	-	15.310	-	1.583	21.309	-	
Dez	75.465	-	1.827	86.286	875	-	27.360	-	1.002	78.320	-	
TOTAL	527.520	4.960	19.153	695.247	20.131	15.986	494.470	14.688	15.070	546.932	440	

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Os últimos dados fornecidos pela Fundação IBGE, através do documento Produção Pecuária Municipal de 1988, mostram a seguinte distribuição do produto no estado, segundo as microrregiões homogêneas.

TABELA 6
QUANTIDADE PRODUZIDA DE MEL E CERA DE ABELHA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1988

MRH	MEL	CERA
Col. de Joinville	29.200	4.680
Lit. de Itajaí	1.240	121
Col. de Blumenau	58.950	1.907
Col. Itajaí Norte	44.750	-
Col. Alto Itajaí	147.700	5.979
Florianópolis	145.750	4.288
Col. Serrana Cat.	722.460	20.680
Lit. de Laguna	8.407	335
Carbonífera	344.390	3.472
Lit. Sul Cat.	741.550	6.620
Col. Sul Cat.	21.000	210
Campos de Lages	438.000	10.970
Campos de Curitibanos	440.840	25.306
Col. Rio do Peixe	497.365	36.306
Col. Oeste Cat.	283.631	30.571
Plan. Canoinhas	257.655	20.010
TOTAL	4.172.888	171.455

FONTE: Fundação IBGE, Produção da Pecuária Municipal - Santa Catarina, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3. ABASTECIMENTO E CONSUMO

O baixo poder aquisitivo da população, a falta de conhecimento sobre a importância do uso do mel como fonte complementar de alimento, contendo calorias capazes de substituir frutas, verduras e outros alimentos e a utilização do produto na maioria das vezes para fins medicinais têm dificultado seriamente o aumento da demanda por esse produto.

Segundo a Confederação Brasileira de Apicultura, estima-se que a Região Norte/Nordeste apresente um consumo de 90 gramas/hab/ano, sendo que nas demais regiões o consumo é maior, podendo atingir aproximadamente 260 gramas/hab/ano.

Em Santa Catarina, seu consumo fica em torno de 600 gramas/hab/ano.

O estado tem no seu balanço de oferta e demanda de mel um saldo positivo, onde cerca de 40% do produto é consumido internamente, enquanto os restantes 60% são comercializados junto aos centros consumidores de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Brasília.

TABELA 7
CONSUMO MENSAL CATARINENSE DE MEL DE ABELHA E SEUS DERIVADOS, SOB INSPEÇÃO - 1987-90

MÊS	1987			1988			1989			1990		
	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	Comp. de Açúcar	Mel	Cera	Comp. de Açúcar
Jan	3.399	-	311	5.288	-	80	7.034	-	-	4.270	-	-
Fev	5.015	-	276	14.660	-	70	-	-	-	1.792	-	-
Mar	-	-	-	11.868	-	4.573	-	-	-	8.311	-	-
Abr	3.977	4.000	242	6.056	-	-	23.107	-	89	1.913	5	159
Mai	5.383	-	89	12.018	-	-	27.047	-	-	4.626	-	108
Jun	5.052	-	45	9.071	-	9	33.610	-	32	4.222	-	88
Jul	14.479	-	176	19.796	-	26	30.578	-	93	13.809	5.200	119
Ago	64.730	-	52	122.700	-	55	11.933	-	176	6.910	-	123
Set	43.819	-	317	13.833	-	109	17.980	-	109	9.101	-	57
Out	37.377	-	31	13.977	-	99	8.181	-	-	24.175	-	107
Nov	14.210	-	94	167.954	-	198	4.962	-	14	8.989	-	37
Dez	51.065	-	42	9.556	-	62	7.270	-	111	11.978	-	-
TOTAL	248.506	4.000	1.675	406.767	-	5.281	171.702	-	624	99.732	5.205	798

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Enumeram-se, a seguir, algumas variáveis que possivelmente contribuiriam para melhorar o processo de abastecimento e para elevar o consumo de mel:

- Criar mecanismos de esclarecimento, junto ao público, sobre o uso do produto.
- Criar novos sistemas operacionais, visando diminuir os custos de produção.
- Melhorar a qualidade do mel e de seus derivados para poder competir com o produto importado.
- Criar mecanismos de identificação do mel (origem floral, impurezas, umidade, acidez, odor, etc.), oferecendo alternativas ao consumidor.
- Utilizar embalagens apropriadas, tornando mais práticos o transporte do produto e sua conservação.
- Organizar o produtor para discutir, dentre outros aspectos, aqueles relacionados com o mercado.

4. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

Os últimos dados da FAO sobre exportação mundial de mel de abelha são de 1988, registrando naquele ano um volume físico de vendas junto aos diversos mercados de 261,795 toneladas, resultando num montante de 279,3 milhões de dólares. As quantidades, quando analisadas no período 1986-88, mostraram uma sensível retração nas ofertas, verificando-se taxa anual decrescente de 5,45%.

Esse comportamento é consequência da diminuição do produto colocado no mercado por países tradicionalmente vendedores, como a China e o México, responsáveis, juntos, por cerca de 40% do total mundial exportado.

TABELA 8
ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE MEL DE ABELHA - 1986-88

PAÍS	1986		1987		1988	
	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)
Canadá	11.927	13.229	10.923	11.615	14.310	13.381
Honduras	458	290	600	570	500	450
México	57.992	41.944	39.559	30.729	39.278	32.557
EUA	4.232	5.868	5.643	7.899	6.329	8.915
Argentina	30.915	23.950	36.273	27.605	41.459	28.873
Chile	1.417	1.218	622	2.139	600	2.600
Uruguai	3.296	2.579	3.357	2.805	5.901	4.302
China	80.703	70.179	66.934	46.559	59.451	40.396
Turquia	3.482	6.065	2.565	4.450	2.518	5.091
Áustria	191	599	167	675	127	542
Bulgária	4.623	5.100	5.345	5.500	6.509	6.700
Tchecoslováquia	2.300	3.292	2.300	3.673	3.600	5.090
Alemanha Ocidental	16.235	29.440	14.665	27.833	13.038	25.127
Reino Unido	1.111	2.230	1.159	2.677	969	2.244
Iugoslávia	1.960	2.002	1.439	2.388	1.344	2.132
Austrália	14.652	11.826	11.987	11.072	13.300	11.929
N. Zelândia	3.140	4.143	1.520	2.554	2.289	3.995
União Soviética	20.607	21.110	20.871	22.096	17.438	18.257
França	1.663	5.725	1.710	7.986	2.741	9.641
Hungria	14.945	17.270	12.963	16.578	13.538	15.083
Romênia	3.300	3.300	3.700	4.200	3.600	3.800
Holanda	2.094	4.096	2.626	5.163	1.874	3.661
Espanha	2.465	4.612	1.478	3.405	1.521	3.477
Outros	25.984	35.980	22.365	50.347	9.561	31.046
TOTAL	309.692	316.047	270.671	295.860	261.795	279.289

FONTE: FAO. Anuário FAO de Comercio, v.40-42, 1986-88.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Quanto às importações, segundo a mesma fonte (FAO), o volume físico de mel adquirido pelos principais mercados mundiais mostrou-se em declínio, em 1988, em 2,66% (-7.022 t) em relação ao ano anterior.

Entretanto, mantido o comportamento de compras, há uma forte expectativa de o mercado continuar comprador, tendo em vista o aumento gradual do consumo interno de alguns países importadores, até porque alguns deles estão atingindo o ponto máximo de sua capacidade de produção.

TABELA 9
ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS DE MEL DE ABELHA - 1986-88

PAÍS	1986		1987		1988	
	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)	Quant. (t)	Valor (US\$ 1000)
Canadá	265	528	391	642	465	724
México	30	33	25	60	160	100
EUA	53.705	42.750	26.428	20.732	25.369	19.113
China	1.305	854	953	645	1.969	1.185
Turquia	14	36	8	21	19	19
Áustria	7.528	8.657	5.691	7.272	4.940	5.423
Bulgária	540	490	824	800	1.321	1.300
Alemanha Ocidental	87.322	89.164	83.408	90.279	84.456	84.133
Reino Unido	21.377	17.638	23.702	21.574	22.975	20.812
Iugoslávia	6.561	7.800	5.097	5.413	2.965	2.373
Austrália	87	228	99	233	150	415
N. Zelândia	17	12	15	13	16	20
URSS	210	445	506	1.112	513	1.690
França	11.354	16.292	9.728	14.899	8.908	11.998
Hungria	3.125	2.024	3.583	1.832	3.635	1.696
Países Baixos	10.007	19.534	9.623	13.483	9.344	11.833
Espanha	6.359	5.855	8.043	7.598	7.928	6.971
Outros	76.552	91.265	85.858	107.294	81.827	101.609
TOTAL	286.368	297.605	263.982	293.982	256.960	271.416

FONTE: FAO. Anuário FAO de Comercio, v.42, 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No Brasil, a estrutura da comercialização do produto, está sendo implantada gradualmente, com base na realidade do mercado.

A conscientização da importância do seu trabalho por parte do apicultor brasileiro favorecerá a criação de mecanismos representativos (associações, sindicatos, condomínios e cooperativas), que possibilitarão a discussão mais aprofundada de assuntos relacionados com a atividade.

Essa estrutura, nos diversos centros consumidores, encontraria apoio nos segmentos do mercado formal e informal.

No mercado formal, ainda pouco estimulado, o comércio do produto passa a exigir do produtor e do vendedor o exercício de sua organização, onde o mel somente poderá ser vendido dentro das normas e padrões estabelecidos pelos órgãos de fiscalização e saúde pública.

No mercado informal, o produto é vendido na clandestinidade e em percentual bastante acentuado, estando disponível nas feiras, nas mercearias e junto aos próprios produtores, não havendo controle de qualidade, higiene, pureza e outros, fugindo totalmente à fiscalização das autoridades.

O apicultor, no Brasil, ainda se ressenete da necessidade de um trabalho voltado para o aperfeiçoamento de técnicas e métodos dentro da atividade, abrangendo os aspectos de produção e comercialização, propiciando uma exploração mais racional do produto. Como consequência, haverá uma redução dos custos de produção, tornando o mel brasileiro mais competitivo no mercado internacional, pois atualmente os preços internos são bastante superiores aos verificados naqueles mercados.

As exportações brasileiras de mel de abelha, em 1989, representaram 214.814 dólares (valor FOB), contra 148.065 dólares no ano anterior.

TABELA 10

VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MEL DE ABELHA, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1989

PAÍS	VALOR (US\$ FOB)
Alemanha Federal	77.343
Bélgica	18.705
Estados Unidos	65.024
Japão	53.742
TOTAL	214.814

FONTE: CACEX, do Banco do Brasil.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Há que se ressaltar que o Brasil, mediante acordos bilaterais, tornou-se também comprador de mel, principalmente da Argentina e do Uruguai.

No estado, há uma boa expectativa de que a demanda desse produto continue crescendo, embora em 1990, em função

das medidas econômicas estabelecidas pelo governo federal, tenha diminuído o poder aquisitivo da população e, como consequência, tenha ocorrido queda nas vendas de mel.

O uso do produto, no passado, estava mais voltado para fins medicinais; no entanto, mediante a divulgação e o esclarecimento junto ao consumidor catarinense, passou a constituir mais uma fonte alternativa de alimentos. Hoje, está diariamente presente na mesa.

Tal expectativa, entretanto, passou a exigir uma melhor organização dos segmentos de produção, comercialização e abastecimento, possibilitando o surgimento de novos entrepostos de venda de mel e de cera, de casas de mel, bem como de empresas especializadas nos trabalhos de beneficiamento, higienização e embalagem, facilitando, desta forma, o acesso do consumidor ao produto e a seus derivados.

A organização do apicultor, através das nove cooperativas filiadas à Cooperativa Central Vale do Itajaí, tem facilitado a comercialização do produto. O total de associados é de aproximadamente 3.500 no território catarinense.

Todo produto entregue às cooperativas é submetido ao controle de qualidade, sendo em seguida processado e comercializado nos vários centros consumidores através da usina de beneficiamento instalada no município de Palhoça.

A boa qualidade do produto catarinense (baixa umidade, baixa acidez, origem floral conhecida) lhe tem valido a preferência dos diversos mercados consumidores.

Os principais estados consumidores em 1989 foram São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

TABELA 11

VENDAS MENSAIS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL DE MEL E COMPOSTO DE AÇÚCAR INSPECIONADOS - 1989

(kg)

ESTADO CONSUMIDOR	DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
São Paulo	Mel	5.081	-	-	4.652	14.764	21.149	37.952
	Comp. de Açúcar	249	-	-	651	1.033	824	1.456
Rio de Janeiro	Mel	175	-	-	867	851	179	1.131
	Comp. de Açúcar	253	-	-	96	98	336	28
Rio Grande do Sul	Mel	8	-	-	1.288	1.919	3.515	3.965
	Comp. de Açúcar	96	-	-	132	52	148	298
Paraná	Mel	958	-	-	274	352	149	275
	Comp. de Açúcar	169	-	-	70	861	213	388
Outros	Mel	706	-	-	1.031	440	739	835
	Comp. de Açúcar	51	-	-	189	256	104	729
TOTAL	Mel	6.928	-	-	8.112	18.326	25.731	44.158
	Comp. de Açúcar	818	-	-	1.138	2.300	1.625	2.899

(continua)

(conclusão)

ESTADO CONSUMIDOR	DISCRIMINAÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
São Paulo	Mel	18.250	45.148	16.971	4.026	41.805	209.798
	Comp. de Açúcar	423	667	168	802	375	6.648
Rio de Janeiro	Mel	1.685	1.055	139	3.707	14	9.803
	Comp. de Açúcar	306	167	19	346	67	1.716
Rio Grande do Sul	Mel	279	533	746	126	336	12.715
	Comp. de Açúcar	160	232	-	363	88	1.569
Paraná	Mel	2.090	2.801	806	258	133	8.096
	Comp. de Açúcar	192	114	-	157	227	2.391
Outros	Mel	2.451	1.267	1.651	1.333	805	11.258
	Comp. de Açúcar	381	55	41	183	163	2.152
TOTAL	Mel	24.755	50.804	20.313	9.450	43.093	251.670
	Comp. de Açúcar	1.462	1.235	228	1.851	920	14.476

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 12

VENDAS MENSAIS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL DE MEL E COMPOSTO DE AÇÚCAR INSPECIONADOS - 1990
(kg)

ESTADO CONSUMIDOR	DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
São Paulo	Mel	10.302	32.926	30.569	79	2.045	-	36.327
	Comp. de Açúcar	-	-	-	297	393	-	145
Rio de Janeiro	Mel	13.086	680	-	196	15.060	-	12.307
	Comp. de Açúcar	-	-	-	34	274	-	53
Rio Grande do Sul	Mel	-	696	-	8	592	-	8
	Comp. de Açúcar	-	-	-	77	-	-	9
Paraná	Mel	-	-	-	126	231	-	133
	Comp. de Açúcar	-	-	-	49	70	-	90
Outros	Mel	318	3.055	-	3.246	3.633	-	1.023
	Comp. de Açúcar	-	-	-	-	142	-	-
TOTAL	Mel	23.706	37.357	30.569	3.655	21.561	-	49.798
	Comp. de Açúcar	-	-	-	457	859	-	297

(continua)

(conclusão)

ESTADO CONSUMIDOR	DISCRIMINAÇÃO	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
São Paulo	Mel	264	32.152	113	4.402	25.464	174.643
	Comp. de Açúcar	-	184	296	254	-	1.569
Rio de Janeiro	Mel	-	6.810	8.207	111	124	56.581
	Comp. de Açúcar	-	46	44	-	-	451
Rio Grande do Sul	Mel	-	2.010	1.066	57	43	4.400
	Comp. de Açúcar	-	-	38	-	-	124
Paraná	Mel	-	102	125	29	36	782
	Comp. de Açúcar	-	-	44	-	-	253
Outros	Mel	89	1.255	1.476	1.793	334	16.222
	Comp. de Açúcar	-	44	-	-	-	186
TOTAL	Mel	353	42.329	10.987	6.392	26.001	252.708
	Comp. de Açúcar	-	274	422	254	-	2.583

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Segundo a CACEX, do Banco do Brasil, Santa Catarina exportou para a Alemanha Ocidental, no primeiro semestre de 1989, um volume total de 102 toneladas de mel de abelha, resultando em 78 mil dólares, constituindo-se no principal estado brasileiro exportador desse produto.

Cabe salientar que o processo de falsificação do mel importado, principalmente da Argentina e do Uruguai, em 1990, intensificou-se ainda mais, comprometendo seriamente o comércio estadual desse produto, prejudicando, inclusive, a estrutura de expansão do consumo.

O mel catarinense, de fácil identificação, é mais viscoso, possuindo alto teor de vitaminas e enzimas, enquanto o importado daqueles países é industrializado, sendo-lhe adicionada glicose, com prejuízo da composição inicial.

O mais grave é que parte expressiva do produto que entra no estado é falsificada e revendida para os principais centros consumidores como sendo oriundo de Santa Catarina, trazendo sérios riscos para a credibilidade do mel catarinense.

Quanto aos preços praticados junto ao produtor no estado, no período 1985-90, corrigidos a preços de outubro de 1990, através de levantamento efetuado pela EMATER-SG/ACARESC, observa-se que os mesmos decresceram sensivelmente. Em 1985 o apicultor recebia Cr\$ 251.340,00 por uma tonelada de mel; em 1990, esse valor baixou para Cr\$ 177.930,00/t, com uma defasagem de Cr\$ 73.410,00/t.

Em 1990, porém, em comparação com os anos de 1988 e 1989, os preços tiveram uma leve ascensão.

TABELA 13
PREÇOS REAIS MENSAIS DE OUTUBRO(1) RECEBIDOS PELOS APICULTORES DE SANTA CATARINA - 1985-90

													(Cr\$/kg)
MES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MEDIA
ANO													
1985	293,85	266,75	266,88	244,23	244,20	246,47	244,84	253,83	253,48	248,84	223,62	229,06	251,34
1986	214,10	217,23	235,28	236,65	235,89	234,67	233,18	244,51	256,09	252,59	260,24	280,14	241,71
1987	238,68	229,10	207,88	187,54	186,57	166,19	164,33	172,99	185,62	189,93	197,33	194,96	193,42
1988	172,05	177,99	172,95	171,02	179,30	172,36	160,92	150,23	150,93	165,72	168,12	175,81	168,12
1989	135,12	120,79	115,93	142,61	203,59	195,11	159,85	149,43	140,20	120,96	113,12	208,95	150,47
1990	171,97	163,48	141,38	137,26	167,26	193,61	195,29	199,39	213,30	196,36	-	-	177,93

FONTE: EMATER-SC/ACARESC e Fundação Getúlio Vargas.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) A preços de out/90, corrigidos pelo IGP/DI da Fundação Getúlio Vargas.

Segundo o Instituto de Apicultura de Santa Catarina, em 1990 o preço dos derivados do mel principalmente cera, própolis, pólen e geléia real, apresentou crescimento satisfatório, enquanto o do mel vendido ao consumidor (produto adquirido na propriedade e nos supermercados, isento de todas as despesas de transportes, ICMS, embalagens e demais encargos), manteve-se em (dez/90) entre Cr\$ 300,00 e Cr\$ 350,00 o quilo, podendo até atingir preços um pouco mais elevados, conforme o tipo de florada utilizada.

5. PERSPECTIVAS PARA 1991

Há uma expectativa bastante forte de que o consumo estadual de mel e seus derivados continue crescendo, tendo em vista o conhecimento já existente pelo consumidor quanto à importância desse produto, seja como fonte alimentar (devido ao seu alto valor nutritivo), seja para fins medicinais.

Segundo o Instituto de Apicultura de Santa Catarina, se as condições de clima e de sanidade continuarem favoráveis, em 1991 a produção catarinense desse produto deverá atingir 9.300 toneladas.

A produção nacional, pelos dados da Confederação Brasileira de Apicultura, deverá atingir 43.000 toneladas, desde que não ocorra nenhuma anormalidade.

Levando em conta que países atualmente produtores poderão gradativamente tornar-se compradores do mel e seus derivados, principalmente em função do esgotamento da vegetação existente - uso excessivo de agrotóxicos e acentuada poluição atmosférica (inclusive radioatividade) - abre-se espaço para o Brasil colocar o seu produto nesses mercados. O estado de Santa Catarina, como primeiro produtor nacional e pela qualidade do produto, mundialmente conhecido, possivelmente será beneficiado com esses mercados.

3.6. PESCADO

1. INTRODUÇÃO

De acordo com informações da Organização de Alimentação e Agricultura da ONU (FAO), em 1988 (último dado disponível) o país que apresentou a maior captura mundial foi, como nos anos anteriores, o Japão (12,3% do total mundial), seguido da URSS (11,7%), da China (10,7%), dos Estados Unidos (5,9%) e Peru (5,9%).

O Brasil não forneceu informação para o ano de 1988; em 1987 sua participação fora de 0,9%.

Em 1988, de acordo com o IBGE, Santa Catarina se destacou no cenário nacional como o segundo maior produtor (15,1%), perdendo apenas para o Rio de Janeiro, que participou com 20,7% do total.

Segundo o IBAMA, em Santa Catarina o maior desembarque de pescado acontece em Itajaí, seguido por Navegantes. Esses dois municípios juntos concentram cerca de 80% do desembarque estadual. Logo após aparecem Florianópolis e Porto Belo, com capturas bem menos expressivas.

Segundo a mesma fonte, em 1989 existiam 9.596 pescadores profissionais em Santa Catarina.

A AGARESC, em 1989, prestou assistência técnica a 5.250 piscicultores em cerca de 132 municípios catarinenses.

2. PRODUÇÃO

Segundo dados preliminares da FAO, em 1988 obteve-se uma nova captura recorde - 96,5 milhões de toneladas (tabela 1).

TABELA 1
CAPTURA MUNDIAL DE PESCADO(1) SEGUNDO O PAÍS OU ZONA PRODUTORA - 1985-88

(1.000 t)

PAÍS	1985	1986	1987	1988(2)
TOTAL MUNDIAL	86.018	92.362	92.904	96.500
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	43.836	48.802	48.403	51.550
América Latina/Caribe	13.759	15.958	14.068	15.576
• Argentina	406	420	559	540
• Brasil	838	832	793	---
• Chile	4.804	5.572	4.814	5.210
• Equador	1.087	1.003	679	767
• México	1.226	1.305	1.419	1.364
• Peru	4.136	5.614	4.584	5.700
ÁFRICA	3.406	3.713	4.069	4.105
• Marrocos	473	595	491	551
• Namíbia	186	201	520	445
• Nigéria	242	268	249	---
• Senegal	255	287	299	---
ORIENTE PRÓXIMO	1.287	1.338	1.426	1.422
• Turquia	578	583	626	---
EXTREMO ORIENTE	25.244	27.639	28.676	30.291
• China	6.779	8.000	9.346	10.359
• Índia	2.824	2.922	2.893	3.090
• Indonésia	2.333	2.457	2.610	2.860
• Coréia	2.650	3.103	2.876	2.726
• Filipinas	1.865	1.916	1.989	2.042
• Tailândia	2.225	2.536	2.165	2.350
PAÍSES DESENVOLVIDOS	42.182	43.573	44.501	44.950
AMÉRICA DO NORTE	6.216	6.450	7.298	7.304
• Estados Unidos	4.765	4.943	5.376	5.716
• Canadá	1.451	1.507	1.562	1.588
EUROPA OCIDENTAL	11.658	11.402	11.330	11.480
CEE	6.989	7.016	6.887	7.036
• Dinamarca	1.762	1.848	1.696	1.925
• França	850	870	844	850
• Espanha	1.483	1.434	1.393	1.400
• Reino Unido	891	850	954	914
OUTROS	4.659	4.377	4.443	4.445
• Islândia	1.680	1.657	1.633	1.759
• Noruega	2.119	1.909	1.949	1.826
EUROPA ORIENTAL E URSS	11.814	12.567	12.473	12.625
• URSS	10.523	11.260	11.160	11.332
• Polônia	683	645	671	655
JAPÃO	11.409	11.976	11.841	11.900
ÁFRICA DO SUL	601	629	902	910
OCEANIA	465	524	631	703

FONTE: FAO. Situación y Perspectivas de Los Productos Básicos, 1989-90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Excluídos os cetáceos e as algas.

(2) Cifras Preliminares.

Os países em desenvolvimento protagonizaram a totalidade do aumento e agora constituem 50% do total das capturas mundiais. Os incrementos registrados na América do Sul e Ásia influíram notavelmente nos excelentes resultados dos países em desenvolvimento, além de ter influído também o desenvolvimento da aquicultura.

As capturas dos países desenvolvidos encontram-se em dificuldades cada vez maiores. A maior parte dos recursos pesqueiros de suas águas está submetida a uma rigorosa regulamentação, enquanto o acesso às águas dos países em desenvolvimento está cada vez mais limitado. O único país desenvolvido que aumentou consideravelmente os desembarques são os Estados Unidos.

Em função do notável aumento nos preços do pescado em comparação com os da carne e outras formas de proteínas animais, houve um incentivo na produção aquícola, que já representa 10% da produção pesqueira total.

Relativamente a 1988 não houve informações sobre o desembarque brasileiro, sendo que em 1987 o Brasil participou com 0,9% do total mundial. Com relação à América Latina /Caribe, a participação brasileira foi de 5,6%.

De acordo com informações do IBGE, houve, no desembarque brasileiro, uma queda de 934.408 toneladas em 1987 para 830.102 toneladas em 1988 (último dado disponível). O valor também caiu (tabelas 2 e 3).

Em se tratando de quantidade desembarcada, a Região Sudeste destacou-se no item "peixes" e o Nordeste, no item "crustáceos". Em termos de valor, a Região Nordeste, como aconteceu nos anos anteriores, destacou-se em todos os itens.

As falhas nos sistemas de controle fizeram com que houvesse uma "queda" no desembarque catarinense (tabela 2), pois, em muitas localidades, não se faz coleta de informações.

TABELA 2
DESEMBARQUE DE PESCADO POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1986-88

(em tonelada)

REGIÃO	1986				1987				1988			
	Peixes	Crustáceos	Moluscos	Total(1)	Peixes	Crustáceos	Moluscos	Total(1)	Peixes	Crustáceos	Moluscos	Total(1)
			e outros				e outros				e outros	
Norte	129.068	15.493	1.358	145.918	154.026	17.808	1.751	173.596	135.616	18.603	1.718	155.938
Nordeste	161.262	41.237	2.060	205.207	149.333	41.915	2.221	194.063	139.110	37.518	2.821	179.448
Sudeste	315.739	17.413	1.395	334.546	334.246	17.476	1.254	352.978	257.512	20.607	1.198	279.317
Sul	223.115	18.147	3.037	244.298	189.128	14.728	1.721	205.576	180.106	21.219	1.026	210.351
Santa Catarina	149.617	6.829	1.366	157.812	118.422	6.969	1.052	126.442	115.254	9.679	795	125.730
Centro-Oeste	11.739	-	6	11.743	8.193	-	3	8.196	5.045	-	3	5.048
Brasil	840.921	92.291	7.854	941.712	834.926	91.926	6.951	934.408	725.389	97.947	6.765	830.102

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 40, 1989.

Fundação IBGE. Estatística da Pesca, 1q-2q semest. 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPAS/SC.

(1) Inclusive pescado não especificado.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

TABELA 3
VALOR DO PESCADO DESEMBARCADO, POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1987-88

(Cz\$ 1.000)

REGIÃO	1987			
	Peixes	Crustáceos	Moluscos e outros	Total(1)
Norte				
. Valor Corrente	3.439.898	1.324.398	5.301	4.769.710
. Valor out/90(2)	15.249.729.353	5.871.311.026	23.500.352	21.145.041.682
Nordeste				
. Valor Corrente	4.477.236	5.742.065	149.052	10.387.507
. Valor out/90(2)	19.848.448.195	25.455.678.388	660.776.180	46.049.816.129
Sudeste				
. Valor Corrente	5.868.641	1.240.170	66.125	7.174.949
. Valor out/90(2)	26.016.814.138	5.497.912.104	293.144.841	31.807.928.715
Sul				
. Valor Corrente	2.638.759	901.439	34.755	3.574.954
. Valor out/90(2)	11.698.126.101	3.996.252.441	154.075.599	15.848.458.573
Santa Catarina				
. Valor Corrente	1.430.925	450.160	25.905	1.906.988
. Valor out/90(2)	6.343.565.703	1.995.645.849	114.841.847	8.454.044.532
Centro-Oeste				
. Valor Corrente	225.863	-	232	226.095
. Valor out/90(2)	1.001.294.114	-	1.028.501	1.002.322.615
Brasil				
. Valor Corrente	16.650.398	9.208.070	255.465	26.133.216
. Valor out/90(2)	73.814.416.334	40.821.145.093	1.132.525.473	115.853.572.145

(continua)

(conclusão)

REGIÃO	1988			
	Peixes	Crustáceos	Moluscos e outros	Total(1)
Norte				
. Valor Corrente	22.605.368	7.043.482	56.146	29.707.702
. Valor out/90(2)	12.898.824.415	4.019.073.593	32.037.408	16.951.479.483
Nordeste				
. Valor Corrente	36.303.775	28.947.993	1.300.955	66.682.387
. Valor out/90(2)	20.715.257.514	16.517.982.758	742.336.516	38.049.564.222
Sudeste				
. Valor Corrente	35.971.183	9.715.961	372.174	46.059.715
. Valor out/90(2)	20.525.477.555	5.544.013.924	212.365.801	26.282.083.812
Sul				
. Valor Corrente	20.537.872	6.226.185	138.686	26.902.743
. Valor out/90(2)	11.719.092.774	3.552.716.642	79.135.467	15.350.944.883
Santa Catarina				
. Valor Corrente	11.565.663	3.677.312	89.674	15.332.648
. Valor out/90(2)	6.599.470.368	2.098.306.995	51.168.783	8.748.945.576
Centro-Oeste				
. Valor Corrente	1.148.240	-	2.230	1.150.470
. Valor out/90(2)	655.195.976	-	1.272.458	656.468.434
Brasil				
. Valor Corrente	116.566.439	51.933.621	1.870.191	170.503.019
. Valor out/90(2)	66.513.848.804	29.633.786.917	1.067.147.650	97.290.541.975

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 49, 1989.

Fundação IBGE. Estatística da Pesca, 1q-2q semest. 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Inclusive pescado não especificado.

(2) Valores em cruzeiros corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

A pesca artesanal, a partir de 1987, voltou a crescer em relação à industrial, atingindo mais de 50% do volume total capturado no Brasil (tabela 4), muito embora dados referentes ao primeiro semestre de 1989 mostrem que essa tendência pode inverter-se. Em termos de valor, a pesca artesanal sempre foi mais representativa que a industrial, já que é naquele setor que se encontra a maior parte do desembarque de camarões e de outros produtos de maior valor comercial (tabela 5).

TABELA 4

DESEMBARQUE BRASILEIRO DE PESCADO POR TIPO DE PESCA - 1984-89
(tonelada)

ANO	INDUSTRIAL	%	ARTESANAL	%	TOTAL
1984	491.155	51,22	467.752	48,78	958.907
1985	479.647	49,37	491.891	50,63	971.537
1986	480.984	51,07	460.729	48,93	941.717
1987	462.224	49,47	472.186	50,53	934.408
1988	388.616	46,92	439.677	53,08	828.290
1989(1)	211.098	51,79	196.508	48,21	407.604

FONTE: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, v. 48-49, 1987-89.

Fundação IBGE, Estatística da Pesca, 1º-2º semest. 1988 e 1º semestre de 1989.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Primeiro semestre.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

TABELA 5

VALOR DO DESEMBARQUE DO PESCADO BRASILEIRO, POR TIPO DE PESCA - 1984-88

(Cz\$ 1.000)

ANO	INDUSTRIAL	%	ARTESANAL	%	TOTAL
1984					
. Valor Corrente	407.180	-	492.684	-	899.864
. Valor out/90(1)	40.459.300.293	45,3	48.955.375.769	54,7	89.414.676.062
1985					
. Valor Corrente	1.338.868	-	1.683.888	-	3.022.756
. Valor out/90(1)	47.338.726.240	44,3	59.536.804.461	55,7	106.875.530.701
1986					
. Valor Corrente	3.647.141	-	5.190.483	-	8.837.624
. Valor out/90(1)	53.145.437.811	41,3	75.634.720.863	58,7	128.780.158.673
1987					
. Valor Corrente	11.258.397	-	14.874.818	-	26.133.216
. Valor out/90(1)	49.910.638.977	43,1	65.942.928.736	56,9	115.853.572.145
1988					
. Valor Corrente	66.768.223	-	103.492.169	-	170.260.392
. Valor out/90(1)	38.098.543.008	39,2	59.053.553.839	60,8	97.152.096.847

FONTE: Fundação IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, v. 48-49, 1987-89.

Fundação IBGE, Estatística da Pesca, 1º-2º semest. 1988.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Valores em cruzeiros corrigidos pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

Os principais estados capturadores de pescado em 1988 foram: Rio de Janeiro (171.990 t), Santa Catarina (125.730 t), Pará (88.337 t), São Paulo (87.389 t) e Rio Grande do Sul (81.905 t).

Informações do IBAMA indicam que de janeiro a abril de 1989 (último dado disponível), em Santa Catarina foram desembarcadas 37.037 toneladas de pescado (tabela 6), sendo que as espécies que mais contribuíram para este volume foram: sardinha-verdadeira (39,3%), bonito-listrado (22,8%), mistura (7,7%) e sardinha-lage (5,1%), as quais, juntas, perfazem um total de 74,8% do total capturado no período.

TABELA 6
QUANTIDADE DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS SOB CONTROLE, DESEMBARCADOS EM SANTA CATARINA - 1984-89
(em toneladas)

GRUPO	1984	1985	1986	1987	1988	1989(1)
Peixes	87.976	156.654	149.617	118.422	115.254	34.752
Crustáceos	8.669	9.618	6.829	6.969	9.679	1.888
Moluscos	475	732	1.366	1.052	795	397
TOTAL	97.120	167.005	157.812	126.442	125.730	37.037

FONTE: Fundação IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, v. 47, 1986; v. 49, 1989.

Fundação IBGE. Estatística da Pesca, 1º-2º semest. 1988.

IBAMA. Estatísticas preliminares.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até abril.

NOTA: As diferenças porventura apresentadas entre soma de parcelas e totais são provenientes de arredondamento de dados.

O setor industrial capturou 33.251 toneladas, sendo que as espécies mais significativas foram: sardinha-verdadeira (43,5%), bonito-listrado (25,3%) e mistura (8,0%).

Já o setor artesanal capturou apenas 3.786 toneladas, e as espécies mais importantes foram: camarão-rosa (18%), corvina (12,5%) e espada (9,2%).

Comparando-se os resultados alcançados em 1989 (até abril) com os do mesmo período de 1988, conclui-se que o desembarque aumentou cerca de 45%. As espécies que mais

contribuíram para esse aumento foram: chicharro (849%), sardinha-lage (432%) e palombeta (427%). As espécies que registraram descréscimo no período foram: corvina, lula, e camarão-7-barbas.

Apesar do aparente aumento no desembarque catarinense, essa atividade ainda convive com muitos problemas. A época de defeso não é respeitada; os pescadores artesanais e as indústrias de pesca estão muitas vezes em conflito devido a seus interesses.

Através de um convênio assinado entre o IBAMA e a Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação (SAAI/SC), cabe a esta fiscalização dos infratores ao longo do litoral catarinense. Devido à escassez de recursos financeiros, a fiscalização não tem um melhor aparelhamento; assim, a legislação, embora rigorosa, torna-se inútil pela incapacidade de ser aplicada. O IBAMA é responsável pelo julgamento dos processos e pela cobrança das multas.

O município mais importante no desembarque catarinense é Itajaí (60,3%), seguido por Navegantes (19,50%). Juntos acumulam 80% do desembarque estadual (tabela 7). Na realidade, as indústrias de pesca de Itajaí estão entre as maiores da América Latina, devido à tecnologia em equipamento e às modernas instalações.

Segundo o IBAMA, em 1989 existiam no estado 16 empresas de pesca e 34 armadores de pesca. Havia 72 embarcações com capacidade para operar com mais de 20 toneladas (pesca industrial) e 977 para operar até 20 toneladas (pesca artesanal).

A prática da aquicultura vem crescendo em todo o mundo, como forma de melhor contribuir para a provisão de alimentos. Em nosso estado, o Programa de Aquicultura, desenvolvido pelo Serviço de Extensão Rural (ACARESC), começou há 3 anos, tendo como objetivo principal o estabelecimento de uma nova opção de renda para a propriedade agrícola.

TABELA 7
 QUANTIDADE DE PESCADO SOB CONTROLE DESEMBARCADO NOS PRINCIPAIS
 MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - 1988 E 1989

MUNICÍPIOS	1988	1989(1)
Araquari	518.550	90.311
Araranguá	450.054	-
Bal. Camboriú	466.994	137.549
Barra Velha	88.470	-
Biguaçu	12.106	-
Florianópolis	5.523.406	2.551.344
Garopaba	357.030	144.525
Garuva	314.906	-
Gov. Celso Ramos	1.335.344	333.026
Içara	70.692	-
Imaruí	18.646	-
Imbituba	866.868	468.797
Itajaí	45.608.895	23.903.709
Itapema	220.776	25.559
Jaguaruna	1.289.798	557.027
Laguna	392.107	315.774
Navegantes	14.795.791	8.073.365
Palhoça	626.204	142.876
Paulo Lopes	19.957	-
Porto Belo	2.280.891	86.535
São Francisco do Sul	270.426	157.713
São João do Sul	35.480	50.770
São José	5.303	-
Sombrio	69.500	-
Tijucas	54.301	14.496
TOTAL	75.692.495	37.053.376

FONTE: IBAMA.
 ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.
 (1) Dados até o mês de abril.

De acordo com a ACARESC, em 1990 foram assistidos 6.500 viveiros e utilizaram-se 3.500.000 alevinos no povoamento dos tanques e açudes destinados à criação de peixes. A produção atingiu 1.521 toneladas, sendo que 900 toneladas foram comercializadas e 364,5 foram consumidas na propriedade; as restantes 256,5 permaneceram em estoque.

De acordo com a Delegacia Federal da Agricultura (DFA/SC), a produção inspecionada no estado, em 1990 (até setembro) atingiu o montante de 86.908 toneladas (tabela 8), sendo que 39,4% na forma de resfriados e 48,4% na de congelados.

TABELA 8
 PRODUÇÃO DE PESCADO INSPECIONADA EM SANTA CATARINA - 1984-90

(em toneladas)

ANO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1984	53.804,90	72.294,58	5.251,08	9.863,73	2.939,92	144.154,21
1985	90.502,76	61.900,07	6.199,11	7.106,80	1.071,08	166.779,82
1986	61.238,73	61.534,65	6.201,36	6.443,69	787,16	136.205,59
1987	54.955,78	49.140,53	3.950,15	6.968,50	1.314,51	116.329,47
1988	57.232,90	56.580,59	4.624,51	3.292,63	356,89	122.087,52
1989	62.919,09	57.510,73	4.224,16	5.046,34	729,69	130.430,01
1990(1)	34.204,72	42.063,74	3.141,72	2.732,48	4.764,96	86.907,62

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até setembro.

3. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

Em 1988, em função do aumento das capturas pesqueiras, os Estados Unidos converteram-se no maior exportador de pescado pela primeira vez na história. Em consequência, o Canadá caiu para o segundo posto.

Os países em desenvolvimento protagonizaram um total de 45% das exportações mundiais de pescado, proporção que não mudou nos últimos cinco anos.

A maior parte das importações mundiais de pescado se concentrou nos Estados Unidos, Japão e na Comunidade Econômica Européia. Estes países juntos representaram mais de 75% do total das importações pesqueiras.

Com relação ao Brasil, faltam dados relativos ao ano de 1988; em 1987, porém, o país participou com 0,5% do total das importações e com 0,6% do total das exportações mundiais (tabela 9).

TABELA 9
 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS DE PESCADO, SEGUNDO OS PAÍSES OU ZONAS DE ORIGEM E DESTINO -
 1984-86 (MÉDIA), 1987 E 1988

(US\$ 1.000.000)

PAÍS	IMPORTAÇÃO			EXPORTAÇÃO		
	1984-86 (média)	1987	1988(1)	1984-86 (média)	1987	1988(1)
TOTAL MUNDIAL	19.977	30.549	33.219	18.861	28.067	31.056
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	2.648	3.729	4.624	8.449	12.749	13.857
América Latina/Caribe	341	419	456	2.527	3.431	3.486
. México	8	1	138	424	570	439
. Brasil	73	138	---	169	178	---
. Chile	1	1	---	458	636	771
. Equador	0	0	0	287	481	449
. Peru	3	7	---	237	290	426
ÁFRICA	506	599	604	799	1.141	1.233
. Costa do Marfim	69	108	---	58	97	---
. Marrocos	0	1	---	243	353	414
. Nigéria	123	168	---	4	8	---
. Senegal	18	9	---	189	265	---
ORIENTE PRÓXIMO	270	313	313	140	136	136
EXTREMO ORIENTE	1.464	2.323	3.176	4.922	7.974	8.935
. Hong Kong	512	792	1.030	323	500	732
. Índia	0	0	0	331	409	430
. Indonésia	26	27	22	268	441	556
. Coreia	91	212	315	916	1.506	1.784
. Filipinas	9	31	63	156	268	347
. Singapura	228	313	370	176	289	408
. Formosa	195	309	367	1.067	1.674	1.311
. Tailândia	179	267	538	773	1.261	1.631
. China	65	113	212	445	912	1.023
. Oceania	57	64	64	60	67	67
PAÍSES DESENVOLVIDOS	17.328	26.820	28.595	10.412	15.318	17.199
AMÉRICA DO NORTE	4.555	6.174	5.981	2.676	3.917	4.660
. Canadá	387	512	592	1.461	2.092	2.219
. Estados Unidos	4.167	5.662	5.389	1.215	1.825	2.441
EUROPA OCIDENTAL	6.833	11.442	12.338	5.593	8.704	9.239
CEE	6.035	10.231	10.985	3.629	5.710	5.931
. Dinamarca	431	842	852	1.077	1.751	1.854
. França	1.175	2.022	2.043	385	654	679
. Rep. Fed. da Alemanha	911	1.270	1.384	314	440	456
. Itália	997	1.738	1.899	138	140	185
. Países Baixos	328	509	526	603	953	874
. Espanha	508	1.322	1.503	353	475	588
. Reino Unido	1.010	1.387	1.577	396	718	715
OUTROS	798	1.211	1.353	1.964	2.994	3.308
. Islândia	4	3	---	661	1.071	1.221
. Noruega	74	121	157	998	1.475	1.606
EUROPA ORIENTAL	235	287	299	124	213	213
URSS	157	152	183	447	637	811
OUTROS PAÍSES DESENVOLVIDOS	5.547	8.765	9.794	1.571	1.847	2.276
. Austrália	226	300	317	319	421	637
. Japão	5.181	8.308	9.346	866	890	1.047
. Nova Zelândia	20	30	---	290	403	474
. África do Sul	82	70	44	93	130	115

FONTE: FAO. Situación y Perspectivas de los Productos Básicos, 1989-90.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Cifras preliminares.

Segundo informações da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil, em 1988 (último dado disponível) o Brasil exportou 41.056 toneladas de produtos pesqueiros, totalizando cerca de 180 milhões de dólares (tabela 10). No ano de 1987, o volume e o valor das exportações brasileiras foram, respectivamente, de 39.834 t e 171 milhões de dólares. O aumento nas exportações deveu-se à maior comercialização de atum.

TABELA 10
QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPECIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1988

PRODUTOS PESQUEIROS	ESTADOS UNIDOS		JAPÃO		PORTO RICO		ITALIA	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
Atum	21	27	1.491	2.763	7.285	6.366	66	46
Camarão	9.060	53.989	167	26.736	-	-	676	3.749
Piramutaba	3.242	4.366	69	87	-	-	-	-
Lagosta	2.277	48.570	92	1.014	-	-	29	629
Sardinha	-	-	-	-	-	-	-	-
Pargo-Rosa	456	2.051	123	179	7	14	-	-
Corvina	0,50	0,60	-	-	-	-	0,50	0,50
Tamuata	112	118	-	-	-	-	-	-
Outros Prod. Pesqueiros	1.404	3.395	617	673	17	23	1.398	2.316
TOTAL	16.573	112.517	2.559	31.452	7.309	6.403	2.170	6.740

(continua)

(conclusão)

PRODUTOS PESQUEIROS	ESPANHA		ARGENTINA		OUTROS PAÍSES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
Atum	1.670	1.347	3.307	2.934	1.458	1.333	15.298	14.816
Camarão	423	2.280	46	165	581	4.857	10.953	91.776
Piramutaba	-	-	-	-	5	9	3.316	4.462
Lagosta	14	304	-	-	234	4.292	2.646	54.809
Sardinha	-	-	1.208	761	32	9	1.240	770
Pargo-Rosa	1	3	-	-	226	268	813	2.515
Corvina	181	121	-	-	145	88	327	210
Tamuata	-	-	-	-	191	225	303	343
Outros Prod. Pesqueiros	35	141	-	-	2.689	3.937	6.160	10.485
TOTAL	2.324	4.196	4.561	3.860	5.561	15.018	41.056	180.186

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

De janeiro a abril de 1989, o Brasil exportou cerca de 25 milhões de dólares.

O principal comprador de pescado brasileiro foram os Estados Unidos (40,4% do volume e 62,4% do valor total exportado). As principais espécies comercializadas foram: o atum (37,3% da quantidade total exportada) e o camarão (50,9% do valor total).

As importações brasileiras decresceram em 1988. Em 1987, haviam sido importadas 89.092 toneladas, o equivalente a 94,29 milhões de dólares; em 1988, estas cifras caíram para 69.078 toneladas e 62,72 milhões de dólares (tabela 11).

Os principais produtos pesqueiros importados pelo Brasil em 1988 foram: o bacalhau (62,5% do valor total) e a merluza (25% do volume total).

Com relação às exportações catarinenses em 1989, houve uma queda em relação ao ano anterior. Em 1988, foram exportadas 14.870 toneladas que totalizaram 10,24 milhões de dólares, enquanto em 1989 foram exportados 10.602 toneladas, o que equivaleu a 8,03 milhões de dólares (tabela 12).

O principal comprador de pescado catarinense, em 1989, foi Porto Rico, tanto em termos de quantidade (64,8% do total), como em valor (47,3%). A principal espécie exportada foi o bonito-listrado.

Para 1990, prevê-se que as quantidades exportadas mantenham-se estáveis, em função dos resultados alcançados no 1º semestre (tabela 13).

As importações catarinenses em 1989 atingiram um volume de 8.653 toneladas, o que correspondeu a 8,6 milhões de dólares (tabela 14). Informações referentes ao 1º semestre de 1990 (tabela 15) indicam que para este ano as importações deverão permanecer no mesmo nível do ano anterior.

TABELA 11

QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1988

PRODUTOS PESQUEIROS	ARGENTINA		URUGUAI		CHILE		MARROCOS	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
Bacalhau	-	-	-	-	-	-	-	-
Corvina	134	206	54	455	-	-	-	-
Merluza	16.192	10.566	1.056	2.092	-	-	-	-
Pescada	27	162	59	172	-	-	-	-
Polvo, Calamar e Lula	96	107	34	135	7.698	353	-	-
Sardinha	-	-	-	-	-	-	2.100	687
Outros Prod. Pesqueiros	852	2.432	94	774	28.233	458	-	-
TOTAL	17.301	13.473	1.297	3.628	35.931	811	2.100	687

(continua)

(conclusão)

PRODUTOS PESQUEIROS	REINO UNIDO		NORUEGA		OUTROS PAISES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$ 1.000)						
Bacalhau	-	-	411	37.234	17	1.955	428	39.189
Corvina	-	-	-	-	-	-	188	661
Merluza	-	-	-	-	-	-	17.248	12.658
Pescada	-	-	-	-	-	-	86	334
Polvo, Calamar e Lula	-	-	-	-	-	-	7.828	595
Sardinha	10.180	3.364	-	-	1.704	1.398	13.984	5.449
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	-	-	137	167	29.316	3.831
TOTAL	10.180	3.364	411	37.234	1.858	3.520	69.078	62.717

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 12

QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES, SEGUNDO A ESPÉCIE, POR PAÍS DE DESTINO - 1989

PAÍS DE DESTINO	ESTADOS UNIDOS		URUGUAI		PORTUGAL		ITALIA	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)						
PRODUTOS PESQUEIROS								
Camarão	742	2.273	-	-	-	-	94	200
Bonito-listrado	-	-	-	-	-	-	-	-
Atum	-	-	-	-	400	160	23	23
Castanha	-	-	671	255	-	-	-	-
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	40	16	-	-	100	76
TOTAL	742	2.273	711	271	400	160	217	299

(continua)

(conclusão)

PAÍS DE DESTINO	PORTO RICO		OUTROS PAISES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)
PRODUTOS PESQUEIROS						
Camarão	-	-	218	446	1.054	2.919
Bonito-listrado	5.462	3.122	1.270	606	6.732	3.728
Atum	1.317	600	89	64	1.829	847
Castanha	-	-	-	-	671	255
Outros Prod. Pesqueiros	94	80	82	109	316	281
TOTAL	6.873	3.802	1.659	1.225	10.602	8.030

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 13

QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES, SEGUNDO A ESPÉCIE, POR PAÍS DE DESTINO - 1º SEMESTRE DE 1990

PAÍS DE DESTINO	ARGENTINA		PORTO RICO		ESTADOS UNIDOS		PORTUGAL	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)						
PRODUTOS PESQUEIROS								
Camarão	-	-	-	-	40	98	-	-
Bonito-listrado	562	376	2.859	2.001	-	-	951	569
Atum	-	-	77	86	-	-	-	-
Castanha	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	-	-	40	26	-	-
TOTAL	562	376	2.936	2.087	80	124	951	569

(continua)

(conclusão)

PAÍS DE DESTINO	CHINA		OUTROS PAÍSES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)
PRODUTOS PESQUEIROS						
Camarão	-	-	28	77	68	175
Bonito-listrado	-	-	-	-	4.372	2.946
Atum	-	-	3	5	80	91
Castanha	352	134	-	-	352	134
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	-	-	40	26
TOTAL	352	134	31	82	4.912	3.372

FORNTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 14

QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES, SEGUNDO A ESPÉCIE, POR PAÍS DE ORIGEM - 1989

PAÍS DE ORIGEM	ARGENTINA		URUGUAI		CHILE		MARRCOS	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)						
PRODUTOS PESQUEIROS								
Merluza e Abrótea	4.975	4.892	129	130	-	-	-	-
Merluza	-	-	-	-	-	-	1.153	386
Atum	-	-	-	-	148	397	-	-
Castanha	329	173	-	-	6	85	-	-
Outros Prod. Pesqueiros	755	1.116	292	1.125	7	23	-	-
TOTAL	6.059	6.181	421	1.255	161	505	1.153	386

(continua)

(conclusão)

PAÍS DE ORIGEM	URSS		OUTROS PAÍSES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)
PRODUTOS PESQUEIROS						
Merluza e Abrótea	-	-	-	-	5.104	5.022
Merluza	719	246	140	51	2.012	683
Atum	-	-	-	-	148	397
Castanha	-	-	-	-	335	258
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	-	-	1.054	2.264
TOTAL	719	246	140	51	8.653	8.624

FORNTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 15

QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES, SEGUNDO A ESPÉCIE, POR PAÍS DE ORIGEM - 1º SEMESTRE DE 1990

PRODUTOS PESQUEIROS	PORTO RICO		PORTUGAL		ESTADOS UNIDOS		ESPANHA	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)						
Atum	77	86	-	-	-	-	-	-
Bonito-listrado	2.859	2.001	951	569	-	-	-	-
Castanha	-	-	-	-	-	-	-	-
Camarão	-	-	-	-	40	97	18	59
Outros Prod. Pesqueiros	-	-	-	-	49	35	-	-
TOTAL	2.936	2.087	951	569	89	132	18	59

(continua)

(conclusão)

PRODUTOS PESQUEIROS	CHINA		OUTROS PAÍSES		TOTAL	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)
Atum	-	-	3	5	80	91
Bonito-listrado	-	-	-	-	3.810	2.570
Castanha	352	134	-	-	352	134
Camarão	-	-	10	18	68	174
Outros Prod. Pesqueiros	14	7	4	8	67	50
TOTAL	366	141	17	31	4.377	3.019

FONTE: Banco do Brasil - Carteira de Comércio Exterior - DEPEC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

De acordo com informações da DFA/SG, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal (SERPA), foram exportadas para o mercado interestadual em 1990 (até setembro) 71.957 toneladas de pescado, sendo que deste total 38,8% sob a forma de resfriados e 53,5% de congelados (tabela 16).

Para o mesmo período, os principais estados importadores de pescado catarinense foram: São Paulo (39,6% do total), Rio de Janeiro (20,8%), Bahia (9,2%) e Pernambuco (9,1%), conforme se verifica na tabela 17.

TABELA 16

QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS INSPECIONADOS DE SANTA CATARINA EXPORTADOS PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1984-90

ANO	(em toneladas)					
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1984	39.124,04	54.511,58	4.809,83	6.989,35	2.499,67	107.934,47
1985	63.869,22	85.967,90	9.583,80	17.773,24	12.248,36	189.442,52
1986	49.058,44	50.397,80	6.885,96	6.236,07	379,98	112.958,25
1987	42.663,41	46.563,72	3.748,12	5.479,65	1.035,01	99.489,91
1988	44.862,67	45.848,47	4.425,51	3.588,03	132,61	98.837,29
1989	47.327,01	51.119,24	3.642,13	4.221,55	47,54	106.357,45
1990(1)	27.885,25	38.501,54	2.651,30	2.918,49	-	71.956,58

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até setembro.

TABELA 17

QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS DE SANTA CATARINA INSPECIONADOS, E COMERCIALIZADOS SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS CONSUMIDORES - 1988 E 1989

ESTADO	(em toneladas)			
	1988		1989(1)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
São Paulo	39.739,31	37,3	27.357,38	39,6
Rio de Janeiro	30.193,32	28,3	14.390,61	20,8
Pernambuco	9.329,85	8,8	6.276,19	9,1
Bahia	6.890,46	6,5	6.331,50	9,2
Paraná	5.357,34	5,0	4.187,50	6,1
Rio Grande do Sul	4.482,40	4,2	2.121,64	3,1
Ceará	2.655,12	2,5	2.478,61	3,6
Alagoas	2.284,31	2,2	1.479,78	2,1
Sergipe	927,28	0,9	859,06	1,3
Rio Grande do Norte	903,01	0,9	-	-
Outros Estados	3.595,06	3,4	3.490,88	5,1
TOTAL	106.357,46	100,0	68.973,15	100,0

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até setembro.

Na área do cooperativismo catarinense, destaca-se a COOPERBELO, sediada no município de Porto Belo, que no ano de 1990 comercializou 1.403.403 quilos de pescado, entregues por seus 313 associados. No ano anterior, com o mesmo número de associados, foram comercializados apenas 785.374 quilos. O crescimento no volume comercializado se explica pelo fato de que todos os associados estão entregando sua produção à Cooperativa; algumas vezes até mesmo os não associados o fazem.

Um dos grandes problemas enfrentados pela pesca artesanal está na área de comercialização do produto. Sem condições de armazená-lo, o pescador o entrega ao intermediário por um preço bem mais baixo do que aquele que ele poderia receber se tivesse à sua disposição a necessária infra-estrutura de conservação do produto.

4. ABASTECIMENTO E CONSUMO

Informações obtidas junto à DFA/SC, através do SERPA, indicam que o consumo catarinense de pescado inspecionado em 1990 (até setembro) foi de 32.616 toneladas (tabela 18).

Em contraste com o que ocorre nos países desenvolvidos, onde o consumo per capita aumentou de 23 para 27 quilos/ano, entre 1973 e 1983 (último dado disponível), nos países em desenvolvimento este incremento foi de 7 para 8 quilos/ano.

No Brasil, em 1988, o consumo per capita foi de 4,9 quilos/ano.

O baixo consumo se deve, entre outras razões, ao fato de que o brasileiro não tem o hábito de consumir este tipo de alimento, além de seu alto preço em relação ao das demais carnes.

TABELA 18
CONSUMO CATARINENSE DE PESCADO INSPECIONADO - 1984-90

ANO	(em tonelada)					
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1984	11.568,69	12.794,62	603,27	809,89	2.143,87	27.920,34
1985	9.658,34	23.655,63	602,48	383,17	678,52	34.978,14
1986	12.795,08	16.535,35	357,80	550,10	4.013,12	34.251,45
1987	12.213,50	14.049,93	696,77	295,61	12.675,96	39.931,77
1988	12.348,40	15.787,86	387,40	269,04	7.260,37	36.053,07
1989	14.339,69	17.711,97	593,30	944,45	7.643,55	41.232,96
1990(1)	8.085,52	20.726,99	350,56	91,63	3.361,42	32.616,12

FONTE: MA/DFA/SERPA-SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Até setembro.

3.7. SUÍNOS

1. PRODUÇÃO

De acordo com as estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção mundial de carne suína foi de 63,2 milhões de toneladas em 1990, contra 63,5 milhões em 1989, ou seja, decresceu 0,5%.

A queda na produção mundial foi conseqüência da redução nos abates no México e Canadá, nos Estados Unidos, nos países do Leste Europeu e, de forma menos expressiva, na Comunidade Econômica Européia. Ao contrário, a produção foi maior no Brasil, na URSS, na China e em Formosa. No Japão, foi equivalente à de 1989.

A China continua sendo o maior produtor, vindo logo a seguir a Comunidade Econômica Européia, os Estados Unidos e os países do Leste Europeu. O Brasil, com uma produção ao redor de um milhão de toneladas em 1990, é o 13º produtor mundial.

TABELA 1
PRODUÇÃO MUNDIAL DE SUÍNOS SEGUNDO PAÍSES E REGIÕES SELECIONADOS - PARTICIPAÇÃO E VARIACÃO - 1988-91
(mil toneladas)

PAÍS/REGIÃO	1988	1989 (a)	1990 (b)	PARTICIPAÇÃO % (1990)	VARIAÇÃO % (b/a)	1991(1)
Canadá	1.188	1.184	1.140	1,80	- 3,72	1.155
México	964	910	792	1,25	-12,97	800
USA	7.144	7.173	6.997	11,06	- 2,45	7.214
Brasil	1.100	950	1.050	1,66	10,53	1.100
CEE	12.606	12.641	12.617	19,95	- 0,19	12.829
Oeste Europeu	1.146	1.165	1.156	1,83	- 0,77	1.144
Leste Europeu	7.114	7.092	6.577	10,40	- 7,26	6.635
URSS	6.600	6.700	6.800	10,75	1,49	6.800
China	20.176	21.375	21.600	34,16	1,05	22.000
Japão	1.158	1.594	1.595	2,52	0,06	1.560
Formosa	911	917	990	1,57	7,96	935
Outros	2.213	1.851	1.921	3,04	3,78	2.001
TOTAL	62.290	63.552	63.235	100,00	- 0,50	64.173

FONTE: USDA, World Agricultural Production, set. 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativas.

Ao contrário da produção, o rebanho mundial cresceu 1% em 1990. Conforme dados da FAO, o efetivo mundial passou de 838,8 milhões em 1989, para 845,1 milhões em 1990. Este crescimento se deu principalmente em função do aumento do rebanho chinês (que aumentou em praticamente 10 milhões de cabeças) e da URSS (mais 800 mil cabeças). Os decréscimos foram mais expressivos nos Estados Unidos, na Comunidade Econômica Européia, no México e na Polônia.

De uma maneira geral, o encarecimento dos principais insumos utilizados pelo setor constituiu o principal fator de decréscimo da produção em 1990.

Para 1991, há perspectivas de crescimento de 1,48% na produção mundial de carne suína, principalmente em função de preços mais favoráveis na Comunidade Econômica Européia, no Canadá e em outros países.

TABELA 2
REBANHO DE SUÍNO NOS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - PARTICIPAÇÃO E VARIÇÃO-1985-90
(milhões de cabeças)

PAÍS	1985	1986	1987	1988	1989 (a)	1990 (b)	VAR.(b/a)(%)	PAR. 90 (%)
China	313.4	338.1	337.2	327.7	342.2	352.0	2,9	41,7
URSS	77.9	77.8	79.5	77.4	78.1	78.9	1,0	9,3
USA	54.1	52.3	51	54.4	55.5	53.8	-3,1	6,4
Brasil	30.0	31.0	31.7	31.7	33.2	32.7	-1,5	3,9
Alemanha Ocidental	23.6	24.3	24.5	23.7	22.6	22.4	-0,9	2,7
Polônia	17.6	18.9	19.6	19.4	20.2	18.7	-7,4	2,2
México	18.6	18.6	12.3	10.9	9.1	8.3	-8,8	1,0
França	10.9	10.9	12.1	11.9	11.8	11.6	-1,7	1,4
Alemanha Oriental	13.2	12.9	12.8	12.5	12.4	12.1	-2,4	1,4
Vietnã	11.8	13.0	12	11.8	11.5	12.1	5,2	1,4
Filipinas	7.3	7.3	7.1	7.6	7.8	7.9	1,3	0,9
Itália	9.0	9.2	9.3	9.4	9.4	9.3	1,1	1,1
Romênia	14.8	14.3	14.7	15.2	15.4	15.5	0,6	1,8
Espanha	11.4	10.4	15.8	16.9	16.1	16.2	0,6	1,9
Reino Unido	7.8	7.9	8.9	10.9	8.6	8.7	1,2	1,0
Dinamarca	9.1	9.3	9.4	9.1	9.1	9.5	4,4	1,1
Países Baixos	12.4	12.9	19.8	20	20	20.4	2,2	2,4
Japão	10.7	11.1	11.3	11.7	11.9	11.9	0,0	1,4
Índia	8.7	8.7	8.5	8.4	8.2	8.1	-1,2	1,0
Hungria	9.2	8.3	8.7	8.2	8.3	8.1	-2,4	1,0
TOTAL	671.5	697.2	706.2	698.8	711.4	718.2	1,0	85,0
OUTROS	123.5	125.2	128.1	129.3	127.4	126.9	-0,4	15,0
TOTAL MUNDIAL	795.0	822.4	834.3	828.1	838.8	845.1	0,8	100,0

FORNTE: USDA.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

A produção brasileira de 1990 está estimada em 1,05 milhão de toneladas em equivalente carcaça, cerca de 10% maior que a de 1989. O crescimento da produção brasileira neste ano foi possível graças à recomposição dos plantéis em 1989, em decorrência dos bons preços pagos ao produtor no primeiro semestre daquele ano.

O abate total é estimado em 17 milhões de cabeças, 10,62% superior ao de 1989. Deste total, estima-se que 11,4 milhões tenham sido abatidos pelas indústrias que produzem diretamente para o mercado e 5,6 milhões de cabeças por pequenos abatedouros e nas unidades produtoras.

O abate sob inspeção federal nos estados da Região Sul e São Paulo foi estimado em 7,5 milhões de cabeças, representando mais de 80% do total nacional. Cabe destacar a participação de Santa Catarina, que, isoladamente, representou 51,32% do total inspecionado em 1990.

TABELA 3
ABATES SOB INSPEÇÃO FEDERAL DE SUÍNOS - VALOR ABSOLUTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NOS ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - 1985-91

(1.000 cabeças)

ANO	ABATE				TOTAL	PARTICIPAÇÃO % DOS ESTADOS NO TOTAL GERADO			
	SÃO PAULO	PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL		SÃO PAULO	PARANÁ	SANTA CATARINA	RIO GRANDE DO SUL
1985	460.8	1.424.4	3.506.1	1.512.9	6.904.2	6,67	20,63	50,78	21,91
1986	523.6	1.551.4	3.605.2	1.767.9	7.448.1	7,03	20,83	48,40	23,74
1987	439.1	1.762.8	4.152.0	2.254.9	8.608.8	5,10	20,48	48,23	26,19
1988	430.8	1.718.2	3.912.0	3.140.9	9.201.9	4,68	18,67	42,51	34,13
1989	380.1	1.319.4	3.326.0	1.643.6	6.669.1	5,70	19,78	49,87	24,65
1990(1)	410.6	1.430.9	3.850.0	1.810.5	7.502.0	5,47	19,07	51,32	24,13
1991(2)	520.6	1.660.0	4.100.0	2.000.0	8.280.6	6,29	20,05	49,51	24,15

FONTE: Sindicatos da Carne de Santa Catarina e Paraná, Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, SERPA/MA e Instituto CEPA/SC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Dados preliminares sujeitos a retificações.

(2) Estimativas.

A produção catarinense de 1990 está estimada em 321 mil toneladas em equivalente carcaça, 11,07% maior que a de 1989. Da produção total (3.900 mil cabeças), aproximadamente 85% foi abatido nas agroindústrias inspecionadas, 7% pelos pequenos abatedouros e 8% para autoconsumo.

O abate inspecionado de 1990, 3.900 mil cabeças, cresceu aproximadamente 17,3% em relação a 1989, em decorrência da reposição do plantel de matrizes, que nos fomentos mantidos pelas agroindústrias foi maior que nas propriedades não integradas. O abate não inspecionado manteve-se praticamente inalterado em torno de 7% do total. O consumo na propriedade e pela população rural e de pequenos núcleos urbanos foi menor neste ano, basicamente devido à redução do número de pequenos produtores após as crises de 1987 e 1988. A compra de animais vivos em outros estados, tudo indica que foi menor em 1990 em função da aquisição de frigoríficos de outros estados por empresas catarinenses, reduzindo a compra na área de atuação destas indústrias. Por outro lado, a venda de animais vivos para a Região Sudeste, principalmente São Paulo, que foi intensa no primeiro semestre, caiu no segundo.

TABELA 4

REBANHO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA - 1983-90

ANO	REBANHO (mil Cabeças)	PRODUÇÃO (mil Cabeças)	TAXA DE ABATE (%)	DESFRITE (%)
1983	3.200,00	4.177,00	130,5	124,0
1984	3.100,00	3.902,00	125,9	124,0
1985	3.172,00	4.142,00	130,6	133,0
1986	3.380,00	4.390,00	129,9	136,0
1987	3.436,00	4.937,00	143,7	138,0
1988	3.250,00	4.754,20	146,3	142,0
1989	2.852,00	4.128,00	144,7	131,0
1990	3.200,00(1)	4.530,00	141,6	127,7

FONTE: Instituto CEPA/SC.

(1) Estimativas.

2. COMERCIALIZAÇÃO E MERCADO

O comércio internacional de carne suína cresceu em 1990. De acordo com as estimativas do USDA, as exportações mundiais atingiram um total de 4,4 milhões de toneladas, representando

um crescimento de 2,95% em relação a 1989.

A comercialização interna na Comunidade Econômica Européia representou o maior volume transacionado em 1990, haja vista que foi responsável por 59,82% das importações e por 62,94% das exportações. Fora da Comunidade Econômica Européia, o Japão foi o país que mais comprou em 1990 (535 mil toneladas), vindo logo a seguir os EUA (426 mil toneladas), a URSS e Hong Kong (220 mil toneladas cada). Depois da Comunidade Econômica Européia, como maiores exportadores destacaram-se o Canadá, apesar de suas exportações terem decrescido em relação a 1989, a Hungria, China e Romênia. Os Estados Unidos, ainda que suas exportações (122 mil toneladas) tenham representado apenas 2,78% do total mundial, aumentaram expressivamente suas vendas em 1990.

TABELA 5
PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE CARNE SUÍNA - PARTICIPAÇÃO E VARIACÃO - 1985-90

PAIS/REGIÃO							(mil toneladas)	
	1985	1986	1987	1988	1989 (a)	1990 (b)	VARIAÇÃO % (b/a)	PARTICIPAÇÃO % 1990
EUA	512	509	542	516	407	426	4,67	10,60
CEE	1.998	2.148	2.168	2.280	2.398	2.404	0,25	59,02
URSS	246	261	318	218	220	220	0,00	5,47
Japão	272	297	401	461	490	535	9,18	13,31
Hong Kong	217	221	202	223	215	220	2,33	5,47
Outros	91	163	97	137	202	214	5,94	5,32
TOTAL	3.336	3.599	3.728	3.835	3.932	4.019	2,21	100,00

FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 6
PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE CARNE SUÍNA - PARTICIPAÇÃO E VARIACÃO - 1985-90

PAÍSES							(mil toneladas)	
	1985	1986	1987	1988	1989 (a)	1990 (b)	VARIAÇÃO % (b/a)	PARTICIPAÇÃO % 1990
EUA	58	39	49	88	59	122	106,78	2,78
Canadá	251	272	301	319	302	275	-8,94	6,26
CEE	2.207	2.327	2.481	2.659	2.738	2.766	1,02	62,94
Alemanha	285	309	280	270	274	272	-0,73	6,19
Hungria	150	133	123	133	140	140	0,00	3,19
Polónia	67	73	75	76	70	70	0,00	1,59
Romênia	125	135	150	140	150	175	16,67	3,98
China	263	193	200	170	203	235	15,76	5,35
Formosa	96	123	194	178	150	160	6,67	3,64
Outros	205	149	141	170	183	180	-1,64	4,10
TOTAL	3.707	3.753	3.994	4.203	4.269	4.395	2,95	100,00

FONTE: USDA.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

No Brasil, a oferta interna de carne suína em equivalente carcaça foi de 1,05 milhão de toneladas. Deste total, cerca de 10 mil toneladas provieram de importações e/ou estoques remanescentes de 1989. As exportações atingiram cerca de 20 mil toneladas, e os estoques de passagem, 5 mil toneladas. Desta forma, o suprimento interno foi de aproximadamente 1,035 milhão de toneladas, resultando num consumo per capita médio de 7,3 quilos/hab/ano, cerca de 7,3% superior ao de 1989. Mesmo com o crescimento da oferta e a maior disponibilidade de carne de aves, não se registraram sobras expressivas de produtos de origem suína no mercado a partir do último trimestre do ano, exceto de banha e outras gorduras.

Em nível de produtor, apesar das oscilações dos preços em determinados períodos, a produção foi comercializada sem maiores problemas. Os abates foram maiores a partir de maio, pela maior disponibilidade de milho a partir do segundo trimestre do ano pela reposição dos plantéis no primeiro semestre de 1989.

No primeiro momento após o Plano Collor, as vendas de carne suína e derivados foram bastante reduzidas. Os distribuidores procuraram escoar os estoques adquiridos antes do plano. Por esta razão as agroindústrias reduziram os abates para evitar acúmulo de produtos nas unidades de processamento. Em consequência, os produtores tiveram dificuldades para escoar a produção. Neste período, os preços registraram queda real. A partir de abril, o consumo se normalizou e a produção foi escoada mais facilmente. Entre outros fatores, a menor oferta e a alta dos preços no mercado de São Paulo contribuíram para normalizar o mercado na Região Sul.

Apesar de pequenos problemas em maio, o mercado manteve-se favorável até outubro. Mesmo com uma oferta maior de carne de aves, as dificuldades no abastecimento de carne bovina (redução nas exportações e oferta interna de boi gordo menor que a demanda) favoreceram o mercado para a carne suína e seus derivados.

A partir de novembro, com a maior oferta de carnes em geral e com uma sensível queda no consumo, o mercado encontrou dificuldades. A comercialização de determinados produtos (salgados defumados e gorduras) esteve praticamente paralisada. Os estoques foram maiores junto às agroindústrias e os preços registraram queda real no atacado e ao produtor.

3. ABASTECIMENTO E PREÇOS

Conforme estimativas, o suprimento interno de carne suína foi maior em 1990, em relação a 1989, em aproximadamente 52 mil toneladas. O consumo, por sua vez, subiu de 6,8 para 7,3 quilos/hab/ano. Deve-se observar que estes totais são estabelecidos sem levar em consideração a inclusão de carne bovina e outros ingredientes na fabricação de produtos derivados da carne suína.

Em Santa Catarina, a oferta global de carne suína foi estimada em 321 mil toneladas. Deste total, cerca de 20 mil toneladas foram exportadas, 80 mil consumidas internamente e o restante vendido para outros estados. O consumo médio per capita foi de 17,7 quilos/hab/ano.

TABELA 7
BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA DE CARNE SUÍNA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA - 1985-90
(mil toneladas)

SITUAÇÃO	BRASIL					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Estoque Inicial		15	5	25	5	5
Produção	1.212	1.213	1.269	1.148	953	1.050
Importação	-	38	40	4	50	5
Suprimento Interno	1.212	1.266	1.314	1.177	1.008	1.060
Exportação	-	8	18	20	14	20
Consumo Interno	1.197	1.253	1.271	1.152	989	1.035
Consumo Per capita/kg	6,8	7,1	8,9	8,0	6,8	7,3
Estoque final	15	5	25	5	5	5

(continua)

(conclusão)

SITUAÇÃO	SANTA CATARINA					
	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Estoque Inicial	-	-	8	9	-	3
Produção	283	307	350	328	289	321
Importação	-	-	26	-	20	-
Suprimento Interno	283	307	384	337	309	324
Exportação	-	-	16	20	14	15
Consumo Interno	205	213	283	243	222	232
Consumo Regional	78	9	76	74	70	74
Consumo Per capita/kg	19,0	20,10	18,0	18,0	16,0	17,7
Estoque final	-	3	9	-	3	3

FONTE: Instituto CEPA/SC.

ØBS: Considerou-se apenas a carne sem os componentes necessários à industrialização.

TABELA 8

SUÍNOS - PREÇOS CONSTANTES PAGOS AOS PRODUTORES CATARINENSES -
1987-90

(Cr\$/kg)

MÊS	1987	1988	1989	1990
Janeiro	127,32	64,93	105,86	49,33
Fevereiro	106,27	61,05	112,96	46,14
Março	87,19	71,07	122,83	45,65
Abril	72,61	69,50	129,55	46,86
Maiο	70,18	62,37	165,46	64,09
Junho	56,64	68,82	198,28	79,43
Julho	64,37	73,18	132,46	80,66
Agosto	71,42	70,85	100,34	75,00
Setembro	66,12	71,89	79,85	79,64
Outubro	85,26	74,03	61,48	81,98
Novembro	85,31	78,33	53,77	84,68
Dezembro	77,35	86,23	61,06	-

FONTE: PREÇOS CORRIGIDOS PELO IGP/DI, para agosto 1990.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Os preços pagos aos produtores em 1990 foram os menores dos últimos anos (1987 a 1990), principalmente de janeiro a abril, quando normalmente o mercado de carne suína se apresenta fraco. De maio a setembro, com o crescimento no consumo, a comercialização foi facilitada e os preços reagiram. Neste período os produtores operaram com lucro. A partir de novembro, com uma sensível queda no consumo de alguns produtos e maior oferta de carne bovina e de frango, além do agravamento da crise econômica, os preços voltaram a cair e os produtores passaram a operar com prejuízo.

De uma maneira geral, ao contrário de 1989, os preços pagos ao produtor não apresentaram grandes oscilações em 1990. Por outro lado, os preços do milho e do farelo de soja, que estiveram abaixo da média histórica dos últimos anos, permitiram custos de produção menores, possibilitando que os produtores obtivessem rentabilidade positiva na maioria dos meses do ano. A partir de outubro, os preços do milho e do farelo de soja subiram acima da inflação e dos índices de correção dos preços do porco. Com os preços do suíno estabilizados e com os dos insumos aumentados, os custos de produção ficaram acima dos preços de mercado. Com isso, os produtores operaram com prejuízo nos dois últimos meses de 1990.

4. PERSPECTIVAS

O setor suinícola é extremamente sensível às dificuldades econômicas. Por isso, a produção deverá manter-se dentro de seus limites históricos. Mas a oferta em 1991 será ligeiramente superior à de 1990 (4,8%), pois a estrutura produtiva não sofreu redução expressiva quando os preços estiveram fortemente deprimidos.

Espera-se que a produção atinja 1,1 milhão de toneladas. Volume superior a este dificilmente será conseguido. Mesmo com a produção praticamente igual à de 1989 e mesmo que as importações não ultrapassem as 10 mil toneladas, as exportações terão que se aproximar das 20 mil toneladas para que a

instabilidade natural do mercado de suínos não se traduza em maiores dificuldades para os produtores.

O panorama do mercado não apresentará mudanças muito significativas em relação aos anos anteriores. A instabilidade, especialmente para o produtor, será a tônica, apesar dos bons desempenhos que eventualmente possa ter. A quebra na safra de milho, a maior oferta de frangos e a garantia de abastecimento de carne bovina na entressafra são os principais indicativos de que os suinocultores enfrentarão dificuldades em 1991, não tanto pelo mercado da carne em si, mas, muito mais, pelas dificuldades de suprimento de insumos, com comprometimento da rentabilidade.

A produção catarinense crescerá entre 4% e 5%, devendo atingir o volume de 340 a 350 mil toneladas. Este panorama refletirá a recomposição dos plantéis ocorrida em 1990. Ela sofreu uma interrupção a partir de setembro, pois o mercado não era atrativo para os suinocultores. Mesmo assim, o aumento do alojamento de matrizes garantirá, ao longo de 1991, uma oferta que se aproximará dos 4,9 a 5,1 milhões de cabeças.

4. LISTA DE GRÁFICOS

	PG
ALHO	
1. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE ALHO NOBRE EM SANTA CATARINA - 1989-90.....	46
2. PREÇOS REAIS(1) DE ALHO RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM SANTA CATARINA - 1980-90	47
3. CUSTOS DE PRODUÇÃO X PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE ALHO NOBRE EM SANTA CATARINA - SAFRA 1981/82 A 1989/90	49
ARROZ	
1. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR DE ARROZ DE SANTA CATARINA - 1985-90	60
2. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) RECEBIDOS PELO PRODUTOR DE ARROZ DE SANTA CATARINA - JAN/90 - DEZ/90	61
3. CUSTO VARIÁVEL, CUSTO TOTAL E PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR DE ARROZ EM SC - SAFRAS 1985/86 A 1989/90	62
BANANA	
1. PREÇOS REAIS(1) NO ATACADO DA BANANA CATURRA E PRATA, SANTA CATARINA - 1985-90	71
2. PREÇOS REAIS(1) AO PRODUTOR DA BANANA CATURRA E PRATA, SANTA CATARINA - 1985-90	72
3. PREÇOS REAIS(1) NO VAREJO DA BANANA CATURRA E PRATA, SANTA CATARINA - 1985-90	72
BATATA	
1. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DA BATATA NO ATACADO DA CEAGESP - 1980-90	87

	PG
2. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS DA BATATA NO ATACADO DA CEAGESP - 1980-90, 1989 E 1990	87
3. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS DA BATATA PAGOS AO PRODUTOR CATARINENSE - 1980-90	88
CEBOLA	
1. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DA CEBOLA NO ATACADO DA CEAGESP - 1980-90	98
2. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS DA CEBOLA NO ATACADO DA CEAGESP - 1980-90, 1989 E 1990	98
3. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS DA CEBOLA PAGOS AO PRODUTOR CATARINENSE - 1980-90	100
4. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENSAIS DA CEBOLA RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1980-90, 1989 E 1990	100
FEIJÃO	
1. PRINCIPAIS ESTADOS BRASILEIROS PRODUTORES DE FEIJÃO - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - SAFRA 1989/90	107
2. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DO FEIJÃO-CARIOGA NO ATACADO DE SÃO PAULO - 1985-90	112
3. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DO FEIJÃO-PRETO NO ATACADO DE SÃO PAULO - 1985-90	113
4. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DO FEIJÃO-CARIOGA PAGOS AO PRODUTOR DE SANTA CATARINA - 1985-90	114
5. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DO FEIJÃO-PRETO PAGOS AO PRODUTOR DE SANTA CATARINA - 1985-90	114
6. CUSTOS DE PRODUÇÃO X PREÇOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR DE FEIJÃO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 A 1989/90	115

	PG
MAÇA	
1. PREÇOS REAIS(1) MENS AIS DA MAÇA NACIONAL NO ATACADO DA CEAGESP - 1980-90	140
2. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENS AIS DA MAÇA NACIONAL NO ATACADO DA CEAGESP - 1980-90, 1989 E 1990	140
MANDIOCA	
1. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) MENS AIS DA RAIZ DE MANDIOCA RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA - 1980-90 ..	148
2. PREÇOS REAIS(1) MÉDIOS DA FÉCULA DE MANDIOCA RECEBIDOS PELAS INDÚSTRIAS EM SANTA CATARINA - 1981-90	149
3. PREÇOS REAIS(1) MENS AIS DA FARINHA FINA DE MANDIOCA NO ATACADO DE FLORIANÓPOLIS - 1977-90	150
4. CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA NO VALE DO ITAJAÍ - SAFRA 1981/82 A 1989/90	151
5. CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA NO SUL DO ESTADO - SAFRA 1987/88 A 1989/90	152
MILHO	
1. PREÇOS DO MILHO NA BOLSA DE CHICAGO - 1982-90	161
2. PREÇOS REAIS(1) DO MILHO PAGOS NO ATACADO CATARINENSE - 1985-90	163
3. PREÇOS REAIS(1) PAGOS AO PRODUTOR DE MILHO DE CHAPECÓ - 1985-90	163
4. CUSTOS DE PRODUÇÃO X PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE MILHO DE SANTA CATARINA - MAIO/90	164
SOJA	
1. PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE SOJA - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - SAFRA 1989/90	169

	PG
2. COTAÇÃO DO GRÃO DE SOJA NO MERCADO INTERNACIONAL	173
3. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS DA SOJA NO ATACADO GATARINENSE - 1985-90	174
4. GUSTOS DE PRODUÇÃO X PREÇOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR DE SOJA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1983/84 A 1989/90	175
 AVES - SEGMENTO POSTURA	
1. PREÇOS REAIS(1) MENSAIS NO ATACADO DE FLORIANÓPOLIS E MÉDIA ANUAL DO OVO TIPO II	253
 LEITE	
1. PREÇOS MÉDIOS REAIS(1) DO LEITE RECEBIDOS PELO PRODUTOR NA PLATAFORMA DA INDÚSTRIA EM SANTA CATARINA - 1983-90	276

5. LISTA DE MAPAS

	PG
ALHO	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1990/91	45
ARROZ	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90	57
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90	57
BANANA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA EM SANTA CATARINA - 1989/90	71
BATATA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA-INGLESA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90	84
CEBOLA	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90	97
FEIJÃO	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 1a. SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90	108
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 2a. SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90	109
FUMO	
1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90	121

MAÇÃ

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90 134

MANDIOCA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90 147

MILHO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90 157

SOJA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/91 170

TOMATE

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90 184

TRIGO

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90 193

UVA

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE UVA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90 208

BOVINOS DE LEITE

1. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CINCO GRANDES BACIAS LEITEIRAS NA PRODUÇÃO TOTAL DO ESTADO - 1989 273

6. LISTA DE QUADROS**CEBOLA**

1. CALENDÁRIO MENSAL DE OFERTA DE CEBOLA POR ESTADO BRASILEIRO 93

7. LISTA DE TABELAS

	PG
POLÍTICA AGRÍCOLA	
1. ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS CONFORME A RENDA DO PRODUTOR - 16.08.90	24
2. LIMITES DE FINANCIAMENTO CONFORME AS CULTURAS E A CLASSE DE PRODUTOR - 21.08.90	24
3. VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) E CALENDÁRIO DE LIBERAÇÕES VIGENTES EM SANTA CATARINA PARA A SAFRA DAS ÁGUAS 1990-91 E VBC DA SAFRA ANTERIOR.....	25
4. PREÇOS MÍNIMOS DE GARANTIA PARA OS PRODUTOS AGRÍCOLAS SAFRA DE VERÃO - 1990-91.....	28
ALHO	
1. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MUNDIAL DE ALHO - 1980-89..	42
2. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE ALHO NO BRASIL - 1980-90	43
3. QUANTIDADE PRODUZIDA DE ALHO, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E TOTAL BRASILEIRA - 1980-90	43
4. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E ÍNDICE DE CRESCIMENTO DE ALHO EM SANTA CATARINA - 1980-90	44
5. PERSPECTIVAS DE IMPORTAÇÃO DE ALHO - 1990	48
6. ÁREA E PRODUÇÃO DE ALHO SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - 1990-91	50
ARROZ	
1. ÁREA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E QUANTIDADE PRODUZIDA DE ARROZ IRRIGADO E DE SEQUEIRO EM SANTA CATARINA, NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS - 1990	53

	PG
2. ÁREA, RENDIMENTO E PRODUÇÃO DE ARROZ, EM CASCA E BENEFICIADO, NO MUNDO E NOS PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES IMPORTADORES - SAFRAS 1988/89, 1989/90 E 1990/91(1)....	54
3. ÁREA PLANTADA, RENDIMENTO MÉDIO E QUANTIDADE PRODUZIDA DE ARROZ NO BRASIL - 1981-1990	55
4. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE ARROZ EM CASCA, NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1989-90.....	55
5. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DE ARROZ EM EM SANTA CATARINA, SEGUNDO O TIPO DE CULTIVO 1984-1991	56
6. QUANTIDADE PRODUZIDA E CONSUMO HUMANO ESTIMADO DE ARROZ EM CASCA NO BRASIL - 1980-1990	58

BANANA

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE BANANA E PRODUÇÃO MUNDIAL E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - 1985-89	65
2. QUANTIDADE PRODUZIDA DE BANANA E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, POR CONTINENTE - 1985-89	66
3. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA BANANA POR REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 1987-1990	67
4. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO DA CULTURA DA BANANA EM SANTA CATARINA - 1980-1990	69
5. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA BANANA POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1988/89 A 1989/1990	70
6. EXPORTAÇÃO MUNDIAL POR CONTINENTE - QUANTIDADE E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DA BANANA - 1986-88	73

	PG
7. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES E TOTAL MUNDIAL - QUANTIDADE E PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DA BANANA - 1986-88	73
8. QUANTIDADE DE BANANA IMPORTADA, POR PAÍS E TOTAL MUNDIAL - 1985-88	74
 BATATA	
1. BATATA - PRINCIPAIS PRODUTORES MUNDIAIS E BRASIL - 1987-89	79
2. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO, NO BRASIL - SAFRAS 1978/79 A 1988/89	80
3. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PREVISTA E RENDIMENTO MÉDIO DE BATATA (SAFRAS DAS ÁGUAS E DAS SECAS), SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES E TOTAL BRASILEIRO - SAFRAS 1989/1990 (*)	81
4. ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E TOTAL DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1988/89 E 1989/90	83
5. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA BATATA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1979/80 A 1989/90	84
 CEBOLA	
1. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CEBOLA E TOTAL MUNDIAL - 1987-89	91
2. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CEBOLA E TOTAL BRASILEIRO - SAFRAS 1984/85 A 1988/89	92
3. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE OBTIDA, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E RENDIMENTO MÉDIO DA CEBOLA - SAFRA 1989/90	94
4. ÁREA PLANTADA, QUANTIDADE PRODUZIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1979/80 A 1989/90	95

	PG
5. PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES NA PRODUÇÃO DE CEBOLAS EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1988/89 A 1989/90	96
 FEIJÃO	
1. PRODUÇÃO DE FEIJÃO DOS CONTINENTES E PRINCIPAIS PAÍSES - 1979-81, 1987-89	105
2. QUANTIDADE PRODUZIDA DE FEIJÃO (PRIMEIRA E SEGUNDA SAFRA) SEGUNDO AS REGIÕES E TOTAL BRASILEIRO - SAFRAS 1988/89 E 1989/90.....	108
3. QUANTIDADE PRODUZIDA DE FEIJÃO (PRIMEIRA SAFRA E SAFRINHA) POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1988/89 E 1989/90	108
4. SUPRIMENTO/DEMANDA NO BRASIL - SAFRAS 1988/89 E 1989/90	110
 FUMO	
1. PRODUÇÃO MUNDIAL E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO - 1986-90	118
2. AREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO FUMO EM FOLHA, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E TOTAL BRASILEIROS - SAFRAS 1988/89 E 1989/90(1)	119
3. AREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DE FUMO EM FOLHA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1981/82 A 1990/91	120
4. QUANTIDADE CLASSIFICADA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, SEGUNDO OS DIFERENTES TIPOS DE FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1985/86 A 1989/90	120
5. QUANTIDADE DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO EXPORTADO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-90 ..	122

	PG
6. QUANTIDADE DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO IMPORTADO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-90 ..	122
7. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FUMO E SEUS DERIVADOS - 1980-89	123
8. CONSUMO DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-90	126
9. ESTOQUES MUNDIAIS DE FUMO EM FOLHA MANUFATURADO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-90	126
10. CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL - 1980-89	127
 MAÇÃ	
1. PRODUÇÃO DE MAÇÃS SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL MUNDIAL - 1987-89	130
2. QUANTIDADE PRODUZIDA DE MAÇÃ NO BRASIL, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRAS 1977/78 A 1988/89	132
3. QUANTIDADE PRODUZIDA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA MAÇÃ NO BRASIL, SEGUNDO OS ESTADOS PRODUTORES - SAFRA 1989/1990(*)	133
 MANDIOCA	
1. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MANDIOCA, SEGUNDO AS REGIÕES E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO -1985-90	144
2. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1976/77 A 1990/91	145
3. NÚMERO DE INFORMANTES, PRODUÇÃO E ÁREA COLHIDA DE MANDIOCA NO ESTADO E NAS MICRORREGIÕES, CONFORME DADOS GENSITÁRIOS DE 1975, 1980 E 1985	146

MILHO

1.	PRODUÇÃO MUNDIAL E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE MILHO - SAFRAS 1986/87 A 1990/91	155
2.	PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MILHO POR REGIÃO - SAFRAS 1985/86 A 1989/90	156
3.	ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA DE MILHO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1988/89 A 1989/91	157
4.	ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DE MILHO NOS ESTADOS UNIDOS E TOTAL MUNDIAL - TEMPORADAS 1988/89, 1989/90 E 1990/91	158
5.	ESTIMATIVA DE SUPRIMENTO DE MILHO PARA O BRASIL - 1988-1990	159
6.	ESTIMATIVA DE OFERTA/DEMANDA DE MILHO EM SANTA CATARINA - 1988-1990	160

SOJA

1.	PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA E PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - SAFRAS 1986/87 A 1990/91	168
2.	ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA NO BRASIL - SAFRAS 1974/75 A 1989/90	169
3.	ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA DE SOJA POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1988/89 E 1989/90	170
4.	OFERTA E DEMANDA MUNDIAL DE GRÃOS E DERIVADOS DE SOJA - TEMPORADAS COMERCIAIS DE 1988/89 E 1989/90	171
5.	BALANÇO DE SUPRIMENTO DO COMPLEXO SOJA NO BRASIL - SAFRAS 1988/89 E 1989/90	172

	PG
6. ORIGEM DA SOJA ADQUIRIDA PELAS INDÚSTRIAS CATARINENSES EM 1987	172
 TOMATE	
1. ÁREA CULTIVADA, PRODUÇÃO COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE NO MUNDO - 1980-89	180
2. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE NO BRASIL, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS .PRODUTORES - SAFRA 1988/89 E 1989/90	181
3. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1979/80 A 1989/90....	183
4. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DE TOMATE SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90	183
5. QUANTIDADE DE TOMATE COMERCIALIZADA NA GEASA/SC E PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS DE COMERCIALIZAÇÃO - 1989-1990	185
 TRIGO	
1. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO NO MUNDO E EM ALGUNS PAÍSES E REGIÕES SELECIONADOS - SAFRAS 1988/89 A 1990/91	189
2. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DO TRIGO PRODUZIDO NO BRASIL - 1981-90	190
3. ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E DO PAÍS - SAFRAS 1989 E 1990	191
4. ÁREA PLANTADA, ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1981 A 1990	192

	PG
5. MÉDIA DA COTAÇÃO DO TRIGO NO FECHAMENTO DA BOLSA DE MERCADORIAS DE CHICAGO PARA O PRIMEIRO MÊS DE ENTREGA - 1986-90	194
6. PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES BRASILEIROS PELO TRIGO DE PH 78 - 1982-90	195
7. PREÇOS MENSAIS REAIS RECEBIDOS PELO GOVERNO PELO TRIGO DE PH 78 POSTO NOS MOINHOS - 1982-90	196
8. CONSUMO BRASILEIRO DE TRIGO EM GRÃO - 1981-90	197
 UVA	
1. NÚMERO DE INFORMANTES E PRODUÇÃO DE UVA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR, O DESTINO DA PRODUÇÃO, OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL E DE ÁREA DA COLHEITA - 1985	200
2. ÁREA PLANTADA COM UVA PELOS AGRICULTORES ASSISTIDOS PE- LA EMATER-SG/AGARESC, POR VARIEDADE, EM SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90	201
3. ESTIMATIVAS DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE UVA SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E VARIAÇÃO PERCENTUAL - 1985-89	202
4. EXPORTAÇÃO DE UVA SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES - 1986-88	202
5. IMPORTAÇÃO DE UVA SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES - 1986-88	203
6. PRODUÇÃO DE VINHO SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES - 1986-88	203
7. EXPORTAÇÃO DE VINHO SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES - 1986-88	204
8. IMPORTAÇÃO DE VINHO SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES - 1986-88	204

	PG
9. PRODUÇÃO NACIONAL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE UVA - 1985-90	205
10. QUANTIDADE PRODUZIDA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE VINHO E MOSTO PRODUZIDOS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS E TOTAL BRASILEIRO - 1989-90	206
11. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA UVA POR MICRORREGIÃO E SANTA CATARINA - SAFRA 1989/90	206
12. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA UVA POR MUNICÍPIO NAS MICRORREGIÕES DE JOAÇABA E CRICIÚMA - SAFRA 1989/90	207
13. QUANTIDADE DE UVA INDUSTRIALIZADA POR GRUPO E TIPO EM SANTA CATARINA - 1988-90	209
14. VOLUME DE VINHO PRODUZIDO, POR TIPO, NAS REGIÕES VINÍCOLAS DE VIDEIRA E URUSSANGA - SANTA CATARINA - 1978-1989	209
15. DESTINO DA PRODUÇÃO DE UVA, NÚMERO DE PRODUTORES PESQUISADOS, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL, PREÇO MÉDIO E VALOR TOTAL EM SANTA CATARINA - SAFRA 1988/89	211
 PRODUÇÃO FLORESTAL	
1. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS NO MERCADO MUNDIAL E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-88	215
2. VOLUME GLOBAL DO COMÉRCIO MUNDIAL (IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES) DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS - 1980-88	216
3. VALOR GLOBAL DO COMÉRCIO MUNDIAL (IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO) DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-88	217

	PG
4. QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS NO BRASIL E TAXA DE VARIAÇÃO - 1980-88	220
5. VALOR DOS PRODUTOS FLORESTAIS NO COMÉRCIO MUNDIAL E BRASILEIRO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO BRASIL - 1980-1988	221
6. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE GRUPOS DE PRODUTOS FLORESTAIS NO TOTAL MUNDIAL - 1980-88 .	221
7. VALOR DO COMÉRCIO NACIONAL DE PRODUTOS FLORESTAIS POR GRUPOS DE PRODUTOS - 1980-88	224
 AVES	
1. PRODUÇÃO DE CARNE DE AVES NOS PRINCIPAIS PAÍSES - 1987-90	228
2. PRODUÇÃO DE FRANGOS NOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1987-90	228
3. PRODUÇÃO DE PERUS NOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES - 1987-90	229
4. PRODUÇÃO E VARIAÇÃO MENSAL DE CARNE DE AVES NO BRASIL - 1983-90	230
5. TOTAL DE ABATES E VARIAÇÃO DE CARNE DE FRANGOS EM SANTA CATARINA - 1984-90	231
6. PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE CARNE DE AVES - 1987-90	233
7. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE CARNE DE AVES - 1987-90	233
8. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E CATA- RINENSES DE CARNE DE AVES - 1980-90	235

	PG
9. OFERTA E DEMANDA BRASILEIRAS DE CARNE DE FRANGOS - 1985-90	237
10. OFERTA E DEMANDA BRASILEIRA DE CARNE DE FRANGO PARA 1991	239
AVES - SEGMENTO POSTURA	
1. PRODUÇÃO ESTIMADA DE OVOS DE GALINHA DOS PRINCIPAIS PAÍSES E MUNDIAL - 1986-89	242
2. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE OVOS DE GRANJA - 1985-90	244
3. POEDEIRAS COMERCIAIS ALOJADAS NO BRASIL SEGUNDO AS RE- GIÕES E OS ESTADOS - 1986-90	245
4. ALOJAMENTO DE MATRIZES DE POSTURA POR ESTADO E EXPORTA- ÇÕES - BRASIL - 1986-90	247
5. IMPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GALINHA EM CASCA SE- GUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-88 ..	249
6. EXPORTAÇÕES ESTIMADAS DE OVOS DE GRANJA COM CASCA SE- GUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - 1986-88 ..	250
7. RELAÇÃO DE TROCA QUILOGRAMA DE RAÇÃO POR DÚZIA DE OVOS - NÚMERO DE DÚZIAS DE OVOS NECESSÁRIOS PARA ADQUIRIR 1 QUILOGRAMA DE RAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS - 1986-90	254
8. QUANTIDADE DE OVOS ADQUIRIDA COM UM SALÁRIO MÍNIMO - 1990	256
BOVINOS DE CORTE	
1. PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNE BOVINA SEGUNDO PAÍSES E RE- GIÕES SELECIONADOS - PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO - 1985-91	259
2. ABATES TOTAIS MENSAIS DE BOVINOS E VARIAÇÃO PERCENTUAL EM SANTA CATARINA - 1984-90	261

	PG
3. EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA SEGUNDO OS PAÍSES SELECIONADOS - PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO - 1985-90	262
4. IMPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA, SEGUNDO OS PAÍSES SELECIONADOS - PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO - 1985-90	262
5. CONSUMO MUNDIAL DE CARNE BOVINA - PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO - 1985-90	263
6. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE CARNE BOVINA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA - 1985-90	267
7. PREÇOS REAIS(1) MÉDIOS MENSIS DE BOVINOS EM SANTA CATARINA - 1986-90	268
 BOVINOS DE LEITE	
1. PRODUÇÃO DE LEITE DE VACA DE ALGUNS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL MUNDIAL - 1980 E 1986-90	271
2. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE LEITE - 1980-90	272
3. VAGAS ORDENHADAS, PRODUÇÃO DE LEITE E RENDIMENTO EM SANTA CATARINA - 1980-89	273
4. PRODUÇÃO DE LEITE RECEBIDA PELAS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS - 1980-90	274
5. PRODUÇÃO DE LEITE RECEBIDA PELAS INDÚSTRIAS SOB INSPEÇÃO FEDERAL EM SANTA CATARINA - 1980-90	275
6. POPULAÇÃO DO PAÍS, PRODUÇÃO E DISPONIBILIDADE DE LEITE POR HABITANTE/ANO - BRASIL - 1980-90	277
7. CONSUMO APARENTE DE LEITE E SEUS DERIVADOS POR PESSOA/ANO NOS MUNICÍPIOS DE FLORIANÓPOLIS, JOINVILLE E CRICIÚMA	278
8. COMPARATIVO MENSAL ENTRE CUSTO E RECEITA DA PRODUÇÃO LEITEIRA CATARINENSE - 1985-90	280

MEL DE ABELHA

1.	ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE MEL DE ABELHA - 1985-1989	283
2.	SÉRIE REVISADA DE PRODUÇÃO DE MEL DE ABELHA E NÚMERO DE COLMÉIAS - BRASIL - 1985-91	284
3.	PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CERA DE ABELHA POR REGIÃO FISIOLÓGICA - 1984-87	285
4.	VOLUME DE MEL PRODUZIDO EM SANTA CATARINA - 1986-91 ...	286
5.	QUANTIDADE DE MEL E SEUS DERIVADOS INSPECIONADOS EM SANTA CATARINA - 1987-90	287
6.	QUANTIDADE PRODUZIDA DE MEL E CERA DE ABELHA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1988	287
7.	CONSUMO MENSAL CATARINENSE DE MEL DE ABELHA E SEUS DERIVADOS, SOB INSPEÇÃO - 1987-90	288
8.	ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE MEL DE ABELHA - 1986-88	290
9.	ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS DE MEL DE ABELHA - 1986-88	291
10.	VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MEL DE ABELHA, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1989	292
11.	VENDAS MENSAS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL DE MEL E COMPOSTO DE AÇÚCAR INSPECIONADOS - 1989	294
12.	VENDAS MENSAS DE SANTA CATARINA PARA O MERCADO INTERESTADUAL DE MEL E COMPOSTO DE AÇÚCAR INSPECIONADOS - 1990	295

	PG
13. PREÇOS REAIS MENSAIS DE OUTUBRO(1) RECEBIDOS PELOS APICULTORES DE SANTA CATARINA - 1985-90	297
 PESCADO	
1. CAPTURA MUNDIAL DE PESCADO(1) SEGUNDO O PAÍS OU ZONA PRODUTORA - 1985-88	300
2. DESEMBARQUE DE PESCADO POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1986-88	302
3. VALOR DO PESCADO DESEMBARCADO, POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E SANTA CATARINA - 1987-88 ..	302
4. DESEMBARQUE BRASILEIRO DE PESCADO POR TIPO DE PESCA - 1984-89	304
5. VALOR DO DESEMBARQUE DO PESCADO BRASILEIRO, POR TIPO DE PESCA - 1984-88	304
6. QUANTIDADE DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS SOB CONTROLE, DESEMBARCADOS EM SANTA CATARINA - 1984-89	305
7. QUANTIDADE DE PESCADO SOB CONTROLE DESEMBARCADO NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - 1988 E 1989 .	307
8. PRODUÇÃO DE PESCADO INSPECIONADA EM SANTA CATARINA - 1984-90	308
9. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS DE PESCADO, SEGUNDO OS PAÍSES OU ZONAS DE ORIGEM E DESTINO - 1984-88 (MÉDIA), 1987 E 1988	309
10. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO - 1988	310
11. QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS, POR ESPÉCIE, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM - 1988	312

	PG
12. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES, SEGUNDO A ESPÉCIE, POR PAÍS DE DESTINO - 1989	313
13. QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES, SEGUNDO A ESPÉCIE, POR PAÍS DE DESTINO - 1 ^o SEMESTRE DE 1990	313
14. QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES, SEGUNDO A ESPÉCIE, POR PAÍS DE ORIGEM - 1989	314
15. QUANTIDADE E VALOR DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES, SEGUNDO A ESPÉCIE, POR PAÍS DE ORIGEM - 1 ^o SEMESTRE DE 1990	315
16. QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS INSPECIONADOS DE SANTA CATARINA EXPORTADOS PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1984-90	316
17. QUANTIDADE DE PRODUTOS PESQUEIROS DE SANTA CATARINA INSPECIONADOS, COMERCIALIZADOS SEGUNDO OS PRINCIPAIS ESTADOS CONSUMIDORES - 1988 E 1989	316
18. CONSUMO CATARINENSE DE PESCADO INSPECIONADO - 1984-90 .	317

SUÍNOS

1. PRODUÇÃO MUNDIAL DE SUÍNOS SEGUNDO PAÍSES E REGIÕES SELECIONADOS - PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO - 1988-91	318
2. REBANHO SUÍNO NOS PRINCIPAIS PAÍSES E TOTAL MUNDIAL - PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO - 1985-90	319
3. ABATES SOB INSPEÇÃO FEDERAL DE SUÍNOS - VALOR ABSOLUTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NOS ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - 1985-91	320
4. REBANHO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE DE SUÍNOS EM SANTA CATARINA - 1983-90	321
5. PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE CARNE SUÍNA - PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO - 1985-90	322

	PG
6. PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE CARNE SUÍNA - PARTICIPAÇÃO E VARIAÇÃO - 1985-90	322
7. BALANÇO DA OFERTA E DEMANDA DE CARNE SUÍNA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA - 1985- 91	324
8. SUÍNOS - PREÇOS CONSTANTES PAGOS AOS PRODUTORES CATARIENSES - 1987-90	325

B. BIBLIOGRAFIA

1. ANUARIO DE PRODUCTOS FORESTALES 1977-1988. Roma: FAO, 1988.
2. ANUARIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro; IBGE, v. 41-49, 1980-1989.
3. ANUARIO FAO DE COMERCIO. Roma: FAO, v. 40-42, 1986-1988.
4. ANUARIO DAO DE PRODUCCION. ROMA: FAO, v. 36-43, 1982-1989.
5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MAÇA. Propostas para um programa nacional de produção e abastecimento de maçã 1990-94. Lages, 1990. 23 p.
6. BOLETÍN TRIMESTRAL FAO DE ESTADÍSTICAS. Roma: FAO, v. 2-3, 1989-1990.
7. BRITO, F.A. de. Crédito rural - mudanças substanciais. Informe Conjuntural [do Instituto CEPA/SC], Florianópolis, v. 8, n. 312, 26 abr. - 4 maio 1990.
8. CENSO AGROPECUARIO - SANTA CATARINA. Rio de Janeiro: IBGE, 1975-1985.
9. Crédito rural tem distorção. Informativo GFP, Brasília, v.10, n.9, 5-9 mar. 1990.
10. ESTATÍSTICA DA PESCA. Rio de Janeiro: IBGE, 1º e 2º semest. 1988.
11. INFORME CONJUNTURAL [do Instituto CEPA/SC]. Florianópolis, v. 7-8, 1989-1990.
12. LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE/CEPAGRO, set.-dez. 1990.

13. MAGHADO, P.L. Setor madeiro ainda enfrenta sérios problemas. Informe Conjuntural [do Instituto GEPA/SC], Florianópolis, v.8, n. 329, 24-30 ago. 1990.
14. PESQUISA MENSAL DE LEITE - BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, 1984-1990.
15. PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - PARANÁ - SANTA CATARINA - RIO GRANDE DO SUL. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
16. PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - REGIÃO SUL. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1982.
17. PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - REGIÕES SUL E CENTRO-OESTE. Rio de Janeiro: IBGE, 1986-1988.
18. PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - SANTA CATARINA. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1985.
19. Produção Mundial de Frangos cresceu 5% em 1990. Jornal da Carne, v.4, n.24, p. 3-4, ago.1990.
20. PRODUÇÃO PECUÁRIA MUNICIPAL - REGIÕES SUL E CENTRO-OESTE. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.
21. SITUACIÓN Y PERSPECTIVAS DE LOS PRODUCTOS BÁSICOS. Roma: FAO, 1989-1990.
22. WORLD AGRICULTURAL PRODUCTION. Washington: USDA, set.1990.
23. WORLD TOBACCO SITUATION. Washington: USDA, nov.1990.

INSTITUTO CEPA/SC

Rod. SC - 404 - km 3 - Itacorubi

C. Postal 1587 - Telex (482) 217

CEP 88.030 - Florianópolis - Santa Catarina